

**Mudança Social e Participação Política: os conflitos, as transformações  
e as utopias**

Edições do Programa Pós-graduação de Mudança Social e Participação  
Política

Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Universidade de São Paulo

Marco Bettine (Organizador)



ISBN: 9798639077128

Selo editorial: Independently published

Mudança Social e Participação Política: os conflitos, as transformações e as utopias

Diagramação

Marco Bettine

Projeto e Produção

Marco Bettine e KDP

Edições do Programa Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política

Conselho Científico

Marco Bettine

Diamantino Alves Pereira

1ª edição: abril de 2020

© Marco Bettine

Edições do Programa Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política EACH-USP.

<http://www.prgp.usp.br/index.php/pt-br/faca-pos-na-usp/programas-de-pos-graduacao/133-mudanca-social-e-participacao-politica>

#### DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

Edições do Programa Pós-graduação Mudança Social e Participação Política

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Mudança Social e Participação Política: os conflitos, as transformações e as utopias. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2020, 220 p.

Modo de acesso ao texto em pdf: [https://www.researchgate.net/profile/Marco\\_Almeida7](https://www.researchgate.net/profile/Marco_Almeida7)

ISBN: 9798639077128

Selo editorial: Edições do Programa Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (Documento - e-book)

1. Sociologia. 2. Mudança Social. 3. Participação Política. 4. Utopias. I. Pós-graduação Mudança Social e Participação Política. II. Universidade de São Paulo. Título. CDD 22. ed. – 306.483

Autorizo a reprodução parcial ou total desta obra, para fins acadêmicos, desde que citada a fonte.

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	4
<b>EIXO 1 CONFLITOS</b> .....	5
1. Future-se: um museu de grandes novidades .....	6
2. Capricho, Farsa ou Imitação da Realidade: Discursos do Direito em Acórdãos de Retificação de Registro Civil de Travestis e Transexuais ....	19
3. Violência estatal e racismo estrutural: Uma análise do projeto neoliberal brasileiro como legitimação do genocídio da população negra .....	32
4. Guerra oficiosa contra a população indígena e a ascensão do autoritarismo: assassinato de líderes ameríndios e ameaça às terras indígenas no brasil contemporâneo (1988-2019) .....	44
5. Movimento Negro: Zumbi X Isabel No Século XXI .....	57
<b>EIXO 2 TRANSFORMAÇÕES</b> .....	71
6. Estado, habitação e o direito à cidade no Brasil: um olhar a partir da colonização do Mundo da Vida .....	72
7. Pesquisas e processos artísticos de si e do(s) nós .....	83
8. Lazer, turismo e ocupação do espaço público na cidade de São Paulo	92
9. Ações coletivas virtuais e a sua realização prática, um estudo de caso do coletivo “A Batata Precisa de Você”, uma análise sobre a atuação do coletivo na internet e na cidade.....	104
10. Arcos do Bixiga (São Paulo): a política de memória instrumentalizada .....	115
11. Gestão da diversidade na indústria de tecnologia engenharia de software: relato de práticas.....	133
<b>EIXO 3: UTOPIAS</b> .....	146
12. A mudança será feminista e artística... ou não será!: como uma investigação acadêmica está agindo para a mudança social .....	147
13. Paradigmas da questão ambiental complexidade, dialética e totalidade.....	165
14. Anarquismo e Movimentos Sociais no Brasil (1903-2013).....	178
15. Investigação baseada nas artes: por uma estética do oprimido .....	197
16. Filosofia Ubuntu: Ontologia, Natureza E Cultura .....	210

## Apresentação

Este livro é fruto das produções intelectuais dos egressos (as) e estudantes do programa de mestrado e doutorado em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Programa Interdisciplinar que tem como objetivo desenvolver atividades de ensino e pesquisa que permitam análise e formulação de teorias originais dos diversos aspectos da condição humana contemporânea relacionados aos processos de participação política e mudança social.

As linhas de pesquisa são estruturadas de modo a permitir a compreensão de como os fenômenos coletivos e individuais contribuem para a formação do mundo contemporâneo, marcado pela dinâmica global/local.

Os formados pelo Programa são caracterizados pela capacidade de compreensão das dinâmicas que regem as mudanças sociais e a participação política e assim propor questões e aplicar instrumentos próprios das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, com o fim de operar na elaboração e monitoramento das Políticas Públicas, seja no âmbito governamental, ou no terceiro setor e na sociedade civil.

Este livro está estruturado em três eixos. No primeiro os capítulos abordarão os conflitos sociais, como as mudanças na educação com o programa Future-se; as formas como o direito se expressa em acórdãos de retificação de registro civil de travestis e transexuais; a contribuição do estado para o genocídio da população negra; as ameaças e violências à população indígena. No segundo eixo os capítulos discutirão as transformações sociais em vários contextos: habitação; arte; espaço público; mídias sociais; memória e engenharia de dados. No último eixo os textos se aproximarão das utopias, como uma transformação radical ancorada no feminismo e nas artes; mudanças paradigmáticas a partir da questão ambiental; o anarquismo como utopia e enfrentamento ou por uma estética engajada.

Desejo boa leitura!

Marco Bettine

Professor Associado da Universidade de São Paulo

# **EIXO 1 CONFLITOS**

## Capítulo 1

Future-se: um museu de grandes novidades

## Capítulo 2

Capricho, Farsa ou Imitação da Realidade: Discursos do Direito em Acórdãos de Retificação de Registro Civil de Travestis e Transexuais

## Capítulo 3

Violência estatal e racismo estrutural: Uma análise do projeto neoliberal brasileiro como legitimação do genocídio da população negra

## Capítulo 4

Guerra oficiosa contra a população indígena e a ascensão do autoritarismo: assassinato de líderes ameríndios e ameaça às terras indígenas no Brasil contemporâneo (1988-2019)

## Capítulo 5

Movimento Negro: Zumbi X Isabel No Século XXI

## 1. Future-se: um museu de grandes novidades

Mayara Rachid<sup>1</sup>

Vinicius Ferreira<sup>2</sup>

Maria Eliza Mattosinho Bernardes<sup>3</sup>

### *Introdução*

O estudo oferece potenciais explicações sobre o crescente modelo neoliberal no ensino superior brasileiro, com base em uma análise sobre o programa conhecido como Future-se, proposto no ano de 2019 pela equipe do governo federal. Examinamos as seguintes questões: esse programa apresenta indícios de privatização do ensino? Em caso afirmativo, há fatores históricos que expliquem a força dessa corrente? Como se tenciona uma educação de caráter público, crítico e democrático com modelos como o Future-se? Para analisar tal problemática baseamo-nos principalmente na corrente teórica do materialismo histórico-dialético e recorreremos à literatura e ao próprio projeto proposto.

O Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, popularmente conhecido como *Future-se* foi oficialmente apresentado no dia 17 de julho de 2019 pelo Ministério da Educação. Desde o lançamento de sua proposta foi alvo de polêmicas e reações opostas.

A proposta tem o objetivo declarado de contribuir para a autonomia financeira das universidades e institutos federais (doravante “IFES”) e foi inicialmente dividida em 3 eixos: governança, gestão e empreendedorismo; pesquisa, desenvolvimento e inovação; internacionalização. No que se refere à gestão, prevê a celebração de contrato de gestão com organização social para execução dos eixos do programa, além da constituição de fundos de investimento, com possibilidade de integralização de imóveis das IFES e a delegação da gestão destes às organizações sociais. Nos termos do Ministério da Educação, “o programa será financiado por um fundo de direito privado (...); a administração do fundo é de responsabilidade de uma instituição financeira e funcionará sob regime de cotas”. Traz como objetivo o incremento da relação das IFES com o setor empresarial por meio de projetos de criação de marcas e produtos diversos, tendo como afirmativa que

---

<sup>1</sup> Mestranda em Mudança Social e Participação Política. mayara\_rachid@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestrando em Mudança Social e Participação Política. viniciusfc31@gmail.com

<sup>3</sup> Professora do Programa de Mudança Social e Participação Política – EACH-USP. Este texto é fruto, também, dos debates e perspectivas surgidas a partir dos encontros do GEPESPP- Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Políticas Públicas, em atividade na EACH-USP, sob coordenação da Professora Dra. Maria Eliza Mattosinho Bernardes.

pretende “assegurar ambiente de negócios favorável à criação e consolidação de startups, ou seja, de empresas com base tecnológica” e “aproximar as instituições das empresas”. No discurso, prega a necessidade de as IFES se tornarem empreendedoras e inovadoras, atendendo aos anseios do mundo contemporâneo e modernizando seus processos de gestão. Após sofrer rejeição absoluta da comunidade acadêmica perante os colegiados universitários e em sede de consulta pública realizada em agosto de 2019, a proposta foi reformulada em parte por grupo de juristas da Advocacia Geral da União, promovendo-se algumas alterações: incluiu-se as fundações de apoio à pesquisa, criadas pela Lei nº 8.958/94 no projeto; os eixos passaram a ser: pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; empreendedorismo; e internacionalização; instituiu-se o contrato de resultado das IFES diretamente com o MEC, mantendo-se também o contrato de gestão com as organizações sociais; acrescentou-se a promessa de que os recursos adicionais almejados pelo programa não prejudicariam as dotações orçamentárias regulares; instituiu-se a preferência para fruição de bolsas de estudo da CAPES. Feito isso, nova consulta pública foi aberta em janeiro de 2020.

Para a comunidade acadêmica, especialmente aquela interessada na educação pública e crítica, o Programa representa um retrocesso imenso. Porque é baseado na lógica neoliberal, que estremece a autonomia universitária e aproxima cada vez mais da privatização. Esse é o assunto que trataremos no presente capítulo.

### *Trajetória das políticas públicas de ensino superior brasileiras*

Faz-se necessário explicar de antemão que a história, especialmente a história política e econômica, não se dá de maneira linear. É a soma dos eventos, em diferentes espaços-tempos que faz o poder explicativo de mudanças de nível considerável. Trataremos nesse item de alguns eventos que julgamos importantes para o ensino superior e seus caminhos no país.

A história do ensino superior brasileiro teve início com a vinda da Família Real, em 1808. Desse ano até a Proclamação da República, em 1889, o ensino superior teve seu desenvolvimento a lentos passos, com a formação de profissionais liberais de áreas restritas, para o alcance de status social. A iniciativa privada entrou no sistema de ensino por iniciativa das elites locais, com forte aparato religioso, através de brechas da Constituição de 1891, marcando assim o primeiro momento de ruptura (MARTINS, 2002), seguido por considerável expansão no número de estabelecimentos educacionais até a década de 1920. Foi a partir dessa década que a função social da Universidade começou, de fato, a entrar em pauta. Assim, nas palavras de Martins (2002), “as funções definidas foram as de abrigar a ciência, os

cientistas e promover a pesquisa, e [as universidades] não seriam apenas meras instituições de ensino, mas centros de saber desinteressado” (p. 01).

Por sua vez, a primeira grande reforma veio sob o governo de Vargas, conhecida como Reforma Francisco Campos. Uma das principais diretrizes era o grau de importância atribuídos às escolas de Filosofia, Ciências e Letras, que passaram a ser nucleares nas universidades. Todavia, ainda faltava a estimulação ao ensino público, gratuito, que foi motivo de embate entre movimentos estudantis e docentes até meados da década de 1960, quando a Ditadura Militar atingiu seu apogeu. O Regime Militar manteve sob observação constante as universidades públicas, tidas como polos de subversão, ao mesmo tempo que o sistema privado ganhava forças. Entretanto, mesmo sob direitos civis debilitados, uma nova reforma de ensino no ano de 1968 gerou estímulos à pós-graduação, com forte influência dos movimentos estudantis caçados. Dentre as mudanças, destacou-se:

1- instituiu o departamento como unidade mínima de ensino, 2 – criou os institutos básicos, 3 – organizou o currículo em ciclos básico e o profissionalizante, 4 – alterou o exame vestibular, 5 – aboliu a cátedra, 6 – tornou as decisões mais democráticas, 7 – institucionalizou a pesquisa, 8 – centralizou decisões em órgão federais (MARTINS, 2002, p. 02).

As grandes novidades nas políticas educacionais vieram na década de 1990, no período pós redemocratização. Vale antes traçar alguns paralelos que expliquem um projeto de educação como o *Future-se*. Afinal, nenhuma medida política surge, muito menos ganha forças, sem um contexto histórico por trás. O ensino superior, até a década de 1990, apresenta características essencialmente elitistas, argumento que se comprova pela análise de sua chegada e desenvolvimento sem alinhamento com participação e manutenção democráticas. As universidades públicas foram, desde o princípio, ocupadas pela elite econômica, enquanto as privadas aos poucos ganhavam – um perigoso – espaço.

A década de 1990 é, quiçá, a mais singular para a compreensão do neoliberalismo, que não pode ser analisado de forma separada das políticas sociais. Em conjunto, influenciaram projetos de minimização do papel do Estado, “marcados pela interpenetração das esferas pública e privada em detrimento da primeira” (DOURADO, 2002, p. 234). Na educação, ganhou força em todos os níveis com as políticas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que estabeleceram metas e critérios para as nações em troca de auxílio financeiro, fazendo a lógica educacional se direcionar às diretrizes do capital que, por sua vez, passou a atuar sem fronteiras em um período pós-crise.

A partir de então observa-se uma expansão do ensino, tanto em número de vagas quanto de instituições, sem uma preocupação à priori com questões importantes tais como massificação e privatização, somadas à precarização e uma privatização da agenda científica (DOURADO, 2002),



que restringem o papel crítico da educação e o caráter social das universidades.

Essa expansão foi ainda mais crescente com as medidas adotadas nos primeiros anos de 2000, com programas como ProUni e FIES. Esse segundo merece especial atenção porque, ao financiar com o apoio estatal o ensino privado, deu força política e econômica às grandes empresas que posteriormente formaram um lobby com grande poder de tomada de decisões ligado, inclusive, com as novas políticas educacionais – como o Future-se.

### *O papel da educação e a sociedade brasileira*

Da apresentação das características gerais do *Programa Future-se* e da análise dos caminhos percorridos pelas políticas públicas educacionais no Brasil ao longo do século XX e início do século XXI, emerge uma reflexão de caráter basilar, necessária para que se faça juízo de valor desta e de qualquer outra proposta educacional: aquela a respeito de qual seria afinal o papel da educação, a nortear, conseqüentemente, os rumos das instituições educacionais.

O ser humano, em contato com os elementos da natureza (matéria), a manipula, transforma e dela retira o que lhe é necessário para sobreviver e reproduzir a existência, levando adiante a aventura humana na Terra. Esse processo é necessariamente coletivo, independentemente do formato em que o 'trabalho em equipe' se dê. Dialeticamente, as pessoas também se transformam nessa experiência, que se complexifica à medida que se repete, em um processo contínuo que provoca infindáveis relações, produtoras de múltiplas camadas e dimensões para além- mas não dissociadas- da mera existência física e biológica, ensejando a cultura, que origina o que se entende por especificamente humano.

Essa seria, para a visão materialista, a gênese do ser social (TONET, 2006). O indivíduo, através do trabalho, tido em sentido amplo como a atividade básica para executar o processo acima abordado, entra em contato com outras pessoas e, nessas relações e ações, se apropria da cultura historicamente acumulada, tornando-se ser da espécie humana. Importante pontuar que essa apropriação não é automática, acontecendo através das relações, ou seja, é mediada. Do mesmo modo, nesse processo, o indivíduo dá forma, forja e modifica a sua consciência e subjetividade, também deixando a sua contribuição própria, em uma relação que não é unilateral, senão dialética.

É a partir dessas concepções básicas, expostas de forma limitada e resumida diante das possibilidades desta ocasião, que pode ser engendrado o que seria a natureza da educação. A educação é uma das mediações

existentes na formação do ser social através da qual lhe são passados os conhecimentos, habilidades e valores relevantes para que ele possa participar do processo de sobrevivência e reprodução coletivas, em suas múltiplas dimensões. Tem, assim, a função de integrar a pessoa ao gênero humano, por meio da mediação lhe é própria, buscando torná-la, ao mesmo tempo, apta a sobreviver e a imergir na cultura, sendo essas duas dimensões indissociáveis, faces da mesma moeda. Nesse processo, a consciência é edificada, em meio às demais relações sociais, de acordo com aqueles conhecimentos, habilidades e valores que foram incorporados pelo indivíduo.

A indagação logicamente subsequente consiste em saber quais seriam então os conhecimentos, habilidades e valores a serem ensinados para a sobrevivência e reprodução da pessoa e da coletividade humana. Constatando-se a complexidade e as múltiplas dimensões do que nos tornamos através do processo histórico vigente e que a reprodução social é intencionalmente dirigida, sem um caminho automático ou natural, a resposta perpassa por muitas considerações.

Inicialmente, não se pode falar em uma sociedade ou processo histórico abstratos, com características e dinâmica universais e atemporais, mas sim de uma sociedade historicamente datada, concretamente determinada e geograficamente localizada. Isso faz com que a resposta à indagação acima evidenciada passe necessariamente por um juízo de valor a respeito da sociedade específica sobre a qual incidirá a educação, bem como com que a objetivação da forma e conteúdo da educação dependam de uma tomada de decisão.

E aqui reside a relação do exercício do poder nas relações sociais com a educação produzida na sociedade: a correlação de forças dentro da qual a educação está inserida define, através de decisões políticas, o seu conteúdo e as condições objetivas em que ela ocorrerá.

Quanto às condições objetivas, Saviani (2011) entende que a questão educacional deve ser lida “a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana.” (p. 76). O mesmo autor (2018) aduz que “a educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na constituição-consolidação-expansão da infraestrutura dos serviços educacionais etc.” (p. 68).

No que se refere ao conteúdo ensinado, Freire (2018) afirma ser a educação uma forma de intervenção no mundo. Diz o autor: “intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento.” (p. 96). Imune ou indiferente a essas duas hipóteses a educação nunca foi, nem poderá ser. Segundo o autor, a ideologia

dominante nas relações sociais busca atribuir à fome e à desigualdade um caráter de fatalidade, ocultando verdades e imobilizando com o discurso de que o que interessa é o aperfeiçoamento meramente técnico, mas não o engajamento pela construção de uma sociedade mais justa.

Um exemplo desse comportamento é desenvolvido por Frigotto (2001), ao debater o modelo de educação profissional em curso no início do século XXI, quando afirmara que o Banco Mundial tem difundido a orientação pedagógica cujo objetivo é “a adaptação e conformação do trabalhador, no plano psicofísico, intelectual e emocional, às novas bases materiais, tecnológicas e organizacionais da produção.” (p. 80). No caso do Brasil, a Confederação Nacional da Indústria se torna a referência, propagando à sociedade os *telos* a serem alcançados irremediavelmente. Ao longo do século XX, as metas variaram entre *nação industrializada, país desenvolvido e economia competitiva*, sendo esta última a vigente atualmente. Para alcançá-la, prega-se a pedagogia da competitividade, focada no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, a fim de amoldar as pessoas para servirem aos interesses do mercado, com a mensagem implícita da necessidade de mera adaptação frente aos novos desafios postos pela contemporaneidade, suas tecnologias e progressos técnicos, mas sem qualquer reflexão crítica acerca das relações sociais concretamente travadas.

Portanto, a educação sofre as determinações objetivas oriundas das demais relações sociais, que têm o poder de defini-la em termos quantitativos (acesso do conjunto da população ou exclusão de parcela desta) e qualitativos (infraestrutura, conteúdo e métodos de ensino). Por outro lado, sendo uma das mediações existentes na formação do humano através da apropriação pelo indivíduo singular do patrimônio cultural e material historicamente elaborados, a educação também é capaz de influenciar o quadro social, em uma relação de tensão dialética.

E, assim sendo, a próxima indagação logicamente subsequente seria que tipo de educação é adequada aos interesses do conjunto da população brasileira, ou, visto de outro ângulo, que tipo de sociedade se deseja levar adiante, dentro dos limites e possibilidades da educação. Se furtar a esse debate significa colocar a educação à serviço da reprodução acrítica da sociedade vigente.

O pensamento do sociólogo Florestan Fernandes, estudado por Sampaio Júnior (1999), a respeito do capitalismo dependente no Brasil revela que a economia colonial, baseada na escravidão da população oriunda da África Centro-Occidental, na exploração predatória de recursos naturais em latifúndios, em um consórcio que misturavam o Estado e grandes senhores proprietários, deu origem a um capitalismo caracterizado pela dualidade estrutural, que combina formas produtivas arcaicas e modernas.

Sua dinâmica é caracterizada pela extrema instabilidade e dependência do capital externo, agravadas com a transformação capitalista neoliberal operada nos anos 1990 no país, que seguiu a cartilha do Consenso de Washington. Esse quadro leva à superexploração do trabalho e dilapidação de recursos naturais, como mecanismos de transferência de renda às avessas, somadas à articulação de mecanismos extra econômicos, como alianças e interferências políticas para garantia dos lucros e viabilidade do cálculo capitalista, formando-se uma plutocracia nas relações sociais político-econômicas.

Essa plutocracia não admite mobilidade social, enxergando-a como ameaça, tampouco é capaz de absorver o excedente de mão-de-obra proveniente do êxodo rural gerado pela industrialização e urbanização não planejadas e do fim da escravidão divorciado de políticas de inclusão social da população negra. Para tanto, as elites monopolizam os espaços de poder e atuação social, criando uma rigidez na manutenção do status quo. A extrema desigualdade e miséria que marcam as sociedades latino-americanas também faz com que um posto de trabalho assalariado seja altamente valorizado pelos despossuídos, pois significa a sobrevivência, ainda que dentro das condições acima descritas, resultando em um contexto político-econômico dramático, com características e categorias peculiares das relações sociais que não permitem equiparação a outras economias capitalistas, tampouco explicação e, conseqüentemente, transformação, por fatores exclusivamente econômicos relacionados à luta de classes.

Para ilustrar um pouco do quadro social a que essas estruturas e dinâmicas produzem e reproduzem, o Relatório Oxfam Brasil (2017) dá conta que o Brasil é um dos piores países do mundo em matéria de desigualdade, com 16 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Neste país, na legislatura 2015-2018, o Congresso Nacional foi formado por 80% de brancos e 10% de mulheres, sem nenhuma representação indígena, em uma sociedade formada por maioria de negros e mulheres, com um milhão de indígenas. Essas desigualdades se refletem no acesso à renda, riqueza e serviços públicos essenciais.

Duarte (2010), a partir de uma perspectiva marxista, defende que uma educação verdadeiramente emancipatória só é possível se voltada à construção de uma sociedade que suprima as relações econômicas capitalistas, fundadas no valor de troca e mercantilização da vida como mediação universal e na reprodução a qualquer custo do capital, instituindo a alienação e exploração das pessoas, sua divisão em classes desiguais, bem como a destruição do planeta. Os instrumentos estatais e democráticos, que são importantes e frutos de luta social histórica, apenas colocariam alguns limites éticos à reprodução do capital, que, cedo ou tarde, os supera, empregando meios legais ou não. Deste modo, mesmo uma educação voltada ao desenvolvimento da cidadania e formação de sujeitos críticos

seria parcial, pois dentro dos limites do quadro das relações sociais capitalistas.

Esse comportamento antidemocrático e não civilizado do capital pode ser identificado na passagem Dowbor (2018), ao discorrer sobre o movimento recente da economia e a sua forma financeira assumida:

O caráter parasitário do sistema financeiro tem como único contrapeso possível a capacidade pública de controle e regulação, tanto limitando juros como orientando o capital para investimentos produtivos e cobrando impostos sobre patrimônio financeiro improdutivo. A captura do poder político pelos gigantes financeiros, que se evidenciou em particular com a crise de 2008, e com as impressionantes transferências de recursos públicos para grupos privados, torna hoje a capacidade de regulação do estado particularmente precária. É a dimensão política da deformação econômica. (DOWBOR, 2018, p. 271).

Ainda que se considere apenas os limites estreitos da institucionalidade vigente, vê-se que o artigo 205 da Constituição de 1988 alçou como objetivos da educação brasileira, além da qualificação para o trabalho, a preparação para o exercício da cidadania e o pleno desenvolvimento da pessoa. O artigo 3º da mesma Carta Política alçou como objetivos da República Federativa do Brasil, além do desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Diante disso, projetos educacionais que atendam aos interesses da população brasileira devem partir da crítica às relações sociais hegemônicas e ao comportamento do capital na economia brasileira. Se conveniente que, em alguma medida, sobretudo nas universidades, estejam articulados à produção de bens e serviços e geração de tecnologia, muitas ponderações, critérios e condições não de ser estipulados. Nesse ponto, a garantia da autonomia democraticamente exercida nos processos de tomada de decisão universitários, notadamente os colegiados, para definição do que e de quem a educação estará a serviço, assim como o financiamento público para viabilizar suas atividades e assegurar a referida autonomia são ferramentas inegociáveis para que a relação com os interesses econômicos não seja de submissão e adaptação, reproduzindo o status quo ou quiçá aprofundando assimetrias econômicas, políticas e sociais, mas sim, dentro dos limites e possibilidades, conformando o que se deseja em termos de uma sociedade minimamente ética, justa e soberana.

### *Future-se: o caminho ao retrocesso*

Alguns acontecimentos situados ao redor do Future-se podem ser capazes de explicá-lo melhor do que a sua própria minuciosa descrição, posto que revelam o movimento de forças sociais em que ele se insere. Para além do já abordado movimento de crescimento do setor privado

educacional a partir da adoção das diretrizes do FMI e do Banco Mundial, seguidos de programas como o FIES e o ProUni, que propiciaram a eclosão, por exemplo, do maior grupo empresarial educacional do mundo, em 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 95, que estabeleceu o teto de gastos sociais para o Governo Federal por 20 anos, um dos atos significativos de desidratação financeira do ensino superior brasileiro. No início do governo atual, foi executado um contingenciamento de despesas não obrigatórias das universidades e institutos federais que atingiu a casa dos 25%, dentre as quais se incluem bolsas de estudo, equipamentos para pesquisas, obras, dentre outros. Em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, o ministro da Educação alegou que as universidades estariam fazendo “balbúrdia” ao invés de cumprirem com seus deveres acadêmicos. Em 26 abril, na sua rede social Twitter, o presidente da República afirmou que o MEC estudava descentralizar recursos destinados à sociologia e filosofia, já que a função da educação deveria ser a de ensinar a leitura, fazer contas e viabilizar um ofício que sustente a família. Esses cortes e agressões de cunho ideológico geraram reações na sociedade, com a realização de manifestações nas ruas nos dias 15 e 30 de maio de 2019, com a participação do Movimento Estudantil, as quais aconteceram em 200 e 136 cidades do país, respectivamente. Em 06 de setembro de 2019, o governo fez publicar a Medida Provisória nº 895, que possibilita ao MEC fornecer carteiras de estudantes de modo gratuito e digital, sendo que tal emissão é umas das principais fontes de financiamento do Movimento Estudantil. Em 24 de dezembro de 2019, após expressiva rejeição ao Future-se, foi editada a Medida Provisória nº 914, que altera as regras de escolha dos reitores das universidades e institutos federais.

Esse cabo de guerra em torno da política educacional ilustra de maneira ótima o que se passa, alimentando de significado o Future-se: forças políticas representantes do capital tentam aplicar a receita privatizante “precarizar-difamar-vender”, enquanto a comunidade acadêmica e setores da sociedade buscam impor limites a esse apetite, valendo-se de instrumentos democráticos.

De acordo com Chauí (2003), a Universidade é caracterizada enquanto uma instituição social que espelha o *modus operandi* e a estrutura do todo social. A Universidade é, por definição, local de diálogo e embate. Destarte, tal lógica só funciona quando há reconhecimento de que a Universidade pública, desde o princípio, foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUÍ, 2003, p. 01)

A função social da Universidade é, portanto, promover o conhecimento em seus mais variados níveis de pluralidade, de forma democrática, suscitando o debate acerca da sociedade civil, entre seus membros – em especial aqueles em processo formativo.

Os pilares do ensino superior brasileiro estão cravados no artigo 207 da Constituição da República: autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Trata-se de um indissociável tripé, imprescindível ao alcance da função social das universidades, sobretudo quando exercem papel crítico.

O contrato de gestão, mecanismo básico de implementação do Future-se, é ferramenta jurídica criada pela Lei nº 9.637/98, no bojo da reforma neoliberal do aparelho de Estado promovida pelo governo do PSDB, em que, essencialmente, determinada entidade pública delega sua administração à entidade privada, chamada de organização social. Na outra mão, o Future-se prevê a criação de fundos de investimento, responsáveis por cumprir a missão de fortalecimento da autonomia financeira universitária. Dentre outras receitas, tais fundos poderiam ser integralizados com os próprios imóveis das IFES, por intermédio da organização social. Os resultados financeiros de produção de bens e serviços e geração de tecnologia eventualmente obtidos em parcerias entre as IFES e o setor produtivo reverteriam ao Fundo, a ser gerido por um Comitê Gestor vinculado ao MEC. Apesar de utilizar termos vagos e imprecisos, o vocabulário mercadológico empregado no texto da proposta e formato elaborado indicam que as IFES devem se guiar pela “inovação e empreendedorismo”, se adaptando às necessidades do mercado.

Não por acaso, vê-se uma correspondência entre aqueles pilares e as “novidades” do programa: em relação à autonomia administrativa, instituiu-se o ingresso do agente externo privado com poder sobre o processo de gestão e tomada de decisão. Quanto à autonomia financeira, cria-se a dependência de fundo privado que absorve patrimônio e eventuais resultados econômicos de atividades externas das IFES, atrelando-as ao cumprimento de metas e avaliações de desempenho. Não se explica a necessidade das organizações sociais, tampouco se demonstra a eficiência da engenharia financeira, ligada ao mercado especulativo de capitais.

Há uma relação dialética entre o desenvolvimento do neoliberalismo latino-americano e os processos de tomada de decisão na educação. Durante a Guerra Fria os EUA já firmaram acordos e programas de ajuda com o governo brasileiro a fim de manter a hegemonia nos países Latino Americanos. Um deles – o MEC-USAID (United States Agency for International Development) - abarcava o Ensino Superior (ZAMBELLO, 2015). Concomitantemente o Fundo Monetário Internacional (FMI) também marcava presença nos países Latinos como

forma de domesticar o capital e aumentar ainda mais a dependência econômica dos países considerados desenvolvidos.

Mas, afinal, o que caracterizamos como neoliberalismo e qual seu impacto para as políticas de educação?

De maneira geral, pode ser definido enquanto um complexo processo de construção hegemônica. Isto é, como uma estratégia de poder que se implementa sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional, etc. e, por ou através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem (e devem) ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades (GENTILI, 1996, p. 01)

Ou seja, há uma estratégia discursiva que visa o enfraquecimento institucional, seguida pela defesa de inserção de agentes externos, geralmente de mercado, para uma possível solução: o caminho padrão dos processos de privatização de estatais.

Torna-se ideologia dominante em um momento histórico singular: quando os EUA detêm a hegemonia mundial, buscando responder às demandas da conturbada relação entre estado nacional versus comércio e novas tecnologias. Diferencia-se do liberalismo clássico porque, ao invés de se preocupar com o chamado *cidadão* e suas liberdades, o neoliberalismo se interessa mais com o *consumidor*, em detrimento das liberdades relacionadas à democracia, contestando o papel do Estado. (MARRACH, 1996). O neoliberalismo, portanto, se relaciona de maneira dialética com a construção e manutenção de um novo imaginário social (GENTILI, 1996).

Sob essa lógica, a crise educacional é vista como um problema administrativo, em grande parte influenciada por um novo tentáculo do *Status quo*: a tecnocracia neoliberal. Deixa-se de lado uma questão ainda em aberto, a democratização do ensino, especialmente o superior. Ainda de acordo com Gentili (1996), o grande problema que essa construção hegemônica traz é uma pedagogia da exclusão. O discurso neoliberal usa como explicação, portanto, a ineficiência do Estado em administrar – ou, de acordo com o “termo da moda”, *gerir* -, criando mecanismos para interferir preferencialmente de maneira direta nessa administração, seguindo os padrões de mercado. O resultado é o aprimoramento de uma lógica que, ao fim, prioriza o lucro, o capital, e não a educação como forma de liberdade e emancipação. Logo, uma condição que a priori era de direito, reverte-se em propriedade.



### *Considerações Finais*

Se é certo que a universidade não começa e nem se encerra em si mesma e tampouco deve prescindir da articulação com a geração de riqueza, bens, serviços e tecnologias, mais certo parece que, enquanto instituição pública e lugar de debate, reflexão e produção de conhecimento, ela não deve abrir mão, sempre que necessário quando seus processos democráticos assim indicarem, do seu papel de força crítica, contra hegemônica, de modo a servir aos interesses do conjunto da população, uma vez que tais interesses, frequentemente, se chocam com os interesses do capital, não admitindo submissão acrítica ou adaptação aos seus anseios. As ferramentas que garantem as condições para o cumprimento desse papel- a autonomia didático-científica, financeira e patrimonial e administrativa- não comportam mitigação, interferência externa, relativização de processos colegiados democráticos de tomada de decisão e desidratação do financiamento público. Ao buscar enfraquecer esse aparato, aliado ao discurso ideológico neoliberal, a interpretação que se nos afigura correta para o Future-se é que seria ele um primeiro passo para uma posterior privatização do setor, como um choque nos alicerces do edifício da universidade pública, gratuita e crítica preconizada pela Constituição de 1988, para que mais dia ou menos ele venha a ruir. Atacam-se os seus fins e os seus meios. Ao fim e ao cabo, haveremos de nos indagar: lucro e necessidades humanas são sinônimos? É o mundo um mercado?

### *Referências*

- CHAUÍ, Marilena. "A universidade pública sob nova perspectiva". Rev. Bras. Educ., n. 24, 2003, Rio de Janeiro, p. 5-15.
- DOURADO, Luiz Fernandes. "Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90". Educ. Soc., v. 23, n. 80, Campinas, 2002.
- DOWBOR, Ladislau. "A era do capital improdutivo". São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- DUARTE, Newton. "Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista". Pro-Posições,, v. 21, n. 1 (61), Campinas, 2010, p. 75-87.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 56ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. "Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora". Perspectiva, v.19, n.1, Florianópolis, 2001.
- GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, P., SILVA, T.T. (org.) Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE,1996.

- GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Numes de. "Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa". *Educ. Soc.*, v. 33, n. 118, Campinas, 2012.
- MARRACH, Sonia Alem et al. *Neoliberalismo e educação: Infância, Educação e Neoliberalismo*. Primeira edição. São Paulo: Cortez, 1996.
- MARTINS, Antonio Carlos Pereira. "Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais". *Acta Cir. Bras.*, v. 17, supl. 3, São Paulo, 2002, p. 04-06.
- OXFAM Brasil. 2017. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acessado em: 04/02/2020.
- TONET, Ivo. "Educação e formação humana". *Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE*. v.8, nº 9, Foz do Iguaçu, 2006.
- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado*, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 43ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações - 11.ed. rev.*— Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- ZAMBELLO, Aline. *A expansão das universidades federais no Brasil: momentos e Instrumentos (2000-2013)*. 2015. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2015

## 2. Capricho, Farsa ou Imitação da Realidade: Discursos do Direito em Acórdãos de Retificação de Registro Civil de Travestis e Transexuais

Rachel Macedo Rocha<sup>4</sup>

### *Introdução*

Este artigo é fruto da minha dissertação de mestrado que teve como objetivo analisar 45(quarenta e cinco) decisões judiciais em processo de retificação de registro civil de mulheres transexuais e homens trans, junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

Na análise procurei explorar as noções da produção que estão na base dos discursos dos acórdãos, por meio dos laudos e da farta documentação que fazem “provas” nos processos. Essa documentação traz concepções de que existe um sujeito portador de uma identidade fixa. E, naqueles acórdãos observei que o discurso jurídico não dialogava com os estudos de gênero para enfrentar reivindicações de sujeitos cujas performances transitam e se cruzam entre fronteiras.

O pensar do meu estudo propôs o questionamento da prática discursiva do direito e provocou uma pergunta: a serviço de quem está o conhecimento jurídico?

As impressões que encontrei são de uma perspectiva que amarre o sujeito a partir de relações de poder, pois, sugere Silva (2010, p. 120), “não existe poder que não se utilize do saber, sobretudo de um saber que expressa como conhecimento das populações e dos indivíduos submetidos ao poder”.

O que se percebe é que há nesse emaranhado de significações de produção de identidades, a partir da biopolítica dos corpos, uma lógica da normalidade do binário, em um contexto de relações de poder, e não sob a perspectiva de escolha do outro. Há uma *verdade* que disciplina o nome e o gênero a partir do sexo. O que sugere que corpo e sexo não estão deslocados desse regime de disciplina e de normalização.

Nikolas Rose (2001, p. 140) lembra que há uma ansiedade nas mais variadas conjugações de práticas que buscam governar os atos de vida dos sujeitos e de suas identidades, e nessa prática imagino que o complexo jurídico não está isento.

---

<sup>4</sup> Rachel Macedo Rocha. Advogada. Doutoranda em Mudança Social e Participação Política EACH/USP. rachelmrocha@usp.br

Sua obra ajudou a refletir que os acórdãos localizaram o sujeito em um lugar que foi plantado, organizado e produzido para recepcioná-lo. O discurso dos acórdãos se ocuparam de um estatuto do que deve ser dizível, audível, operável (FOUCAULT, 1986, p. 61). O acórdão é mais do que mera *fala*, quando acolhia pedido do Ministério Público - MP, que não reconhece na pessoa transexual a identidade a qual se relaciona consigo mesma. O MP organiza uma fala alojada em um regime que a reduz a um significado definido por uma maquinaria estratégica, que define pessoas ao longo do tempo de época em época.

E as pistas que provocavam essas evidências se voltam ao que Foucault (2015, p. 281) indica como prática judiciária: o “conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos que aplicam o Direito” muito bem instrumentados em uma relação de dominação.

A literatura focaultiana foi essencial em minhas inquietações e serviu de referencial ao encontrado na pesquisa e na compreensão das relações humanas. O convite a pensar, investigar uma produção que rompa com a perspectiva tradicional de sujeito (SPINK, 2014, p. 23) incentivou-me a buscar o processo de seleção ao curso de mestrado junto à Escola de Artes, Ciências e Humanidades. A escolha não foi aleatória, pois a minha ideia era dialogar com outros campos disciplinares e o Programa de Mudança Social e Participação Política me possibilitou o desenvolvimento da pesquisa.

O levantamento de acórdãos foi realizado no sítio da rede de internet do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, TJSP, no link direcionado a consulta de jurisprudência de segundo grau, que permite a seleção do tipo de decisão que se deseja consultar.

Procurei, assim, explorar a dimensão que os discursos jurídicos exercem sobre os corpos, sobre os sujeitos, sempre com a ideia de tensionar a racionalidade dos discursos que operam na manutenção da universalização lógica que naturaliza as identidades a partir do binarismo de gênero, que patologiza e judicializa a vida.

Tais questões foram problematizadas a partir do pensamento teórico eleito, que auxiliou na reflexão sobre tipos de “verdades” cristalizadas nas entrelinhas dos acórdãos judiciais, interrogando-as sempre com a perspectiva de que algo novo possa fosse aparecer (MEYER, 2014, p. 42).

No tema abordado, esses regimes sinalizaram que o corpo não adequado imita uma verdade, é um embuste, uma farsa, uma mentira, e que tenta, de forma ardilosa, convencer essas redes com um mero “capricho”, como, por exemplo, mudar o nome de Renato para Renata.

A pesquisa explorou o debate sobre o sistema sexo/gênero, o que foi essencial, pois o trabalho está falando de categorias identitárias diferentes. Nesse aspecto, tracei algumas considerações sobre o percurso histórico do

dispositivo da sexualidade instaurado ao final do século XIX. Refleti sobre os saberes e os dispositivos de poder para compreender a política de reivindicação da identidade por transexuais e travestis, e como essas categorias subvertem, reinventam a ideia do dimorfismo de gênero e disputam o reconhecimento à autonomia do corpo, gênero e sexo. Identificamos, também, a *patologia* que demarca e os inscreve no Catálogo Internacional de Doenças – CID e no documento de Diagnóstico de Saúde Mental – DSM –V. Os desafios, estigmas e a pauta do segmento foram outros debates eleitos no trabalho.

Apresentei uma argumentação sobre a ótica do direito, como a relação do direito ao nome com os direitos humanos, com o direito de personalidade dos sujeitos, transitando, ainda, sobre o papel do Legislativo brasileiro e o ativismo judicial que levou tribunais à constitucionalização judicial das relações, de modo a compreender porque este debate não tem, ainda, merecido um olhar mais atento do parlamento brasileiro.

### *Discussão Teórica*

O debate sobre as identidades trans tem sido revelador para a ciência jurídica, até então ausente do contexto histórico sobre o tema. A visibilidade do movimento LGBT e principalmente das identidades trans nos últimos anos tem sido de extrema relevância para orientar pesquisas no âmbito da ciência jurídica, como a de Raupp (2012), Freire (2015), Oliveira (2009), Zambrano (2003), Gonçalves (2012) e outros, que cada vez mais tem aproximado o direito das ciências sociais na compreensão das relações humanas e das vivências em suas multiplicidades.

Os desafios e trajetos percorridos no âmbito do estudo se constituíram em fazer uma crítica ao direito, mas também ensaiar mudanças que possam confrontar esse direito tão enraizado em verdades jurídicas, como indica os trabalhos com a perspectiva das teorias pós-críticas.

Identifiquei que as decisões de primeira instância sugeriam um discurso sobre “verdades” a disciplinarem o nome e o sexo a partir do binarismo de gênero, valendo-se, ainda, da ciência médica e da biologia para narrar uma sentença. Gênero e sexo estavam, e estão colados nas entrelinhas das decisões. Logo, como ensinou Foucault (2003), em Dal’igna (2014, p. 200), era preciso desconfiar das verdades e das certezas dessas sentenças.

Chamo de discurso aqui o que Spink (2013) sugere como “aquilo que é institucionalizado da linguagem e de sistemas de sinais de tipo linguístico” (Spink2013, p. 23). Ou seja, a linguagem da estrutura jurídica.

Relacionei trabalhos e teóricos que se aproximam das contribuições dos estudos de gênero sob a perspectiva do pós-estruturalismo para dar

seguimento ao meu objetivo, bem como trabalhos de colegas que investigaram sobre a transexualidade e a travestilidade no âmbito da ciência jurídica.

Esses processos chegaram à Corte Judicial paulista por meio de recurso de apelação acionados, tanto pelos requerentes da ação inicial, os sujeitos autores das ações, homens trans, mulheres transexuais e travestis, quanto pelo representante do Ministério Público Estadual. Em ambos os casos, o apelo protesta pela reforma da decisão do juiz de primeiro grau, que acolheu ou negou a pretensão de retificação de nome e redesignação de sexo/gênero.

A escolha por este caminho não traz ao estudo, a pretensão de demonizar o papel do Judiciário. Este, aliás, foi um paradoxo no âmbito desta pesquisa. Ao desconfiar, suspeitar, criticar e problematizar como a *verdade* sobre os sujeitos e as identidades foram construídas pelos acórdãos, acolhendo ou rejeitando suas demandas, com consequências significativas na vida desses indivíduos, enquanto profissional, recorri inúmeras vezes ao poder judiciário atuando na defesa da população trans que buscava a identidade civil junto a este Poder.

Amparo-me, neste aspecto, em Meyer (2014, p. 58), que, ao debater sobre a produção de pesquisa que produz inclusão social, destaca que a ideia não é negar o valor de verdade de outros estudos que abordam essas e (outras) políticas públicas e ações programáticas. Para isso, recomenda problematizar, com o referencial teórico, a forma de compreender quais discursos ancoram e conformam algumas noções tais como, paternidade, infância, juventude. O que nos faz refletir sobre o objeto deste estudo com a perspectiva de problematizar a noção de sujeitos, gênero, sexualidade, identidade, que compõem as entrelinhas da decisão judicial.

Nesse aspecto, o Poder Judiciário foi um respiro às respostas desse estrato da sociedade, autorizando a retificação de nome sem a exigência da cirurgia de afirmação de gênero, em alguns casos. Essas se revelam políticas públicas a fazer micro mudanças no cotidiano e elas são de grande relevância. É o que indicam Cruz, Morita, Araújo, Gervásio e Santos (2016, p. 87):

No micro espaço também se produz mudança social. Novamente aqui há que se fugir dos binarismos (onipotente/impotente), mas é preciso dar vida à potência do cotidiano e fruir nos espaços de saúde e educação a seiva da mudança social. As pequenas revoluções no cotidiano já fazem diferença na vida das pessoas. (CRUZ, MORITA, ARAÚJO, GERVÁSIO E SANTOS, 2016, p. 87)

Das linguagens apontadas nos acórdãos, elegi dois eixos dos discursos que influenciaram as decisões e, considerando que há uma conexão muito próxima desses repertórios linguísticos, em alguns momentos ambos foram problematizados em uma mesma análise.

Esse discurso que leva aos dois eixos é prática que individualiza e possibilita mecanismos de poder pela ciência jurídica. Um exercício de poder que constitui “alguém” por meio da hermenêutica jurídica. O poder aqui nesta investigação é tomado a partir do referencial de Michel Foucault: “não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (CASTRO, 2014, p. 12).

1. Eixo Biomédico - Exigência de cirurgia, Capacidade reprodutora, transexualidade/ condição transexual, patologização/CID F 64.0/ transexualismo, identidade sexual, identidade biológica.
2. Eixo Jurídico - Imutabilidade do nome, realidade jurídica e naturalística, verdade registral e dignidade humana.

A seguir, alguns exemplos explorados na dissertação sobre o primeiro eixo, o biológico, e a verdade do sujeito.

### *Abordagem biomédica*

Uma decisão, negada nas duas instâncias julgadoras, decisão de um juiz de primeiro grau e do colegiado do TJ em grau de recurso, destaca o processo de uma mulher transexual, que não havia realizado a cirurgia de afirmação de gênero, e peticionou a alteração de seu nome e redesignação de seu *sexo* para feminino.

O juiz de primeiro grau havia indeferido a inicial por “carência da ação”, ou seja, por falta de interesse jurídico para pleitear tal pedido. Para o juiz, o mero reconhecimento por meio de laudo médico, enquanto transexual, não era elemento suficiente a nortear o pedido. A requerente, por sua vez, alegava viver assim há treze anos; logo, estava com 29 anos exposta a constrangimentos de toda ordem. O argumento da “*verdade registral*”, tão utilizado para indeferir pedidos como este, ou seja, que o fato do interessado viver com sexo biológico não correspondente ao determinado no documento civil, é um contrassenso. Que verdade o registro espelha que só ganha relevo no aspecto biológico? No caso o relator se fundamentou, ainda, no parecer do Ministério Público para decidir que:

“a parte autora não trouxe provas técnicas aos autos que possibilitasse a alteração de nome e de sexo, caso em que o pedido poderá ser renovado se sobrevierem novas situações.” (...) “Não tendo se submetido à cirurgia para ablação dos órgãos externos masculinos, o sexo do requerente era e continua masculino. Não é possível a alteração do prenome do registro de nascimento sem que concomitantemente, haja a alteração do sexo anotado no registro, pois dele deve haver compatibilidade entre esses elementos essenciais no assento, sob pena de se retirar a segurança na identificação das pessoas desejada pelo legislador”. (Apelação 0023241-58.2011.8.26.0344)

Ilustra, ainda, sua manifestação, destacando matéria publicada em site jurídico de que a segurança na identificação fica prejudicada neste caso: “mesmo ocorrendo a completa cirurgia, a mudança de sexo será sempre aparente, pois os órgãos sexuais cirurgicamente criados são inteiramente

desprovidos da função reprodutora”. A leitura que vai espelhar a *verdade* do direito buscou no corpo uma estratégia para produzir um discurso a partir de um saber e produzir uma verdade sobre o papel da mulher. A função reprodutora é um desses discursos produzidos por coerções que parte de um pressuposto de categoria fixa de mulher a partir de uma categoria universal

O mesmo argumento pode ser observado nesta decisão, que analisou recurso do Ministério Público de uma sentença favorável do juízo de primeira instância, que destacou o parecer do Procurador de Justiça para orientar o acórdão:

Ora, no caso em exame, o fenótipo foi formado de forma indireta, com influência do processo cirúrgico, de maneira que o próprio enquadramento da característica de prevalência de um sexo sobre o outro não se faz presente, de forma a possibilitar uma graduação, ainda que teórica, da prevalência de sexo (feminino ou masculino).(...)“Nesse aspecto, a adequada colocação feita pelo Procurador de Justiça oficiante “não se trata de esterilidade apenas. Trata-se de uma situação anômala criada artificialmente, e NÃO CONSAGRADA PELO DIREITO POSITIVO, uma vez que a esterilidade pressupõe possibilidade de procriar. E o transexual operado não tinha, não tem e nem terá essa possibilidade. Ofende ao bom senso imaginar que algo ou alguém seja estéril sem que ele próprio ou seu semelhante, para que se diga o menos, possa fazê-lo ainda que em tese. E nem em tese o ora Apelado poderia ou pode procriar”(fls.121).Se o apelado sofre discriminação, nem por isso as pessoas que venham a com ele ter contato, sob qualquer ângulo, podem ser levadas a pensar que ele é o que não pode ser. Em outras palavras, se registrado como do sexo feminino e alterado seu prenome, a todos o apelado se apresentará como mulher. (,,,) Na mesma linha e com a mesma veemência com que deve ser combatida a discriminação, não se pode obrigar ou impor às pessoas a aceitação do transexual como algo natural.(Apelação nº 452.036-4/0-00)

O acórdão reforça esse debate ao trazer em sua manifestação a alegação de que “ofende ao bom senso imaginar que algo ou alguém seja estéril sem que ele próprio ou seu semelhante, para que se diga o menos, possa fazê-lo ainda que em tese. E nem em tese o Apelado, poderia procriar”. O caso traz uma manifestação carregada de elementos norteados por uma visão de normalização do corpo, e como atenta Bezerra Jr (2006, p. 94), assimilamos em nosso cotidiano sem qualquer reflexão crítica. O que está em jogo, adianta, “é a experiência da vida ou a fruição da vida”.

Na dicotomia doença, saúde, normal e patológico o que é fundamentalmente importante refletir é que aquilo que enfaticamente se tem como “normal” é, em um primeiro aspecto, ao que se espera às solicitações da vida. “O normal é concebido não apenas como aquilo que ‘é’, mas como aquilo que “deve ser””. Mas também, continua o autor, porque “é normal porque é normativo, ou seja, é capaz de criar novas normas de



funcionamento sempre que isto se fizer necessário para preservação ou ampliação do estado de saúde do organismo”, (BEZERRA JR. 2006, p. 94).

Ao afirmar que um corpo foi *formado de forma indireta*, cujo fenótipo não corresponde àquilo que se espera como normal, o relator, ao apontar este corpo, como corpo não “normal”, traz aquilo que Bezerra (2006, p. 104) sinaliza que tal discurso estaria *incorporando inevitavelmente o simbólico e o social* a esse modo de viver.

Nesta outra apelação, o Ministério Público recorreu alegando que “a jurisprudência não admite a mudança pretendida e que o recorrido não tem capacidade reprodutora”. Mas o relator foi favorável ao pedido da transexual, em oposição ao órgão ministerial, na seguinte conformidade:

Há prova de que o apelado antes já se identificava com o sexo feminino (fls.23). A cirurgia, certamente, aprofundou essa tendência. Eventual desconformidade psíquica com o caminho adotado em nada alterará a situação. O apelado já fez sua escolha. (...) Se a capacidade reprodutora fosse essencial para a definição de sexo, homens e mulheres estéreis deveriam ter seu estado civil alterado tão logo se percebesse a deficiência. Seria necessário a criação de novo gênero. (Apelação 427.435-4/3)

Esse conceito de mulher espelhado nas manifestações judiciais nos fez debater sobre o sexo da mulher “não reprodutora”, que atinge todas as mulheres. É ela menos mulher, menos feminina e não apta a ostentar o nome de registro civil de uma mulher?

Nos acórdãos expostos temos dois elementos muito importantes: a ideia da reprodução como destino do feminino e o objetivo do ato sexual. Fazer sexo para reproduzir é o que justificaria a relevância de fazer sexo; esta ideia não está explicitada, mas está implicitamente dita quando se aponta para a impossibilidade de reprodução.

Neste sentido, quatro elementos importantes encontram-se na narrativa sustentada no biológico: reprodução como destino do feminino, reprodução como objetivo da prática sexual, sexo biológico como definidor imutável do sujeito e mudança de sexo como elemento potencialmente prejudicial às outras pessoas.

Nos corpos judicializados o sexo é uma prática regulatória que produz o corpo que governa e vai demarcar os corpos a partir do sexo. Ao insistir que a realização da cirurgia de transgenitalização era um elemento essencial à retificação do prenome e à readequação do gênero, fica clarividente na fala do julgador, que sexo é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente torna-se viável, é aquilo que qualifica o corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.

O corpo que não reproduz é um corpo que atravessou os limites da legalidade e da legitimidade das “fronteiras de gênero”, logo *infratores* passíveis de “sofrer penalidades” (LOURO, 2004, p. 89).

Assim, no corpo que se apresenta como abjeto, afirma Butler: “é sua própria humanidade que se torna questionada” (BUTLER, 2000, p. 152).

As narrativas dessas decisões deixam evidente que essa fala do operador do direito que julga e forma a linha inteligível do sujeito, além de se apropriar de uma interpretação da medicina, que lerá o corpo e contribuirá para atestar verdades em cada decisão, forma um arsenal de significados, de modo a padronizar uma política de produção da verdade sobre o sujeito. Quem é essa pessoa que se arma de provas para obter um documento que a traduza a partir do que se espera dela? Qual a lógica do processo? A prova está conectada com a ideia de verdade, lembra Freire (2015, p. 91).

### *Abordagem do Direito*

A desconstrução das verdades que ganham relevo na jurisprudência e que ainda prevaleceu em muitos julgados não apenas na Corte Paulista, à luz do direito, concebeu travestis e transexuais a partir do que se empreendeu como certificado, normalizado no corpo.

As exigências pelas quais um processo dessa natureza sustentava, atentou para uma arbitrariedade capaz de afastar a pessoa transexual e a travesti do processo judicial. O fenômeno real do poder funciona, assim, estrategicamente entre aqueles e um cidadão heterossexual que decide retificar seu nome. No exemplo abaixo fica clara essa tática.

Ruth, mulher heterossexual, decidiu alterar seu nome, pois desde a infância sofria situações constrangedoras no espaço escolar. E mais, a decisão relata que, por vezes, a requerente teve seu nome confundido ao de uma travesti. Tais dissabores convenceram o juízo a retificar seu nome apenas a partir de documentos pessoais juntados aos autos, certidão de nascimento e comprovante de endereço.

(...)traria aborrecimentos desde o período escolar, já que seria alvo de piadas, notadamente durante a chamada, quando então os colegas a apelidariam de "Rúcula" ou "Rubrica", dentre outros, situação que teria sido percebida pelos professores que não mais pronunciariam o nome, limitando-se a avistá-la e registrar a presença.(...) bem assim como no ambiente do trabalho também teria ouvido alguém dizer que pareceria nome de travesti, o que lhe teria causado grande mal estar, de forma que teria adotado o apelido Ruth, como então seria conhecida na sociedade.(...) (Processo nº: 1000342-45.2015.8.26.0009 - Restauração de Registro Civil – Foro Regional Vila Prudente – SP 2ª Vara Cível. (grifo nosso)

Por outro lado, ao decidir o processo de Katty, mulher transexual, concluiu o mesmo judiciário que o nome era imutável, em contraposição à decisão de Ruth. A decisão ainda informa que foram juntados documentos pessoais, mas que não havia registro de realização de procedimento cirúrgico de *transgenitalização*, e que era mero capricho da autora pedir mudança de nome de Renato para Katty. (Apelação 9103308-21.2008.8.26.000).

Nessa construção, vale resgatar as indagações de Michel Foucault, tanto sobre os sujeitos, quanto sobre as estruturas que vão se ocupar desse sujeito e construirão estratégias de apagamentos de alguns.

Seu discurso sobre as verdades e as formas jurídicas reacende um debate necessário na ordem do dia, o do sujeito normal e patológico. Para Foucault (1973, p. 8), o próprio “sujeito do conhecimento tem uma história”, a relação do sujeito como objeto, ou, mais claramente, “a própria verdade da história”. Que discurso atende as falas de Ruth ou Katty, que desejavam ter seus nomes retificados?

A decisão que negou a retificação de Katty produz um discurso do direito não restrito ao poder de lei, mas um discurso construído a partir de concepções de uma microfísica do poder, de suas práticas e “onde nasceram modelos de verdades” (FOUCAULT, 2002, p. 27). E este é o modelo de sujeito constituído e construído pelas duas decisões. “Um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história.” (FOUCAULT, 2002, p. 10).

O processo é a forma de saber alinhada a conteúdos científicos, que exercerão modalidades de aquisição e formas de poder de extrema vigilância sobre os corpos não inteligíveis e organizados na sociedade. Nesse aspecto, o acórdão é instrumento de eficiência que autêntica uma verdade a partir do corpo espelhado.

A verdade registral e a realidade naturalística são argumentos jurídicos que insistiram na verdade da certidão de nascimento que correspondia ao que a ciência jurídica indica como o espelho de cada sujeito. Um espelho que retrata a verdade a partir da lógica biológica de cada um.

A pesquisa revelou que, dos recursos ingressados na Corte Paulista, a maioria era de autoria do interessado, aquele que requereu a ação. Os dados, entretanto, referente aos recursos do autor, trouxe uma amostra de que a decisão de primeira instância, desfavorável aos autores da ação, eram avalizadas pelo Ministério Público lá na decisão de origem, de primeiro grau. Logo, o Ministério Público, na sua primeira atuação, emitia opinião de modo a conduzir a decisão de primeira instância de forma negativa. E, no mesmo sentido, quando esta se revelava positiva em primeira instância, o recurso do MP era imediato. Ou seja, ou o Ministério Público silencia, ante uma sentença desfavorável, ou recorre, quando a decisão é favorável ao autor da ação.

As expressões: “doente”, “CID”, “DSM”, “patologia”, corpo adequado, corpo não adequado, “fenótipo”, “genótipo”, “reprodução” são significações que asseguram o “melhor” e “o bem estar” que formularam verdades para e sobre o sujeito.

Aponte para essa fixidez da norma que o direito precisava desconstruir, pois, ao atestar que a cirurgia era determinante para a apreciação de um pedido, a crítica que este estudo fez foi a de um direito que fundava suas decisões sob a premissa de documentos que se vale de uma lógica biológica, que apontam para o sujeito patológico, e excluía desse debate qualquer reflexão sobre gênero, sexo e cultura.

Indiquei que havia um forte apelo à conformação biológica formulando discursos favoráveis e contrários à retificação do prenome e sexo/gênero. O nome é sempre designado a partir do fenótipo, o corpo é sempre lido a partir do sexo biológico. Gênero e sexo estão sempre colados no corpo.

De que Ministério Público teve um papel preponderante na prática judiciária de retificação de prenome e redesignação de sexo/gênero. O Ministério Público recorreu de 14 (catorze) decisões de transexuais que haviam realizado a cirurgia de transgenitalização. Essa prática causa estranheza se pensarmos no papel do Ministério Público enquanto defensor da ordem jurídica e dos interesses da sociedade.

### *Considerações Finais*

Ficou evidente que o acesso judicial não devia ser a única via de retificação do documento.

Que havia nos discursos uma ideia muito presente validando o conceito de família viável, patriarcal, matrimonial, mas principalmente, sob o viés da família naturalizada, como indicou Lima (2017). E neste, o discurso evidencia eventuais riscos que esses sujeitos podem causar à segurança jurídica de terceiros ao constituir uma família.

Identifiquei a disputa política que um processo dessa natureza expõe. Pessoas transexuais e travestis resistiram e insistiram no direito ao nome e à identidade de gênero ao confrontar o Judiciário. Recorrer é afrontar é não conformar aos múltiplos discursos que os/as encarceram em documentos que sinalizam um único caminho possível do que significa ser “homem” e “mulher” aos olhos do Poder Judiciário. E nesta disputa política sintetiza um recado de que a defesa da identidade não é um mero capricho, mas um ato de autonomia e liberdade de decidir sobre o corpo e às vivências que desafiam as normas de gênero, como destaca (Bento e Pelúcio, 2012, p. 574).

No mapa dos discursos encerrei com uma metáfora de Rosa (1979), da travessia do sertão, do mundo. Uma travessia de muitas perguntas e poucas respostas, ou nenhuma resposta, ou respostas provisórias. A travessia pelo mundo dos discursos é de desafios, de medos, de lutas, de amores, de encontros, de desencontros, de certezas, de surpresas. A travessia

pelos discursos é a de querer, de querer nada, querer uma coisa só, mas um querer. A travessia de querer é um labirinto, é invisível, silenciosa, infinita, de (des)esperança.

Atravessar um discurso é resistir, é insistir, é reinventar, é narrar possíveis sentidos do que somos. E neste atravessar há um mar de águas turvas, e em algumas dimensões desta travessia, ainda estão rolando os dados, como apontou Oliveira (2009).

### *Referências*

BENTO, Berenice. O que é Transexualidade. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 2008

\_\_\_\_\_; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, Aug. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000200017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 6 março de 2016.

BEZERRA JR. O normal e o patológico: Uma discussão atual. In: A. N. Souza, & J. Pitanguy (Orgs.) *Saúde, corpo e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006,

BUTLER, Judith *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O Corpo Educado. Pedagogia da Sexualidade*. 2ª Edição. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176p.

\_\_\_\_\_. *Desdiagnosticando o Gênero – Undiagnosinggender*. Tradução André Rios; Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA. Disponível em *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Vol. 19. N1, Rio de Janeiro 2009

\_\_\_\_\_. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas e conceitos – Trad. I.M. Xavier*. *Rev. Técnica A. Veiga-Neto e W. O. Kohan*. 2ª Ed. Belo Horizonte: s/e, 2016.

CRUZ, Elizabete F.; MORITA, Helena; ARAÚJO, Elisangela Alves de; GERVÁSIO, Mariana de Gea; SANTOS, Thiago, Bonfim dos. *Gênero, Saúde e Educação. Um convite à mudança social*. São Paulo: Annablume, 2015.

DAL’IGNA, Maria Claudia. Grupo focal na pesquisa em educação: passo a passo teórico-metodológico. In: MEYER, D. E. & PARAÍSO, M. A (orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade v.1 Vontade de Saber*, 20ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 2010.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_ A verdade e as formas jurídicas. 3ª edição; Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FREIRE, Lucas. A Máquina da Cidadania: uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. A transexualidade sob a ótica dos direitos humanos: uma perspectiva de inclusão. Tese de Doutorado. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-04032013-105438/pt-br.php>. Acesso em 10.07.2017.

LIMA, Luiza Ferreira. Profecias de Fraude: Casamentos inaceitáveis e sujeitos perigosos em decisões judiciais sobre retificação de “sexo” de pessoas transexuais. Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latino Americana. N.25 –abri/2017 –pp 68-88

LOURO, Guacira Lopes (org.). Pedagogias da Sexualidade. O Corpo Educado. Pedagogia da Sexualidade. 2ª Edição. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica. Belo Horizonte, 2000. 176p.

LOURO, Guacira Lopes. Um Corpo Estranho. Ensaio sobre a sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

MELO, A. D.; SILVA, G. F. F.; RIBEIRO, C. M. Águas revoltas: mergulhos na indefinição. Um inundar de questionamentos sobre a loucura, diferenças e travestilidades. In: V Congresso Internacional em Estudos Culturais - Género, Direitos Humanos e Ativismos, 2016, Aveiro - PT. V Congresso Internacional em Estudos Culturais - Género, Direitos Humanos e Ativismos, 2016. v. 01

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues. Isto é contra a natureza? Decisões e discursos sobre conjugalidades homoeróticas em tribunais brasileiros. Tese de Doutorado junto a Universidade Federal de Santa Catarina. 2009. 256p.

OLIVEIRA, Fabiana Luci e SILVA, Virginia Ferreira. Processos Judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. Sociologias. Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p.244-259

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologia de pesquisas pós-críticas em educação e currículos: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D. E. & PARAÍSO, M. A (orgs.). Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda, 2014.

RIOS, Roger Raupp. Direitos humanos, transexualidade e “direito dos banheiros”. Revista Direito & Práxis. Rio de Janeiro, Vol. 06, N.12, 2015, p. 196-227

ROCHA, Rachel Macedo. Capricho, farsa ou imitação da realidade: discursos do direito em acórdãos de retificação de registro civil de travestis e transexuais. 2017. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.100.2018.tde-01032018-164025. Acesso em: 2018-08-01

- ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979. 459p.
- ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Thomaz Tadeu da (Org e tradução). Nunca Fomos Humanos – nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SCHRITZMEYER, A. L. P. Sortilégio de saberes: curandeirismos e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990). São Paulo: IBDCRIM, 2004.
- SILVA, Thomas Tadeu. Documentos de Identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 156p.
- SPINK, Mary Jane. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Edição Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas Sociais, 2013.
- SPINK, M J; BRIGADÃO, J; NASCIMENTO, V.; CORDEIRO, M. (org). A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. 1. Ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.
- ZAMBRANO, Elizabeth. Trocando os Documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003, 120 p.

### **3. Violência estatal e racismo estrutural: Uma análise do projeto neoliberal brasileiro como legitimação do genocídio da população negra**

Rodrigo de Araujo Merida Sanches<sup>5</sup>

#### **Introdução**

Passadas duas décadas do século XXI, não é consenso ainda na sociedade brasileira que existe racismo no Brasil, alguns setores relutam em admitir a presença desse mal social no país, sendo necessário então o uso de alguns indicadores para provar que esse racismo existe sim, e tão (ou mais) forte que antes. Mesmo a população negra sendo a maioria na sociedade brasileira (PNAD contínua, 1º trimestre de 2019), somando 56,2 % entre pretos e pardos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, eles ainda são as minorias nas universidades, segundo levantamento da Folha de São Paulo somente 27% dos estudantes dos cursos de graduação mais conceituados pelo mercado são pretos ou pardos (2019), ainda segundo censo da educação realizado pelo MEC em 2017, o número médio de anos de estudo dos negros, entre 18 a 29 anos de idade, era de 10,8 anos, enquanto da população branca era de 12,1 anos.

Os indicadores que superam a marca da representatividade populacional do povo negro, infelizmente, são população carcerária e violência urbana. Segundo levantamento do Infopen, o Sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro (Ministério da Justiça, Câmara dos Deputados, 2018), 61,7% da população carcerária brasileira é composta por pretos ou pardos. Já em relação à violência que as populações das grandes cidades brasileiras sofrem, a chance de um jovem negro ser vítima é maior do que a de um jovem branco, de acordo com o Atlas da Violência 2018, estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ainda segundo o estudo, a taxa de homicídios de não negros por 100 mil habitantes no Brasil foi de 16%, enquanto a de negros atingiu a taxa de 40,2 %, mais que o dobro. O impacto da violência na população negra é tão profundo e danoso que a Câmara dos Deputados criou, em 2015, uma comissão parlamentar de inquérito para “apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da

---

<sup>5</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH-USP. Bolsista-CAPES Contato: rodrigossanches504@gmail.com



violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil” (CÂMARA, 2015).

As feridas causadas pelo racismo na sociedade brasileira são visíveis a qualquer um, mas algumas pessoas ainda querem acreditar (ou fingem) que o país não sofre dessa doença. É evidente que a violência sofrida pelos negros, principalmente pelos jovens, é a face mais cruel com a qual o racismo se materializa na sociedade, mais trágico ainda é quando essa violência é praticada pelo próprio Estado, que deveria ser o responsável por combater a discriminação racial.

Em função da amplitude do tema este estudo estipulou por objetivos gerais, a partir de um panorama histórico, averiguar as relações entre a violência de Estado contra o povo negro (SINHORETTO; MORAIS, 2017) e as políticas neoliberais adotadas pelos diferentes governos brasileiros a partir da década de 1980, com uma leve mudança de paradigma entre 2003 e 2016 e voltando com toda força a partir do impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Por fim, analisaremos quais as possíveis relações entre a empreitada assumidamente neoliberal do atual governo de Jair Bolsonaro e um recrudescimento da necropolítica brasileira.

Para atingir os objetivos gerais a argumentação será dividida em três frentes analíticas: a primeira é composta por um resgate histórico sobre as bases coloniais que formaram as estruturas racistas e violentas no Brasil, observando como se deu a violência de Estado contra o povo negro ao longo dos séculos; em seguida abordaremos a virada neoliberal no Brasil dada a partir dos anos 1980 e como esse contexto transformou a violência de Estado em uma necropolítica. Por fim, o artigo finaliza a argumentação analisando o processo de retomada ao neoliberalismo que se inicia com a posse de Michel Temer em 2016 e ganha força com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018; e como as forças políticas e sociais que idealizaram esse projeto neoliberal pretendem, a partir do desmonte do Estado e das políticas sociais, aumentar a violência com que o Estado atua para com os povos minoritários, inclusive os negros.

### *A secular política de morte do Estado brasileiro contra o povo negro*

No curso da formação sociopolítica de qualquer país com passado de colonização presencia-se o mesmo padrão de dominação: violência contra os povos minoritários, no Brasil não foi diferente. O projeto de construção dos Estados nacionais nessas regiões foi baseado com vistas à manutenção da ordem colonial/capitalista imposta pelos países do eixo atlântico norte por meio, principalmente, da violência e da implantação de sistemas racistas contra os povos originários e os que foram vítimas da diáspora africana (MBEMBE, 2018. FANON, 2008. OLIVEIRA, 2018).

O Brasil tem papel de destaque quando o assunto é política de morte (MBEMBE, 2018). Por ser um país de maioria negra e uma das maiores economias do mundo, o racismo estrutural serviu bem para a burguesia local controlar as minorias e manter a sua hegemonia de classe. Isso se mostra tão evidente que, mesmo passados 130 anos da abolição, ainda temos pouquíssimos negros e negras tomando as decisões políticas e econômicas, em contrapartida, são eles e elas os que mais morrem assassinados pelas forças do Estado e são a grande maioria da população nas regiões mais vulneráveis socialmente.

A estrutura social racista e a violência contra o povo negro no Brasil se dá já na repressão contra os movimentos de resistência contra a escravidão que nasciam no período colonial. Historicamente, a relação entre o Estado brasileiro e os negros poucas vezes apresentou características democráticas, essa relação orgânica quase sempre foi marcada e caracterizada por conflitos, na maioria das vezes armados. A formação de quilombos como forma de resistência contra a escravidão e o sistema social imposto (baseado na desigualdade, no trabalho forçado e no racismo), somado às guerras insurrecionais (tanto pela independência como pela abolição) formaram os primeiros confrontos armados entre parte do povo negro e o Estado brasileiro, inaugurando as relações entre ambos (RISÉRIO, 2007. AMARAL; VARGAS, 2019).

As insurreições negras foram as principais formas de resistência à escravidão e luta contra o sistema escravagista até o surgimento do movimento abolicionista no final do século XIX. Durante todo o período imperial o Estado brasileiro só se relacionou com o povo negro ou por meio da regulação do mercado de negros escravizados ou por meio da repressão militar, principalmente contra as insurreições. A região do Brasil que concentrou o maior foco dessas revoltas foi a Bahia, tendo como a mais importante a Revolta dos Malês, de 1835 (Risério, 2007, p. 333).

Além do extermínio e da repressão praticados pelo Estado, a criação do sistema penitenciário foi um artifício muito usado para o controle dos corpos negros na sociedade brasileira. Segundo Amaral e Vargas (2019, p.109-110):

[...] À medida que a presença negra começou a tornar-se uma ameaça no espaço público, o Estado passou a reforçar as políticas penais direcionadas aos escravizados e alforriados [...] Como forma de manutenção do controle e da limitação do acesso aos espaços públicos, os municípios também produziam leis, punindo a “deambulação” de pessoas, as manifestações religiosas ou culturais, a reunião de pessoas de cor [...] Além disso, eram rotineiros os encarceramentos pelo crime de vadiagem, as perseguições às capoeiras e a demolição de cortiços urbanos.

Percebe-se, portanto que o Brasil construiu seu sistema penal e policial a partir de uma estrutura onde qualquer tipo de organização social negra era criminalizado, passível de repressão e punição, uma política de

segurança completamente enviesada racialmente, ou seja, uma estrutura racista. Essa política de segurança serviu também para controlar o surgimento dos movimentos sociais negros no início do período republicano, movimentos esses que surgiam justamente para combater os excessos praticados pelas forças de segurança, e para exigir direitos e liberdade (SANTOS, 2006. DOMINGUES, 2007 FERNANDES, 2008).

Oliveira (2018), em seu artigo sobre violência estrutural, necropolítica e colonialidade, se apropria de conceitos elaborados por Anibal Quijano e Ruy Mauro Marini para desenvolver sobre como países marcados por passado de colonialismo e escravização a violência e o racismo são utilizados como forma de manutenção da ordem social vigente.

Segundo Oliveira (2018, p. 43):

[...] Na dinâmica racial em países marcados pelo colonialismo e pela escravização como os do continente latino-americano, a violência institucional se manifesta principalmente pelo racismo, que serviu como ideologia legitimadora da exploração do trabalho escravo e da colonização e, depois, da superexploração do trabalho (MARINI, 1990) e da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). Consequentemente, a violência se articula com outras duas dinâmicas da formação dos Estados nesses países: a lógica da concentração de renda e patrimônio e a concepção restrita de cidadania (OLIVEIRA, 2017).

Essa argumentação ajuda a entender porque o Brasil fez do racismo parte das estruturas sociais e políticas, orientando assim as ações individuais e coletivas, públicas e privadas das pessoas. O racismo, em todas as suas diferentes formas de manifestação e materialização, serve para manutenção da ordem social e econômica vigente (OLIVEIRA, 2018). Ou seja, “essa naturalização da violência contra os negros no Brasil é o que permite chamar de estrutural o racismo no Brasil” (ALMEIDA, 2018 in: AMARAL; VARGAS, 2019, p. 131).

O padrão brasileiro de controle sociopolítico dos negros desenvolvido historicamente, ou seja, a biopolítica de controle dos corpos negros (FOUCAULT, 2008. DANNER, 2010), assume novos patamares com o avanço do século XX, as perseguições, prisões arbitrárias, assassinatos e execuções policiais nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro configuram o novo padrão de opressão das forças militares estatais (SINHORETTO; MORAIS, 2017). A partir desse marco, e com a opção brasileira pelo neoliberalismo, esse biopoder assume novas características epistemológicas, se tornando de fato em uma necropolítica, ou o direito soberano de assassinar (MBEMBE, 2018. AMARAL; VARGAS, 2019).

As relações entre o projeto neoliberal brasileiro do final do século XX e a necropolítica

A partir dos anos 1980, e mais intensamente dos anos 1990, os governos brasileiros implementam políticas econômicas mais voltadas à doutrina liberal. Após um período de forte crise econômica gerada basicamente pela vulnerabilidade nacional

à fatores externos, como a crise do petróleo da década de 1970 por exemplo, uma “aliança política extensa e heterogênea [...] arbitrada por um grupo de intelectuais e tecnocratas absolutamente alérgicos à palavra nação” (FIORI, 2000, p. 29) implementa de vez seu projeto neoliberal com o objetivo de abertura total da economia para o mercado financeiro internacional e ajustes de diretrizes econômicas e políticas conforme os padrões norte americanos, tirando o controle do Estado sobre as políticas públicas (FIORI, 2000).

O resultado dessa investida neoliberal foi o desmonte do Estado e o aumento dos padrões de acumulação de riqueza, fazendo crescer mais ainda a concentração de renda e a desigualdade social no país (FIORI, 2000). Com esse contexto instalado, e o Estado sem capacidade de investimento em políticas sociais de combate à pobreza, a situação de catástrofe social foi inevitável.

Uma situação de crise social, como a que o Brasil foi inserido a partir da década de 1990, fez com que a violência se tornasse ainda mais endêmica, ainda mais em um país que fundou sua sociedade com base na violência contra o povo negro, como vimos anteriormente. O neoliberalismo é a condicionante que transforma a biopolítica em necropolítica, o diferencial dessa nova forma de violência presenciada a partir da implementação do projeto neoliberal é que agora ela se torna uma política de Estado, ou melhor, um estado de exceção (SINHORETTO; MORAIS, 2017. MBEMBE, 2018. AMARAL; VARGAS, 2019).

Segundo Amaral e Vargas (2019, p. 116):

[...] Esse cenário mostra que a desigualdade no Brasil não foi um resultado da pura e simples acumulação de renda por um grupo, mas, sim, a consequência de uma política de exclusão do negro dos meios de trabalho e renda. A desigualdade, portanto, fundou-se sobre a raça, em um Estado que promoveu políticas públicas voltadas à concessão de benefícios para uns, enquanto virava as costas à miséria que cercava outros.

Portanto, a necropolítica como um Estado paralelo ao Estado democrático de direitos relativiza a vida e cria suas próprias regras, baseadas na decisão soberana dos que merecem viver e dos que merecem morrer, em casos extremos até mesmo institucionaliza essas regras e substitui os direitos do cidadão pelo direito do Estado de decidir quem ele pode matar, e é nessa situação que se encaixa o estado de exceção e o estado de sítio para Mbembe (2018, p. 17), onde “tornaram-se a base normativa do direito de matar”.

Nesses termos, em um sistema onde é retirada completamente a responsabilidade do Estado em promover a igualdade social e a justiça, e essa responsabilidade é substituída justamente por uma política de morte que atende a interesses de uma classe privilegiada, a vulnerabilidade do povo negro à violência atinge níveis alarmantes. A lógica neoliberal somente potencializa a violência estatal e fornece novas “ferramentas para que o sistema penal potencialize suas políticas genocidas quanto àqueles que já

estão à margem” (AMARAL; VARGAS, 2019, p. 117). Ainda segundo os autores (2019, p. 133):

[...] Os dogmas neoliberais, ao redefinir as subjetividades, ampliam as distâncias e inserem a concorrência entre os indivíduos como condição inevitável para o sucesso. Nesse cenário, multiplicam-se os motivos para segregar o negro nos espaços a ele relegados desde o início da nossa história [...] Ao ser responsabilizado pela própria sujeição e enquadrado nos estereótipos que correspondem ao inimigo, o povo negro pode ser exterminado sem maiores obstáculos. O negro, portanto, vive um contexto de permanente estado de exceção e sítio, elementos que traduzem a necropolítica.

Com a vinda do século XX e a eleição de governos socialdemocratas do Partido dos Trabalhadores, imaginou-se que esse paradigma iria ser alterado, devido a um processo de inserção da questão racial na agenda política do Estado, fruto de um longo processo de luta do movimento negro durante todo o século anterior. A partir de 2003 a questão racial e as políticas afirmativas sofrem um intenso processo de institucionalização, fato marcado pela criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) - que apesar de ser uma secretaria vinculada à casa-civil, tinha status institucional de ministério (LIMA, 2010. RIBEIRO, 2014. SANTOS, 2018).

Finalmente, o racismo e a questão da igualdade racial foram reconhecidos como problemas públicos pelo Estado brasileiro e entraram na sua agenda de políticas, as políticas afirmativas se tornaram políticas de Estado. O avanço que a questão racial teve desde então é inegável, todas essas políticas também tinham como objetivo combater a violência contra o povo negro junto com outras pautas prioritárias para o movimento negro, porém os objetivos foram atingidos em partes, algumas políticas na área de educação e redistribuição de renda tiveram resultados positivos, mas a situação do genocídio negro não se alterou, pelo contrário, alguns indicadores de violência e encarceramento da juventude negra aumentaram durante as duas primeiras décadas dos anos 2000.

Atualmente as estatísticas revelam uma situação alarmante quando assunto é a violência de Estado vivida pelo povo negro no Brasil. Em 2015, o Brasil possuía a terceira maior população carcerária do mundo em dados absolutos, mais de 608 mil presos, sendo desse total 74% jovens e 64% negros (Ministério da Justiça, 2015 in: DANIN, 2019, p. 169). Em relação aos assassinatos, os números são ainda mais alarmantes. Sinhoretto e Moraes (2017, p. 18) analisaram dados do anuário brasileiro de segurança pública de 2016 (FBSP, 2016) para afirmar o seguinte:

[...] A desigualdade racial tem alto impacto na evolução do número de homicídios no Brasil. Impacto mais alto ainda entre os jovens, em que a diferença entre brancos e negros parte de 66% em 2002 para atingir 205% em 2010. Houve uma sorte de “especialização” da morte violenta direcionada aos jovens: 77% dos jovens assassinados são negros [...] na presente década, segundo os dados do anuário brasileiro de segurança pública 2016, houve 279.567 mortes violentas intencionais entre 2011 e 2015, sendo que 73% das vítimas, ou mais de 200 mil, eram negros,

demonstrando que o quadro não sofreu alterações em 15 anos analisados (fórum brasileiro de segurança pública 2016).

A retomada do projeto neoliberal brasileiro: o discurso da “nova direita radical” como forma de legitimação da violência

Os recentes indicadores sobre violência no Brasil comprovam o fato, por mais que as últimas décadas foram de avanços nas políticas afirmativas, a violência sofrida pelo povo negro só aumentou, ainda são necessários estudos para compreender a relação entre esses dois fatores, porém, com a retomada do projeto neoliberal brasileiro a partir de 2016, e o seu estabelecimento com a posse de Jair Bolsonaro na Presidência da República em 2019 uma coisa é certa, as perspectivas para o futuro não são de diminuição desses índices.

O contexto sócio político que se deu nos anos 1980, com a implementação da primeira fase do neoliberalismo brasileiro, e o contexto atual, são completamente diferentes. No caso da primeira onda neoliberal brasileira foi possível notar uma liderança mais acadêmica à frente do projeto, como dito anteriormente, a elite política responsável pela elaboração da cartilha econômica dos anos 1980 foi composta por uma “aliança política extensa e heterogênea [...] arbitrada por um grupo de intelectuais e tecnocratas absolutamente alérgicos à palavra nação” (FIORI, 2000, p. 29). No caso do projeto neoliberal atual, inaugurado em 2016 pelo impeachment de Dilma Rousseff, o grupo social e político responsável não é tão extenso e heterogêneo assim, e passa longe dos grupos de estudos acadêmicos. Iremos detalhar melhor os atores que comandaram o processo e sua agenda de políticas.

Como citamos, o início da segunda fase do projeto neoliberal brasileiro se deu com o golpe parlamentar de 2016 (SANTOS; SZWAKO, 2016. TATAGIBA, 2017), porém o início de uma ruptura política se dá em 2013 quando a pauta dos protestos contra o aumento das tarifas do transporte público no Brasil é sequestrado por novos movimentos de direita que começavam a se organizar na época. Esses movimentos deram origem a uma nova direita política no Brasil, uma direita radical, que impulsionou o impeachment de Rousseff e, posteriormente, a eleição de Jair Bolsonaro, tendo em comum um projeto neoliberal, anti direitos humanos e antidemocrático (SANTOS; SZWAKO, 2016. TATAGIBA, 2017. SANTOS; TANSCHHEIT, 2019).

Esses movimentos nascentes em 2013 e que representam a nova direita brasileira se desvincula da antiga direita política, tradicional no país, mais moderada no seu discurso, e que participou dos processos de redemocratização e constitucionalista da década de 1980 e também da formulação da primeira fase neoliberal do país (RANGEL; BICALHO, 2017. SANTOS; TANSCHHEIT, 2019). Essa nova direita se baseia num discurso

político violento e populista, baseado no ódio e utilizando-se das redes sociais como seu reduto principal de organização política e mobilização de sua militância (ABREU; MELO; SILVA, 2017. DA SILVA, 2019).

Essa nova direita brasileira segue uma tendência mundial de surgimento de novos movimentos extremistas e nacionalistas, adeptos à xenofobia, ao racismo e completamente avessos aos ideais democrático-liberais (SANTOS; TANSCHHEIT, 2019). Os autores Santos e Tanscheit (2019, p. 157) afirmam ainda, sobre o programa político do que eles chamam de “nova direita radical”:

[...] o debate sociocultural é alçado ao mesmo patamar em que se abriga o debate socioeconômico e tem como característica a aversão a políticas de correção de desigualdades socioculturais e à proteção constitucional de grupos minoritários, notadamente mulheres, LGBTs e população negra [...] Para a análise do caso brasileiro, a direita radical pode ser inicialmente representada por três fatores: i) em relação à economia, por visão de orientação neoliberal, marcada por uma postura radicalmente não intervencionista do Estado no mercado; ii) em relação às desigualdades socioculturais, por pautas conservadoras no âmbito comportamental e pela defesa da ingerência do Estado nas escolhas privadas de indivíduos e famílias em questões relativas à orientação sexual, religiosa, cultural e educacional, iii) no âmbito da democracia, por hostilidade ao sistema político e à forma pela qual a representação política é desempenhada no país, buscando suprimir discursos e partidos políticos opositoristas.

O grande diferencial que ocorre na história política brasileira a partir de 2013 é que, anterior ao fenômeno dos protestos de rua, essas diferentes pautas citadas acima estavam pulverizadas na sociedade, monopolizadas por diferentes partidos e movimentos de direita ao longo da história. A partir de 2013 elas sofrem um processo de aglutinação encabeçado por esses movimentos oriundos da internet, reunindo todos os seus militantes, e ficando mais forte nas eleições de 2018, onde o sentimento antipetista reuniu todas as pautas da direita brasileira em torno de Jair Bolsonaro, tornando-o assim a figura de salvador da pátria (SANTOS; SZWAKO, 2016. ABREU; MELO; SILVA, 2017. TATAGIBA, 2017. DA SILVA, 2019. SANTOS; TANSCHHEIT, 2019).

De fato a campanha de Bolsonaro para a presidência em 2018 concentrou todas as pautas da direita e da extrema direita brasileira, tanto nos temas econômicos quanto nos temas políticos, ganhando mais força ainda nas redes sociais, onde a campanha ganhou corpo e, não por coincidência, os militantes da nova direita radical brasileira estão organizados. Dessa forma, Bolsonaro se torna a personificação de todos os sentimentos e demandas da extrema direita, o representante maior da segunda fase neoliberal brasileira, e a sua posse em 2019 se torna a oportunidade dessa nova direita radical, agora organizada e representada, implementar seu projeto econômico e social (DA SILVA, 2019. SANTOS; TANSCHHEIT, 2019).

A formação militar de Bolsonaro e seu histórico de ataques aos direitos humanos tornam essa segunda fase neoliberal do Brasil ainda mais perigosa que a primeira para o povo negro. Se, como vimos, o neoliberalismo agrava o estado de violência de uma sociedade e da forma à necropolítica, o projeto neoliberal associado a uma declarada intenção de estabelecer guerra contra os direitos humanos torna o contexto social ainda mais violento e insere as minorias em uma situação de vulnerabilidade ainda maior.

### *Considerações Finais*

Finalizada essa breve revisão histórica foi possível estabelecer algumas conexões e conclusões acerca dos temas propostos e dos objetivos estabelecidos para esse artigo. Foi possível concluir que a violência de Estado praticada contra a população negra no Brasil se dá desde o período colonial, onde, aliás, essas estruturas racistas foram forjadas. O racismo sempre serviu às elites brasileiras para a manutenção da ordem social e econômica, e mesmo após a abolição esse artifício foi utilizado politicamente, independente do regime político vigente no país.

Ao longo do período republicano o racismo estrutural e a violência de Estado foram se aperfeiçoando, balizando a formação das instituições policiais nos estados e o sistema carcerário nacional para sistematizar o controle social dos corpos negros. Com a implementação do projeto neoliberal, a partir dos anos 1980, e o sucessivo agravamento das tensões sociais esse sistema de controle ganha uma forma epistemológica, se padroniza e intensifica, transformando-se assim em necropolítica, ou seja, em uma assumida política estatal de extermínio do povo negro, um estado de exceção.

O racismo estrutural é tão forte no Brasil que mesmo após uma década de funcionamento de um sistema de políticas afirmativas a violência estatal e a necropolítica contra os negros não cessou, pior, aumentou. As políticas afirmativas implementadas nos governos do Partido dos Trabalhadores não foram suficientes de alterar as estruturas racistas que sustentam a política, a economia e a sociedade brasileiras. Esse fato vem reforçar a tese de que em países com estruturas sociais baseadas em relações coloniais e racistas a violência é o *modus operandi* das relações sociais e políticas, tendo esse contexto agravado quando a lógica neoliberal se instala. É importante ressaltar a relevância das políticas afirmativas nesse contexto, porém a questão que se levanta é que elas sozinhas não são capazes de destruir as estruturas coloniais tão solidificadas como as que sustentam a sociedade brasileira.

Para a luta contra a violência estatal e o racismo estrutural essas políticas devem, primeiramente, existir em um contexto oposto ao neoliberal, que justamente se solidifica no desmonte do Estado e no



cerceamento das capacidades estatais de investimento em políticas sociais. Em segundo lugar, as políticas afirmativas devem compor um aparato mais amplo de ações conjuntas entre a sociedade, o movimento negro e o Estado, que combatam essas estruturas e criminalizem cada vez mais o racismo.

Infelizmente o panorama que se apresenta para o futuro é inverso ao descrito no parágrafo anterior. Com a ascensão ao poder da nova direita radical no Brasil, que tem como uma pauta negacionista, contra os direitos humanos e que condena qualquer tipo de mobilização social de combate às diversas formas de discriminação, inclusive o racismo, há um risco considerável desse incipiente sistema de políticas ser desmontado e o fruto de décadas de lutas do movimento negro ser perdido (LEMPP, 2019).

Além disso, existe um risco ainda maior de intensificação da violência estatal detalhada neste artigo, considerando-se que o novo governo, além de implementar um projeto neoliberal de desmonte do Estado muito mais agressivo que o presenciado na década de 1980, ainda possui um discurso violento e um programa para a segurança pública que promete atacar ainda mais as regiões periféricas, intensificando e legitimando a violência estatal e o racismo estrutural.

Prova disso é a proposição do pacote anticrime, sancionado em dezembro de 2019, que pretendia flexibilizar a legítima defesa dos agentes de segurança por meio do excludente de ilicitude, dando mais liberdade para as forças policiais executarem deliberadamente os suspeitos. Graças a mobilização dos deputados representantes de movimentos sociais no congresso esse item foi barrado, porém o projeto como um todo tem por objetivo potencializar a força do Estado para encarcerar e controlar a população mais pobre e negra (FABRETTI; VELLOZO, 2019).

Ainda é necessário aguardar o que concretamente esse governo será capaz de implementar como política de segurança, mas o tom discursivo dessa nova direita radical que o sustenta politicamente, associado a um neoliberalismo voraz que já está sendo implementado somente potencializa o já existente racismo estrutural e a violência estatal seculares no Brasil. O prognóstico para o futuro é de completa incerteza, afinal “a convergência entre neoliberalismo e autoritarismo é acontecimento inédito no país” (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019).

### *Referências*

ABREU, Jonas Modesto. MELO, Danielle Pereira. “Redes sociais e comportamento político violento: uma síntese das ameaças aos direitos humanos no Brasil”. *Juris*, Vol. 27, Número 2, Rio Grande, 2017, p. 139 - 153.

- AMARAL, Augusto Jobim do. VARGAS, Melody Claire Schmidt. "Necropolítica, racismo e sistema penal brasileiro". *Revista de Direito*, Vol. 11, Número 1, Viçosa, 2019, p. 103 - 143.
- CALVI, Pedro. "Sistema carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão". Portal da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Brasília, 6 de agosto de 2018, p. 1.
- CERQUEIRA, Daniel. 5 - Violência contra negros. Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro, 2018, p. 40 - 44.
- DA SILVA, Emanuel Freitas. "Os direitos humanos no 'bolsonarismo': 'descriminalização de bandidos' e 'punição de policiais'". *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, Vol. 09, Número 22, Fortaleza, 2019, p. 133 - 153.
- DANNER, Fernando. "O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault". *Revista Estudos Filosóficos*, Número 4, São João del-Rei, 2010, p. 143 - 157.
- DANIN, Renata Almeida. "Encarceramento em massa como política social nos Estados Unidos e Brasil". *Altre Modernità: Rivista di studi letterari e culturali*, Número Extra 1, Milão, 2019, p. 164 - 176.
- DOMINGUES, Petrônio. "Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos". *Tempo*, Vol. 12, Número 23, Rio de Janeiro, 2007, p. 100 - 122.
- FABRETTI, Humberto Barrionuevo. VELLOZO, Júlio César De Oliveira. "Uma análise crítica sobre a lei anticrime do ministério da justiça". *Revista de Direito*, Vol.11, Número 1, Viçosa, 2019, p. 25 - 60.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 11 - 33 e 83 - 103.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. Edição 5, São Paulo: Editora Globo, 2008, p. 7 - 135.
- FIORI, José Luís. "O cosmopolitismo de cócoras". *Estudos Avançados*, Vol. 14, Número 39, São Paulo, 2000, p. 21 - 32.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. Edição 3, São Paulo: Martins Fontes Editora, 2008, p. 257 - 297.
- LEMPP, Sarah. "Jair Bolsonaro and affirmative action: political rupture or escalation?". *AllegraLab*. 3 de abril de 2019, p. 1 - 9.
- LIMA, Márcia. "Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula". *Novos estudos CEBRAP*, Número 87, São Paulo, 2010, p. 77 - 95.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Edição 1, São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 5 - 71.
- OLIVEIRA, Dennis. "A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder". *Revista Extraprensa*, Vol. 11, Número 2, São Paulo, 2018, p. 39 - 57.
- RANGEL, Flavio Medeiros. BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. "O alongamento do tempo de prisão e a violação de direitos na custódia de presos no Brasil". *Avances en psicología latinoamericana*, Vol. 35, Número 3, Bogotá, 2017, p. 473 - 483.

- RIBEIRO, Matilde. *Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986 - 2010)*. Edição 1, Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p. 158 - 319.
- RISÉRIO, Antonio. *A Utopia Brasileira e os Movimentos Negros*. Edição 2, São Paulo: Editora 34, 2007, p. 325 - 353.
- SALDAÑA, Paulo. TAKAHASHI, Fábio. TANAKA, Marcela. "Presença de negros avança pouco em cursos de ponta das universidades". Folha de São Paulo. São Paulo e Brasília, 1 de julho de 2019, p. 1 - 8.
- SANTOS, Fabiano. SZWAKO, José. "Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil". *Saúde debate*, Vol. 40, n.spe, Rio de Janeiro, 2016, p. 114 - 121.
- SANTOS, Fabiano. TANSCHKEIT, Talita. "Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil". *Colombia International*, Número 99, Bogotá, 2019, p. 151 - 186.
- SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *O movimento negro e o Estado (1983-1987): O caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no Governo de São Paulo*. 2001. 227 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.
- SANTOS, Rosenverck Estrela. "O movimento negro e a luta pelas políticas de promoção da igualdade racial no Brasil". *Kwanissa*, Vol. 1, Número 1, São Luís, 2018, p. 139 - 153.
- SINHORETTO, Jacqueline. MORAIS, Danilo de Souza. "Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada". *Revista de Estudios Sociales*, Número 64, Bogotá, 2018, p. 15 - 26.
- TATAGIBA, Luciana. "Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das diretas em movimento (2011-2016)". *Revista Sinais Sociais*, Vol. 11, Número 33, Rio de Janeiro, 2017, p. 71 - 98

#### 4. Guerra oficiosa contra a população indígena e a ascensão do autoritarismo: assassinato de líderes ameríndios e ameaça às terras indígenas no Brasil contemporâneo (1988-2019)

Thiago Pires Oliveira<sup>6</sup>

##### *Introdução*

Cinco de outubro de 1988. Em um trecho do último vídeo do programa televisivo “Diário da Constituinte” é mostrado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte [ANC], de pé, erguendo um livro de capa preta e fazendo ecoar a sua voz pelo plenário da Câmara dos Deputados que, após declarar solenemente a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, transmitia um discurso que depositava todas as esperanças no Estado de Direito de matriz liberal que que seria forjado por meio daquele documento que invocaria a liberdade, a dignidade, a democracia e a justiça social, conforme fala registrada nos anais da ANC:

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Falando com emoção aos meus companheiros, às autoridades, aos chefes de Poder Legislativo, às senhoras e senhores que aqui se encontram, e falando sobretudo ao Brasil, declaro promulgado o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil. (Muito bem! Palmas.) Que Deus nos ajude para que isso se cumpra (Muito bem! Palmas prolongadas.) (BRASIL. Ata da 341ª Sessão, 1988, p. 319)

Com aquele ato solene seguido pelos juramentos de respeito à Constituição feitos por José Sarney, presidente da República e “representante” do Poder Executivo, por Rafael Mayer, presidente do Supremo Tribunal Federal [STF] e “representante” do Poder Judiciário, e por Afonso Arinos de Melo Franco, senador e “representante” dos congressistas, além dos aplausos efusivos pelos membros da ANC presentes no plenário da casa legislativa, a classe política brasileira dos anos 1980 decretava o triunfo da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):

Democracia é a vontade da lei, que é plural e igual para todos, e não a do príncipe, que é unipessoal e desigual para os favorecimentos e os privilégios.

Tem significado de diagnóstico a Constituição ter alargado o exercício da democracia, em participativa além de representativa. É o clarim da soberania popular e direta, tocando no umbral da Constituição, para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais.

O povo passou a ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o superlegislador, habilitado a rejeitar, pelo referendo, projetos aprovados pelo Parlamento. A vida

---

<sup>6</sup> Doutorando em Mudança Social e Participação Política. (USP). Orientador: Marcos Bernardino de Carvalho. Contato: thiagopires@usp.br

pública brasileira será também fiscalizada pelos cidadãos. Do presidente da República ao prefeito, do senador ao vereador.

A exposição panorâmica da lei fundamental hoje passa a reger a Nação permite conceituá-la, sinoticamente, como a Constituição coragem, a Constituição cidadã, a Constituição federativa, a Constituição representativa e participativa, a Constituição do Governo síntese Executivo-Legislativo, a Constituição fiscalizadora. (BRASIL. Ata da 341ª Sessão, 1988, p. 323)

A despeito da retórica utilizada pelo presidente da ANC, a democracia adotada pelas classes políticas por meio do constitucionalismo brasileiro de 1988 não compreendia qualquer expressão efetiva de um poder a ser exercido pelo povo, mas um tipo particular de democracia que se amolda ao conceito mínimo a que se refere Bobbio e compreendida por esse autor como: “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (BOBBIO, 1997, p. 18), ou seja, um governo das leis que estabelecem as “regras do jogo” destinadas a solucionar os conflitos existentes na sociedade sem derramamento de sangue (BOBBIO, 1997, p. 171).

A Constituição brasileira de 1988 proporcionou uma pluralidade de reações que variavam desde a euforia entre alguns atores sociais, que chegavam a afirmar que “Agora, a democracia, formal, direta e representativa, é que brilhará.” (D’ÁVILA, 1988, p. A3) ou que “Nova Carta conduzirá o País ao futuro, sem traumas” (CARDOSO, 1988, p.10); passando pelo ceticismo por parte de outros atores, como a de que “A Constituição de 1988 vem à luz com data marcada para sofrer uma revisão global [...] incapaz de sustentar-se sobre um poder originário e soberano: ela veio para durar pouco e servir de elo ao aparecimento de uma Constituição mais democrática, popular e radical.” (FERNANDES, 1988, p. A3) ou que “A Constituição de 88 pode não durar muito” (SAMPAIO, 1988, p. 2); até beirar a uma quase histeria entre os agentes econômicos, principalmente por causa dos direitos sociais que eram prometidos pelo texto constitucional, a exemplo da crítica efetuada pelos empresários do comércio de que os direitos trabalhistas previstos no texto seriam “oníricos” (EMPRESÁRIOS, 1988, p. B3), isso quando não recomendavam que as empresas simplesmente desobedecessem a Constituição, conforme orientação dada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo naquela época (FIESP, 1988, p. 15), ou de agentes políticos do campo conservador, que afirmavam: “Que o povo não pense que a nova Constituição vai melhorar sua vida. Pelo contrário, em alguns casos vai até piorar” (ANTÔNIO, 1988, p. 6), e, até mesmo agentes públicos do aparato policial que utilizavam a promulgação da nova Constituição como justificativa para se omitir em linchamentos praticados contra pessoas acusadas de criminosas pela população (CENEVIVA, 1988, p. C5).

Diante do conjunto de posturas adotadas pelos diferentes atores políticos que acompanhavam o desenrolar do poder constituinte que produziu a Constituição brasileira de 1988, mesmo entre os céticos que vislumbravam nesse documento jurídico e os aparatos institucionais gerados por ele apenas um instrumento temporário que perduraria até que surgissem as condições para a promoção de uma constituição mais democrática e popular e, então, ocorrer o despertar da consciência cívica e a formação da “consciência de classe crítica e autoemancipadora” por parte dos segmentos marginalizados da sociedade, esperava-se que as poucas conquistas obtidas que fossem efetivamente implementadas na realidade social.

Passadas mais de três décadas desde a sua promulgação, a sólida promessa de conversão da máquina estatal brasileira em um estado democrático de direito que a Constituição de 1988 proclama formal e solenemente em seu primeiro artigo se desmancha no ar como o gás das bombas arremessadas pelas forças policiais que habitualmente reprimem os diferentes movimentos sociais que atuam no país.

Bombas de gás como aquelas que foram lançadas pelo batalhão da Polícia Militar do Estado da Bahia contra os povos indígenas e demais manifestantes de outros movimentos sociais (trabalhadores sem terras, militantes negros, estudantes etc.) que protestaram em 22.04.2000, em uma rodovia próxima à cidade de Porto Seguro (BA), contra os festejos de celebração dos 500 anos do descobrimento que o Governo brasileiro estava promovendo naquele ano (HERSCHMANN e PEREIRA, 2000; MOURA, 2001; CESAR, 2002; SILVA, 2003; FARIAS, 2018), evento este cujos atos de repressão “resultaram na prisão de 141 pessoas e 30 feridos” (HERSCHMANN e PEREIRA, 2000) e que tem na “imagem de um índio ajoelhado diante de um batalhão de policiais da PM da Bahia” (SILVA, 2003, p. 154) a representação visual da persistente violência protagonizada pelo aparato estatal brasileiro contra essas populações.

E considerando que se está falando de imagens, o que dizer das cenas finais do programa “Diário da Constituinte” que mostram o indígena Aílton Krenak pintando o rosto no plenário da ANC com uma tinta preta seguida da cena “O novo Brasil começa aqui” tendo essas cenas derradeiras como pano de fundo musical as Bachianas brasileiras nº 5, ópera composta por Heitor Villa-Lobos?

A beleza estética que é possível contemplar das representações audiovisuais descritas no parágrafo anterior (Krenak pintando o rosto ao som de Villa-Lobos) combinada com a leitura dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição brasileira de 1988 compõem uma imagem que tem a potência de gerar no espectador o mesmo desejo que a miragem de um oásis desperta em alguém sedento que atravessa um deserto.

Ocorre que, assim como o fenômeno óptico no deserto se desvanece quando o sedento viajante chega ao local onde supostamente estaria o oásis, a Constituição brasileira de 1988 se comporta da mesma maneira: nos momentos em que ela necessita ser efetivada em favor da população, ela é tratada como se fosse uma ilusão de óptica pelos agentes políticos e econômicos, todavia, quando ela é útil, ela é invocada para legitimar os golpes políticos contra os ocupantes de cargos públicos que não são mais convenientes para o *establishment* político (ex. *Impeachment* de Dilma Rouseff em 2016).

Entre a pintura de Krenak em 1988, passando pelo massacre de Haximu em 1993 no qual garimpeiros chacinaram diversos membros da etnia Yanomami, pelas bombas arremessadas contra os pataxós em 2000 e os recentes assassinatos de lideranças da etnia Guajajara no ano de 2019, é possível vislumbrar neste recorte envolvendo a postura estatal na efetivação dos direitos e garantias fundamentais dos povos indígenas consagrados formalmente na Constituição brasileira de 1988 os novos e velhos confrontos que caracterizam as tensões entre democracia e autoritarismo na sociedade brasileira.

*Como remover o entulho autoritário do corpo político, quando ele se encontra na alma? Discutindo a aplicação do conceito de fascismo à realidade brasileira*

Como compreender os diferentes tipos de violência estatal e não estatal praticadas contra os povos indígenas que terminam por negar as normas constitucionais que pretendem discursivamente assegurar direitos dessas populações? Seriam meros atos ilícitos praticados por agentes transgressores que, para ser inibidos, basta uma sanção jurídica executada pelo aparato estatal, detentor legítimo do monopólio da violência? Ou se está diante de “sintomas” de um problema historicamente enraizado na sociedade brasileira que necessita ser erradicado?

Os diferentes tipos de violência direta contra os povos indígenas podem assumir distintas dimensões: estatal ou não-estatal; de impacto coletivo ou individual; de caráter ativo ou omissivo. Considerando apenas a violência institucionalizada pelo Estado brasileiro pós-1988, algumas aplicações podem auxiliar a obter respostas, ou pelo menos hipóteses plausíveis visando responder, aos questionamentos formulados acima.

No plano estatal, têm-se as condutas de impacto coletivo, que assumem um caráter ativo, como a decisão de proporcionar a realização de obras de infraestrutura (ex. a licitação da usina hidroelétrica de Belo Monte, Pará e seu licenciamento ambiental) em terras indígenas (TI) desconsiderando o interesse das comunidades que os habitam, ou então, essas condutas podem ter um caráter omissivo, como a recusa de agentes

públicos em fazer demarcações de TI, como sucedeu no ano de 2019, deixando as populações indígenas sem o espaço territorial necessário para o desenvolvimento de seu *modus vivendi*.

Essa atuação violenta que gera impactos coletivos não costuma repercutir na opinião pública. Contudo, há condutas de impacto individual que são uma expressão de violência direta contra os povos indígenas como a repressão violenta por parte de órgãos de segurança pública ou das Forças Armadas (FA) a manifestações, passeatas e protestos em geral feitos por essas populações, ou que elas aderem na condição de um de seus grupos componentes. Ainda assim, a depender do espectro político-ideológico de quem toma conhecimento dessa realidade, a repressão a tais manifestações pode assumir contornos que variam da rejeição até ao apoio irrestrito.

O entendimento sobre a existência desse apoio irrestrito à violência estatal praticada por órgãos de segurança pública ou das FA por segmentos da sociedade contramanifestações de rua praticadas por populações indígenas e outros movimentos sociais exige que se adentre na realidade do autoritarismo no Brasil e se questione sobre os reflexos sociopolíticos dessa realidade. Tal reflexão se faz oportuna, posto que o dilema trazido acima remonta não apenas à ação estatal em si, mas à maneira como a própria população aceita a violência estatal ou a omissão estatal em face da violência não-estatal, de maneira que se questiona a suficiência de conceitos tradicionais da teoria política envolvendo “tirania”, tal como esboçado no Livro III de “A Política” aristotélica e que, na afirmação de Hannah Arendt, é confundida pelo pensamento liberal com os conceitos de autoritarismo e de totalitarismo, de modo que a referida vertente tende a considerá-los como pertencentes ao mesmo fenômeno político (ARENDR, 1996).

Em seguida, a própria Arendt faz uma distinção entre tirania, autoritarismo e totalitarismo na obra “Entre o passado e o futuro”, baseando-se naquilo que ela chama de diferenças estruturais. Os elementos que seriam identificados para se constatar tais diferenças são os seguintes: o aparato do governo, as formas técnicas de administração e a organização do organismo político (ARENDR, 1996).

Sendo que o totalitarismo assume um caráter especial, pois: “É da própria natureza dos regimes totalitários exigir o poder ilimitado. Esse poder só é conseguido se literalmente todos os homens, sem exceção, forem totalmente dominados em todos os aspectos da vida.” (ARENDR, 1989, p. 507). Assim, de acordo com esse pensamento que busca descortinar a lógica totalitária, o sujeito passa a ser objeto de controle totalitário quando se delimitam os limites de sua cidadania ou, então, restringem-se os espaços territoriais nos quais os sujeitos devem desenvolver todas as potencialidades sua existência, confinando-os em territórios controlados, sem possibilidade de expansão, além de ser constantemente submetido ao terror total.



Em que pese as críticas que possam ser efetuadas ao pensamento da Arendt, a exemplo de que a noção de totalitarismo formulado por ela seria, talvez, um pouco “apressada” ou até mesmo de que sua principal obra dedicada ao tema “Origens do Totalitarismo” seria “dois livros sobrepostos, para os quais, não obstante sucessivos ajustes, a autora não consegue conferir uma unidade substancial” (LOSURDO, 2003, p. 59), é preciso enfatizar que ela possui o mérito de ter rompido com a tradição do pensamento liberal e ter afirmado que o autoritarismo e o totalitarismo não seriam a mesma coisa.

E, neste ponto, dialoga-se com Adorno e Horkheimer, que, apesar de elaborarem uma construção própria de totalitarismo em sua Dialética do Esclarecimento, inclusive falam em um capitalismo totalitário, eles expressamente identificam o totalitarismo com o fascismo, seja nas suas vertentes italiana ou alemã (o nazismo): “O fascismo também é totalitário na medida em que se esforça por colocar diretamente a serviço da dominação a própria rebelião da natureza reprimida contra essa dominação” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 172).

Mas o que seria o fascismo? Em “Anatomia do Fascismo”, Robert O. Paxton o define nestes termos:

O fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza. (PAXTON, 2007, p. 358-359)

Contudo, será que o fascismo é apenas um momento extraordinário da história da Humanidade restrito às realidades alemã e italiana? Ou, então, trata-se de um fenômeno de abrangência relativamente internacional, mas que somente restrito historicamente ao período do Entreguerras?

Em seu estudo sobre o antifascismo no contexto europeu e norteamericano, Mark Bray denuncia essa delimitação que muitos historiadores e pensadores costumam atribuir ao fascismo, quando afirma:

Desde que a Segunda Guerra Mundial se tornou o emblemático drama moral do mundo ocidental, o antifascismo “histórico” conseguiu acumular um certo grau de legitimidade, apesar de ter sido ofuscado pelo papel definitivo dos exércitos aliados na derrota das potências do Eixo. Ainda assim, após a queda de Hitler e Mussolini, acredita-se que razão de ser do antifascismo tenha evaporado. Até certo ponto, essa rejeição ao antifascismo surgiu da tendência ocidental de interpretar o fascismo como uma forma extrema de “mal”, a qual qualquer um que abaixe sua guarda moral pode estar sujeito – em oposição à interpretação similarmente distorcida do bloco soviético sobre o fascismo como “a ditadura terrorista do mais reacionário... elementos do capital financeiro”. (BRAY, 2019, p. 36)

O próprio Paxton não se restringe geograficamente à Europa em seu estudo sobre o fascismo. Após falar dos flertes da elite sul-africana com o fascismo, citando o movimento *Ossebrandwag* e o apelo feito à unidade racial dos brancos anglo-bôeres em relação à maioria negra, que legitimou o *Apartheid*, afirma ele que: “A América Latina, entre 1930 e inícios da década de 1950, chegou mais perto do que qualquer outro continente que não a Europa do estabelecimento de algo próximo a regimes genuinamente fascistas.” (PAXTON, 2007, p. 314).

De fato, caso seja recordada a própria afirmação arendtiana sobre o totalitarismo que o identifica com o subcidadania, confinamento territorial e submissão ao terror total, o que dizer do tratamento dado pelo Estado brasileiro aos ameríndios nativos que até o século XIX os classificavam em duas categorias: “mansos ou domésticos” e “bravos”, de modo que os primeiros deveriam ser confinados em aldeamentos, enquanto que aos últimos restavam as guerras de “pacificação” (CUNHA, 1992, p. 136-137).

E para aqueles que entendem que o parágrafo anterior é mera elucubração sem base teórica factível, é preciso citar que Paxton identificou manifestações de um fascismo brasileiro na década de 1930, ao afirmar que “A coisa mais próxima a um partido de massas fascista nativo da América Latina foi a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada pelo escritor Plínio Salgado”, partido fundado por esse escritor depois de retornar de uma viagem a Europa onde, onde se encontrou com Mussolini e acabou se inspirando a implantar esse movimento no Brasil (PAXTON, 2007, p. 314). Ou seja, para o referido estudioso, o Brasil foi o principal modelo de experiência exo-européia de um partido político institucionalizado e com apelo de massas com uma ideologia fascista.

Tal posicionamento não deve ser menosprezado, visto que a nível de racismo, fora da Europa, tinham-se modelos institucionalizados significativos como o *Apartheid* sul-africano e, nos Estados Unidos da América, a doutrina *Separate but Equal* (separados mas iguais) e a legislação Jim Crow que, recepcionadas pelo constitucionalismo estadunidense por obra e graça da Suprema Corte, estabeleciam a segregação racial como norma jurídica imperativa.

Na delimitação histórica do fascismo, Walter Benjamin vai além e afirma que: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade.” (BENJAMIN, 1993, p. 226).

Narra Mark Bray que:

A história é uma tapeçaria complexa costurada por fios de continuidade e descontinuidade. Elementos de continuidade são enfatizados quando servem a interesses estabelecidos: a nação é eterna, o gênero é imutável, a hierarquia é natural.

No entanto, elementos de descontinuidade são enfatizados na memória popular da luta social. Uma vez que os movimentos sociais e suas principais figuras conquistam poder suficiente para estabelecer sua legitimidade, seus legados históricos são destituídos de suas tendências radicais e embalsamados em um formol a-histórico descontextualizado.” (BRAY, 2019, p. 37).

Assim, é preciso reconhecer que o tratamento conferido pelos índios no Brasil não é algo restrito a um passado colonial em que o português seria o único genocida e explorador dessa população. O Estado brasileiro sempre esteve em guerra com sua população indígena e um dos fundamentos dessa postura imperialista da elite econômica e política nacional com essas populações que, avançando a ocupação econômica do território nacional para fins de exploração madeireira, mineral ou implantação de fazendas agropecuárias, desalojava essas populações nativas que tinham dois destinos: o confinamento em aldeamentos ou a fuga para territórios mais distantes ao norte do país.

Paradigma dessa história brasileira sucedeu com os indígenas do tronco linguístico Macro-Jê, chamados de “botocudos”, protagonistas de diversos episódios de resistência e que foram uma das populações nativas que sofreram uma intensa campanha de extermínio perpetrada pelo Estado brasileiro. Inclusive, a construção social feita no imaginário popular de que eles seriam bravios e selvagens contribuiu para a legitimação das “guerras justas”, movidas desde o período colonial e mantidas com a Independência, que seriam as responsáveis pela aniquilação e genocídio de diversas etnias identificadas com tal.

Depois de submetidos ao regime tutelar, durante a existência do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que considerava, na prática, os índios com subcidadãos, as populações indígenas passaram por toda uma violência cultural representada pela aculturação que se revestiu de uma aparente sofisticação quando foi estabelecida a fórmula jurídica da “integração”, prevista logo no art. 1º do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973), cujo teor denuncia seu caráter etnocida: “Art. 1º Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.”.

Tais violências que deveriam ter sido suplantadas pelas promessas normativas veiculadas pela Constituição brasileira de 1988, mostraram que a Constituição é realidade apenas para aqueles que detém o poder. Minorias como as populações negras e indígenas somente poderiam contemplar o simbolismo das normas jurídicas consagradoras de direitos, mas, no plano dos fatos sociais, o Estado brasileiro permaneceria a adotar a mesma postura secular de guerra contra essas populações.

Contudo, diferente do passado, não se adotaria a “rudeza” das guerras justas ou de pacificação, mas por meio do incentivo aos agentes

econômicos do agronegócio, responsável pelo *boom* das *commodities* do início do século XXI, combinado com a pouca ênfase na investigação dos assassinatos a lideranças indígenas, além uma postura vacilante na demarcação ou, até mesmo, a implantação efetiva das TI já homologadas, principalmente para não desagradar os apoiadores políticos ligados ao agronegócio ou à mineração.

Essa relação entre a ascensão de regimes autoritários, especialmente fascistas, e as elites econômicas é exposta por Daniel Guérin ao estudar que o financiamento do fascismo na Itália e na Alemanha se deu principalmente pelos magnatas da indústria pesada e do setor bancário, sendo que eles figuravam como “os principais, e pode-se até dizer os únicos beneficiários da ditadura fascista”. (GUERIN, 1973, p. 29). Logo, considerando as supostas limitações que as TI impõe aos agentes econômicos ligados ao agronegócio, que seriam a força motriz da economia brasileira desindustrializada, afinal, os índios já possuíam muitas terras na ótica do senso comum da classe política brasileira e de diversos agentes econômicos, a despeito de Guaranis-Kaiowás, no estado do Mato Grosso do Sul, estarem cometendo suicídios frequentemente e em uma proporção alarmante considerando sua pequena população, que os antropólogos atribuem ao espaço reduzido em que estão confinados em relação às fazendas que os pressionam.

Por isso, é significativo o diagnóstico efetuado pelo Coletivo Centelha, ao avaliar a maneira como o Estado brasileiro sempre enfrentou a questão indígena, deixando-a em segundo plano em favor do Capital, em nome do progresso e do desenvolvimento, quando afirma que:

Em um país como o Brasil, cujo pretense desenvolvimento foi impulsionado pelo fantasma da tabula rasa, do espaço vazio a ser conquistado, os índios são riscados do mapa e a natureza é redesenhada pelos novos arranjos dos monopólios. Esses axiomas imperaram até mesmo em setores da esquerda, tomados por delírios produtivistas. O que não deveria impressionar ninguém. (COLETIVO CENTELHA, 2019, p. 76)

Quanto ao assassinato de lideranças de povos indígenas no ano de 2019, dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) estimam que dos 8 (oito) indígenas que foram vítimas de homicídio, 7 (sete) destas mortes eram de lideranças indígenas (CPT, 2019).

No caso das homologações de terras indígenas (TI), é importante trazer os dados contido no relatório “Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2018” elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que apresenta os seguintes números:

### Homologações de terras indígenas por gestão presidencial:

Governo	Período	Nº de homologações	Média anual
José Sarney	1985-1990	67	13
Fernando Collor de Mello	Jan. 1991 - Set. 1992	112	56
Itamar Franco	Out. 1992 - Dez. 1994	18	9
Fernando Henrique Cardoso	1995-2002	145	18
Luiz Inácio Lula da Silva	2003-2010	79	10
Dilma Rousseff	Jan. 2011 - Ago. 2016	21	5,25
Michel Temer*	Ago. 2016 - Dez. 2018	1	0,5

\* A única homologação assinada pelo governo de Michel Temer foi suspensa por decreto judicial.

Fonte: (CIMI, 2019)

Considerando que, em pesquisa ao sítio oficial da Presidência da República responsável por hospedar a base de dados da legislação federal, foi possível concluir que não houve homologações de TI durante o primeiro ano do Governo Bolsonaro, visto que em nenhum dos 537 decretos editados no ano de 2019 constava qualquer decreto de homologação de TI ou de território quilombola.

#### *Considerações finais: a resistência indígena como autodefesa diante da ascensão autoritária*

No momento em que este texto foi escrito, findou-se o primeiro ano do governo Bolsonaro. O dia 01 de janeiro de 2019 começou com o recém empossado presidente, Jair Bolsonaro, assinando e mandando publicar a Medida Provisória (MP) nº 870/2019, ato normativo que transferia a atribuição de demarcação de TI da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esta decisão governamental de conferir ao órgão que atende diretamente em suas políticas públicas aos interesses do agronegócio, evidenciou, nitidamente, o conflito de interesses que se estabeleceu com a retirada de uma das atribuições administrativas mais importantes da entidade pública responsável formalmente pela proteção às populações indígenas e sua transferência para o órgão responsável por incentivar atividades econômicas que encaram a TI como obstáculo para a expansão do agronegócio.

Essa MP representou, simbolicamente, uma reedição das antigas *lettres de marque* só que com a finalidade de declarar uma guerra oficiosa contra a população indígena. Isto evidencia a necessidade de se compreender toda forma de resistência indígena como uma autodefesa diante da ascensão autoritária que conduz essa “máquina de guerra” que tem sido o Estado brasileiro desde o seu nascedouro.

É preciso que os diversos segmentos da população compreendam também que esse ataque acentuado às populações indígenas também tem reflexos em sua realidade, visto que, frequentemente, todo Estado fascista tende a iniciar sua escalada totalitária atacando juridicamente as minorias e

vai intensificando a sua “máquina de guerra” até atingir toda a população encarada como inimiga.

Uma das formas de “repensar” a importância da contribuição que as populações ameríndias, bem como a resistência que elas vêm historicamente desempenhando, passa por resignificar as relações dos indivíduos com o meio ambiente, principalmente em tempos de Antropoceno (ou talvez Capitaloceno?). Esta redefinição buscaria transcender de um referencial de apropriação dos recursos naturais para um novo paradigma civilizatório baseado na solidariedade interpessoal e na coexistência harmônica com o mundo natural, buscando reconhecer sua singularidade e valor próprio.

A despeito de o Congresso Nacional, durante o processo legislativo de conversão da referida MP na Lei nº 13.844/2019, ter retirado a regra jurídica contida originalmente na MP que conferia ao MAPA a atribuição de demarcar TI, o que, em tese, devolveria essa função para a FUNAI, o Presidente da República editou, no mesmo dia da sanção da citada lei, uma nova medida provisória, a MP nº 886/2019 que, ignorando a decisão parlamentar, voltou a transferir ao MAPA a atribuição de demarcação das TI.

Instado por partidos políticos de centro e esquerda, os quais ajuizaram diversas ações declaratórias de inconstitucionalidade, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, em caráter provisório (cautelares) e de forma unânime, a inconstitucionalidade da MP. Logo, foram mantidas com a FUNAI as atribuições de demarcação de TI, bem como ela voltou a estar vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O relato nos últimos dois parágrafos pode parecer uma aposta esperançosa nas instituições estatais como redentoras da população e, no caso deste trabalho, dos próprios povos indígenas. Contudo, o STF é um tribunal político e, nesta condição, ele está sujeito às inconstâncias das almas selvagememente políticas dos agentes que compõem o teatro político-institucional que tem a peça da conciliação dos interesses econômicos e políticos do momento em cartaz com toda a população, inclusive, em alguns momentos com alguns segmentos dos povos indígenas, assistindo passivamente ao desenrolar dos atos, enquanto, nos bastidores, as elites detentoras do poder se confraternizam com os lucros do espetáculo.

### *Referências*

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad.: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDDT, Hannah. *Entre el pasado y el futuro*. Trad.: Ana Poljak. Barcelona: Península, 1996.

- ARISTÓTELES. *A política*. Trad.: Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 4. ed. Trad.: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- BRAY, Mark. *Antifa: o manual antifascista*. Trad.: Guilherme Ziggy. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- CESAR, América Lúcia Silva. *Lições de abril: construção de autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2002.
- COLETIVO CENTELHA. *Ruptura*. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- CRIMETHINC. *Da Democracia à Liberdade: A diferença entre governo e autodeterminação*. Salem, OR: CrimethInc, 2017.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.
- FARIAS, Lucas da Mota. *Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas. Brasília, 2018.
- GUERIN, Daniel. *Fascism and Big Business*. 2. ed. New York: Pathfinder, 1973.
- HARAWAY, Donna. *Staying with Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Durham, NC: Duke University Press, 2016.
- HERNÁNDEZ, Tanya Katerí. *Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Civis*. Trad.: Arivaldo Santos de Souza e Luciana Carvalho Fonseca. Salvador: EDUFBA, 2017.
- HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. E la Nave Va ... As Celebrações dos 500 Anos no Brasil: Afirmções e Disputas no Espaço Simbólico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad.: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 17, 2003.
- MOURA, Maria Francisca Canovas de. *Telejornal dos 500 Anos: frames de protesto e violência*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2001.
- PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. Trad.: Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de "comemoração dos 500 anos do Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.

TIBLE, Jean. Golpe à brasileira. *Revista Política Latinoamericana*, Buenos Aires, n. 2, 2016.



## 5. Movimento Negro: Zumbi X Isabel No Século XXI

Marcos Henrique Gonçalves<sup>7</sup>

### *Introdução*

Há bem pouco tempo, estudar em uma universidade pública era algo distante para os jovens negros no Brasil. Também, pudera: por um longo período o acesso ao ensino fora deliberadamente censurado à população negra, bem como à população de baixa renda, ambas parcelas desfavorecidas de uma sociedade sem a convenção de que o ensino é o lugar natural de todos. Ou ao menos deveria ser.

Foi somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que se conferiu jurídica e legalmente a todos os cidadãos, o direito incondicional e irrestrito ao ensino público. Isso, como entende a pedagoga Nilma Lino Gomes (2017), graças à árdua luta do Movimento Negro pelo estabelecimento de políticas públicas de educação voltadas à população negra:

É possível dizer que até a década de 1980 a luta do Movimento Negro, no que se refere à educação, possuía um discurso mais universalista. Porém, à medida que este movimento foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam à grande massa da população negra, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. (GOMES, 2017, p. 33).

Tem-se, portanto, o direito à educação salvaguardado pelo estado brasileiro somente cem anos após a promulgação da Lei Imperial nº 3.353 em 13 de maio de 1888 que - se por um lado foi um instrumento jurídico legal para a extinção do sistema escravocrata brasileiro - não previu medidas que garantissem o acesso à educação, ao emprego e aos demais recursos sociais para a população negra com vistas à promoção da igualdade racial. As restrições e os impedimentos de acessibilidade aos bens de desenvolvimento sócio-econômico-cultural são, em última análise, um efetivo instrumento de exclusão cidadã perpetrado desde o fim da escravidão, por meio do qual as pessoas negras foram historicamente tratadas como sem importância para receber a atenção do Estado. A primeira Carta Magna do Brasil República continuou tratando o negro como coisa sem direito, como não humano.

Contudo, ideais eugenistas disseminados na Europa pelo antropólogo inglês Francis Galton no final do século XIX, encontraram adeptos entusiastas no Brasil, especialmente entre a comunidade médica, que passou a difundir em congressos, a tese de que para o país prosperar era

---

<sup>7</sup> Mestrando do Programa de Mudança Social e Participação Política pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

necessário o predomínio da raça branca, essa mais inteligente, saudável e competente do que os negros, indígenas e asiáticos. Era proposta, portanto, a política de branqueamento da população brasileira, por meio da abertura para a imigração dos europeus e consequente cruzamento entre raças, almejando quiçá no período de aproximadamente cem anos, a gradativa extinção da população negra.

Neste contexto, a problematização dos efeitos da abolição da escravidão, bem como as políticas públicas implementadas no país a partir das últimas décadas do século XX, impulsionaram não só os debates, como o próprio processo de mudança do paradigma da equidade social, conforme abordado por Rafael Guerreiro Osório, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em seu artigo “Classe, Raça e Acesso ao Ensino Superior no Brasil”, onde foram suscitadas questões como:

Deve-se adotar no Brasil uma política que promova o acesso equitativo ao ensino superior? Se a resposta é sim, quais grupos sociais devem ser beneficiados, negros e/ou pobres? A diferença de acesso é produzida por diferenças de classe, ou pela discriminação racial?

Segundo dados do IBGE (2018) as políticas públicas de correção de fluxo escolar implementadas desde os anos 1990 têm contribuído para a melhora dos índices de inserção da população negra na rede pública de ensino, onde de cada 100 estudantes que frequentaram o nível fundamental, 65 eram negros. Já no ensino público superior, pela primeira vez na história, estudantes negros são maioria (50,3%), diferentemente da rede privada, onde os negros são 47% dos universitários.

Em ambos os cenários, no entanto, há ainda uma sub-representação, já que o mesmo censo aponta que a população brasileira é composta por 55,8% de afrodescendentes.

Junto à temática do ensino, recorrentemente, tem estado em pauta também a necessidade de criação de políticas públicas que contribuam para a melhoria da distribuição de renda – as mulheres negras, por exemplo, revela o IBGE, estão na base da pirâmide econômica brasileira, chegando a ter rendimentos 56,6% menor do que os de um homem branco; para a diminuição dos índices de violência contra a população negra, especialmente os jovens – a cada 23 minutos um jovem negro é morto no país e o IBGE ainda destaca que uma pessoa negra tem 2,7 vezes mais chances de ser morta intencionalmente do que uma pessoa branca; por fim, para o usufruto do direito de acesso aos bens culturais, de saúde e à mobilidade social.

Na percepção de Ribeiro (2015), a distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos. A ela se soma, porém, a discriminação que pesa sobre negros, mulatos e índios, sobretudo os primeiros. (RIBEIRO, 2015, p. 165)

São questões abordadas por meio de um olhar crítico dos Movimentos Sociais no Brasil, especialmente o Movimento Negro contemporâneo, que tem se empenhado nas discussões sobre as consequências desse histórico processo de exclusão e seu impacto na qualidade de vida da população negra nos dias de hoje.

Neste cenário de desafios é que o Movimento Negro brasileiro tem empreendido uma luta por dignidade humana e social que remonta ao Brasil colonial, aspirando a uma nação com igualdade de oportunidades, denunciando as contradições em torno do discurso da democracia racial e exaltando as personalidades que verdadeiramente contribuíram para a construção da legitimidade civil do povo negro.

Segundo Alonso (2009), o movimento abolicionista foi o primeiro movimento social do Brasil, de tal forma que se faz oportuno elucidar como foram construídos determinados pontos de vista da sociedade brasileira acerca da importância atribuída à data de 13 de Maio como marco do fim da escravidão em comparação ao valor atribuído pelo Movimento Negro à data de 20 de novembro como verdadeiro símbolo da luta de resistência dos negros. Ou seja, é valioso compreender, contextual e historicamente, os motivos pelos quais o Movimento Negro elegeu o dia da morte de Zumbi, morto em 1695, como data comemorativa, em detrimento à percepção do senso comum (establishment) que atribui à medida abolicionista da Princesa Isabel deferida em 1888, o valor de principal marco histórico para o povo negro.

### *Zumbi e o contexto quilombola*

Os primeiros africanos chegaram ao Brasil em 1538 trazidos pelos colonizadores portugueses que tinham entre as duas margens ao sul do oceano atlântico o dinamismo global de uma economia baseada prioritariamente no tráfico de escravos que perdurou até meados do século XIX, fazendo do país, a mola propulsora do Império Atlântico Português que só entraria em declínio a partir do século XVIII com as ascensões econômicas francesa e inglesa via Atlântico Norte.

Em sua recente pesquisa sobre a escravidão pelo continente africano, o jornalista Laurentino Gomes, aponta para o número de 12,5 milhões de escravos exportados a partir dos mais de 188 portos, sendo 20 desses, responsáveis por 93% do total do tráfico no Atlântico. (GOMES, 2019, p. 19)

Juntos, Brasil Colônia (1500 até 1822) e Brasil Império (1822 até 1889), importaram cerca de cinco milhões de escravos com vistas à europeização de suas terras, e o resultado disso, curiosamente, não foi outro, se não a sua própria africanização (VISENTINI, 2014, p. 189).

Com mais especificidade de dados, em seu tratado sobre o movimento abolicionista brasileiro, “Flores, votos e balas”, Alonso (2015) aponta para o número de 5.848.265 africanos trazidos para o país ao longo dos mais de três séculos de escravagismo.

Apresados em sua terra por volta dos 15 anos de idade, os escravos eram trazidos como caças, sendo arrastados para a praia, onde seriam resgatados em troca de tabaco, aguardente e bugigangas (RIBEIRO, 2015, p.90). Deste ponto, seguiam em comboios com os pescoços atados por uma corda estendida até o porto. Já no navio, eram justapostos às centenas sob espaços diminutos, com privação de água, comida e submetidos às piores condições de higiene.

Os sobreviventes da dura jornada de travessia – estima-se pelo menos 1,8 milhão morreram durante a travessia do Atlântico – tinham baixa expectativa de vida por conta da desnutrição, desidratação e das doenças que os expunham a ser examinados como cavalos, avaliados pela qualidade dos dentes, pela grossura dos tornozelos, dos punhos, e então, arrematados. O grupo destinado a trabalhar nas minas ou nos engenhos tinha em sua sina prescrita, a sentença de trabalhar dezoito horas por dia, todos os dias da semana (RIBEIRO, 2015, p. 90).

E a partir da própria instabilidade do sistema escravista com seus maus-tratos e injustiças, surgem no Brasil já no século XVI, os quilombos, verdadeiros esconderijos que serviam de refúgio aos negros africanos e também aos crioulos (negros nascidos no Brasil), aos índios e aos brancos desprivilegiados pertencentes a minorias étnicas como judeus e mouros.

De modo geral, os quilombos eram instalados no meio rural, em locais inóspitos e eram pacíficos. A partir do século XIX, no entanto, regiões próximas a centros urbanos também tiveram quilombos instalados, como é o caso da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, e do bairro do Jabaquara em São Paulo, esse último liderado pelo liberto Quintino de Lacerda.

Alguns quilombos surgiam espontaneamente a partir da reunião de pequenos grupos de fugitivos, outros se organizavam a partir de grandes contingentes bem estruturados hierarquicamente com centenas ou milhares de quilombolas (MATTOSO, 2016, p.183).

A palavra quilombo, transcrita para o português como quilombo, vem do quimbomdo, um dos idiomas falados em Angola, e originalmente significava acampamento, arraial, união ou cabana. (GOMES, 2019, p. 410)

Fundado no século XVII em Alagoas, numa região que na época pertencia à capitania de Pernambuco, a Serra da Barriga, o Quilombo dos Palmares é considerado o maior símbolo de resistência do povo negro às atrocidades promovidas pelo regime escravista. Resistência essa, personificada pelo lendário Zumbi, chefe da República dos Palmares, um conglomerado que chegou a contabilizar aproximadamente 30.000 habitantes em suas nove aldeias. (MATTOSO, 2016, p.184).

Outros autores são mais conservadores com relação ao total de quilombolas em Palmares e falam em números em torno de 6.000 habitantes.

Situado em área de densas florestas de palmeiras - daí o nome Palmares, o mais poderoso dos quilombos era organizado como um Estado, com leis e normas rígidas, onde contravenções graves eram duramente reprimidas. Armas de fogo eram proibidas e as decisões tomadas em assembleias, prevalecendo a vontade coletiva. No período de 1602 a 1694 foram inúmeras tentativas de destruição de Palmares por portugueses e holandeses.

Segundo o jornalista e escritor Laurentino Gomes, a documentação histórica sobre Palmares é relativamente escassa e o que há é sempre do ponto de vista dos brancos:

Nada se sabe a partir de depoimentos ou relatos dos próprios quilombolas, o que torna impossível saber com certa precisão quem eram eles, o que pensavam, como agiam ou como se comportavam. Na falta de pistas concretas, muitos aspectos da história do mais famoso quilombo do Brasil permanecem ainda mergulhados nas sombras, a desafiar os historiadores e outros estudiosos do tema. (GOMES, 2019, p.408)

Em 1674, Manoel Lopes, à frente de um grande exército fez um ataque surpresa e passou a controlar uma das aldeias. E três anos depois, o estrategista Fernando Carrilho toma outra aldeia e prende Gamba Zumba, o então rei de Palmares – que, mais tarde, após aceitar um acordo de submissão do quilombo à Coroa Portuguesa, seria acusado de traição e supostamente morto por envenenamento.

Eis então que, um novo rei, o sobrinho de Gamba Zumba, um perito em armas e comandante militar do quilombo, assumiria a égide de Palmares e conseguiria derrotar todas as investidas de expedições do exército da coroa a partir de 1678, tornando-se um líder temido e respeitado.

Seu nome: Zumbi. Um alagoano descendente do povo Imbangala de Angola, nascido livre em 1655, mas que ainda criança fora capturado e entregue ao padre Antônio Melo que o batizara com o nome de Francisco e lhe ensinara português, latim e os dogmas da religião católica.

Zumbi - cujo nome pode ser uma derivação de Nzumbi, termo africano para “fantasma” ou pelo dialeto Imbangala, “aquele que estava morto e reviveu” – teria auxiliado o padre até mesmo em celebração de missas, mas aos 15 anos de idade revolta-se a essa tentativa de aculturação e foge para o quilombo, onde viria a se destacar por suas habilidades como guerreiro e se tornaria um importante comandante militar, e onde ainda se casaria com a guerreira negra Dandara, tendo com ela três filhos.

Desde os seus 25 anos de idade, Zumbi liderara o quilombo em um longo movimento de resistência que rechaçou diversas tentativas de invasões e só viria a ser dominado em 1694, quando as tropas bandeirantes

de Domingos Jorge Velho, compostas por milhares de homens destruíram Macaco, centro político de Palmares.

Após mais de 90 anos de conflitos e lutas, o grande quilombo finalmente sucumbiria ao domínio português. E com a capital sitiada, Zumbi fugiria para a floresta e ainda sobreviveria por cerca de um ano e meio empenhado em pequenos ataques a vilas portuguesas junto a outros sobreviventes. Um de seus companheiros, Antônio Soares, é capturado e, sob tortura, acaba denunciando o esconderijo de Zumbi, que sofre uma emboscada e acaba morto em 20 de novembro de 1695, aos 40 anos de idade, tendo sua cabeça decepada e exposta em praça pública de Olinda em Recife, numa clara iniciativa do governo de provar que Zumbi não era imortal como diziam os palmarinos.

Ao discorrer sobre a história de Zumbi, Gomes (2019), considera que personagens, datas e acontecimentos históricos são ferramentas de construção de identidade e pondera para o fato de que, como todos os símbolos, geralmente são mais produtos de edificações imaginárias do que de fatos objetivos e comprovados.

A partir dessa visão, portanto, seria tarefa impossível traçar uma biografia de Zumbi por haver poucas informações concretas e objetivas sobre o homem que liderou o maior quilombo das Américas. O mesmo que, supostamente aniquilado e esquarterado em seu personagem real, faria emergir das sombras outro Zumbi: o mítico guerreiro que até hoje instiga a imaginação dos estudiosos e serve de combustível nas lutas ideológicas brasileiras. (GOMES, 2019, p. 420)

Aliás, a apropriação da história de Zumbi pelo Movimento Negro contemporâneo como o maior símbolo de resistência às mazelas do sistema escravocrata culminou em 2003 com a sanção da lei 10.639, que instituiu o ensino da História e da Cultura Afro-brasileiras nas escolas e incluiu o dia 20 de novembro no calendário escolar como o Dia da Consciência Negra. Em 10 de novembro de 2011, a data foi oficialmente instituída como feriado em âmbito nacional mediante a lei nº 12.519.

### *Isabel e o contexto abolicionista*

Embora seja um marco oficial do encerramento da exploração do trabalho escravo dos negros no país, o 13 de maio foi na verdade o vértice de manobras político-sociais empreendidas em prol da abolição desde a metade do século XIX, quando a Inglaterra, maior potência econômica e militar da época, interessada em ampliar o seu mercado consumidor no Brasil e no mundo, aprova unilateralmente em 1845, a Lei Bill Aberdeen, que permitia aos britânicos abordar e inspecionar qualquer navio brasileiro em todos os oceanos.

No entanto, milhares de escravos continuaram aportando no país, numa clara resistência do governo brasileiro para manter um lucrativo sistema econômico engendrado sob “mão de obra sem custo” mas, por outro lado, com muita “dor de cabeça”, pois conforme descreve Mattoso (2016), ser escravo no Brasil não significava ser, por conseguinte, irresponsável, em estado de total dependência e inteiramente consagrado em prestar serviços aos senhores onipotentes com obediência, submissão e lealdade.

Segundo a autora, ser escravo no Brasil era, outrossim, viver lealmente uma contradição feita da permanência de um passado totalmente aceito, adaptado a um presente vivido na esperança de um futuro melhor, estabelecido muitas vezes à base do conceito de “liberdade custe o que custar”. (MATTOSO, 2016, P. 138).

E tal como a fuga aos quilombos representava aos negros o pleno sentido de liberdade, por vezes, a morte também o era, ao representar um movimento astuto do grito de liberdade em detrimento à sobrevivência sem autonomia e sem dignidade.

Contudo, somente ao final desta longa jornada de séculos de pseudoliberalidade dicotômica entre fuga e morte, é que começa a surgir no Brasil o expediente da liberdade jurídica por meio de leis abolicionistas, estas, como veremos, não acompanhadas de políticas para a garantia da qualidade de vida e mobilidade social dos negros.

E num contexto tortuoso e tardio, sob a inóxia de somente dois artigos, é que foi sancionada em 13 de maio de 1888, a lei que deixou os escravos livres e sujeitos à própria sorte, sem nenhum plano estratégico para a garantia de sua inserção econômica e social.

O movimento abolicionista, descreve Gomes (2013), foi a primeira campanha de dimensões nacionais com participação popular:

Nunca antes tantos brasileiros se haviam mobilizado de forma tão intensa por uma causa comum, nem mesmo durante a Guerra do Paraguai. Envolvendo todas as regiões e classes sociais, carregou multidões a comícios e manifestações públicas, dominou as páginas dos jornais e os debates no parlamento e mudou de forma dramática as relações políticas e sociais que até então vigoravam no país. (GOMES, 2013, p.211)

A Lei Áurea foi assinada por Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bourbon-Duas Sicílias e Bragança, a segunda filha do Imperador Pedro II, nascida em 29 de julho de 1846 e declarada herdeira presuntiva do trono com apenas onze meses de idade, em virtude da morte prematura de seu irmão, D. Afonso Pedro, falecido em 11 de junho 1847, por complicações decorrentes de convulsões.

E muito embora não fosse afeita aos assuntos políticos, a Princesa Isabel assumiu a regência do trono por três vezes na ausência de seu pai, sendo a primeira em 1871, onde desferiu o seu primeiro ato abolicionista ao

sancionar a Lei do Ventre Livre, já aprovada pela câmara dos deputados. A segunda vez ocorreu entre 1876 e 1877, em um período pessoal turbulento em que a monarca havia sofrido um aborto e tinha a sua capacidade de governar questionada em meio a embates político-religiosos entre grupos maçons e católicos.

No campo religioso, aliás, Isabel, católica fervorosa, era por vezes acometida por investidas políticas da ala descontente da maçonaria, que a considerava mais fiel às orientações da igreja do que aos interesses dos brasileiros.

Exemplo disso, foi um requerimento aprovado por vereadores maçons da Câmara Municipal gaúcha que propunha, no caso de falecimento do Imperador Pedro II, os brasileiros serem consultados a respeito da oportunidade ou não de um terceiro reinado, cabendo ao país decidir, por meio de um plebiscito, se convinha a sucessão no trono brasileiro por uma senhora obcecada por uma educação religiosa e casada com um príncipe estrangeiro. (GOMES, 2013, p.231)

Os republicanos, por sua vez, também acusavam a princesa de ser excessivamente submissa ao marido. Na imprensa, dizia-se que, na eventualidade da morte do Imperador Pedro II, seria o seu marido, o conde D'Eu, o verdadeiro soberano brasileiro. (GOMES, 2013, p.235)

Em sua terceira passagem pelo trono, a herdeira, já mais madura, mesmo sob forte pressão de fazendeiros ricos, políticos como o ministro escravocrata João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, e de militares como o Marechal Deodoro da Fonseca, insatisfeitos com o cenário conturbado, aderiu abertamente ao projeto de extinção da escravidão junto a protagonistas da causa abolicionista, como André Rebouças, amigo da família real, e outros importantes ativistas empenhados em por fim ao então único regime escravocrata ainda vigente no ocidente.

E em meio a um ambiente de hostilidade entre o próprio Cotegipe e os militares, Isabel oportunamente depõe o Barão, e nomeia o abolicionista João Alfredo Correia de Oliveira como novo Presidente do Conselho de Ministros.

Assim, com todo o gabinete favorável ao fim da escravidão é apresentada em 8 de maio à Câmara dos Deputados a proposta para a abolição incondicional, que seria bem recebida e aprovada dois dias depois. O total de oitenta e três deputados votaram a favor do projeto, e apenas nove contra, justamente os conservadores. Tudo isso sob a vigilância de milhares de pessoas que se reuniram nas proximidades do prédio da Câmara para acompanhar a discussão. Em 13 de maio, o Senado também aprova o texto e no mesmo dia a princesa sanciona a legislação que ficou conhecida como Lei Áurea.



Com o feito, cerca de 700 mil escravos ganharam a liberdade de imediato, o que ocasionou vários dias de celebração pública, e Isabel é aclamada pelos líderes abolicionistas como “a Redentora”. Mais tarde, acabaria ainda condecorada com a Rosa de Ouro, honraria concedida pelo Papa Leão XIII.

Mas a saga jurídica abolicionista brasileira é mais remota e tem início efetivo trinta e oito anos antes da Lei Áurea, quando em 1850, cedendo às pressões da Inglaterra, o governo aprova a Lei Eusébio de Queirós que contribui para a retração do tráfico negroiro.

No entanto, de 1851 até 1856, cerca de 9.300 escravos ainda desembarcaram no país. Até que os ingleses por meio de ameaças militares na costa brasileira fizeram cessar o tráfico em definitivo, colocando o tema da abolição em efervescente discussão sócio-política no Brasil.

Nesta esteira, o Visconde de Rio Branco, se mobiliza em meio a embates com a ala conservadora e consegue em 1871, junto à Câmara dos Deputados, a aprovação da já referida Lei do Ventre Livre que rezava a liberdade de qualquer filho de escrava nascido no Brasil. Uma lei que em pouco tempo foi burlada por meio da adulteração da data de nascimento dos escravos, com o agravante de que, nas áreas de maior concentração da escravaria, fazendeiros mandavam abandonar nas estradas e vilas próximas, as chamadas “crias” de suas negras que, já não sendo “coisas suas”, não se sentiam mais na obrigação de alimentar. Nos anos seguintes são criados dezenas de asilos para abrigar as crianças expropriadas (RIBEIRO, 2015).

Em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, a ativista estadunidense, Angela Davis, relata fato semelhante ocorrido nos Estados Unidos, onde um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre seus filhos. De acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, já que aos olhos dos senhores elas não seriam mães, eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escravo.

Ou seja, eram somente reprodutoras, estando sujeitas a terem suas crianças comercializadas ao longe como bezerros separados das vacas, porque crianças escravas estariam no mesmo nível de outros animais. Neste sentido, homens, mulheres e crianças eram igualmente “provedores” de mão de obra escrava aos senhores proprietários. E neste contexto, Davis (2016) destaca que as mulheres tinham uma peculiaridade:

Em geral, as mulheres eram uma força de trabalho completa, igual a do homem, a não ser que fossem designadas para as funções de “reprodutoras” ou “amas de leite”, casos em que por vezes sua força de trabalho era dita incompleta (DAVIS, 2016, p.21).

Em 1880, uma emergente mobilização social, faz ganhar força a voz de importantes políticos e intelectuais, como Joaquim Nabuco, José do

Patrocínio e o próprio André Rebouças, que criam no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, organização que passa a estimular a formação de dezenas de associações análogas em todo o país. André, por exemplo, definido por Alonso (2015) como “usina de projetos” por sua inventividade e sucesso na área de engenharia, teve papel decisivo como lobista do abolicionismo, sendo o primeiro a bradar junto às instâncias governamentais, o fim da escravidão como indispensável ao progresso do Brasil.

André, sustentava ainda, que os negros deveriam ser indenizados em razão do trabalho forçado a que foram submetidos ao longo da vida, em contra-argumento aos senhores que exigiam do governo uma indenização pela perda de suas valiosas propriedades, os escravos. (GOMES, 2013, p.234)

Mais cinco anos de campanha se arrastam até 28 de setembro de 1885, quando o Parlamento, ainda delongando a abolição definitiva, aprova a lei que concede liberdade a todos os escravos com mais de 60 anos, a Lei dos Sexagenários, que trazia ainda no descritivo de seus artigos o estabelecimento de normas para a paulatina concessão de liberdade a todos os cativos mediante o pagamento de indenização. Este precedente mobilizou artistas, parlamentares, jornalistas e advogados, conferindo a personalidades como Luiz Gama, o status de líderes antiescravistas engajados no cumprir das leis, bem como no esforço de arrecadação de fundos para pagamento de cartas de alforria.

Mas na prática, a Lei dos Sexagenários era mais um paliativo, já que a expectativa de vida entre os escravos era tão ínfima que chegar aos 60 anos no cativeiro era quase um milagre. Além disso, libertar um escravo nessa idade, já bastante avançada para a época, equivalia a abandoná-lo à própria sorte, justamente quando ele mais precisava de abrigo e proteção do senhor que o havia explorado a vida toda. (GOMES, 2013, p. 223)

E deste modo moroso e gradativo do governo - primeiro, com o fim não efetivo do tráfico internacional (1850); depois, mais vinte e um anos, a liberdade das crianças (1871); passados outros quatorze anos, a liberdade dos idosos (1885) - foi que a Princesa Isabel, do alto do Palácio São Cristóvão no Rio de Janeiro, promulgou a lei (1888) que colocaria fim, ainda que de maneira tardia, a um longo processo terminantemente orientado a manter por séculos o negro em uma posição de inferioridade humana.

Ou seja, viciado em escravidão, o Brasil resistiu enquanto pôde aos esforços abolicionistas. (GOMES, 2013, p.212)

E, para não faltar com os detalhes, a abolição da escravatura no Brasil, àquela altura dos fatos, era urgente e inevitável, pois a família imperial estava acuada e o país, política e economicamente, isolado, sob cada vez mais intensas pressões domésticas e internacionais em prol do fim de um sistema já extinto em todo o mundo.

O fim da escravidão foi o estopim para o término da monarquia e a consequente proclamação da República, cujos autores articularam o processo de desmanche institucional da família imperial brasileira, que seria de imediato convidada a se retirar do país.

Exilada, a princesa Isabel passou os seus últimos 30 anos de vida morando na França, onde veio a falecer em 14 de novembro de 1921. Seus restos mortais foram transferidos para a catedral de Petrópolis em 1953, onde repousam ao lado do marido, o conde D'Eu, e seus pais, Pedro II e Teresa Cristina.

### *A onda abolicionista e o contexto do branqueamento*

Como sabido, o Brasil foi o último país a terminar com a escravidão, um sistema que teve amplo apoio internacional até o século XVIII. Segundo Alonso (2015), o Haiti liderou o ciclo de abolições no mundo, dando fim à escravidão em 1791, quase cem anos antes do Brasil.

Em 1807, o Império Britânico e os Estados Unidos puseram fim ao tráfico em seus territórios. Em 1815, um congresso em Viena reunindo Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria, Suécia e Portugal, declarou ilegal o comércio internacional de escravos. Na América, por sua vez, as colônias espanholas, a partir de 1820, implementaram simultaneamente, independência e abolição, findando os cativeiros no Peru, Chile, Costa Rica, Honduras, Panamá, Guatemala, Bolívia e México. Na década de 1830 foi a vez da Guiana Inglesa e das Ilhas Maurício. (ALONSO, 2015, p.27)

Uma segunda onda abolicionista eclodiu em 1850, com a derrocada do escravismo na Colômbia, depois no Haváí (1852), na Argentina (1853), na Jamaica e na Venezuela (1854), no Peru e na Moldávia (1855). No decênio seguinte foi a vez da Índia (1860) e na Rússia (1861). Em 1863, a falência escravagista chegou às colônias bávaras, até que Portugal, em 1869, sucumbiu ao abolicionismo. Naquele momento, somente nações como Zanzibar, Madagascar, Gana, Bulgária e o Império Otomano, ainda resistiam, mas declinariam uma após outra no período entre 1876 e 1882. (ALONSO, 2015, p.30)

A autora ainda procura elucidar os motivos pelos quais foi desencadeada a onda abolicionista internacional:

É controverso se a razão desse efeito dominó foi de ordem econômica, com a expansão de formas capitalistas de produção, que consumiam trabalho livre e requisitavam novos mercados consumidores, ou se deveu-se à difusão de uma nova moralidade humanista com vistas à uma extensão de cidadania. Sabido é que a sequência de abolições criou novo ambiente político internacional, no qual a escravidão quadrava mal. (ALONSO, 2015, p. 27)

No Brasil, havia dois cenários: primeiro, o já explanado crescimento do movimento abolicionista na década de 1880, com inclusive rumores sobre a possibilidade de estouro no país de um conflito análogo à guerra civil americana (guerra da secessão), o que assombrava a monarquia brasileira. Depois, o risco da aprovação de uma reforma agrária que repartisse a terra entre senhores e escravos. Dois motivos suficientes para a assinatura de uma lei que, se por um lado promoveu um marco na história político-social

brasileira, por outro, não garantiu aos negros o acesso a instrumentos e tecnologias da nova economia que se fortalecia no país.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 - que marcou a transição do sistema de governo de monarquia para república - não discorreu nenhuma linha aos afrodescendentes, mas reconhecia o direito dos europeus de aportarem no Brasil. Já os direitos dos povos africanos e indígenas não foi minimamente resguardado pelo direito brasileiro.

Comparativamente, nos Estados Unidos da América houve um desfecho diferente para o fim da escravidão: logo após o fim da guerra da secessão em 1865, o presidente Abrahan Lincoln instaurou o projeto de lei que criou a Freedmen's Bureau, uma importante agência de provisões para prestar auxílio aos refugiados, libertos e suas famílias, oferecendo abrigo, alimento, roupas, combustível, entre outros, pelo período de um ano.

Já no Brasil, sob tamanha rejeição social, muitos dos ex-escravos acabaram voltando às antigas fazendas onde haviam trabalhado, tendo na Casa Grande e na Senzala a possibilidade de continuidade do núcleo social a que estavam acostumados na vida cotidiana. (RUFINO, 2018)

A onda abolicionista advinda da Europa, sobretudo da Inglaterra, chegou ao Brasil amparada pela teoria eugenista, cuja premissa era o estabelecimento de políticas higienistas com intuito de melhorar uma determinada espécie, neste caso as pessoas brancas, por meio de educação sexual e controle matrimonial visando ao branqueamento e regeneração racial. Mas a tentativa de embranquecimento da população brasileira, no entanto, fracassou, e o que se viu, como descreve Ribeiro (2015), foi a ocorrência da morenização dos brasileiros, tanto pela branquização dos pretos, como pela negrização dos brancos. (RIBEIRO, 2015, p.169). O autor estima ainda que, como os descendentes de africanos vêm se consolidando como maioria da população no país, é possível lá pelos meados do próximo século, num Brasil de 300 milhões, vermos pelas ruas uma nítida preponderância de afrodescendentes.

No entanto, muito mais relevante do que a preponderância de raça ou cor, será ver nas ruas a positiva transformação de nosso velado apartheid social, em uma sociedade realmente democrática e cônica dos benefícios institucionais para o país, oriundos das boas práticas e da equidade de oportunidades para todos os povos.

### *Considerações Finais*

No transcorrer da contemporaneidade, Petrolina B. G. e Silva, nos chama a atenção para as ações do Movimento Negro Brasileiro que, por proposição do Movimento Negro Unificado, estabeleceu já em 1978, que no

13 de Maio se deveria denunciar veementemente a ausência de políticas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial.

O 13 de Maio foi cunhado como o Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, e Petrolina insiste sustentando que: “Não há o que comemorar, mas há o que elucidar sobre a história, sobre as condições de vida da população negra, sobre o período pós-abolição até os nossos dias. Há muito que denunciar sobre as desigualdades raciais no âmbito da educação, do trabalho, nos tratamentos de saúde. Há que fazer face ao extermínio, assassinatos diários, sobretudo de jovens negros.”

A pobreza, tragicamente, ainda afeta os descendentes de africanos em todo o território nacional, haja vista, o baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) em localidades do Norte, Nordeste e Sudeste brasileiros, territórios dos grandes latifúndios do período colonial. Não obstante, tratar a escravidão como assunto de um passado distante, configura-se um erro crasso, pois conceitos de liberdade, democracia e igualdade racial vêm sendo deliberadamente distorcidos, causando enormes prejuízos sócio-econômico-culturais ao povo negro.

Para o Movimento Negro contemporâneo, portanto, o 13 de Maio, data laureada à princesa Isabel, não é um dia comemorativo, outrossim, é dia de refletir, denunciar e reivindicar o fim desse racismo à brasileira, que se manifesta sempre como um crime perfeito, ainda “invisível aos olhos de tantos”, como definiu o antropólogo brasileiro-congolês, Kabengele Munanga.

O Movimento Negro de norte a sul do Brasil, instituiu o 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi, como o verdadeiro dia de cantar, dançar e celebrar a luta dos palmarinos, exaltando a sua capacidade de organização, planejamento, luta e solidariedade inclusive com os povos não negros, também desrespeitados, perseguidos e maltratados.

Neste já fervoroso deslanchar do século XXI, parafraseando a jornalista Maitê Freitas<sup>16</sup>: seja nas comunidades dos morros, nas periferias metropolitanas, nos recorrentes sucessos musicais, nas fantásticas conquistas esportivas, na espiritualidade das famílias de santo, nos estrondosos bailes blacks, no balançar dos sambódromos, na poesia dos escritores, nas batalhas de hip hop, na falta de qualidade no atendimento em serviços de saúde, na falta de acesso às empresas e seus respectivos cargos de chefia, ou ainda, na baixa representatividade nos comerciais publicitários e programas de TV, o Brasil é negro.

### *Referências*

ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais : Um Balanço do Debate / Angela Alonso. — Luana Nova, São Paulo, 76 : 49-86, 2009

- ALONSO, Angela. Flores, votos e balas : o movimento abolicionista brasileiro (1868-88) / Angela Alonso. — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe / Angela Davis ; tradução Heci Regina Candiani. — 1. Ed. — São Paulo: Boitempo, 2016
- GASPAR, Lúcia. *Quilombo dos Palmares*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 18 ago. 2019 – 20h15
- GOMES, Laurentino. 1889 : como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil / Laurentino Gomes. 1. ed. — São Paulo : Globo, 2013 il.
- GOMES, Laurentino. Escravidão : do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, volume 1 / Laurentino Gomes. — 1. ed. - Rio de Janeiro, RJ : Globo Livros, 2019. (Uma história da escravidão no Brasil ; 1)
- GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação / Nilma Lino Gomes. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2017
- FREITAS, Décio. Palmares: a guerra dos escravos / Décio Freitas — Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1978
- MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira / Regiane Augusto de Mattos. — 2. Ed., 6ª impressão. — São Paulo : Contexto, 2016
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX / Katia M. de Queirós Mattoso ; tradução de Sonia Furhmann. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2016
- OSORIO, Rafael Guerreiro. Classe , Raça e Acesso ao Ensino Superior no Brasil - Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/217/230>
- RAMOS, Claudia Monteiro da Rocha. A Escravidão, a educação da criança negra e a Lei do Ventre Livre (1871): a pedagógica da escravidão / Claudia Monteiro da Rocha Ramos. — Campina, SP : [S,n.], 2008. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252013/1/Ramos\\_Claudia\\_MonteirodaRocha\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252013/1/Ramos_Claudia_MonteirodaRocha_M.pdf)
- SILVA, Daniel Neves. "Zumbi dos Palmares"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/zumbi.htm>.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil / Darcy Ribeiro. — 3. Ed. — São Paulo : Global, 2015
- RUFINO, Marcos Canetta. Lei Áurea: Abolição Inacabada?! / Marcos Canetta Rufino — São Paulo (SP) : Ed. do Autor, 2018. 81.:il.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. História da África e dos africanos / Paulo Fagundes Visentini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro, Analúcia Danilevicz Pereira. 3. Ed. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2014

# **EIXO 2 TRANSFORMAÇÕES**

## Capítulo 6

Estado, habitação e o direito à cidade no Brasil: um olhar a partir da colonização do Mundo da Vida

## Capítulo 7

Pesquisas e processos artísticos de si e do(s) nós

## Capítulo 8

Lazer, turismo e ocupação do espaço público na cidade de São Paulo

## Capítulo 9

Ações coletivas virtuais e a sua realização prática, um estudo de caso do coletivo “A Batata Precisa de Você”, uma análise sobre a atuação do coletivo na internet e na cidade.

## Capítulo 10

Arcos do Bixiga (São Paulo): a política de memória instrumentalizada

## Capítulo 11

Gestão da diversidade na indústria de tecnologia engenharia de software: relato de práticas.

## 6. Estado, habitação e o direito à cidade no Brasil: um olhar a partir da colonização do Mundo da Vida

Guilherme Meyer<sup>8</sup>

### *Introdução*

A sociedade contemporânea, segundo a leitura habermasiana, funcionaria em duas estruturas autorreguladas, o Mundo da Vida (fonte do saber humano) e os Sistemas (complexificação da sociedade). Na história da sociedade ocidental ocorreu uma transformação que ficou mais claro a partir do século XVI, com as Navegações e o Colonialismo, com as Revoluções Gloriosa, Industrial e Francesa, nessa transformação ampliaram-se estruturas sociais que se utilizaram do mundo das relações humanas espontâneas para ações teleológicas e estratégicas, isto é, para a dominação. Ocorreu um superdimensionamento dos sistemas na dinâmica social pelo processo de colonização do Mundo da Vida. Dentre os Sistemas, Habermas destaca o Sistema Poder – Estado e o Sistema Dinheiro como os mais importantes. Na teoria habermasiana quando os sistemas suplantam e corroem o Mundo da Vida ocorre o que chamamos patologias da sociedade contemporânea.

Como exemplo, Habermas fala no livro de 2011 “O Ocidente Dividido” sobre as fissuras da sociedade do século XXI com o 11 de setembro e uma retomada das invasões estadunidenses na Ásia e Oriente Médio. Sem preocupar-se com a ONU. Outro exemplo é a política de estado americano com os imigrantes, a construção do muro entre Estados Unidos e México. Continuando nos EUA a violência do mercado e a grande crise imobiliária, afetando a moradia de milhões de pessoas. São os Sistemas controlando as relações interpessoais colonizando-as.

No Brasil tanto o Estado como o Mercado provocam patologias sociais, pela colonização do Mundo da Vida. Como a demonstração de poder ao proibir certo tipo de livro sob o véu Ideologia de Gênero, o ataque a secularidade do Estado, ao se propor a escolha de determinado membro da corte com uma religião específica, representantes políticos, como prefeitos, vereadores, deputados e presidente) defendendo o assassinato de “bandido” pelo Estado, sem o direito à prévia defesa. Moradias expropriadas pelos megaeventos esportivos e casos de desabamento de prédios ocupados por trabalhadores sem teto sem nenhuma política do cuidar do Estado.

No caso deste estudo vamos propor uma análise do direito à cidade e como o espaço da cidade é formado pelas prerrogativas do mercado em

---

<sup>8</sup> Mestre e Doutorando do Programa em Mudança Social e Participação Política. EACH-USP.



detrimento ao direito das pessoas à cidade. Uma das formas perversas de cercear o mundo das relações espontâneas em detrimento dos interesses imobiliário.

### *Sistemas: Poder e Dinheiro nas Cidades*

A complexificação da sociedade leva ao desenvolvimento de sistemas (Dinheiro e Poder) que se desvinculam do mundo da vida. Habermas vai se ater primeiro a explicar o sistema dinheiro. O sistema dinheiro na sua explicação mais simples é o processo da troca de bens. Os parceiros da troca dos recursos escassos seguem interesses econômicos procurando otimizar a relação custo/benefícios. Os sujeitos assumem uma ação racional em que a rentabilidade é a medida de cálculo para o êxito. “Numa inter-relação controlada por meios, o ego tem de estar em condições de influenciar, de modo racional e teleológico as decisões de alter” (2012b, p.482). Numa relação pautada pelo agir comunicativo o valor real do entendimento consiste em um acordo construído comunicativamente, limitado por pretensões de validade e respaldado em argumentos potenciais.

No sistema poder podemos atribuir uma série de características estruturais. Diferente do sistema dinheiro em que há interação entre parceiros de troca, no sistema poder temos um imperativo moral e a força sancionadora do Estado. “O código poder esquematiza de modo binário possíveis tomadas de decisão, de tal modo que o sujeito ao se submeter ou se opor a algum imperativo vai sofrer ou deixar de sofrer uma sanção” (HABERMAS, 2012b, 487). O sistema poder traz inscrito “uma preferência pela obediência” (HABERMAS, 2012b, p.488)

O poder como o dinheiro constituem uma grandeza possível de alienação, porem o poder não pode circular tão livremente. O poder tem a tendência de se ligar à pessoa do poderoso e ao contexto do exercício do poder, formando uma simbiose; “já a tendência do dinheiro de se unir à pessoa do rico e ao seu negócio não chega a ser tão forte” (HABERMAS, 2012b, p.490). Portanto, o dinheiro e o poder se distinguem pelas características da mensurabilidade, da capacidade de circulação e da depositabilidade; porem essas diferenças não são tão grandes, a ponto e desvalorizar completamente o conceito poder como ‘meio’.

As sociedades modernas desenvolvidas possuem uma elevada complexidade, seguindo a formulação sistêmica, as sociedades possuem alta capacidade de adaptação, alta diferenciação de subsistemas regidos por meios, alta inclusão e generalização de valores. Habermas (2012a) interpreta o capitalismo e o estado moderno como subsistemas que se diferenciam dos componentes sociais do mundo da vida pelos meios: dinheiro e poder. Ele vai trazer as discussões referentes às análises feitas no livro “Mudança Estrutural da esfera pública” (2014b), neste livro interpretado a partir da

estrutura da Teoria da Ação Comunicativa, o mundo da vida revela formas de se proteger do avanço destes subsistemas. Constitui esferas públicas e privadas datadas de capacidade para proteger as formas perversas de colonização do subsistema dinheiro e poder. Na perspectiva da esfera privada, temos o núcleo institucional da família que se encarrega de atividades de socialização. A esfera pública é formada por redes de comunicação intensificadas pelas atividades culturais, pela imprensa, pelos meios de comunicação de massa, os quais tornam possível a participação de um público de pessoas privadas na reprodução da cultura e na fruição da arte, “bem como a participação do público de cidadãos na integração social, viabilizada pela opinião pública” (HABERMAS, 2012b, p.577).

Para Habermas a colonização do mundo da vida ocorre nos seguintes casos: quando as formas de vida tradicionais estiverem desmanteladas a ponto de os componentes estruturais do mundo da vida (cultura, sociedade e personalidade) não puderem se diferenciar; quando as relações de troca entre os subsistemas e o mundo da vida estiverem regulados por meio de papéis diferenciados (para o emprego em locais de trabalho organizados, para a demanda de economias domésticas privadas, para as relações do cliente de burocracias públicas e para a participação formal dos processos de legitimação); quando abstrações reais, que permitem disponibilizar a força de trabalho dos empregados e mobilizar os votos dos cidadãos eleitores, forem aceitas pelos interessados em troca de compensações conformes ao sistema; quando as indenizações são finalizadas pelo incremento do crescimento capitalista e canalizadas para os papeis de consumidor e do cliente, nos quais vêm se alojar as esperanças privatizadas de autodeterminação e de autorrealização, extraídas do mundo do trabalho e da esfera pública.

Habermas parte do pressuposto que a incorporação da reprodução simbólica pelo sistema constitui uma colonização do mundo da vida, pois nesta incorporação as formas de comunicação são substituídas pelas ações estratégicas, portanto, este processo tem um efeito patológico, amplia-se este efeito quando o sistema invade as relações intersubjetivas do mundo da vida promovendo a reprodução sistema/mundo da vida.

As contradições do processo de acumulação capitalista se aprofundam e as tentativas do capital para superá-la se baseiam na superexploração do trabalho e dos recursos naturais, assim como na adoção de medidas de austeridade e privatizações realizadas pelo Estado brasileiro, o que tem significado a retirada de recursos e investimentos do sistema de proteção social e perda de direitos conquistados. Nesse contexto, os movimentos sociais lutam pelo espaço da realização da vida, bem como por um espaço democrático onde possam exprimir-se e decidir sobre o uso dos bens comuns produzidos socialmente, exigindo a superação de suas condições de exploração e opressão. Assim, os movimentos sociais trazem

como exigência a volta dos cânones do mundo da vida, ao mesmo tempo em que apontam a necessidade de superação de regulação dos sistemas.

### *A produção social do espaço urbano*

Evidenciando os conteúdos da urbanização contemporânea na direção apontada por Henri Lefebvre e David Harvey, Carlos (2009, 2017) destaca que as condições de reprodução da sociedade se esclarecem, atualmente, na necessária produção de um espaço mundializado para a realização do capitalismo (tendo em vista a necessidade de superar os momentos de crise da acumulação), revelando um novo papel para o espaço, ou seja, indica que o espaço não é mais somente condição e meio do processo de produção econômica (acumulação), mas, aliado a esse processo, o próprio espaço é o elemento da reprodução (sobrevivência) devido à mudança do papel do solo urbano na economia. Sob a hegemonia do capital financeiro, a produção do espaço aparece como momento de realização do processo de valorização constitutivo do processo de acumulação do capital.

Lefebvre (2002) discute a reprodução do espaço urbano, inicialmente, aparece como momento necessário ao desenvolvimento do ciclo de acumulação do capital, atualmente sua reprodução ultrapassou os limites da indústria e não está mais restrita à produção de mercadorias clássicas, iniciando uma nova problemática: urbana e espacial. Segundo o autor, o capitalismo, para garantir sua expansão e reprodução, busca totalizar, a partir de ampla ação estatal, os diferentes momentos de realização da vida, por meio da reprodução das relações sociais de produção e da própria produção do espaço, abrangendo o domínio do cotidiano, seria para Habermas a complexificação sistêmica e a sua colonização das formas primárias de relações interpessoais. Deste modo, temos o sistema dinheiro criando novas mercadorias e a transformação de bens coletivos em mercadorias. Como por exemplo, domínio do tempo, da cultura, dos corpos, dos desejos, por meio da fragmentação do *dasein*. Contudo, neste artigo gostaríamos de alertar que a transformação do espaço em mercadoria traz em si a colonização do Mundo da Vida, pois como construir relações comunitárias ou comunicativas sem moradia.

Segundo Carlos (2017), sob a forma de mercadoria, o movimento de reprodução realiza-se cooptando, praticamente, quase todos os âmbitos da realidade humana desde o acesso à moradia até a produção do imaginário relacionada à constituição da sociedade de consumo. Assim, a generalização da troca se impõe na vida cotidiana por meio das formas de acesso do cidadão à cidade, sendo que essa contradição entre o valor de uso e de troca se reflete nas mais diversas formas de precarização da vida cotidiana. Sob a lógica da acumulação capitalista, a reprodução do espaço urbano “repõe outra condição que a fundamenta: a desigualdade dos indivíduos na

sociedade vivida concretamente através dos modos de apropriação diferenciados da cidade para a realização da vida (CARLOS, 2017, p. 35)”.

Afirmar que a cidade é produzida como mercadoria, abre a possibilidade de pensá-la como um bem permutável, produzida sob a lógica da valorização e, nesse sentido, como negócio e segregação socioespacial (ALVAREZ, 2017). Nesse sentido, não é possível compreender a cidade apenas enquanto concentração de negócios e atividades, ou seja, é preciso refletir sobre seu processo de produção, o que coloca a necessidade de compreendê-la no âmbito das determinações mais gerais da reprodução social e do capita. Além disso, é preciso atentar para o papel da propriedade privada da terra e do Estado, visto que se constituem como elementos fundamentais desse processo.

Segundo Carlos (2017), a propriedade privada do solo urbano, garantida pela função jurídica que a impõe enquanto direito garantido institucionalmente, tornando inquestionável sua existência tanto mental (plano do conhecimento) quanto prática (na vida cotidiana), exerce uma função econômica como realização continuada do valor. O processo de reprodução do urbano sob o capitalismo revela, conseqüentemente, sua contradição fundamental: sua produção é social enquanto sua apropriação é privada. Alvarez (2018) observa que, a partir da promulgação da Lei de Terras e das suas regulamentações a partir de 1850, especialmente a Lei nº 1237/1864 (que reformulou a lei de hipotecas e regulamentou as sociedades de crédito), efetuou-se a constituição jurídica da propriedade privada da terra (a sua transformação em monopólio e patrimônio). A autora ressalta que, especialmente a partir dos primeiros anos da República, a necessidade de reconhecer juridicamente a propriedade privada da terra esteve associada à sua transformação no principal bem hipotecável. Em São Paulo, segundo a autora, tal situação incentivou a formação de um mercado imobiliário, a urbanização e a expansão da economia cafeeira (concomitantemente, impulsionou a maior circulação de dinheiro, títulos e endividamento). Assim, pode-se afirmar que o sentido hegemônico da urbanização de São Paulo foi produzir um capital primitivo e, em parte, fictício (ALVAREZ, 2018).

No momento em que a propriedade da terra se insere no circuito de reprodução do capital (tornando-se intercambiável e hipotecável), observa-se que a urbanização se intensifica com o fluxo migratório e alimenta este processo. Assim, naquele período, segundo a autora, a propriedade já estava constituída como mediação ao uso e vida na cidade, tornando a segregação socioespacial um conteúdo do processo de produção do espaço urbano com o Estado participando do processo de segregação.

Em relação à preocupação com as condições de saúde pública, Alvarez (2018) destaca a evidente preocupação em expulsar das cidades os pobres e demolir as habitações operárias (o principal tipo de habitação

popular na época era o cortiço), por meio da promulgação do Código Sanitário do Estado (1984): a construção de imóveis classificados como habitação coletiva deveria ser realizada fora da aglomeração urbana e a construção dos cortiços foi proibida (sendo que os já existentes precisavam ser demolidos). Segundo a autora, a associação desta norma à do Código de Posturas (1886), demonstra que a preocupação não estava em garantir moradia à camada mais pobre da população, mas excluí-la para longe das cidades, próximo às fábricas poluentes, matadouros e hospícios.

A mercantilização da cidade se aprofunda, relacionada às transformações contemporâneas do capitalismo: a reestruturação produtiva e a financeirização. Nesse contexto, o Estado exerce o papel fundamental: 1) para regulamentar as alianças entre os setores fundiário, imobiliário e financeiro; 2) na definição de padrões urbanísticos de renovação e reestruturação urbana; 3) no uso do poder da violência para definir o lugar que cabe a cada um na cidade, como ocorre nos processos violentos de reintegração de posse em ocupações (ALVAREZ, 2018). Nesse sentido, a negação do urbano imposta pela mercantilização reorienta a prática social submetendo a vida pela mediação do urbanismo (como forma de pensar o urbano) e do planejamento (como esfera de ação), ou seja, um saber técnico sustenta o discurso que reduz o cidadão à condição de trabalhador e usuário da cidade, legitimando as ações do Estado e suas alianças corporativas (CARLOS, 2017).

### *O Estado a serviço da Metrópole Global*

No plano da metrópole, a crise global de reprodução do capital das últimas décadas, tem transformado a materialidade existente, visando à necessidade de circulação e reprodução do capital. Esse processo pressupõe a desvalorização do que está constituído e a posterior revalorização por meio de novos usos, edificações e infraestrutura. As transformações intraurbanas nas capitais brasileiras têm sido muito significativas e, para que esse movimento ocorra, o Estado tem possibilidade de intervir sobre a propriedade de vários modos: desapropriando, removendo, permutando, por desmembramento e/ou remembramento de lotes, definindo novos usos, implantando infraestrutura e estabelecendo fragmentos que serão fruto de futuros investimentos (ALVAREZ, 2017). Assim, a reprodução da metrópole se realiza desconsiderando o modo como a realização da vida deu sentido aos lugares. A principal questão para situar a cidade como negócio é a compreensão de que a propriedade imobiliária se converte em uma forma de capital fictício, sendo que essa é a atual forma hegemônica da reprodução capitalista.

Desde a década de 1980, as políticas de intervenção no espaço da metrópole de São Paulo e Rio de Janeiro apontam para a necessidade de

possibilitar o processo de valorização do espaço e os ganhos advindos da propriedade, associando-a com o mercado financeiro: desde regulamentações que permitiram maior flexibilidade ao título de propriedade, tornando-a base de um capital a ser mobilizado no mercado financeiro, como, por exemplo, os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e os Fundos de Investimento Imobiliário (FII), até a instituição da alienação fiduciária, que deu maior garantia à expansão do crédito, pois a posse efetiva do imóvel fica com o credor até que o mesmo seja pago (ALVAREZ, 2018). A ação do poder público por meio da regulação urbanística, também é essencial para direcionar os investimentos públicos e privados para determinados fragmentos da cidade, sendo que esse processo conflita com a produção e reprodução das necessidades e desejos de seus cidadãos. A racionalidade e a estratégia do Estado se impõem e, diferentemente do predomínio de uma perspectiva de garantir que a reprodução se efetue em um patamar de menor segregação socioespacial, o que se tem observado é o seu aprofundamento.

Como observa Volochko (2018), é necessário refletir sobre o processo que parte da valorização fundiária (do solo urbano), articula-se como parte da valorização imobiliária (do espaço construído, dos bens imóveis e das edificações), para produzir a valorização do espaço como condição, meio e produto das futuras valorizações que reproduzem o capital (por meio da produção contínua de novos espaços). Cabe destacar que, as novas mediações financeiras e institucionais, colocam a possibilidade de um mercado de garantias que têm na propriedade imobiliária (imóvel) um ativo flexibilizado e que impõem a realização da moradia como negócio (ROLNIK, 2015), sendo que, este movimento produzido pelas diversas etapas da valorização, possibilita visualizar um caminho que parte da renda da terra à produção do espaço como modo específico de produção do valor.

Lefebvre (2002) aborda a necessidade de avançar no debate da terra (e das rendas fundiárias) como meio indireto de produção de valores para a compreensão da produção do espaço como mercadoria, que se realiza como momento fundamental da produção do valor e da mais-valia. O solo urbano possuiria um valor como resultado da sua incorporação à dinâmica urbana, sendo que este valor é diferenciado, pois traduz o desigual acúmulo de trabalho social no espaço. A mercadoria espaço é produzida histórica e socialmente e seu valor de troca é determinado pela incessante possibilidade de transformação do seu valor de uso. Por meio das políticas públicas, a ação do Estado cria processos de valorização diferenciada do espaço urbano, destinando recursos públicos para áreas associadas à ação consciente dos empreendedores imobiliários e seus negócios. Esses empreendedores têm expulsado para periferias cada vez mais distantes a população que ocupa as áreas designadas como “degradadas” (favelas, ocupações de prédios etc.), favorecendo, constantemente, os setores imobiliários, as empresas de transporte e as construtoras.

Segundo Volochko (2018), observou-se, recentemente, o processo de metropolização e periferação da produção de moradias pelo setor imobiliário/financeiro que, por meio da mediação do Estado (via políticas públicas como o programa Minha Casa Minha Vida), capitaliza a pobreza como novo negócio. O autor ressalta que, a periferação/metropolização da produção habitacional, compõe uma das possibilidades do processo de produção e valorização do espaço, somada a outros processos: as revalorizações das áreas dos centros urbanos, os novos investimentos em áreas de desindustrialização, a produção do espaço agrário associado ao agronegócio, a produção de grandes infraestruturas no território, a produção do espaço ligado à realização de megaeventos. Contudo, não param de surgir as contradições desse processo, seja no plano da reprodução do capital, seja devido aos processos de luta urbana que vêm adotando a perspectiva de realização do direito à cidade.

A Metrópole é uma “não-cidade”: tornada a forma predominante de se viver, as metrópoles são inautênticas. Tem um cotidiano altamente regulado, está perdendo sua centralidade devido ao espraiamento. Para Lefebvre (2001) o direito à cidade seria o direito a transformar e projetar uma nova cidade, na qual predominassem no mundo da vida e a autogestão em todos os âmbitos da vida, ou seja, um projeto de mudança social. A miséria urbana das metrópoles brasileiras relaciona-se: a precariedade da moradia, da não moradia, do trajeto entre moradia e trabalho. No plano da prática cotidiana, a vida urbana revela as contradições sob a forma de conflitos urbanos.

Nesse sentido, pode se apontar, por exemplo, como o dispositivo da função social da propriedade e a bandeira do direito à cidade como política pública coexistem, contraditoriamente, com a manutenção das remoções de favelas e o conseqüente deslocamento dos moradores que ficaram no caminho de políticas de intervenção urbana associadas à realização de megaeventos. A centralidade da luta por moradia no conjunto das lutas sociais está na indicação do papel que a propriedade privada da terra urbana exerce, assim como das relações contratuais que ela difunde na sociedade.

Por fim, a partir de uma releitura feminista do processo de produção do espaço urbano, Helene (2019) analisa como as barreiras de acesso à habitação no Brasil (singularizadas pela histórica exclusão da terra e do mercado de trabalho formal das populações de baixa renda), representam condições ainda mais difíceis quando se é mulher e, principalmente, negra. Nesse sentido, a autora ressalta que, a potência do conceito de direito à cidade do filósofo francês Henri Lefebvre, vem se expandindo para além da concepção original do autor: a luta dos movimentos de moradia ampliou-se para a luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade, por meio das ocupações de prédios vazios nas áreas centrais, explicitando o desperdício de infraestrutura e a precarização das camadas mais pobres, principalmente,

da vida das mulheres (que têm uma participação massiva nos movimentos de moradia devido à “feminização da pobreza”).

Por meio da narrativa das próprias participantes dos movimentos de moradia (levantadas por meio de observação participante e pesquisa-ação), Helene (2019) analisa de que maneira estes se configuram como um espaço de afirmação de autonomia: da reestruturação das hierarquias de poder dentro do espaço privado e da segurança contra a violência doméstica à reapropriação do espaço público/político, articulando uma luta por direito à cidade marcada por segregações de classe, raça e gênero (explicitando que as desigualdades de gênero se relacionam de forma indissociável às outras formas de opressão capitalista). A autora observa que, devido às facilidades de realização das atividades reprodutivas por meio da proximidade de serviços públicos e dos postos de trabalho, a qualidade de vida das mulheres de ocupações em áreas centrais melhorou, pois não ficam mais isoladas nas tarefas domésticas nas periferias. Nesse sentido, ressalta-se que as participantes desses movimentos sociais articulam uma luta por direito à cidade “contra uma segregação socioespacial generificada. Disputam, não apenas o direito viver em espaços apropriados para as tarefas relacionadas à reprodução da vida, mas também lutam pelo valor de uso da moradia e dos espaços relacionados a ela (HELENE, 2019, p. 969)”.

### *Considerações finais*

A desigualdade socioespacial é consequência do processo de complexificação sistêmica e colonização do mundo da vida, que cria, articula e reproduz espaços com desenvolvimento desigual. Assim, a continuidade, a reprodução e ampliação das desigualdades socioespaciais são fundamentais ao Sistema Dinheiro.

Faz-se necessário que existam lutas por políticas públicas redistributivas que satisfaçam, minimamente, as necessidades atuais mais básicas da população de menor renda. A ampliação das lutas e organização dos movimentos sociais é o caminho para a construção de uma sociedade pautada por outros padrões de sociabilidade, na qual a moradia, seja principalmente a possibilidade de apropriação e uso por todos; e a centralidade urbana se realize como lugar de encontro e da reunião (Mundo da Vida).

Há possibilidades emancipatórias de luta pelo direito à cidade nos termos de um projeto utópico de transformação social? O processo exige a compreensão dos fundamentos da reprodução do capital no cotidiano a fim de que a luta pela justiça espacial possa tornar-se uma luta mais ampla sobre a elaboração de um projeto para a construção do “direito à cidade”, questionando um dos fundamentos da desigualdade socioespacial: a mediação da propriedade privada do solo urbano e o obstáculo perverso por



ela representado para a maior parte da população que não pode pagar os rendimentos exigidos pelas diferentes frações do capital na sua realização. Ressalta-se que essa perspectiva não diminui a importância das lutas e conquistas dos movimentos sociais em torno da realização e/ou manutenção de políticas públicas que possam conduzir a redistribuição espacial de recursos e universalização de serviços públicos. Essas lutas são processos de resistência e politização, que se manifestam de diferentes maneiras e são importantes, dentre outras questões, para a desnaturalização da compreensão quanto à produção do espaço.

Contudo, se essas lutas são a base necessária de uma justiça distributiva pelo Estado, é preciso ter consciência de seus limites e contradições, tendo em vista o papel que o Estado ocupa nas condições de reprodução capitalista, pois o Sistema Poder articula-se com o Sistema Dinheiro.

### *Referências*

- ALVAREZ, I. P. Produção do espaço em tempos de crise. In: CARLOS, A. F. A. et al (org). Justiça espacial e o direito à cidade. São Paulo: Contexto, 2017, 192 p.
- \_\_\_\_\_. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, A. F. A. et al (org). A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2018, 272 p.
- ALVES, G. Privação, justiça espacial e direito à cidade. In: CARLOS, A. F. A. et al (org). Justiça espacial e o direito à cidade. São Paulo: Contexto, 2017, 192 p.
- CARLOS, A. F. A. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. Estudos Avançados, v. 23, p. 303-314, 2009.
- \_\_\_\_\_. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: CARLOS, A. F. A. et al (org). Justiça espacial e o direito à cidade. São Paulo: Contexto, 2017, 192 p.
- FERRARA, L. et al. Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo. Cadernos Metrópole, v. 21, p. 807-829, 2019.
- FRÚGOLI, H. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. Revista de Antropologia, v. 48, n.1, 2005.
- HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006, 252 p.
- \_\_\_\_\_. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014, 294 p.
- \_\_\_\_\_. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016, 297 p.
- HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. Cadernos Metrópole, v. 21, p. 951-974, 2019.

- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001, 141 p.
- \_\_\_\_\_. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, 178 p.
- MASCARO, A. L. A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. In: NETTO, J. P (org). Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora. São Paulo: Boitempo, 2015, 187 p.
- ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015, 424 p.
- VOLOCHKO, D. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: CARLOS, A. F. A. et al (org). A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2018, 272 p.

## 7. Pesquisas e processos artísticos de si e do(s) nós

Nathália Bonilha Borzilo<sup>9</sup>

Emerson Silva Meneses<sup>10</sup>

### *Introdução*

A criação artística, assim como a construção do conhecimento acadêmico pautado na experiência vivida, é uma práxis que se apresenta como possibilidade tanto no campo das Artes quanto na Academia. Saberes podem ser construídos de diversas maneiras a partir de vivências pessoais, e isso se dá em diferentes campos e a partir de diferentes marcadores sociais, como atestam Carolyn Ellis, Tony E. Adams e Arthur P. Bochner ao afirmarem que:

“Os acadêmicos reconheceram que pessoas diferentes têm suposições diferentes sobre o mundo – maneiras diferentes de falar, escrever, valorizar e acreditar – e que as formas convencionais de fazer e pensar sobre pesquisa são estreitas, limitadoras e paroquiais. Essas diferenças podem ser baseadas na raça (Anzaldúa, 1987; Boylorn, 2006; Davis, 2009), no gênero (Blair, Brown e Baxter, 1994; Keller, 1995), na sexualidade (Foster, 2008; Glave, 2005), na idade (Dossa, 1999; Paulson & Willig, 2008), nas habilidades (Couser, 1997; Gerber, 1996), na classe (Hooks, 2000; Dykins Callahan, 2008), na educação (Delpit, 1996; Valenzuela, 1999) ou religião (Droogsma, 2007; Minkowitz, 1995).” (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2019, p. 20);

Construir conhecimento a partir de experiências pessoais é uma escolha metodológica que tende a se contrapor às epistemologias hegemônicas. Trata-se de pesquisas que se desenvolvem com aproximações de mundo bastante particulares, embora recebam críticas da comunidade acadêmica mais tradicional. Investigações são traçadas a partir de ações sobre um espaço e um tempo, realizadas e evidenciadas pelas pessoas que movem a pesquisa: as (os) pesquisadoras(es). Assim, nós criamos diálogos com aquilo que vivenciamos, compreendemos e apreendemos de toda a complexa malha tecida ao longo do processo investigativo.

As pesquisas artísticas, inseridas nessa práxis, abrem inúmeras possibilidades para articular percepções declaradamente pessoais do imaginário psíquico, social e político do qual fazemos parte, o que implica a exposição de todas as contradições e potências que envolvem a natureza humana e o gesto criativo. Interessa-nos apontar no presente artigo que o desenvolvimento de tais investigações no meio acadêmico se dá por

---

<sup>9</sup>Mestranda em Mudança Social e Participação Política, EACH/ USP.

<sup>10</sup>Doutorando em Mudança Social e Participação Política, EACH/ USP.

diferentes maneiras, dado que não é possível desenvolver um único método que fundamente as pesquisas artísticas.

Em suma, como pesquisadoras(es) acreditamos, como muitos artistas também o fazem, que assim como não há paradigmas únicos para criar (artisticamente), tampouco há paradigmas únicos para pesquisar nas Artes (academicamente). Acreditamos que quando somos tomados pelo desejo de pesquisa, uma curiosidade ou um questionamento, muito de nós mesmos habita as formas e os conteúdos movidos pela pesquisa. E este “habitar” dialoga amplamente com as proposições da ciência pós-moderna, haja vista que se tornou um posicionamento fundamental na pesquisa qualitativa, o envolvimento pessoal do pesquisador com seu campo de estudo. Essa posição nos permite “reconhecer limitações situacionais” (RICHARDSON; PIERRE, 2019, p. 49) em uma pesquisa que não nos engessa na investigação. Cabe pontuar que em se tratando de investigações humanas e artísticas, o desenvolvimento da pesquisa inevitavelmente escorrerá para um engajamento político e social, pois como já salientaram Denzin e Lincoln, “nossa luta hoje é no sentido de relacionar a pesquisa qualitativa às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre” (DENZIN e LINCOLN, 2003, p. 17).

#### *(Auto)questionamentos nos processos criativos e – também acadêmicos*

Nós, pesquisadores-artistas escolhemos diversos e diferentes métodos para nossas investigações. Diferentes mananciais de dados qualitativos em cena, nas obras e na academia. Nossa práxis se origina da observação e uso de tudo o que não só a coleta de dados academicamente disciplinada pode nos fornecer, mas também do que nos chega de outras instâncias relacionadas à experiência vivida, tais como: “jornais, filmes, seriados, troca de e-mails, contos, histórias de vida. Também nos referimos às narrativas – sobre o divórcio, o adoecimento, a sobrevivência do combate corpo a corpo, a venda de sexo, a tentativa de parar de fumar” (RYAN e BERNARD, 2000, p. 769, tradução nossa).

Concordamos que nossa constituição como sujeito-artista advém das experiências vividas, e delas resultam em grande parte nossas escritas. Joan Scott afirma isso ao dizer que “não são indivíduos que têm experiência, mas sim sujeitos que são constituídos pela experiência” (SCOTT, 1998, p. 304). Indagamos: nossa experiência está sempre presente nas nossas escolhas e criações acadêmicas, assim como nas artísticas? Acreditamos que sim.

Podemos explicar esse processo de criação acadêmica tão rigorosa e detalhadamente quanto as normas nos exigem? Quanto da/o artista está na sua obra acadêmica? Quanto de nós está nos nossos textos? Essa(e) sou eu?

Escrevo da forma que desejo ou busco escrever da maneira esperada? Criticam-me se me expesso e me exponho na produção acadêmica mais do que permitido?

Distancie-se do objeto; dizem. Como, se dialogamos e nos fundimos com aquilo que pesquisamos?

Nos últimos anos buscamos o diálogo, em nossas pesquisas, com o caminho criativo que brota de cada sujeito e construído a partir das singularidades. O modo de expressão é único e, portanto, irrepetível. Como pessoas inextricavelmente artistas e pesquisadoras, buscamos um “modo” de criar e de produzir, que se desenvolva implicado nas nossas personalidades, mas que ao mesmo tempo, consiga gerar novas perguntas e interesses a outros – sejam espectadores, leitores, ou até mesmo os demais membros da comunidade científica.

Cada processo criativo nos parece um espaço para o autoquestionamento e a produção de saberes. “O desafio é desenvolver uma metodologia que nos permita examinar como questões pessoais dos indivíduos estão conectadas a assuntos públicos e respostas públicas a essas questões” diz, Denzin no prefácio de seu livro *Interpretative Autoethnography*, de 2014 (p. VII). Aceitamos o desafio ao buscar tocar nos interesses, vivências e memórias que formam cada um e, a partir daí, originar poéticas autorais que criem vínculos com outros pesquisadores e leitores.

### *Memórias nossas*

Sabemos o quão complexo é falar de memórias do pesquisador, dado que, como discutido nas Ciências Sociais desde Maurice Halbwachs, as memórias individuais só fazem sentido se consideradas na teia das memórias coletivas:

“A principal ideia apresentada por Halbwachs [...] é a de que, embora a dimensão individual exista, a memória é um fenômeno, acima de tudo, coletivo, de forma que pertencer a uma coletividade, a uma totalidade que ultrapassa o sujeito, é condição decisiva para a construção de memória. Isso não significa que o indivíduo não tenha a capacidade de formar lembranças em condições de isolamento da sociedade, porém, memórias que não foram formadas a partir da relação com o outro costumam ser limitadas e tendem a desaparecer com maior facilidade, já que o apoio do testemunho de outras pessoas é um elemento fundamental para a manutenção e formatação dessas memórias.” (JAYO e VARGAS, 2019, online).

Desta forma, a lembrança que por vezes acreditamos ser apenas nossa é integrante de uma memória coletiva, “porque temos sempre conosco uma quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 1990, p.26). Uma complexidade que também nos atravessa na criação de poéticas

artísticas autorais fazendo uso de nossas memórias. Os artistas são convocados a se colocar, expor-se, trazendo a público, por meio de suas vivências e histórias (sua memória), seus devaneios artísticos/políticos/estéticos, suas crenças sobre o mundo, manifestando-as por meio de seus corpos-pensamentos como a junção de obras artísticas e textos. O uso da memória como instrumento potencializador das produções artísticas é comum tanto nas artes visuais como nas artes cênicas (teatro e cinema). Neste último caso, é frequente nos documentários pessoais cinematográficos e no Teatro do Real (LEITE, 2017), onde o material autobiográfico, memorialístico, é alimento primordial.

Memórias também são o alimento potencializador de certos escritos acadêmicos na pesquisa qualitativa. Experiências pessoais e performances de uma pessoa são a matéria-prima da autoetnografia. É o que argumenta Denzin (2014), e exemplifica citando Yvonna S. Lincoln, autora que relata, a partir de suas próprias impressões no tempo e história, os ataques ao World Trade Center de 11 de setembro de 2001. Lincoln discorre, a partir de uma epifania, sobre o horror aos ataques e como sua reação de desolação é lida a partir de sua história familiar. Diz a autora, de forma bastante pessoal, sobre seus familiares e sobre si mesma, que sua forma de lidar com a dor não permite sequer que as lágrimas aconteçam. Cria-se assim “uma distinta forma de aproximação ao estudo da experiência humana” (DENZIN, 2014, p. 6) o que definiria o método autoetnográfico. Um exemplo de como transformar dor em reflexão.

### *Corpos-pensamentos em Sophie Calle*

Francesa, nascida em 1953, Sophie Calle produziu uma obra que combina fotografias e o texto. O escritor Paul Auster, no documentário *Sophie Calle Artist* (Susan Shaw, 2005) da série televisiva britânica *The South Bank Show*, afirma ser complicado rotular Calle pois seu trabalho é “demasiadamente pessoal”. “Uso meus fracassos no meu trabalho”, diz Calle, no mesmo documentário.

Sophie Calle tornou-se conhecida no Brasil especialmente depois da exposição “Cuide de você”, iniciada em São Paulo, no Sesc Pompéia, em 2009. Antes disso a artista lotou o pavilhão francês da Bienal de Veneza em 2007 com a mesma exposição, que girava em torno de uma mensagem (e-mail) de término de relacionamento que ela recebera algum tempo antes. O título da exposição reverberava a frase final do e-mail: *prenez soin de vous, cuide de você*.

Seu corpo, magoado ou não, buscava na obra formas de responder ao autor da mensagem. A artista transforma esse e-mail de rompimento em

um divertido trabalho artístico e literário: ela convida 107 mulheres, de diferentes origens e *backgrounds* para responder o e-mail em seu lugar. Como descreve Chrisafis (2007),

“Mais de dois anos depois, ela distribuiu a missiva para 107 mulheres profissionais, fotografou-as lendo e convidou-as a analisá-las, de acordo com suas profissões. A gramática e a sintaxe do ex foram destroçadas por uma editora, suas maneiras grosseiras por uma consultora de etiqueta e suas falas abordadas por estudiosas talmúdicas. O texto foi reordenado por um criador de palavras-cruzadas, avaliado por uma juíza, baleado por uma atiradora, analisado por uma jogadora de xadrez e performado pela atriz Jeanne Moreau. Uma psiquiatra forense diagnosticou o ex como um manipulador doentio”. (CHRISAFIS, 2007, p. 1, tradução nossa)

O resultado é a exposição que contava com vídeos, retratos e trabalhos feitos a partir do texto do ex-amante.

No texto de apresentação da exposição, a própria Sophie explicava os códigos por ela criados:

“Recebi um e-mail informando que havia terminado. Eu não sabia como responder. Era como se não fosse para mim. Terminou com as palavras: Cuide-se. Eu peguei essa recomendação literalmente. Pedi a cento e duas mulheres, escolhidas por sua profissão, que interpretassem a carta em sua capacidade profissional. Para analisá-lo, fornecer um comentário, atuar, dançar, cantar a respeito dele. Dissecá-lo. Espreme-lo. Entender para mim. Responder por mim. Era uma maneira de reservar um tempo para terminar. No meu próprio ritmo. Uma maneira de me cuidar.”

O desejo de investigação nas obras de Calle sempre esteve presente, fazendo dela uma espécie de pesquisadora artística. Pode-se vê-la como uma investigadora das artes que acaba por buscar a si mesma. Miriam Rinaldi, atriz do grupo Teatro da Vertigem, explicita em entrevista a Janaína Leite que “o depoimento é uma qualidade de expressão de si próprio” (LEITE, 2017, p. 33) em que o histórico pessoal alicerça o texto/obra. Entretanto, questionamos: podemos enxergar para além do pessoal no texto/obra de Calle? Podemos perceber que o pessoal e o trabalho artístico se fundem? Podemos perceber, assim como mencionado sobre Yvonna Lincoln, a capacidade de transmutar a dor e experiência pessoal em produção autoetnográfica de conhecimento, assim como percebemos a transmutação da dor de Calle em arte?

A própria Sophie Calle, em outra obra (O Hotel, de 1981), fazia leituras a respeito dos hóspedes do hotel onde trabalhava temporariamente como camareira, fotografando seus objetos e produzindo escritos que compõem uma “arqueologia do presente”. No catálogo desta exposição, Calle explica o trabalho explicitando a personalidade no próprio método usado para a elaboração do trabalho artístico:

“Na segunda-feira, 16 de fevereiro de 1981, fui contratada como camareira temporária por três semanas em um hotel veneziano. Fui designada para doze

quartos no quarto andar. No curso de minhas tarefas de limpeza, examinei os pertences pessoais dos hóspedes do hotel e observei através de detalhes vidas que me eram desconhecidas. Na sexta-feira, 6 de março, o trabalho terminou.” (Citado em SOPHIE CALLE: L’HOTEL, 1984, p. 140-1.)

Questionada sobre o uso de sua vida pessoal em sua obra, em especial o trabalho *Cuide de você*, Calle em entrevista a Chrisafis (2007), afirma:

“Amor, vida e morte – tudo isso é o material mais mundano para os artistas. Me diverte porque as pessoas costumam dizer: não te incomoda mostrar sua vida particular? Eu digo, bem, se você descartasse a vida privada, teria que eliminar toda a poesia. Victor Hugo, Baudelaire e Verlaine usam sua vida emocional como assunto.” (CHRISAFIS, 2007, p. 2, tradução nossa)

Enfim, o trabalho e Calle nos faz indagar, em primeiro lugar, se a autoexposição presente em “*Cuide de Você*”, ao ser parte de um processo de “entender” a situação vivida, pode ser considerado como tendo componentes de autoetnografia. E em segundo, se o seu exame sistemático e registro metódico dos pertences dos hóspedes, em “*O Hotel*”, revela uma práxis da pesquisadora, fundida ao trabalho artístico. Ambos os trabalhos não trazem descobertas a respeito de um problema que se colocou à curiosidade da artista/pesquisadora?

### *O(s) nós*

“Dentro de minha trajetória acadêmica, o manuseio da palavra escrita se tornou repertório em minha carne. Um arquivo do Word que se torna realmente aquilo que é: apenas um arquivo. O lugar do conhecimento é o lugar do ar. Ele é feito para ser movido, movimentado, voado, apropriado, inspirado e inspirador. O conhecimento que nasce da articulação entre o que VIVO, SINTO e PENSO”.

O depoimento, publicado no blog Pesquisa Qualitativa em Cena, é de Nathalia Bonilha, atriz-pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa ECOAR – Estudos em Corpo e Arte, da EACH-USP, e também uma das autoras do presente texto.

Isto nos faz refletir sobre a importância de todo material que pode vir a ser utilizado, para além das fontes mais tradicionais da pesquisa acadêmica hegemônica. Nos referimos aqui a distintos materiais, como “diários de campo, os cadernos de artistas, as anotações dos processos e intuições que lhes atravessam, assim como as imagens fora de foco, os vídeos com ruídos, as conversas fora de hora” (VELARDI, 2018, p. 51), assim como os silêncios de um informante e as pausas, tanto do observado como dos pesquisadores durante o processo de pesquisa, por vezes mais potentes que ruídos.



Evocamos com nossas pesquisas, o conhecimento que se dá pelas narrativas que criamos com o intuito de traduzir as percepções sensíveis do mundo vivido. Ou ainda o conhecimento que se constrói de distintas formas, como da oralidade, por exemplo. Não o conhecimento indecifrável a olhos não especializados e intencionalmente hermético, distanciado, muitas vezes amparado por normas rigorosas e procedimentos engessados que emolduram algumas pesquisas científicas, tornando-as praticamente incomunicáveis com a comunidade externa à academia. Daí se observa um conhecimento burocrático que, muitas vezes, nasce das desigualdades de um sistema educacional que evidencia a estrutura colonial, patriarcal e capitalista com a qual, infelizmente, a universidade ainda compactua parcialmente.

A pesquisa qualitativa radical a qual propomos construir é uma atividade que localiza o observador no mundo por meio de práticas materiais e interpretativas, objetivando suas transformações sociais. “Seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (DENZIN e LINCOLN, 2003, p. 17).

Entender esse processo de construção do conhecimento, como nossas escolhas de e sobre a pesquisa, é fomentar o livre pensar. Dialogar consigo para construir um processo de permanente troca de conhecimentos com outros sujeitos crítico-pensantes. Interessa-nos na pesquisa qualitativa uma multiplicidade de métodos, pois acreditamos que performar a si mesmo é um ato político.

É neste lugar de uso da arte que invocamos George Marcus e Fred Myers, na introdução à coletânea *The traffic in culture* (1995), lembrando-nos que “na vida cultural contemporânea, a arte veio ocupar um espaço há muito associado à antropologia, transformando-se em um dos principais lugares para rastrear, representar e performar os efeitos da diferença na vida contemporânea” (MARCUS e MYERS *apud* GRUNVALD, 2019, p. 280). Dar visibilidade a si mesmo nas pesquisas artísticas seria uma forma contemporânea de performar academicamente. O que nos parece bastante razoável dado que não há uma pureza artística na história da arte contemporânea. Como também não há, ou não cremos que haja, a pureza, objetividade e isenção acadêmica reivindicadas pela pesquisa positivista. Há um borrão das fronteiras entre o ator e o performer (BONFITTO, 2013), há experiências íntimas de vida em cena (LEITE, 2017), depoimentos pessoais em obras, e poucos contornos ortodoxos nas ferramentas usadas na pesquisa qualitativa (DENZIN e LINCOLN, 2003), seja ela artística ou não-artística. Há um alargamento das fronteiras entre o pesquisador e a pesquisa.

Sabemos que a comunidade de pesquisa e os editores de periódicos acadêmicos aconselham certo distanciamento do texto proposto pelos

autores. Nós preferimos o contrário: exacerbar o EU de nossas pesquisas. Nesta postura ante a atividade de pesquisa, “o pesquisador qualitativo faz mais do que observar a história; ele desempenha um papel nessa história. Novas histórias extraídas do campo serão escritas, que refletirão o engajamento direto e pessoal do pesquisador com esse período histórico” (DENZIN e LINCOLN, 2003, p. 26).

### *(In)Conclusão*

Se na arte, em especial desde o século XX, o artista tem criado expressões com signos múltiplos sobre si e suas pesquisas (LEITE, 2017), por que como pesquisadoras, ou artistas-pesquisadoras, não poderíamos utilizar, inclusive recursos autoetnográficos para nossas pesquisas de caráter qualitativo? Refletimos, para além da cena artística, o que a diretora teatral argentina Vivi Tellas, ao se referir ao trabalho com não-atores, classifica como “arquivos de experiências e saberes” (LEITE, 2017, p. 41). Nesse intuito, somos e carregamos “arquivos de experiências e saberes” que podem ser utilizados como métodos para distintas pesquisas.

Para nós, pesquisadoras-artistas esse não é somente um amplo espaço de investigação artística, mas também um caminho para produção de conhecimentos sob métodos menos ortodoxos. Uma investigação a partir da nossa própria subjetividade, com toda a perspectiva histórica, cultural e social que carregamos. Uma tentativa de construir narrativas sociais líricas – e nem por isso de menor relevância enquanto forma de produção de conhecimento. Uma oportunidade de criar diálogos não somente com a produção de saberes artísticos, mas com áreas como a Antropologia e as Ciências Sociais.

Embora cientes da possibilidade de distanciamento das pesquisas acadêmicas, nossas escolhas epistemológicas são calcadas sobre outros alicerces, que têm ganhado espaço, ainda que timidamente, no debate metodológico. Muitas vezes, estão calcadas nas traduções que somos capazes de construir a partir do entendimento que temos sobre quem somos e como agimos; escavando memórias e vivências, tornando visíveis as coisas invisíveis e indizíveis de cada um. Dessacralizando o lugar de onde se originam “verdades”. Dando origem a novos saberes, novos valores, novas formas. Pensando de e sobre outras formas de pesquisa e todos os percursos que artistas-pesquisadores envolvem no rico processo de ordenação, por vezes estranhamente caótica, que resultam de nossos fluxos criativos como um ato de resistência.

O fato é que estamos, hoje, mais interessadas(os) no que podemos fazer com e sobre a arte inclusive na academia, dado que acreditamos que essa tecitura pode fomentar e amparar emergentes transformações político-sociais.

### *Referências*

- BONFITTO, Matteo. Entre o ator e o performer. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CALLE, SOPHIE. L'HOTEL. Paris, Editions De L'Etoile, 1984.
- CHRISAFIS, Angelique. He loves me not. The Guardian. Junho de 2007. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2007/jun/16/artnews.art> (acesso em 15 fev. 2020).
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- DENZIN, Norman K. Interpretive Autoethnography. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.
- ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P.. Autoetnografía: un panorama. In: CALVA, Silvia M. Bénard. Autoetnografía: Una metodología cualitativa. Aguascalientes: Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2019.
- GRUNVALD, Vitor. Lâmpadas, corpos e cidades. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 25, n. 55, p. 263-290, set./dez. 2019
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- JAYO, Martin; VARGAS, Diego Vasconcellos. A memória das cidades na sociedade digital: reflexões para São Paulo e o exemplo de 'Quando a cidade era mais gentil'.
- LEITE, Janaina Fontes. Autoescrituras performativas: do diário à cena. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- RICHARDSON, Laurel; PIERRE, Elizabeth Adams St.. La escritura. Un método de indagación. In: CALVA, Silvia M. Bénard. Autoetnografía: Una metodología cualitativa. Aguascalientes: Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2019.
- RYAN, Gery W.; BERNARD, H. Russell. Data management and analysis methods. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). Handbook of qualitative research. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.
- SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, v. 16, 1998, p. 297-325.
- VELARDI, Marília. Questionamentos e propostas sobre corpos de emergência: reflexões sobre investigação artística radicalmente qualitativa. Revista Moringa – Artes do Espetáculo, João Pessoa, UFPB, v. 9 n. 1, jan/jul 2018, p. 43 - 54.

## 8. Lazer, turismo e ocupação do espaço público na cidade de São Paulo

Paulo Tácio Aires Ferreira<sup>11</sup>

### *Introdução*

Talvez ainda cause estranhamento pensar numa possível relação entre turismo e movimentos sociais, ou mesmo com as recentes ocupações do espaço público que aconteceram espalhadas pelo Brasil. Mais intrigante ainda no caso de São Paulo, onde o turismo notoriamente se associa ao viés econômico do setor de negócios.

Pensando sobre este aspecto designei-me a tentar entender tal questão, ou começar a fazer isso, a partir de um episódio recente o qual me levou a debruçar intensamente no assunto. Refiro-me a um encontro que tive no final de 2017 com integrantes de um grupo espanhol chamado Baladre, composto por coletivos, principalmente, da Península Ibérica, norte da África e simpatizantes da América do Sul, tendo como objetivo comum o combate à desigualdade, o empobrecimento e a exclusão em todas as suas formas.

O encontro foi a pedido de um amigo de infância, residente da cidade de Guarapuava, Paraná, e professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Paraná). Tal amigo havia os conhecidos quando de sua estada na Espanha para realização de pesquisa pós-doutoramento. Assim, este meu amigo me pediu que eu os apresentasse a alguns movimentos sociais e ações coletivas em São Paulo.

Os integrantes eram duas moças e um rapaz que tinham experiências com discussões sobre feminismo, demandas sindicais, entre outras, obviamente de seu país de origem. Vieram ao Brasil com objetivo de conhecer os movimentos sociais daqui. No Paraná tiveram contato, sobretudo, com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Já em São Paulo recepcionei-os, e decidi levá-los para conhecer, inicialmente, um projeto de umas amigas que trabalham com agroecologia e turismo no bairro do Bixiga. Tal espaço realiza atividades socioambientais: feiras e oficinas com trabalhadores ligados à agricultura familiar ou economia solidária.

---

<sup>11</sup> Turismólogo (Instituto Federal de São Paulo); Mestre em Mudança Social e Participação Política e Doutorando em Turismo (Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo).

No dia seguinte, a minha companheira, que havia acabado de terminar seu mestrado sobre “mulheres e economia solidária” convidou os ativistas espanhóis para ir a uma feira feminista na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Neste mesmo dia o grupo também conheceu um garoto (que é um amigo comum meu e de minha companheira), o qual trabalha em uma ONG de Educação, e desenvolve paralelamente uma atividade social no Grajaú, extremo Sul da capital São Paulo, com navegação à vela na Represa Billings.

Por fim, no último dia, o grupo conheceu um integrante de um movimento literário e ativista cultural da periferia da Zona Norte, chamado Mesoperiferia (movimento que também faço parte). Após este primeiro encontro do dia fomos juntos, tanto os baladrinos (como se autodenominam), como o integrante da Mesoperiferia conhecer a Aldeia Itakupe dos Guaranis, localizada no bairro do Jaraguá (Zona Oeste de São Paulo). O intuito foi de participar de um festival promovido pela os indígenas e também por um ativista socioambiental que lidera um movimento chamado “Existe Água em SP”.

Desse encontro surgiram-me diversas inquietações e indagações. Este grupo tinha um objetivo claro. Todavia, para além da viagem planejada e com claras finalidades, são diversos pontos que aludem a uma experiência atípica de turismo na cidade de São Paulo, diferente do que é proposto institucionalmente, seja por órgãos oficiais de turismo, ou por instituições privadas, como agências de turismo.

É evidente que a experiência supracitada não deixa de ser turismo, do ponto de vista econômico, a despeito do objetivo do grupo contestar veemente a lógica de mercado. Como forma de reduzir os custos da viagem, os baladrinos se alojaram em um apartamento de uma pessoa de São Paulo, conhecida de uma integrante do grupo. Entretanto, eles se deslocaram pelos distintos modais paulistanos: por metrô, ônibus e carro; despenderam custos na cidade, principalmente em bares e restaurantes, até mesmo, no entremeio, foram a um bar administrado por palestinos, o qual possui uma envergadura bem politizada, ligado aos “novos imigrantes”, recém-chegados na cidade, o Al Janiah. Entretanto, devido aos encontros programados fizeram suas refeições em residências de visitantes - inclusive participaram de um almoço comunitário na Aldeia.

Não estou propondo discutir um agenciamento a militantes ou ativistas que queiram conhecer os movimentos sociais da capital paulistana. Na verdade, tal encontro despertou-me a refletir sobre outras possibilidades de se fazer turismo na cidade de São Paulo. Refiro-me a pensar outras possibilidades de se fazer turismo, que não apenas de suas áreas consolidadas, ou possibilidade de pensar o lazer a partir dos olhares e conhecimentos construídos de tais grupos, coletivos, movimentos sociais.

Parte substancial dos grupos visitados, anfitriões dos baladrinos têm nos alertado para as diversas adversidades urbanas: da exclusão completa para a inclusão pífia; do descaso ambiental; preconceitos sociais e culturais; mas, em contraponto, também para formas de sociabilidade mais saudáveis. Não estariam nas demandas das pessoas citadas neste projeto, nos grupos que o Baladre visitou, os quais indagam acerca dos direitos culturais, da luta por justiça ambiental, participação social, direito ao lazer, algumas pistas para se re-pensar a idéia corrente que se tem de turismo na cidade?

A partir do episódio descrito, objetiva-se com este artigo, ainda que preliminarmente, buscar possíveis relações do turismo com os grupos sociais envolvidos em ações coletivas. É necessário entender a importância destas questões que vão ao encontro de se buscar cidadania, entendê-lo pelo ângulo social e cultural, para posteriormente se pensar e reconsiderar que o turismo seja visto como um elemento de desenvolvimento econômico.

Deste modo, em primeiro lugar, do ponto de vista teórico, discutiremos sobre a idéia vigente de turismo na cidade de São Paulo, dentro da lógica de uma cidade de muros e negócios e, em seguida, tendo em vista, a base metodológica, ancora-se nas observações diretas do pesquisador, ponderando sobre a confluência dos encontros culturais e sua dimensão simbólica, para enfim, arrazoar possibilidades de desenvolvimento de turismo.

### ***Base teórica: cidades dos muros e negócios a uma cidade rebelde***

No trabalho seminal de Teresa Caldeira, “Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo” (2011), especificamente a parte III, “Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público”, a autora analisa os condomínios fechados caracterizados por muros altos, os quais contribuem para a segregação social, e decorrem do “medo da violência”. Tal fato é tão influente que a autora julga determinar até mesmo os trajetos comuns das pessoas pela cidade. A obra traz também o histórico de luta por cidadania que surge nos anos de 1940 a 1980 (como auge), a luta por moradia, melhora de infraestrutura e serviços públicos nos bairros, até as transformações da cidade de São Paulo como um centro financeiro em tempos recentes (CALDEIRA, 2003).

No que tange ao estágio atual da cidade de São Paulo, observando a interface entre turismo e planejamento na cidade, Soares (2012, p.242) entende que o turismo tem sido observado como “um novo negócio para as cidades que querem vender a “experiência” que atrai ou valoriza os negócios que sua centralidade pode gerar”.

Allis (2012, p. 236) salienta a importância de superar a explicação de que esta cidade seja vista apenas pela ótica do turismo de negócios, o que

afugenta outras experiências de viagens. Componente que também contribui para um planejamento urbano que pouco dialoga com o público em geral, pouco insere inúmeros grupos sociais na formulação de políticas públicas, criando-se diversos elementos de segregação e *gentrificação* na cidade.

Todavia, existem outras possibilidades. Sobre movimentos de ocupação do espaço público no meio urbano, Harvey (2014), em “Cidades Rebeldes”, aponta alguns exemplos de manifestações que antagonizam as segregações propaladas nas cidades. Este autor cita diversos grupos sociais (Nova York, Londres, La Paz, entre outros), os quais questionam o modelo urbano vigente, bem como se posicionam como anticapitalistas (HARVEY, 2014). Não apenas protestando, tais movimentos buscam alternativas de superar o acúmulo obscuro de riqueza, a conseqüente má distribuição de renda, e os danos ambientais que o capitalismo impõe (HARVEY, 2014, p. 228, 229).

Concordando com Harvey acima, notamos que em São Paulo pululam coletivos e movimentos sociais que “lutam” pelo direito de usufruir a cidade, de transformá-la e de transformar os próprios sujeitos coletivos ou mesmo os indivíduos (HARVEY, 2014, p.28). Contrapondo-se a uma cidade “de muros” apontada por Caldeira (2011) e de “negócios” vista por Soares (2012) insurge uma cidade “rebelde” em São Paulo.

Tenho acompanhado os grupos em São Paulo, assim como suas posturas, ações, debates e encontros nos últimos anos. Igualmente tenho aprendido teoricamente e na prática, captando suas referências, sejam de ações, sejam bibliográficas, as quais ancoram suas ideologias e projetos.

Sobre movimentos sociais, optamos pela acepção construída por Gohn (2000) que abrange amplamente a ideia, os definindo como:

“ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN 2000, p.13)”.

Porém, a autora, em outro livro, alerta que não há uma teoria única, nem uma só concepção e nem um tipo de movimento social (2014, p.329). É improvável que exista uma teoria pronta e acabada, pois os movimentos sociais são fluidos, fragmentados e perpassam por outros processos sociais (GOHN, 2014, p. 345). Bom destacar que os grupos sociais (que assim serão denominados neste artigo), cujos movimentos praticam ações políticas com diferentes objetivos, se autodenominam de diversas maneiras: coletivos, grupos, movimentos sociais, entre outros.

Além dos autores que serão a base deste estudo é preciso referendar-se em muitas outras questões que serão deparadas durante a pesquisa. No caso do turismo, é preciso entender que esta é uma atividade depositária de vários campos do saber que nos ajudam a pensar sobre uma série de perguntas: das relações culturais e sociais de pequenos grupos à geopolítica global; das trocas realizadas na economia simbólica, solidária à macroeconomia; da produção excessiva de lixo em um pequeno vilarejo litorâneo aos dilemas das mudanças climáticas; da preocupação do esgotamento sanitário numa comunidade às pandemias de doenças infecciosas.

Em muitos dos livros relacionados ao turismo da pesquisadora Margarita Barreto há uma frase introdutória nas folhas de rosto afirmando o turismo como uma atividade essencialmente social. É nesta perspectiva que este artigo se aportará.

### *Ocupação do espaço público, turismo e lazer em São Paulo*

Normalmente, as manifestações de cunho político organizadas por grupos e movimentos sociais são realizadas nos grandes centros das cidades. Caso de São Paulo, em geral, ocorrem na Praça da Sé (Centro), no vão do MASP (Avenida Paulista), Praça do Ciclista (canteiro central da Avenida Paulista), ou eventualmente no Largo da Batata (Pinheiros).

Nos últimos anos vimos um aumento progressivo de movimentos de ocupações do espaço público na cidade de São Paulo. É evidente, e óbvio, que nem as manifestações e nem tais movimentos emergiram recentemente. Todavia, é sobressalente, em São Paulo, o crescimento de grupos sociais engajados em muitas atividades. Na contramão da especulação imobiliária, do crescente dos condomínios fechados, dos shoppings, e até o imobilismo do cotidiano, abrolharam coletivos que se pretendem a ocupar os espaços públicos, institucionais ou residuais.

Em São Paulo é possível observar grupos que pleiteiam toda sorte de direitos humanos: direito ao lazer, como é o caso de blocos de carnaval de rua; direito à mobilidade: caso do cicloativismo e grupos de caminhada que se contrapõe ao uso do automóvel; justiça ambiental ou injustiça ambiental que ocupam praças e parques, adentrando debates globais como a preservação da água; direito à cultura, que discutem direito à memória e patrimônio cultural. Entre todas estas demandas perpassam, impreterivelmente, as questões de raça, gênero e classe social.

Para citar alguns exemplos destes movimentos, no que concerne a questão do lazer, é emblemático em tal discussão, referir-se ao carnaval de rua na cidade paulistana, uma vez que este possui inúmeros blocos atuantes. Ainda que festivos; são ligados a movimentos sociais, como é o caso do



“Baixo Augusta” possuindo como expressão basilar do grupo “A cidade é nossa!”. Outros, ainda, referem-se ao “direito à folia”. Não obstante, os números de público de carnaval de rua em São Paulo, têm se tornado atraente para os empreendedores de turismo.

Interessante lembrar que para Pronovost (2011, p. 106) a participação política é um elemento importante para o entendimento das práticas de lazer, pois partindo desse espectro é possível entender quais conflitos se desdobram.

O caso do cicloativismo coloca a bicicleta no centro da discussão sobre mobilidade: como transporte de energia limpa e como uma atividade física saudável. Este tem pautado inúmeras discussões em audiências públicas, participando diretamente da construção de políticas públicas, as quais fizeram emergir inúmeras ciclovias e ciclofaixas “forçando” a prefeitura a “abraçar a causa” em algumas ocasiões. A saber, foram cruciais na decisão sobre a construção da pista na Avenida Paulista, quando organizaram uma grande manifestação. Ainda sobre o ciclismo na cidade, também fizeram engendrar vários empreendimentos como cafés, bicicletarias, e, até mesmo, roteiros turísticos realizados com bicicletas em muitos locais da cidade. Ações que referendam o desenvolvimento econômico nos territórios de tais grupos.

Ganharam notoriedade e amplitude, ademais, outros atrelados, por exemplo, ao meio ambiente, ao ecologismo, que trabalham com o plantio de árvores, feitura de hortas, proteção de nascentes, dos rios, ocupação de largos, praças e parques. Coletivos como “Ocupe e Abrace” na Praça da Nascente (Pompéia) e os ativistas do “Parque Augusta” (Bela Vista) vem travando embates contra construções de edifícios e torres em seu entorno, e em algumas ocasiões, obtendo êxito.

O coletivo “A Batata precisa de você” no Largo da Batata em Pinheiros, por exemplo, concretizou diversos atos interessantes, conhecidas por “urbanismo tático” ou “urbanismo insurgente”, utilizando um espaço que passou por uma reforma na gestão do prefeito Gilberto Kassab. Entretanto, o largo tornou-se um local apenas de passagem, um descampado de vários metros quadrados, de certa forma hostil, pouco arborizado, no qual, moradores atentos, passaram a realizar atividades de forma a provocar para sua ocupação e transformação.

Também há grupos ambientalistas que trabalham de forma mais dispersa pela cidade, como é o caso dos grupos “Rios e Ruas” e o “Existe Água em SP”, que denunciam a degradação de rios e nascentes, realizam mapeamentos, “caminhadas lúdicas ou poéticas” para sensibilizar o público, captam recursos para atividades. O caso do Existe Água em SP ainda dialoga constantemente com a Aldeia Tekoa Itakupe que se localiza no Jaraguá.

Além destes, nos últimos anos proliferaram-se movimentos de defesa de patrimônio cultural na capital paulistana. O caso do parque Minhocão é interessante, tendo em vista que se debate a possibilidade de demolição da obra ou a construção de um parque. A Rede Paulista de Educação Patrimonial atua e pesquisa em diversos locais de São Paulo, realizou um inventário patrimonial, seguindo as diretrizes do IPHAN, com a participação da comunidade local. Em tal inventário surgiram diferentes fatores que até apontam para uma terceira via, cuja resolução seria deixá-lo como está, uma vez que as outras propostas causariam notadamente *gentrificação*.

Não raro, o patrimônio cultural entrecruza-se às disputas sociais e, deste modo, diversos grupos vão estabelecendo táticas de lutas como aponta Scifoni:

As práticas da luta trazem, igualmente, necessidade de aperfeiçoamento das estratégias: abaixo-assinados como forma de envolver um número cada vez maior de pessoas; manifestações públicas para chamar atenção dos meios de comunicação; fundamentação técnica por meio de elaboração de pareceres de especialistas; pressão política junto aos canais de representação, seja nas Câmaras de Vereadores ou na Assembleia Estadual (SCIFONI, 2013).

Sobre patrimônio cultural e participação popular Canclini (1994) o qual traça alguns paradigmas político-culturais em relação às transições a respeito do tratamento dado ao patrimônio cultural. Sucintamente estes paradigmas consistiriam em quatro modelos: um primeiro é o “tradicionalismo substancialista”, que se atenta apenas excepcionalidade do objeto, edifício ou obra de arte; o segundo se configura como “mercantilista”, muito ligado a fato de tratar o patrimônio associado à produção do turismo e a possibilidade de obtenção de lucro; o terceiro é o “conservacionista monumentalista” que trata de defender monumentos de cunho nacionalista; e, por fim, temos o “participacionista”, de cunho democrático, o qual estabelece um diálogo entre saberes técnicos, científicos e também populares (CANCLINI, 1994).

Para além das regiões centrais, o Grupo Ururay (Zona Leste de São Paulo) coloca em uma de suas diretrizes, não apenas a defesa do patrimônio cultural e imaterial das comunidades, mas também o desenvolvimento local, incluindo o turismo de base comunitária como interessante para a região (MARTINS, 2016, p. 144). Para Irving (2009), o turismo de base comunitária “resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica” (IRVING, 2009, p. 112).

Todos estes atores têm como objetivo a ocupação do espaço público, o emblema “ocupar”, a expressão “a cidade é nossa”, as quais estimulam discussões sobre a preservação do patrimônio cultural e ambiental, incentivam atos de solidariedade, auxiliam a promover o desenvolvimento

local, e até mencionam o turismo de base comunitária como um modelo exitoso de economia. Todavia, é importante colocar que os grupos mencionados não são um conjunto homogêneo. É possível perceber eventuais discordâncias entre ativistas. E nem sempre há uma completa aderência entre coletivos ou grupos à determinadas ações políticas.

### *Breves discussões possíveis*

A partir deste arcabouço teórico e com base numa observação direta de descrição de cenário e atores é interessante pensar em algumas considerações preliminares. São nas realidades das construções físicas, narrativas partilhadas, lutas e contradições dos grupos de ocupação do espaço público da cidade de São Paulo, que há um longo período de tempo vêm demonstrando sua pluralidade, sejam concretas ou culturais, marcando suas experiências cidadinas.

Muitas vezes estas ações acontecem em lugares ainda não consolidados das estruturas sociais, assim estes indivíduos estão questionando e propondo novas formas de se organizar socialmente e politicamente (GOHN, 2014, p.12). Por meio deles ainda podemos enxergar problemas sociais mais gerais (MELLUCCI, 1994 apud GOHN, 2014, p.12)

Harvey (2014, p.281) entende que a apropriação do espaço pelos corpos (possivelmente, “rebeldes”) é o que o transforma em “comuns políticos”, ou seja, lugares para debates e discussões, tornando-se instrumentos muito mais eficazes do que a “tagarelice sentimental do twitter e facebook”, como diz o próprio geógrafo.

Como trabalho de pesquisa, Magnani (2002) nos dá a dica para compreendermos melhor a cidade, que em muitos casos é vista por olhares distanciados ou fragmentados; assim ele propõe vê-la “de perto e de dentro”. Ao invés de apenas olhá-la como centro da produção do capitalismo financeiro, e conseqüentemente pelo seu “gigantismo”; é igualmente importante analisá-la com proximidade, pela sociabilidade e a produção do universo simbólico de seus viventes. Neste sentido de proximidade, podemos ponderar sobre algumas questões interessantes.

A primeira delas diz respeito ao repertório de ações e estratégias (de participação ou simples contestação política) que os grupos sociais têm produzido e utilizado. Os exemplos são diversos: o uso de intervenções urbanas chamadas de urbanismo tático ou urbanismo insurgente; ambientalistas urbanos que constroem hortas comunitárias, outros que produzem táticas como florestas de bolso, distribuem “bombas” de sementes em lugares descampados; artistas-ativistas que realizam mapeamentos afetivos, ou o exemplo do coletivo Cidadeiras (neologismo que associa as palavras “cidade e brincadeiras”); o uso de caminhadas lúdicas e poéticas

para desenvolver um tema específico e debatê-lo, a “caminhabilidade” como conscientização e contraponto ao excesso de carros; as bicicletadas; a desconstrução de narrativas históricas oficiais que destacam apenas grupos privilegiados, entre muitos outros exemplos.

Alguns pesquisadores também têm estudado tais ações, caso de Aderaldo (2019), o qual nomeia alguns ativismos de “contrageográficos”, pois, utilizando, por exemplo, o “uso tático” (DE CERTEAU (1994) apud ADERALDO, 2019) de dispositivos tecnológicos, gráficos e visuais diversos, transformar as engrenagens de poder que conformam os territórios e populações marginalizadas em estruturas visíveis”.

Note-se que me refiro às práticas mais incomuns que se diferem das institucionalizadas, estas mais conhecidas, onde costumeiramente há uma mediação entre o poder público e cidadãos. Entretanto, é evidente que não podemos descartar estas últimas como forma de investigação.

Outras questões que cabem relacionar são as ações dos grupos aqui discutidos às práticas de desenvolvimento de turismo na cidade. Caso do aumento de blocos de carnaval de rua e público deste espetáculo (não necessariamente na mesma ordem), como já citado acima. Assim como o advento das ciclovias que geraram oportunidades para grupos realizarem passeios e negócios. Isso, apenas para citar alguns.

Não obstante, uma das vitórias mais icônicas promovidas por estes sujeitos tenha sido a abertura da Avenida Paulista para pedestres aos domingos e feriados cujo programa foi fruto da participação de coletivos, entre eles, os coletivos Sampapé, Minha Sampa e Cidade Ativa. No início o programa gerou diversas controvérsias e conflitos, mas aos poucos demonstrou uma intensa ocupação pelos paulistanos, e também por turistas que por lá circulam. Recentemente uma pesquisa feita pela UFRJ apontou o êxito do programa.

Podemos também perceber a importância de outros grupos, espalhados pelos rincões da cidade, para a construção de políticas de lazer, desenvolvimento local e turismo na cidade, caso do Grupo Ururay que realiza parcerias com diversos movimentos, paróquias, centros culturais na Zona Leste de São Paulo. O grupo, como já dito acima, tem-se interessado pelo turismo de base comunitária (MARTINS, 2016, p. 144). O turismo de base comunitária também pode ser visto como um ato de resistência e alguns autores até o apontam como um movimento político, ou movimento social, tendo vista sua vinculação às lutas, das quais as comunidades locais estão envoltas (MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A.; CATARCIONE, 2016).

Estes exemplos podem ser sintomáticos no que tange pensar o lazer na cidade de São Paulo como um dos grandes gargalos sociais, configurando-se como uma preocupação emergente, para além das questões cruciais de gestão pública: como saúde, educação e transporte. É importante

lembrar que o lazer também é preconizado na Constituição Federal, estando circunscrito no artigo 227.

Sobre turismo e lazer na cidade de São Paulo, Allis e Vargas (2015) trazem um apontamento importante, uma vez que “a concepção tradicional de turista não parece dar conta de explicar o avanço do turismo urbano na dinâmica de grandes cidades”, cujos comportamentos espaciais, entre turistas e moradores, assemelham-se em muitas ocasiões.

Pensar sobre esses atores e essas demandas em uma cidade que, ostenta grandiosidade, pode ser um ponto de partida para a reflexão que se propõe sobre se o turismo. É possível que as estratégias de ação política utilizadas por tais grupos, em muitos casos, além de auxiliar nas possibilidades de se construir outra cidade, podem ser interessantes a reflexionar o desenvolvimento de um turismo menos economicista e mais social.

#### *À guisa de considerações, para seguir na reflexão*

Em resumo, as políticas de turismo não podem se esquivar das políticas de cidadania. Diante deste contexto, entende-se que a participação social cidadã constrói uma cidade saudável, em primeiro lugar, para seus moradores e, como consequência, torna-se boa para os turistas que para ela vierem visitar.

Pretendemos com este artigo, a partir do contexto em que se inserem os grupos e coletivos de ocupação do espaço público, refletir sobre o lazer de seus cidadãos conjuntamente ao desenvolvimento do turismo na cidade. Considera-se que o lazer com qualidade para todos os moradores da cidade (independente das regiões da cidade) é algo indispensável, e a participação de todos os cidadãos na construção de tal atividade, como política pública, é de fato o caminho mais acertado.

É complacente ponderar que muitos integrantes dos grupos analisados carregam importantes experiências e estão envolvidos em discussões que passam de reivindicações locais às demandas globais, caso do ecologismo, por exemplo. Tais ações que ocorrem estão muito longe de serem atos forjados, simulacros da realidade; longe disso, apontam para uma riqueza material e imaterial que nem sempre estão presentes nos manuais e guias de turismo.

É preciso que coloquemos os cidadãos da cidade no eixo da discussão do turismo, para que possamos suplantar a idéia hegemônica da rentabilidade do turismo de negócios, o território segregado pelos projetos imobiliários, a gentrificação “gourmetizada”, os espaços que dão conta apenas da história oficial, as artes elitizadas e a precarização do trabalho no

setor do turismo. Talvez, deste modo possamos pensar sobre outras possibilidades de se fazer e produzir turismo em São Paulo. Faz-se presente extrair a infeliz capacidade que o turismo tem de ser mais um elemento de contribuição para a desigualdade social.

Por fim, é imprescindível dizer que o discurso recorrente de que a cidade é caótica, nem sempre condiz com a verdade, pois ao olharmos mais de perto veremos claramente que há muita riqueza simbólica, há vida que se deve escutar e respeitar.

### *Referências*

- ADERALDO, G. Visualidades urbanas e poéticas da resistência: reflexões a partir de dois itinerários de pesquisa. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 45, p. 66-93, 2019.
- ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres. São Paulo: Contexto, 2014.
- ALLIS, T. Grandes projetos urbanos e turismo: o caso de São Paulo. 2012. Tese de doutorado – (Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ALLIS, T.; VARGAS, H. C.. Turismo Urbano em São Paulo: reflexões teóricas e apontamentos empíricos. *Turismo em Análise (Cessou em 2007. Cont. ISSN 1984-4867 Revista Turismo em Análise)*, v. 26, p. 496-517, 2015.
- ALMEIDA, P. F. de (org.). Territórios de Ururay. São Paulo: Movimento Cultural da Penha, 2016.
- BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002
- CALDEIRA, T. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos*, n.47, pp. 155-176, 1997.
- CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*, Rio de Janeiro: IPHAN, n.º 23, 1994.
- CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. (Org.) ; ALVAREZ, I. A. P. (Org.) . A cidade como negócio. 1ª. ed. São Paulo: editora Contexto, 2015.
- DOWBOR, L. O desenvolvimento local e a racionalidade econômica. Rede de Tecnologia Social RTS. 2006. Disponível em: <http://www.fundacaotidesetubal.org.br/downloads/getFile/275/o-desenvolvimento-local-e-razionalidade-economica>. Acesso em: 29/02/2019.
- GOHN, M. G. 500 Anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Revista Mediações (UEL)*, Londrina, v. 5, n.n.1, p. 11-64, 2000.
- \_\_\_\_\_. Teorias dos movimentos sociais, 11ª Ed. São Paulo, Ed. Loyola, 2014.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

- HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. Cidades Rebeldes. London, Verso, 2014.
- HERCULANO, S. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. UFF/ICHF-LACTA. 2006.
- MARTINS, A. B. M. Turismo, conservação do patrimônio e geração de oportunidades para comunidades da Zona Leste da cidade de São Paulo de base comunitária. In: ALMEIDA, P. F. de (org.). Territórios de Ururay. São Paulo: Movimento Cultural da Penha, 2016.
- MAGNANI, J. G. C. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2002, vol.17, n.49, pp.11-29. ISSN 1806-9053. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>.
- \_\_\_\_\_. Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 2003. v. 1. 166p.
- \_\_\_\_\_. Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. v. 1. 345p .
- MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. ; CATARCIONE, F. L. C. Turismo de Base comunitária na região da Costa Verde: refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. *Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)*, v. 16, p. 232, 2016.
- NITO, M. K. S. ; SCIFONI, S. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, v. 5, p. 38-49, 2017.
- PACHECO, R. T. B.; RAIMUNDO, S.. Parques Urbanos e o campo dos estudos do lazer: Propostas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 1, p. 43-66-66, 2015.
- PRONOVOST, G. Introdução à Sociologia do Lazer. São Paulo: SENAC. 2011.
- RODRIGUES, R. M. A.; PINA, L. W. ; POLI, K. L. C. Gestão do Lazer e do Entretenimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2016. v. 1. 164p.
- SCIFONI, S. Patrimônio cultural e lutas sociais. *Espaço e Geografia (UnB)*, v. 16, p. 517-530, 2013.
- SOARES, L. S. O fio de Ariadne e o desatar dos nós do turismo urbano. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. (Org.) ; ALVAREZ, I. A. P. (Org.). *A cidade como negócio*. 1ª. ed. São Paulo: editora Contexto, 2015.

## **9. Ações coletivas virtuais e a sua realização prática, um estudo de caso do coletivo “A Batata Precisa de Você”, uma análise sobre a atuação do coletivo na internet e na cidade.**

Diego Monteiro Gutierrez<sup>12</sup>

### *Introdução*

Os movimentos sociais estão sendo transformados pela evolução das redes sociais, o caráter e as implicações de longo prazo dessas mudanças ainda estão sujeitos a muita disputa, com uma corrente vendo essas novas ferramentas como um grande catalizador de mudanças, transformando para melhor a forma como fazemos política e atuamos em causas sociais enquanto outro grupo encara com desconfiança essas novas formas de se organizar, vendo um supervalorização dessas plataformas e até mesmo como um empecilho para a verdadeira militância e lutas por causas sociais.

A partir da discussão mais ampla e analisando o ponto de vista de cada autor, analisamos um coletivo específico o grupo A Batata Precisa de Você, que promove melhorias urbanísticas na região do Largo da Batata, localizado na zona oeste da cidade de São Paulo e o seu uso, organizando shows, eventos culturais e encontros. O grupo tem sua origem na internet e sua principal base de organização e estruturação é o Facebook.

Nesse capítulo analisamos a estrutura desse grupo, seus conflitos, hierarquias e forma de organização, além de um estudo quantitativo e qualitativo das publicações, procurando entender como o debate mais amplo em torno dos movimentos sociais em rede se manifesta em um caso restrito e específico.

### *A internet como ferramenta de transformação*

O advento da internet, e a popularização das redes sociais, provocaram profundas mudanças nos mais diversos aspectos da sociedade, indo desde a comunicação empresarial até os relacionamentos amorosos.

Nas organizações políticas tradicionais a internet abriu todo um novo campo de possibilidades, facilitando a comunicações entre políticos e seus eleitores (JENSEN, 2011; PAPANACHARISSI, 2002), o surgimento de uma nova linguagem (BRIAN, VROMEN e XENOS, 2015) e formas de se fazer política em geral. No âmbito dos movimentos sociais, porém, é onde as transformações podem ser vista de uma maneira mais explícita com diversas

---

<sup>12</sup> Mestre em Mudança Social e Participação Política. EACH-USP.



alternativas inéditas de organização surgindo, e desaparecendo na mesma velocidade, um tema ainda não totalmente compreendido pela academia e sujeito a uma gama ampla de interpretações.

O uso político dos novos meios de comunicação irá se desenvolver paralelamente ao crescimento da rede, com movimentos no início dos anos 90 já utilizando técnicas e formatos que posteriormente se popularizariam (BEST e KELLNER, 2001; COULDRY e CURRAN, 2003). Sendo que nas manifestações de 1999, em Seattle, contra a organização mundial do comércio essas características já estarão destacadas (KHAN e KELLNER, 2009)

O novo milênio veria o crescimento vertiginoso da internet e o surgimento das redes sociais continuou a levar mudanças, cativando muitos teóricos a adotar uma postura sociotecnológica (FELICE, 2013). Entendendo que as transformações na forma como nos comunicamos levariam a grandes mudanças na sociedade de forma mais ampla, tendo na obra de Manuel Castells, *A Era da Informação* (1999) seu maior advogado.

Os movimentos sociais, paralelamente, continuariam a encontrar novos usos para as redes sociais, sendo um dos momentos mais importantes o impacto do tweeter nos protestos no Irã, em 2009, contra o presidente eleito, o que levou o popular blogueiro Andrew Sullivan a publicar o texto, que alcançaria popularidade mundial, “The Revolution Will Be Twittered”. (SULLIVAN, 2009)

O ano de 2011 levaria a discussão sobre os novos movimentos sociais a um estágio inédito, a eclosão da primavera árabe e do movimento *occupy wallstreet*, ambos de impacto global e fortemente centrados nas redes sociais levariam a uma onda de otimismo vendo a internet como uma nova ferramenta revolucionária (FUCHS, 2013), dando origem a uma série de novos conceitos como “revolution 2.0” (GHONIM 2012), “Facebook revolution” (SMITH, 2012; VARGAS, 2012), *Augmented Revolution* (JURGENSON, 2012), todos tendo em comum o entendimento que a internet e as redes sociais levariam a uma grande transformação social.

Os movimentos sociais em rede, como podem ser chamados, carregam, na visão desses teóricos, uma série de novas características que iriam diferenciá-los, fundamentalmente, das antigas formas de organização. (FELICE, 2013, p.59)

O otimismo com o papel emancipador das novas tecnologias, porém, não é compartilhado por todos, com uma corrente entendendo que essas transformações estão atrapalhando mais do que ajudando os movimentos sociais. Esses teóricos irão alegar que em 2009 o tweeter teria um papel secundário nos protestos, completamente suprimidos pelo governo, sendo uma ferramenta que recebeu mais atenção no exterior do que entre os participantes (GLADWEEL, 2010) enquanto que na primavera árabe as

mídias sociais foram uma ferramenta de organização das lideranças e não da população em geral (HOWARD,2011).

O papel das empresas de tecnologia (Facebook, Google, Tweeter, entre outros), também será colocado em xeque, distanciando-as da imagem de defensoras da liberdade e dos valores modernos, sendo retratadas como mega-conglomerados capitalistas que tem na expansão do lucro e seu único objetivo (FUCHS, 2015)

As críticas à forma como as redes sociais são utilizadas deram origem a termos próprios, Slactivism (do inglês, ativismo desleixado) (CHRISTENSES, 2011; YU-HAO e HSIEH, 2013) e Clicktivism (do inglês ativismo de clicks) (FIRMINO, 2015; HERLE, 2012). Conceitos que entendem que possíveis ativistas, ao compartilhar, interagir e divulgar causas sociais na rede, atitudes que pouco contribuem para mudanças reais, teriam uma sensação de dever cumprido se afastando do ativismo real e transformador (MOROZOV,2012).

Em meio a essas disputas alguns acadêmicos tentam criar conceitos que se coloquem entre esses dois extremos, como a noção de micro-ativismo, que vê as pequenas ações realizadas pelos internautas não como fonte de transformações profundas na sociedade, mas de pequenas melhorias e contribuições para causas pontuais (MARICHAL, 2013)

### *O Grupo “A Batata precisa de você”*

Fundado pela arquiteta Laura Sobral, o grupo “A Batata Precisa de Você” tem como objetivo promover uma melhor utilização da região do Largo da Batata, localizado na zona oeste da cidade de São Paulo. O grupo organiza reuniões semanais, sempre às sextas-feiras, com o objetivo de transformar a região em um local de lazer e promover a interação entre os moradores, fazendo com que a praça passe ser mais do que um local apenas de passagem, se integrando à vida da cidade.

Segundo os próprios fundadores, a primeira ação aconteceu em janeiro de 2014, com muitas outras se seguindo. O grupo foi responsável por diversas intervenções urbanísticas, como a construção de bancos, reforma dos canteiros, o plantio de árvores e a pintura de uma faixa de pedestres. Os participantes também ajudaram a promover uma série de eventos no lugar, como diversos festivais musicais, uma feira de livros, de alimentos orgânicos, discussões sobre urbanismo, e muitos outros. Seguindo a própria lógica do movimento, o espaço da Batata é livre e qualquer um pode utilizá-lo, nesse sentido o grupo ajudou a promover também uma série de iniciativas organizadas por terceiros.

A atuação ativa no lugar e a boa divulgação pela internet tornaram o grupo célebre, conquistando fãs muito além das fronteiras da região e também na imprensa, com a história do grupo sendo contada pelos mais diversos veículos, como as revistas *Veja* (<http://vejasp.abril.com.br/materia/moradores-promovem-melhorias-no-largo-da-batata-mudanca>), *TRIP* (<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/batata-precisa-de-voce>) e *BBC* ([http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150514\\_ocupacao\\_espaco\\_publico\\_rb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150514_ocupacao_espaco_publico_rb))

Depois de mais de 10 anos fechado, o Largo da Batata foi reaberto para o público. A reforma, que prometia revitalizar uma região considerada feia e degradada, atravessou uma série de problemas, indo desde o acidente nas obras do metrô em 2007 até a descoberta de um sítio arqueológico em 2009. Aos olhos da arquiteta e produtora cultural Laura Sobral, e de muitas pessoas, nenhuma das promessas foi cumprida, com a praça se tornando apenas um descampando de concreto, sem árvores, bancos ou qualquer outra coisa.

Decepcionada com o resultado ela fez uma postagem no Facebook, entrando em contato imediatamente com outras pessoas que pensavam de forma parecida, e dando início ao movimento que até hoje tem na internet a sua principal ferramenta de organização.

“Eu não me lembrava muito bem como era o local antes, mas certamente uma praça de cimento, depois de 10 anos de reforma, estava muito aquém das minhas expectativas. Coloquei um post no Facebook, expressando a minha indignação e convidando a pensar alguma ação no lugar. Em questão de minutos, algumas pessoas responderam compartilhando o mesmo sentimento, e me avisaram que havia um grupo de moradores discutindo a questão.”

### *A estrutura na internet*

O grupo “A batata precisa de você” se organiza digitalmente em três frentes principais, que funcionam interligadas, tanto pela ação dos organizadores quanto pelas ferramentas que permitem essa interligação, são elas (a) o website, (b) o grupo no Facebook “A BATATA PRECISA DE VOCÊ” e (c) a comunidade no Facebook “A Batata Precisa de Você”. O coletivo possui também outros grupos de menor importância e com menos divulgação. As três ferramentas, apesar da organização centralizada no mesmo grupo de pessoas, possuem hierarquias diferentes.

O grupo do Facebook “A BATATA PRECISA DE VOCÊ” é o centro da discussão e da interação entre os participantes, assim como a ferramenta

mais conhecida e democrática da organização, o grupo contava na época da pesquisa com 4 614 membros, sendo entre eles 14 administradores.

O Facebook permite ao criador do grupo escolher entre o “aberto” e o “fechado”. Nesse caso o grupo é “aberto”, o que quer dizer que o conteúdo estará disponível para ser visualizado por qualquer usuário da internet que se interesse, apesar de que a participação está vedada a pessoas que não são membros do grupo. Para fazer parte do grupo uma pessoa pode requisitar a entrada, ou ser convidada por um amigo que já é participante, nos dois casos, porém, é necessário que um dos administradores aceite o convite.

No grupo, qualquer um dos mais de 4000 membros pode postar conteúdo, ou interagir por meio de comentários. Mesmo que aparentemente democrático, pela própria dinâmica, a ferramenta possui uma rígida hierarquia interna que gira em torno dos administradores, nesse caso 14.

Os administradores têm poder sobre todo o grupo, desde aspectos administrativos e de layout, até as publicações. Eles podem alterar e excluir qualquer tipo de ação feita na página, tanto publicações quanto comentários. Mesmo que no caso das publicações fique disponível para o usuário em geral que ela foi alterada do seu formato original, caso deletada não existe nenhum registro posterior que ela existiu. Os administradores também tem a incumbência de aceitar convites, de excluir membros e de dar o status de administrador a outros membros.

O Facebook, por ser um programa de computador, possui algumas características incontornáveis. O grupo tem de necessariamente estar ligado a uma conta pessoal, pertencente ao usuário que chamaremos de “o criador”. Seu status é intransferível e imutável, ele é o único com o poder de fechar o grupo. Ele atua como administrador não podendo ser retirado por outros usuários e podendo excluir do grupo qualquer um, independente do status. Mesmo que se retire da função de administrador ele continua com o poder de retornar quando bem entender, independente da vontade dos outros. Os outros administradores tem o poder sobre os mais jovens, ou seja, só um administrador mais antigo pode excluir outro administrador..

A comunidade de “A Batata Precisa de Você” tem outra forma de organização, se enquadrando na programação do Facebook como uma página, isso quer dizer que sua função principal não é a discussão, mas a divulgação da entidade, sendo mais eficiente nesse quesito já que possui mais de 8000 curtidas.

A página publica apenas em seu próprio nome, aparecendo na *timeline* dos usuários. Como a participação dos fãs fica restrita aos comentários, qualquer um pode comentar. Na página os administradores ficam invisíveis, não sendo possível saber as contas dos responsáveis pela mediação e edição. Internamente o sistema funciona de forma semelhante aos grupos já analisados, com a diferença que neste caso o status de criador

é transferível. Essa mudança, porém, só pode ser feita pelo próprio criador, que precisa abdicar voluntariamente da sua posição.

A questão que vale a pena ser destacada é que o Facebook não disponibiliza, de forma aberta, todas as relações de poder. A maioria dos usuários, independente do tamanho de suas páginas e grupos, segue alheia a isso, só tomando conhecimento do seu status quando um problema de ordem prática aparece, como uma disputa entre administradores ou o desejo de trocar a liderança de um grupo, sendo muitas vezes uma fonte de angústia e conflito para os interessados. O website funciona da maneira tradicional, com a administração sendo feita por meio de programação e com poucas opções de interação.

Como discutimos anteriormente, o objetivo principal do “A batata precisa de você” é incentivar um maior e melhor uso do Largo da Batata, assim como a interação entre os moradores da região. Nesse sentido todos são convidados a dar suas sugestões e promover eventos no Largo.

Esse objetivo fica claro a todos os que entram no grupo através da “publicação fixada”, que é um post selecionado pelos administradores, que sempre aparecerá em primeiro lugar entre as publicações, que nos outros casos são dadas em ordem cronológica. A “publicação fixada”, publicada originalmente no dia 6 de fevereiro de 2015 e editada posteriormente, convida todos a criarem seus eventos no site do grupo, além de avisar que no espaço do grupo serão aceitas apenas publicações referentes ao Largo da Batata e discussões sobre urbanismo e a cidade em geral.

### *Quer fazer uma ação pública e gratuita na Batata?*

Proponha atividades no nosso calendário, é só preencher:  
<http://largodabatata.com.br/>

AVISO AOS NAVEGANTES: qualquer post que não se referir a atividades/espço do Largo da Batata e seu entorno ou formas de ocupação dos espaços da cidade e sua discussão urbana, será apagado.

O calendário está presente na página inicial do site e abertos a todos. Os possíveis organizadores podem escolher o dia, o horário e o local, como bicicletaria, igreja e mercado. Todos os horários estão abertos, exceto sextas à noite na bicicletaria, horário das ações planejadas pelo próprio grupo. Qualquer atividade extra tem de ser negociada.

Após o evento ser criado ele pode ser aprovado pelos administradores do “A batata precisa de você”. Nesse caso a possível atividade poderá receber ajuda material do grupo, se não tiver fins lucrativos, e ser divulgada através dos veículos no Facebook, com a criação de um evento na comunidade divulgado para os seus seguidores.

Com o objetivo de entender as interações e as relações entre os participantes, analisamos, de forma qualitativa e quantitativa, as publicações no período entre o dia 13 de abril e 23 de abril de 2015, somando um total de 100 publicações no grupo, lugar com maior interatividade entre os participantes. A comunidade irá contribuir com apenas 9 publicações no período, apesar de, como veremos a seguir, possuir uma penetração muito maior.

Nas publicações, para melhor compreendê-las, dividimos a natureza das relações em 6 categorias, sendo elas:

Debate Urbanismo – Nessa categoria separamos as postagens que tratam diretamente de discussões sobre a situação da cidade em si, como nos relacionamos com o meio urbano e formas teóricas de entendimento da condição atual. Também selecionamos convites para eventos sobre a cidade, como debates na câmara municipal e simpósios de arquitetura.

Ação no Largo – Essa categoria engloba todas as postagens relacionadas a ações já ocorridas no Largo, sejam elas dos próprios participantes como fotos, ou de veículos jornalísticos que estão divulgando o resultado de alguma ação no Largo.

Outras ações – Essa é a categoria mais abrangente e envolve possíveis ideias externas que podem ser aplicadas no Largo, como sugestões de ações, atividades de outros grupos do Brasil e do mundo, com a possibilidade de serem replicadas na área e ainda a divulgação de eventos fora do Largo, que podem possuir algum tipo de interesse para os participantes desse grupo em especial.

Divulgação de evento - uma postagem convidando os membros, e qualquer interessado, a participar de alguma ação no Largo.

Debate de ação – Um convite direto para os usuários discutirem algum tipo de intervenção no Largo.

Aleatório- Apesar da proposta direta do grupo, ele não está alheio a intervenções pouco relacionadas com o tema. Nesta categoria englobamos tudo que não tenha uma relação direta com a proposta de atuação do grupo.

	Posts	Curtidas	média	Comentários	média
Ação no Largo	40	570	14.25	145	3.6
Outras ações	18	141	7.8	25	1.3
Divulgação de evento	16	202	12.6	46	2.8
Debate urbanismo	15	144	9.6	17	1.1
Aleatório	9	93	10.3	27	3
Debate ação	2	26	13	30	15
Total	100	996	9.96	290	2.9

A comunidade, por ser o veículo de comunicação oficial e feito apenas pelos administradores, contou com um número muito menor de publicações no período.

	Posts	Curtidas	média	comentários	média
Divulgação de Evento	4	252	18	7	1.7
Ação no Largo	3	936	312	6	2
outras ações	1	11	11	0	0
Debate Urbanismo	1	14	14	1	1
total	9	1213	134.7	14	1.5

Analisando as estatísticas se constata, assim como em outros movimentos na internet, o maior interesse entre os usuários pelas ações já realizadas. Acadêmicos criticam o ativismo na internet (CHRISTENSEN, 2011) pela tendência a se tornar um campo de exibição de boas ações.

No grupo analisado essas características também estão presentes. Os usuários muitas vezes dão mais atenção às ações já realizadas. Pessoas que não participaram efetivamente do evento buscam, mesmo assim, demonstrar uma forma de concordar com a ação realizada, dando seu apoio, atitude de um valor prático bastante duvidoso. Enquanto que, para os envolvidos diretamente, consiste em uma forma de se auto congratular pelas ações e exibir os resultados de seu trabalho.

A categoria “ações no largo” é, de longe, a preferida pelos usuários. Num grupo onde todos podem postar ela representa quase metade de todo o conteúdo postado, atraindo também uma maior atenção, tendo médias de interação (curtidas e comentários) muito superiores. O mesmo fenômeno irá se repetir na comunidade.

Os membros também dedicam muito de sua energia a divulgar eventos já agendados, com curtidas, convites e comentários. A comunidade cria o evento na agenda do Facebook e a divulgação fica a cargo, em grande parte, dos membros e interessados, que por meio das interações podem expandir a base de participantes, fazendo a informação chegar aos mais variados lugares.

As outras categorias se relacionam mais com a discussão e o planejamento de médio e longo prazo, do que a divulgação de ações imediatas. Percebe-se uma tendência dos membros a não se engajarem no debate ideológico, preferindo interagir com ações já consolidadas e definidas.

Na categoria “outras ações” pode ser destacada a popularidade de um post com fotos antigas do rio pinheiros, que contou com 45 curtidas, quase 30% do total, mas mesmo assim não incitou um debate produtivo sobre a urbanização de São Paulo, atraindo apenas 4 comentários.

Mesmo que perguntados diretamente sobre o que gostariam de ver acontecendo no Largo, apenas duas vezes os usuários mostraram um grande interesse em contribuir com a discussão.

Analisando mais a fundo os comentários, que contabilizam 290 interações, pode-se perceber o uso dessa ferramenta na organização prática do grupo, como definição de horários, pontos de encontro e divisão de tarefas. A definição de prioridades e a construção de consensos em torno das questões políticas das ações ficam em segundo plano, sendo discutidas fora da esfera do Facebook.

Outro fenômeno analisado foi a participação direta dos administrados nas ações digitais do grupo. Estudando as publicações percebe-se que dos 100 posts, 45 provêm de administradores, porém 40 deles provêm de apenas dois, o que mostra que não existe uma relação direta entre o papel de liderança e de mediação, com a participação ativa dos administradores nas discussões e na proposição do debate.

### *Considerações*

Tendo como base os dados obtidos através da observação do grupo a batata precisa de você e tendo em vista a discussão entre os que veem as redes sociais como uma poderosa ferramenta transformadora, e os céticos podemos observar alguns pontos interessantes.

Apesar da aparente liberdade e caráter anárquico o Facebook é uma ferramenta com regras próprias, muitas vezes invioláveis, dando aos criadores e administradores um poder de moderação e direcionamento da discussão que não fica claro para os usuários. O porquê da empresa não divulgar essas regras de maneira clara é um tema relevante e que deve ser sujeito de outros estudos. Nesse sentido, tendo em vista nosso objeto de estudo, a aparente liberdade e horizontalidade da ferramenta são, de certa forma, ilusórias já que mesmo que o moderador abdique de seu uso a capacidade estará sempre presente.

Outro elemento importante é a forma de ação dos participantes. O que se pode notar é que apesar do alto número de interações cotidianas, a maioria dessas ações é restrita ao âmbito da internet, não se traduzindo de fato em atuações relevantes, sendo uma forma de exposição de boas ações e divulgação das atitudes dos próprios usuários.

A organização, discussão e aplicação de estratégias ficam a cargo de um núcleo central de sujeitos, muito dedicados, responsáveis por pautar a discussão e aplicar as estratégias fora da rede, sendo essencial para a existência e solidez do grupo, assim como para que seus objetivos sejam aceitos. Grupo que é o grande responsável pelo sucesso das ações realizadas no Largo da Batata, atraindo os demais participantes, que se envolvem apenas de maneira esporádica, mesmo quando decide levar a sua atuação para fora da rede.



A análise do grupo A Batata Precisa de Você mostra as complexidades da discussão atual sobre a influência da internet nos movimentos sociais e na sociedade, como todas as transformações recentes, ainda estão sujeitas a uma grande diversidade de análises, muitas vezes conflitantes.

Ao estudarmos o coletivo percebemos que ele de certa forma apresenta muito desses conflitos. Ele se apropria das novas fermentas para realizar transformações sociais, se descrevendo como um grupo descentralizado e que constrói consensos através da participação de todos, se enquadrando no conceito de um novo movimento social. Ao mesmo tempo identificamos muitas características que não são considerados por essa visão mais otimista, apesar da aparente descentralização o grupo está sujeito às rígidas regras de moderação do facebook, que dá o controle de fato do conteúdo para os criadores e administradores.

A ideia da internet como uma vitrine de boas ações vazias também pode ser confirmada, com a maioria dos interesses tendo um caráter exibicionista, sendo a atuação real restrita a um núcleo central de participantes, que por sua vez é capaz de realizar transformações importantes e duradouras.

O estudo mostra a complexidade a que estas análises estão sujeitas, com o grupo se utilizando da internet para efetuar melhorias e transformações na região do Largo da Batata, ao mesmo tempo em que carrega características que seriam consideradas negativas, como a centralização e a pouca participação efetiva, que fica escondida pelo grande número de interações vazias.

### *Referências*

- BEST, S e Kellner, D. *The Postmodern Adventure*. New York and London: Guilford Press and Routledge, 2001.
- BRIAN, L.D; VROMEN, A e XENOS, M.A. Performing for the young networked citizen? Celebrity politics, social networking and the political engagement of young people. *Media, Culture & Society*, Londres, DOI 0163443715608261, 2015.
- CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- CHRISTENSEN, H. Political activities on the Internet: Slacktivism or political participation by other means?. *First Monday*, Chicago, v. 16, n. 2, 2011.
- COULDRU, N e Curran, J. *Contesting Media Power. Alternative Media in a Networked world*. Boulder: Rowman and Littlefield, 2003.
- FELICE, M.D. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *Matrizes*, São Paulo, v.7, n.2, p.49-71, 2013.

- FIRMINO, L.M. A democracia digital nos discursos e práticas comunicativas web de Avazz e Anistia Internacional na Espanha. *Comunicação & Sociedade*, São Paulo, v.37, n.3, p.369-389, 2015.
- FUCHS, C. *Social media: A critical introduction*. Nova York: Sage, 2013.
- FUCHS, C. *Reading Marx in the Information Age: A Media and Communication Studies Perspective on Capital*. Abingdon-on-Thames: Routledge, 2015.
- GHONIM, W. *Revolution 2.0. The Power of the People is Greater than the People in Power*. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2012
- GLADWELLI, M. *Small Change. Why the Revolution Will Not Be Tweeted*. *The New Yorker* outubro, p.42-49, 2010.
- HERLE, D. *The Spectators. Policy Options*, Toronto, novembro, 2012, <http://policyoptions.irpp.org/magazines/come-together/herle/>
- HOWARD, P.N, et al. *Opening closed regimes: what was the role of social media during the Arab Spring?*. SSRN, <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2595096> ,2011.
- JENSEN, LJ. *Citizenship in the digital age: the case of Denmark*. *Policy & Internet*, Washington D.C, v.3, n.3, Article 4, 2011.
- JURGENSON, N. *When atoms meet bits: Social media, the mobile web and augmented revolution*. *Future Internet*, Basel, v.4, n.1, p.83-91, 2012.
- KAHN, R e KELLNER, D. *New media and internet activism: From the 'Battle of Seattle' to blogging*. *New Media & Society*, Chicago, v.6 v.1, p.87-95, 2004.
- MARICHAL, J. *Political Facebook groups: Micro-activism and the digital front stage*. *First Monday* , Chicago, v.18, n.12, 2013.
- MOROZOV, E. *The net delusion: The dark side of Internet freedom*. Nova York: PublicAffairs, 2012.
- PAPACHARISSI, Z. *The virtual sphere: the internet as a public sphere*. *New Media & Society*, Chicago, n.4, v.1, p. 9-27, 2002.
- SMITH, C. *Egypt's Facebook revolution: Wael Ghonim thanks the social network*. *The Huffington Post*, v. 11, 2011.
- SULLIVAN, A. *The revolution will be twittered*. *The Atlantic*, v. 13, 2009. <http://www.theatlantic.com/daily-dish/archive/2009/06/the-revolution-will-be-tweeted/200478/>
- VARGAS, J.A. *Spring Awakening. How an Egyptian Revolution Began on Facebook*. *New York Times*, 2012. <http://www.nytimes.com/2012/02/19/books/review/how-an-egyptian-revolution-began-onfacebook.html?pagewanted=all>.
- YU-HAO, L E HSIEH, G. *Does slacktivism hurt activism? the effects of moral balancing and consistency in online activism*. *Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems*, Paris, abril-maio, 2013.

## 10. Arcos do Bixiga (São Paulo): a política de memória instrumentalizada

Diego Vasconcellos Vargas<sup>13</sup>

Martin Jayo<sup>14</sup>

### *Introdução*

Localizados nas proximidades do córrego Itororó, na região central da cidade de São Paulo, estão os famosos Arcos do Bixiga, também conhecidos como Arcos do Jânio, ou Arcos da rua Jandaia. Hoje em dia, os Arcos encontram-se monumentalizados, diante da praça cujo nome homenageia artesãos calabreses, em uma área da cidade que é historicamente conhecida por forte presença da comunidade italiana.

Contudo, originalmente os Arcos não foram edificados com intenção monumental. Autorizada pela Prefeitura de São Paulo em 1908, e realizada em grande parte entre os anos de 1911 e 1913 (com exceção do parapeito, concluído provavelmente entre 1921 e 1922), a construção dos Arcos ocorreu por conta da necessidade de um muro de arrimo que impedisse o desmoronamento do morro da rua Jandaia. Com o passar dos anos, dada a pujante expansão da cidade na primeira metade do século XX, logo os Arcos foram cobertos por uma série de sobrados que ocuparam toda a extensão da rua Jandaia e da rua da Assembleia, tornando impossível sua observação a partir do espaço público. Embora não seja possível estabelecer com precisão a data de construção desses sobrados, é possível afirmar que por volta de 1930 a fileira estava erguida, pois nesta data começam a surgir de forma sistemática anúncios de aluguel nos jornais da cidade, tudo indicando que foram construídas como investimento e que eram casas de aluguel destinadas à moradia de famílias de classe média.

A partir dos anos 1950, o projeto viário de canalização do córrego Itororó e construção da Avenida 23 de Maio sobre ele – obra que seria finalizada na segunda metade da década de 1960 – trouxe uma série de modificações e desapropriações para a área, porém mantendo intactos os sobrados em questão. Em meados dos anos 1960, José Vicente Faria Lima, então prefeito da cidade, envia projetos à Câmara Municipal, para a desapropriação e demolição dos sobrados, a fim de construir uma alça de acesso que ligaria a Avenida 23 de Maio ao futuro complexo viário que

---

<sup>13</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH-USP.

<sup>14</sup> Professor do Programa de Mudança Social e Participação Política. EACH-USP.

serviria de ligação entre as regiões leste, central e oeste (atualmente formado pelo Minhocão e pela Ligação Leste-Oeste).

Entre 1967 e 1971, finalmente os sobrados são desapropriados; porém, com a troca de administração na prefeitura, não foi dada continuidade ao projeto de construção da alça de acesso, e boa parte dos casarões, agora propriedade municipal, ficaram desocupados.

Em 1972, novos moradores passaram a ocupar o local, o que periódicos da época chamaram de "invasão", dando um novo uso ao local com a criação de cortiços ocupados por famílias de baixa renda.

Na década de 1980, com a valorização do território central da cidade, a ocupação dos sobrados chama a atenção da Prefeitura, do capital imobiliário, de moradores das proximidades (incomodados com as condições insalubres e com a criminalidade em ascensão, supostamente, por culpa dos moradores dos sobrados), de arquitetos e acadêmicos interessados no valor arquitetônico das edificações, de ativistas e políticos interessados em manter moradia popular no centro, e da mídia interessada em cobrir o processo de disputa pela região.

Em meio a esse contexto, em 1984, na gestão de Mário Covas à frente da Prefeitura, surgem os primeiros planos de intervenção no local. Em 27 de junho de 1984, o prefeito Covas decreta e promulga a lei nº 9.725/84, enquadrando aquele conjunto como zona de uso especial (Z8-200), vinculada à preservação do patrimônio cultural e ambiental da cidade, classificando-os como de interesse público e impedindo sua demolição sem autorização prévia da Prefeitura, tendo em vista a preservação das características urbanas e ambientais existentes.

A partir de 1986, na gestão Jânio Quadros, iniciou-se uma disputa política que envolveu posições conflitantes entre diversos órgãos dos governos municipal e estadual, e durou até 1987 quando, finalmente, a Prefeitura conseguiu na Justiça, a ordem de desocupação dos sobrados e sua demolição. Alguns moradores resistiram, mas no final todos foram retirados, e os sobrados todos demolidos.

A maior parte da população foi realocada em áreas como Guaianases e Campo Limpo, regiões que à época possuíam escassa infraestrutura de serviços básicos, como de água e luz.

Quando os prédios foram demolidos, os Arcos, que haviam passado cerca de 60 anos cobertos por eles, ressurgiram. Há controvérsias quanto ao conhecimento da Prefeitura acerca de sua existência. O discurso oficial encontrado em jornais da época é o de que não havia tal conhecimento, e ao serem "redescobertos" foi decidido mantê-los por suas características estéticas particulares. No entanto, existia documentação a respeito da construção dos Arcos tanto nos arquivos da própria Prefeitura, publicações

de época – a exemplo da publicação "Melhoramentos da Capital 1911-1913" editada pela própria Prefeitura e facilmente acessível (São Paulo, s/d), fato que enfraquece a alegação de que o conhecimento dos arcos tinha se perdido.

Por fim, os arcos foram tornados monumento e o valor atribuído a eles se refere à comunidade italiana da região. Os Arcos seriam representativos de técnicas construtivas tradicionais trazidas por imigrantes, como se alegou com grande imprecisão histórica (Vargas e Jayo, 2020), e isto lhes garantiu status de patrimônio cultural paulistano (Jayo & Köhler, 2105). A memória escolhida, institucionalizada e cristalizada neste local, não é a dos primeiros moradores dos sobrados, nem a dos pobres que os ocuparam por mais de 15 anos. As memórias coletivas desses grupos foram silenciadas durante o processo, excluídas da história oficial.

Diante do exposto, e assim caracterizados os Arcos como objeto da pesquisa, o objetivo deste trabalho é discutir o processo que resultou, no final da década de 1980, na transformação dos Arcos do Bixiga em monumento associado à memória "italiana" ou "calabresa" do Bixiga. Por meio da análise do processo de disputa pela manutenção versus demolição dos sobrados da rua Jandaia e rua da Assembleia nos anos 1980, a subsequente "descoberta" dos Arcos e sua transformação em monumento, pretendemos evidenciar como uma política de memória pode ser instrumentalizada por diferentes interesses, como elemento estruturante de outras políticas públicas que incidem sobre um determinado território ou coletividade.

Para explorar tal objetivo, o presente artigo se desenvolve em mais quatro seções, além desta introdução. Na primeira, ("Referencial teórico: memória coletiva, memória de lugares e políticas de memória"), apresentamos as referências teóricas que embasam nossa discussão, revisando o conceito de memória, em especial sua dimensão coletiva, sua relação com a cidade e implicações do seu uso político, social e econômico.

Isso feito, a seção seguinte ("Os Arcos do Bixiga como problema de memória" justifica a escolha desse referencial a partir de uma breve problematização dos Arcos do Bixiga enquanto objeto de política de memória, associados que estão a uma determinada narrativa (hegemônica, italiana) do bairro do Bixiga.

A seção intitulada "Para além do mito italiano: memórias silenciadas", por sua vez, objetiva discutir quais outras memórias, que não a hegemônica, poderiam estar associadas aos Arcos do Bixiga, tendo sido excluídas ou silenciadas no processo de monumentalização. Para tanto, mobilizamos como estratégia metodológica a realização de entrevistas com atores que pudessem ser considerados portadores dessas memórias não-hegemônicas. Dois atores foram selecionados para entrevistas semiestruturadas: um morador desalojado e um ex-funcionário da Prefeitura à época dos fatos.

Por fim, a última seção discorre sobre os resultados, mostrando como o discurso de preservação da memória italiana dos Arcos do Bixiga serviu como instrumento para atenuar a gravidade da ação segregatória promovida pelo poder público. Constata-se assim como uma política patrimonial, baseada em argumentos relacionados à preservação da memória e do patrimônio urbano, pode ser instrumentalizada por outros interesses, como elemento estruturante de políticas de natureza diversa. O caso aqui tratado aponta para a necessidade de novas óticas no estudo das políticas de memória e patrimônio urbano, rumo a abordagens críticas que levem em conta seu entrelaçamento com outras políticas e suas relações de subordinação a estas últimas.

*Referencial teórico: memória coletiva, memória de lugares e políticas de memória*

A palavra memória tem diferentes sentidos, sendo empregada de diferentes formas em diversos campos de estudo. Biologicamente, a memória pode ser definida como a capacidade de um indivíduo de registrar, categorizar, organizar, reutilizar e resgatar informações do meio vivido. Não é essa noção de memória como capacidade individual, entretanto, a que nos interessa para a presente análise. Para além da dimensão individual, a memória também tem uma dimensão social ou coletiva, conhecida nas ciências sociais sobretudo a partir das contribuições de Maurice Halbwachs (1877-1945).

A principal ideia apresentada por Halbwachs (1990) é a de que, embora a dimensão individual exista, a memória é um fenômeno, acima de tudo, coletivo, de forma que pertencer a uma coletividade, a uma totalidade que ultrapassa o sujeito, é condição decisiva para a construção de memória. Isso não significa que o indivíduo não tenha a capacidade de formar lembranças em condições de isolamento da sociedade, porém, memórias que não foram formadas a partir da relação com o outro costumam ser limitadas e tendem a desaparecer com maior facilidade, já que o apoio do testemunho de outras pessoas é um elemento fundamental para a manutenção e formatação dessas memórias. A respeito da importância da comunicação para o processo de rememoração, o autor afirma que:

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, a nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (Halbwachs, 1990, p. 25).

Ainda segundo Halbwachs (1990, p. 26), mesmo em situações em que apenas o indivíduo está envolvido, isolado de seu grupo ou de outras testemunhas, a lembrança permanece coletiva, pois "em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se

distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem". Em outras palavras, mesmo que o indivíduo esteja sozinho, sua reação aos fatos, sua percepção do ambiente, dos acontecimentos que presencia, e a construção da memória a respeito desses eventos será influenciada por instrumentos fornecidos pelo seu meio social em sua experiência prévia – em última análise, pelos outros. Da mesma forma, o apagamento ou enfraquecimento dessa memória não depende da morte ou do esquecimento de um único indivíduo, mas sim do desaparecimento do seu grupo social ou do contexto vivido socialmente (Baer, 2010, p. 132).

Nesse sentido, a memória individual não se distingue completamente, mas faz parte do conjunto maior da memória coletiva, sendo uma visão parcial, mais densa, porém menos abrangente dos fatos vivenciados pelo grupo social (Rios, 2013, p. 5). "Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva", diz Halbwachs (1990, p. 51).

Outro elemento muito importante do processo de construção da memória coletiva é o seu caráter reconstrutivo. O passado está em constante modificação no presente, a partir de princípios de seleção, descrição e interpretação que se alteram ao longo da vida de um indivíduo e de uma coletividade. Nesse sentido, a memória não deve ser considerada como um arquivo de informações inalteráveis, mas sim um modelo de construção ativa em que o passado está a serviço de interesses presentes, "permanentemente modificado pelos valores, crenças e condicionantes do presente" (Baer, 2010, p. 132).

Seja por conta do desenvolvimento das capacidades psicológicas e intelectuais, ou através da interação com outras fontes de informação que alimentam e remodelam uma visão sobre o mesmo acontecimento, a memória é, sobretudo, uma construção social, resultante da necessidade não só de descrever, mas dar sentido aos eventos do passado através de sistemas de referência do presente (Dolff-Bonekämper, 2017, p. 63). Dar sentido ao passado e aos acontecimentos sociais torna a memória significativa não por sua representação genuína, mas por ser um instrumento do poder e influência social, política e cultural. Desta forma, entender a memória coletiva é entender como as mentes funcionam juntas em sociedade; como suas operações são estruturadas por arranjos sociais (Hatuka, 2017, p. 49).

A memória de uma coletividade – e seu uso como instrumento de poder – contribui para a manutenção e coesão do grupo social, na medida em que ajuda a produzir ações locais de afirmação identitária. Entretanto, seu caráter político abre espaço para a criação e valorização de determinadas memórias ou narrativas hegemônicas do passado, sob influência de determinados grupos dentro da coletividade, ao mesmo tempo em que se silenciam outras memórias, levando ao enfraquecimento de outros grupos sociais ao suprimir-se um dos principais elementos integrantes de sua

identidade. Pollak (1989) mostrará como as narrativas oficiais ou hegemônicas sobre o passado, resultantes de políticas de memória, costumam promover o apagamento e silenciamento de outras narrativas, que só se mantêm ao longo do tempo na forma de memórias indizíveis, subterrâneas.

No entanto, antes de falar de políticas de memória, é necessário entender quais tipos de recursos são utilizados para legitimar uma memória coletiva hegemônica, mantendo a coesão e garantindo estabilidade a determinado grupo. Essa memória pode-se valer da força de diferentes elementos de suporte que ajudam a estruturá-la e legitimá-la, por exemplo: datas, figuras históricas, tradições e costumes, regras de interação, folclore, música, culinária, por meio dos quais se gera coesão social. Contudo, é o lugar de memória um dos principais elementos (senão o principal) utilizados para se buscar a hegemonia de uma memória coletiva. A atribuição de valor a espaços físicos, como monumentos, edificações históricas, paisagens etc., tem um papel fundamental na reorganização da memória de determinados grupos, pois a solidificação da memória tende a promover um sentimento de pertencimento, de filiação e de origem às pessoas, como talvez nenhum outro recurso seja capaz.

A memória coletiva, por natureza, requer lugares de ancoragem e tende a se espacializar (Baer, 2010, 144). Pierre Nora (1984) é um dos principais autores a trabalharem com a noção de memória coletiva, já apresentada por Halbwachs, mas estendendo a problemática da memória para o estudo da sua relação com o espaço. Lugares de memória, segundo Nora (1984, p. 21), são os lugares no mundo físico que permitem a ancoragem e articulação da memória coletiva para seu uso político e social.

Contudo, conforme Abreu (2001, p. 86), "a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas". As cidades, em maior ou menor grau, guardam vestígios materiais do passado, na forma de edificações, monumentos, e demais estruturas presentes em sua paisagem, que operam como lugares de memória. Porém, a institucionalização desses lugares está longe de satisfazer todos os grupos que ali possuem relações. A cidade é palco de inúmeras vivências coletivas, associadas aos mais variados grupos e classes sociais que nela coexistem, porém apenas alguns desses grupos e classes são capazes de inscrever registros duráveis na paisagem. Os grupos ou classes com maior poder político e econômico são os que deixam para a posteridade vestígios mais duráveis, na forma de edificações, monumentos, instituições, etc., que cumprirão função de lugares de memória (Jayo & Vargas, 2019).

Se nem todas as memórias podem ser registradas, então o termo "memória da cidade" ou qualquer "operação de memória" que proponha oficializar uma memória verdadeira e absoluta, nem sempre representará a totalidade das memórias coletivas que tiveram aquele espaço como referencial. Essa prerrogativa será própria do grupo ou classe vencedora



desta disputa pela memória. Para Abreu, o controle da memória coletiva e dos lugares de memória é também uma expressão de poder das classes dominantes.

Por conta do jogo de poder acerca de seu controle, a memória coletiva se caracteriza como flexível. Essa flexibilidade engloba uma variedade de atores (organizações, cidadãos, comunidades, autoridades estatais, empresas, coalizões, entre outros) que ao disputarem o controle da memória e dos lugares de memória, em conflitos sociais e intergrupais ao longo do tempo, fazem emergir novas histórias e relatos, modificando a memória institucionalizada no local de disputa.

A institucionalização de memórias pertencentes aos grupos vencedores é concretizada, ao final da disputa política em torno dessas, por uma política de memória. Instituída por entes públicos e/ou privados, este tipo de política procura criar condições para a promoção e perpetuação de uma memória oficial. Como consequência, as memórias dos grupos "vencidos", não contemplados por esta política, podem desaparecer com o passar do tempo, por não serem amparadas por suportes materiais (lugares de memória) ou não receberem o devido reconhecimento.

Além disso, muitas dessas políticas de memória são, ao mesmo tempo, políticas de esquecimento, na medida em que, de forma implícita ou deliberada, enfraquecem determinados grupos, através do silenciamento de suas memórias, ou mesmo do apagamento de memórias "inconvenientes", como é o caso de memórias de períodos de ditaduras ou de forte repressão política (Pollak, 1989). Para este autor, é justamente a eleição de uma narrativa hegemônica ou "única" sobre o passado, por meio das políticas de memória, que promove o apagamento e silenciamento de memórias de determinados grupos, relegadas à condição de memórias subterrâneas.

A negociação do passado é um processo tenso, complexo e demorado, mas sua realização é indispensável para a construção ou manutenção das relações culturais e políticas produtivas. Para Feldman (2017, p. 225), "somente através do deslocamento do olhar generalizador para as especificidades de agentes e das formas de apropriação simbólica e econômica dos espaços urbanos é possível identificar, atribuir valor e definir estratégias ou ações relacionadas a patrimônio cultural", dessa forma garantindo a representação dos variados grupos sociais presentes em nossa sociedade.

### *Os Arcos do Bixiga como problema de memória*

O referencial teórico apresentado acima serve de embasamento para a escolha dos Arcos do Bixiga como objeto de estudo deste trabalho. Segundo Pollak (1989), "o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade,

de sua aceitação e também de sua organização" (POLLAK, 1989, p. 9). No final da década de 1980, a "redescoberta" dos Arcos serviu justamente para a dotação de credibilidade, aceitação e organização de uma memória oficial, "italiana" a respeito do local, e nesse sentido os Arcos podem ser caracterizados como objeto de uma política oficial de memória.

Em 1987, ápice da disputa pelos imóveis das ruas Jandaia e Assembleia, a demolição destes foi severamente criticada por diversos atores das mais variadas esferas. Moradores, políticos, representantes da sociedade civil e especialistas se manifestaram contra a demolição dos imóveis, condenando a ação da Prefeitura Municipal. Entretanto, apesar da desaprovação popular a respeito das demolições, a redescoberta dos Arcos permitiu que, por meio do uso do discurso da preservação do patrimônio histórico e arquitetônico e sua associação com a memória italiana do Bixiga, a Prefeitura obtivesse a credibilidade necessária para legitimar sua ação. Com o ressurgimento dos Arcos, o foco das atenções se volta para sua preservação, minimizando a importância das demolições ocorridas no local. A associação do lugar à memória italiana cumpre papel fundamental na legitimação das ações praticadas neste processo, transformando-o em um "lugar de memória": um lugar no mundo físico que permite a ancoragem e organização de uma memória coletiva oficial. Além da reforma e monumentalização dos próprios Arcos, "o espaço livre delimitado pelas avenidas 23 de Maio e Radial Leste-Oeste, pelo Viaduto Jaceguai e pelas ruas Asdrúbal do Nascimento e Jandaia" passa, por meio do Decreto Nº 31.502, de 4 de maio de 1992, a ser denominado Praça dos Artesãos Calabreses. Cerca de 10 anos depois, os Arcos da Rua Jandaia são tombados pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), como parte integrante do ambiente urbano do Bairro da Bela Vista .

Assim, como argumenta Pollak (1989, p. 4), "a instituição de memórias oficiais tende a ter caráter destruidor, uniformizador e opressor". Ao mesmo tempo que os Arcos passam a representar/materializar determinada memória (a do Bixiga italiano), eles silenciam memórias de outros grupos que coexistiam no mesmo espaço (a do Bixiga negro do século XIX, a do Bixiga encortiçado do século XX), que não são ressaltadas pelo monumento. Ainda segundo Pollak, quando se integram bem na memória dominante, a coexistência de outras memórias não coloca problemas. No entanto, o Bixiga, apesar da grande variedade étnico-social presente em seu território desde antes de sua criação, sempre foi um espaço de disputas pela identidade e memórias locais, por seus habitantes. Neste contexto, as memórias do Bixiga negro e do Bixiga encortiçado acabaram marginalizadas, enquanto a memória italiana era ressaltada, formalizada e cristalizada no espaço físico e no imaginário popular.

Sob a ótica de Abreu (2001), em toda disputa há grupos que possuem maior força/poder na inscrição de memória na materialidade da cidade, bairros ou monumentos.

Nesse sentido, como argumenta o autor, a memória representada nos Arcos não é a "memória de São Paulo", nem mesmo a "memória do Bixiga", mas parte da memória de um grupo específico, entre tantos outros que disputaram um processo de construção e inscrição de memórias coletivas "tão numerosas quando as unidades que compõem a sociedade" (Pollak, 1989, p. 12).

A existência de um processo de dominação por meio do controle das narrativas da memória oficial e do apagamento de vestígios de grupos com menor poder político e/ou marginalizados, e o enquadramento da monumentalização dos Arcos do Bixiga nesse processo, justificam sua escolha, e do referencial teórico aqui apresentado, para o desenvolvimento da seção seguinte.

### *Para além do mito italiano: memórias silenciadas*

Diante do exposto, propusemo-nos identificar e ouvir por meio de entrevistas atores que pudessem ser considerados portadores de memórias não-hegemônicas – ou subterrâneas, se quisermos usar os termos de Pollak (1989) – silenciadas no processo de monumentalização dos Arcos. Conseguiu-se concordância de dois desses atores para a concessão de entrevistas: Edilson Mineiro, morador da rua da Assembleia à época da desocupação, e Antônio Carlos Mazzeo, integrante do Grupo Especial de Estudos de Cortiços da Prefeitura de São Paulo, na gestão Mário Covas (1982-1985).

Embora se tenha criado um roteiro, o principal objetivo das entrevistas foi dar voz aos entrevistados a fim de captar memórias dos acontecimentos diferentes da memória oficial, registrada pelos jornais da época. Dessa forma, a princípio, pediu-se simplesmente que os entrevistados falassem de forma livre sobre os acontecimentos, deixando o roteiro como um complemento a ser consultado no final. Ambas as entrevistas foram realizadas pessoalmente. Com o consentimento dos entrevistados, foram gravadas para posterior análise.

### *Edilson Mineiro*

A primeira entrevista, com duração aproximada de 90 minutos, foi realizada em dia 17 de maio de 2018, com Edilson Henrique Mineiro, 44 anos de idade, advogado e ex-morador da rua da Assembleia.

Nascido e criado em boa parte de sua infância na cidade de Guarulhos, Edilson teve seu primeiro contato com a rua da Assembleia entre os anos de 1985 e 1986, quando seu pai foi contratado para trabalhar como vigia em uma fábrica de divisórias para escritório que funcionava no andar de baixo de um sobrado, passando a residir no emprego, no piso superior do imóvel. Apesar de habitar um espaço dominado por cortiços, Edilson lembra que sua família era uma das poucas que moravam de maneira regular na rua da Assembleia, na época. Para Edilson, mudar-se para o local foi uma ruptura com o tipo da vida que levava em Guarulhos. Morar em um bairro localizado no centro da cidade ajudou-o a expandir seus horizontes:

Ir para lá foi uma ruptura com aquela vida do interior que eu tinha em Guarulhos. [...] Eu jogava bola em umas ruas sem saída, [...] cruzava a avenida 23 de Maio para cima e pra baixo, ou seja, tive que aprender a cruzar avenida, essas coisas. [...] Eu ia no cinema, ia no teatro, coisas que não tem no fundo da periferia [...]. Você andava dez minutos e estava no teatro. Lá tinha um monte de teatro. Eu me lembro de ir com a escola fazer essas coisas.

Contudo, apesar da localização privilegiada, a rua da Assembleia tinha sérios problemas sanitários e habitacionais na época em que Edilson a habitava:

Eu lembro que a calçada era estreita, o esgoto a céu aberto. [...] Eu lembro que no começo da rua tinha umas floriculturas, porque tinha uma funerária ali. Tinha um sebo também, bem na esquina da rua Asdrúbal do Nascimento [...]. Mas era isso aí, era uma rua estreita, tinha calçadas estreitas, muito esgoto. Acho que talvez por isso não tenha tido tanta reação para sair de lá, porque não era tão bom morar ali. Quem morava lá não era dono, estava ali provisoriamente.

Segundo Edilson, muitas casas da rua eram escuras, malcuidadas, com escadas de madeira, sem janelas ou com vidros quebrados. Ele lembra de ter entrado uma vez ou outra em casas que abrigavam cortiços, mas afirma não ter feito muito contato com seus habitantes. A maioria de seus amigos era da escola, e não da rua, pois, a convivência era maior apenas entre os moradores dos cortiços. As condições da rua não permitiam que houvesse um maior contato entre os moradores por não haver praça, ou quaisquer espaços propícios à convivência.

Do ponto de vista do entrevistado, a população que habitava os cortiços era bastante homogênea, porém diferente da população italiana comumente relacionada ao bairro do Bixiga, sendo composta, na verdade, em sua grande maioria, por negros, nordestinos e pobres. As más condições habitacionais, somada à origem étnica e à classe social dos moradores da rua da Assembleia geravam uma espécie de segregação: a rua e sua população eram vistas como um "câncer", responsável pela desvalorização e pelo aumento da violência no bairro:

Eu também lembro que nessa época, no Bixiga, tinha uma certa disputa desse Bixiga mais pobre, que é aquela parte ali da Major Diogo, do Minhocão pra baixo, com a parte do Minhocão para cima, na direção da Paulista. A gente até brincava que, do

Minhocão para baixo era Bixiga, do Minhocão para cima era Bela Vista. Era aquela coisa de que queriam valorizar o bairro e tal. Eu lembro dos vizinhos lá falando isso, que aquela rua impedia que o bairro se valorizasse. Era visto como um problema, um câncer do bairro para os moradores da Bela Vista. Para a gente, era bom, a gente morava no centro, tinha acesso a tudo.

No entanto, Edilson possui tem opinião contrária à daqueles moradores tradicionais. O entrevistado não se lembra de haver uma sensação de insegurança na região, e que, na verdade, o que existia ali não passava de um preconceito contra pessoas pobres que "moravam mal". Para ele, violência não era um problema, e não se ouvia falar de estupros, assaltos ou crimes graves. Apenas pequenos furtos, motivo pelo qual seu pai conseguira o emprego na fábrica. O alto valor comercial do material ali armazenado exigia a contratação de um vigia para o local. Embora hoje tenha orgulho de suas origens e do tempo em que viveu na rua da Assembleia, na época, Edilson lembra de sentir na pele o preconceito por parte das pessoas das áreas mais bem estruturadas do bairro:

Para falar a verdade, eu tinha vergonha de morar na rua da Assembleia. Eu convivia em um mundo de classe média baixa, e morava em um lugar que era muito precário, como se fosse uma favela dentro do bairro. Na minha cabeça de criança, né? Hoje eu não teria vergonha, mas naquela época eu me sentia envergonhado. Quando você ia na igreja da Sé, tinha que pular no meio do esgoto a céu aberto, no meio da rua. Não tinha lugar para brincar, não tinha área de lazer. A nossa casa era um pouco diferente das outras porque, como eu te falei, era o segundo andar de uma fábrica, então tinha tudo regular. Mas, a lembrança que eu tenho de lá, é a de um lugar muito precário.

Quando sua família soube que seria despejada para que os imóveis da rua fossem demolidos, a princípio, o sentimento era de que uma resistência deveria ser organizada. No entanto, segundo Edilson, não havia qualquer tipo de movimento pró-moradia envolvido no caso, e as pessoas eram apenas inquilinas nos cortiços, sem qualquer força para uma articulação política. Aos poucos os moradores foram cedendo às condições oferecidas pelos assistentes sociais da Prefeitura, e optando pela desocupação pacífica dos imóveis.

A princípio, o pai de Edilson recusou a proposta feita pela Prefeitura, por achar muito pequena a casa de 24 metros quadrados oferecida a sua família no Campo Limpo, bairro periférico na zona sul da cidade. Diante da recusa, a Prefeitura, a fim de resolver a situação sempre de forma pacífica, fez uma nova proposta, oferecendo uma casa de 48 metros quadrados na região de Guaianases, periferia da zona leste. Dessa vez, a proposta foi aceita e enfim a família de Edilson foi realocada para um conjunto habitacional da COHAB na periferia de São Paulo.

Edilson ressalta que sua família foi a única a ser realocada em Guaianases, e que todas as outras se mudaram para o Campo Limpo, no conjunto habitacional COHAB Adventista. Na região em que sua família foi realocada não havia água, esgotos, luz, asfalto, ônibus ou escola. Para que as pessoas tivessem acesso a água, uma caixa d'água comunitária foi instalada em um canteiro de obras e era preciso enfrentar filas para poder coletá-la em baldes. Caminhões-pipa abasteciam essas caixas d'água, e o mesmo canteiro de obras era a fonte da energia utilizada no bairro por meio de "gatos". Para chegar à escola, era preciso caminhar cerca de uma hora por ruas de terra.

Você saía do centro da cidade pra morar em um lugar que você tinha que carregar água na cabeça. Essa foi a parte que nos coube no latifúndio. [...] Pra chegar até um lugar que tinha asfalto a gente ia com um saco de arroz cobrindo o sapato, e chegando lá a gente tirava e guardava na bolsa, senão a gente ia pra escola com o pé cheio de barro, cheio de lama.

Apesar das condições precárias que havia conhecido na rua da Assembleia, as condições enfrentadas na periferia de São Paulo eram muito mais graves. Mas mesmo com as dificuldades impostas pela realocação, graças à insistência de sua mãe Edilson conseguiu concluir os estudos, formou-se em Direito, e passou a se envolver com movimentos de moradia ligados à igreja católica. Hoje, Edilson já não mora mais em Guaianases, mas sua família, sim. Embora já estejam estabelecidos e com suas vidas construídas em torno de outro bairro, suas memórias do período em que viveram na rua da Assembleia, foram determinantes nos rumos que suas vidas tomaram.

Para Edilson, ao lembrar do que foi feito com as pessoas e com os imóveis da rua da Assembleia, o principal sentimento que lhe vem é o de raiva:

Eu sinto muita raiva. Eu acho que foi uma puta sacanagem ter tirado minha família de lá. Não vejo todo esse valor. Claro que acho surpreendente que existam aqueles arcos lá, é uma obra imponente. Mas não acho que justifique o que foi feito [...]. Eu tenho saudade de viver lá. Não tenho idolatria pelo lugar em si. Aliás, acho o lugar, sem as famílias, muito triste. Virou um vazio, um desperdício de área. Tudo em nome dos carros. Não vejo nenhum ganho para a memória da cidade, para a história da cidade. Isso é só mais um símbolo do que hoje o pessoal chama de gentrificação. Mais um símbolo de expulsão de população pobre do centro.

Quanto aos arcos, Edilson lembra que, apesar de ser uma das últimas famílias a se mudarem de lá, não sabiam de sua existência. Somente depois, quando divulgado pela mídia, é que tomaram conhecimento do que se tornaria um monumento. Para ele, desde o início, a justificativa para a remoção dos moradores era a construção de uma alça de acesso à Avenida 23 de Maio, sem qualquer ligação com os arcos.

As memórias de Edilson, construídas a partir do contato com a extrema pobreza, ao viver na rua da Assembleia, e depois em Guaianases, foram muito importantes para sua trajetória como pessoa e como

profissional, pois, a partir daquele período, ele passou a se conectar cada vez mais com questões de moradia. Já o monumento dos Arcos do Bixiga, diz ele, "não significa nada".

### *Antônio Mazzeo*

Antônio Carlos Mazzeo, hoje professor universitário, é ex-funcionário da Prefeitura de São Paulo, tendo estado alocado, na década de 1980, no extinto Grupo Especial de Estudos de Cortiços. A entrevista teve duração aproximada de 45 minutos e foi realizada em 26 de setembro de 2018.

O Grupo Especial de Estudos de Cortiços, segundo conta Mazzeo, era liderado pelo sociólogo Fernando Batistuzzo e tinha por missão realizar "negociações" com proprietários de imóveis encortiçados:

Era um grupo de seis pessoas: dois sociólogos, duas assistentes sociais, um arquiteto... e a gente trabalhava fazendo o quê? Obviamente, pouca coisa se podia fazer. Era uma espécie de negociação com os proprietários dos imóveis encortiçados. Nas negociações se faziam algumas obras, se dizia "olha, ou você faz essa obra, ou a gente fecha, porque sua casa é ilegal". Então, pegamos o código sanitário, pegamos o código de obras, fizemos uma mistura dos dois e criamos alguns critérios para se ter uma casa encortiçada, o que a gente começou a chamar de habitação coletiva, pois deixava de fato de ser um cortiço e passava a ter alguma norma.

De acordo com o entrevistado, o manual originado nos estudos de seu grupo serviria, anos depois, de base para a criação da chamada Lei Moura, ou Lei de Cortiços, de 1991, que regulamenta padrões para cortiços.

Mazzeo integrou o grupo mencionado durante a gestão de Mário Covas na Prefeitura de São Paulo (1983-1985) e, durante este período, teve a oportunidade de realizar um estudo nos cortiços então instalados nos sobrados da rua da Assembleia. Na época, a informação que eles tinham sobre o local era que todas as casas da rua estavam encortiçadas, e que haviam sido construídas por artesãos calabreses, em torno do muro de arrimo ali existente.

Neste estudo, sua equipe visitou e fotografou casa por casa. Além do mapeamento fotográfico, a população foi entrevistada pela equipe, com o auxílio de assistentes sociais, para que fosse traçado um perfil social a seu respeito. A respeito da origem dos moradores, Mazzeo afirma que

[...] era uma população de migrantes que tinha ocupado as casas. O interessante é que tinha algumas [casas] onde as populações eram de origem rural e elas reproduziam a vida rural dentro de casa. Era uma loucura, tinha um moleque que tinha um galinheiro dentro de casa, as galinhas andando, cheio de cocô de galinha, portas cheias de vermes, era absurdo. Era um lugar onde as condições sanitárias eram extremamente precárias.

A presença de galinheiros, por exemplo, dentro das casas, contribuía para a degradação do espaço e para um agravamento das condições sanitárias, visto que havia presença de fezes dos animais por toda parte, gerando, inclusive, a presença de vermes nas portas dos imóveis.

O trabalho de sua equipe tinha inspiração em outro trabalho, realizado no interior de São Paulo. Neste caso, um estudo similar havia sido realizado, e os imóveis foram restaurados sem a necessidade de expulsão da população do local. Seguindo este exemplo, o grupo que Mazzeo integrava buscava propor que a mesma solução fosse aplicada na rua da Assembleia:

A gente ficou muito triste com a demolição, porque eram casas incríveis, a ideia era restaurar, fazer um boulevard, tinha várias ideias. A ideia do boulevard a gente era contra porque tirava a população. A nossa ideia era restaurar com a população morando, baseado na experiência daquela cidade do interior, se não me engano de Piracicaba.

No entanto, quando Jânio Quadros sucede a Mario Covas na Prefeitura de São Paulo, o trabalho é interrompido, e o novo prefeito mobiliza esforços para que os imóveis sejam demolidos.

Segundo Mazzeo, quando ele e Fernando Batistuzzo souberam sobre a demolição das casas, ambos se locomoveram até o local com a intenção de fazer resistência à medida do novo prefeito:

Então, quando o Jânio assume, a primeira coisa que ele manda fazer é demolir as casas da rua da Assembleia. Eu e o Batistuzzo fomos lá fazer resistência. Entramos em uma casa, e fomos os primeiros caras a serem presos pela Guarda Municipal do Jânio. Saímos de lá algemados, gritando "patrimônio histórico!", mas aí ele botou aquilo abaixo.

Embora tenham sido presos, Mazzeo e Batistuzzo foram soltos em seguida, pois segundo ele, sua prisão culminaria em um "problema político":

Fomos presos, saímos da casa e tiraram a algemas. Por quê? Porque o novo secretário da FABES falou "não, esses caras são da secretaria, solta eles porque vai dar problema político". Aí soltaram a gente. Claro que a gente foi sabendo que ia acontecer isso, porque a gente foi o tempo todo das equipes, eu tinha sido chefe da habitação, então, tinha um histórico ali atrás da gente.

Mazzeo afirma que, embora houvesse muita oposição à demolição dos imóveis nos jornais da época, essa oposição não se traduziu na prática. Perguntado se, de fato, houve uma disputa pela manutenção do local e algum tipo de resistência, Mazzeo afirma:

Não. Não tinha ninguém contra a demolição, nem mesmo a população. A população era encortçada, eles só estavam lá. Demoliram, foi uma tristeza a demolição. Um crime de destruição do patrimônio histórico.

Segundo ele, a gestão de Jânio foi marcada pela sua truculência e falta de compromisso com a população pobre, favorecendo apenas lobbies de construção e grupos econômicos:



Eu diria que o Jânio foi um governo muito antipopular e tratava a população como, depois, o Doria voltou a tratar. Eu diria que depois da Erundina a coisa melhorou um pouco, vamos dizer, algum verniz de tratar com a população, mas o Doria volta com a truculência com pobre, favelado, encortiçado, pessoas de condição de rua, viciados em crack e é "pau". Então, minha posição é, hoje, a mesma daquela época: são governos que não têm o menor compromisso com a população, não têm projeto pra cidadania, não têm projeto de integração social. Tem projetos que interessam a grandes lobbies de construção, grupos econômicos, e é isso. Infelizmente, é isso.

Assim como Edilson Mineiro, Mazzeo não concorda com a destinação dada ao local após a demolição dos imóveis e a "redescoberta" dos arcos, que segundo ele não foram descobertos, pois, sabia-se de sua presença mesmo antes da demolição dos imóveis. Perguntado sobre o que pensa a respeito da Praça dos Artesãos Calabreses, o entrevistado é enfático ao dizer que "aquilo não é uma praça. A destinação foi uma alça de ligação entre a 23 de maio e o minhocão, o elevado que agora se chama João Goulart".

Apesar de sua posição crítica em relação ao local, Mazzeo afirma que os arcos são belas construções históricas que representam parte da memória do Bixiga e devem ser preservados.

Mazzeo conclui a entrevista com uma crítica às gestões municipais que, segundo ele, não se preocupam em elaborar projetos de preservação urbana adequados para bairros como o Bixiga:

Se desmontou o Bixiga, se matou o Bixiga, por falta de um projeto de preservação urbana. Se você pegar aquela rua 13 de Maio, que tinha vários bares, as casas estão caindo. Tomba-se as casas, mas não se libera o imposto. E não se diz o seguinte "se você reformar sua casa, eu não cobro imposto", como em qualquer lugar do mundo. Mas os governos de São Paulo são trágicos e a população de São Paulo meio que merece, porque só elege tranqueira. Infelizmente, o que ocorre é o abandono. Eu acho que o Bixiga, é um bairro tradicional que deveria ser preservado, mas ele está sendo destruído. Claro, ele foi bairro dos negros, depois dos italianos e dos negros, hoje ele é um bairro dos nordestinos, mas ele é um bairro sem características, porque não se preserva nada.

### *Discussão e considerações finais*

A discussão empreendida nas seções anteriores ilustra como uma política de memória pode ser instrumentalizada com objetivos outros, que vão além da mera preservação de memória, ou de algo que a represente no mundo físico. O caso analisado nos permite constatar que a remoção dos moradores das ruas Jandaia e da Assembleia, a demolição dos casarões ali existentes e a monumentalização dos Arcos do Bixiga, consubstanciam uma intervenção urbana de caráter higienista, em parte travestida de política patrimonial.

A realocação das pessoas que habitavam a área disputada para regiões mais afastadas e menos acessíveis ao centro da cidade, e também desprovidas de infraestrutura adequada, como pavimentação, fornecimento

regular de água e energia elétrica, saneamento básico, escolas e espaços de lazer, pode ser classificada como um caso de segregação socioespacial, com o agravante de, neste caso, ter como ponto de origem uma política pública promovida pela administração municipal da cidade de São Paulo, embora apoiada pelo setor privado.

A criação do discurso de preservação da memória italiana dos Arcos do Bixiga serviu como instrumento para atenuar a gravidade da ação segregatória promovida pelo poder público. A associação dos Arcos à memória da comunidade italiana no momento de sua redescoberta, e o uso dessa narrativa para justificar sua preservação, é um exemplo de como a memória pode ser manipulada e fabricada a fim de atender aos interesses de determinados atores em processos de disputa política que não estão necessariamente ligados à memória coletiva em si.

Nas duas entrevistas realizadas, pudemos coletar elementos que permitem reconhecer outras memórias possíveis, não hegemônicas, silenciadas, associadas ao local. Isso fica claro, em vários trechos da entrevista de Edilson Mineiro, quando ele menciona a composição étnica dos moradores da região em que vivia, por exemplo:

Eu lembro que era bem misturado. Muito negro e muito nordestino. Tinha mais negro do que em Guarulhos, muito mais [...]. Lá na [rua da] Assembleia tinha um pessoal que já tava faz tempo, não sei te dizer quando, nem quantos [...]. O povo de lá era bem homogêneo. Preto, pobre, nordestino.

Em outro trecho, Edilson é enfático ao dizer que o local em que vivia pouco tinha a ver com a cultura italiana:

Outra coisa que eu lembro é que essas ruas não eram italianas. Eram negras, era um povo que morava em cortiços, tinha um ou outro português que tinha casa lá, também. Mas não tinha nada desse Bixiga italiano, onde todo mundo come macarrão e tal. Nessa época, o lugar tinha gente pobre, trabalhadora. Não me lembro de violência. Não era um lugar violento. Era gente pobre, que tava morando mal porque não tinha um outro lugar.

Antônio Carlos Mazzeo faz declarações de teor similar como a seguinte:

Eu acho que o Bixiga é um bairro tradicional que deveria ser preservado, mas ele está sendo destruído. Claro, ele foi bairro dos negros, depois dos italianos e dos negros, hoje ele é um bairro dos nordestinos, mas ele é um bairro sem características, porque não se preserva nada.

Assim caracterizado o processo como se deu a instituição dos Arcos do Bixiga como monumento ligado a uma memória hegemônica, italiana, do bairro do Bixiga, a principal contribuição deste estudo consistiu em constatar, de forma circunstanciada, que a monumentalização dos Arcos, se de um lado baseou-se em argumentos relacionados à preservação da memória e do patrimônio urbano, de outro ocorreu no contexto – e esteve a serviço – de uma política urbana de caráter higienista e excludente/gentrificador, sendo instrumentalizada por esta última.

Como toda política de memória, ela promoveu uma reconstrução presentista do passado: resultou numa versão "italiana" do passado que atendeu a interesses presentes. As informações levantadas no artigo permitem identificar quais eram os principais grupos sociais em disputa, e quais memórias foram silenciadas como resultado do processo. O passado construído e valorizado nesse local, e inscrito/eternizado na memória coletiva da cidade, é o dos imigrantes italianos e artesãos calabreses. Não é o dos primeiros habitantes dos sobrados, nem o da população de baixa renda que os habitou por cerca de duas décadas. As memórias desses grupos foram silenciadas, e isto ocorreu no contexto (e esteve a serviço) da implementação de uma política pública urbana com outros objetivos que não os de construção ou preservação de memória. A transformação dos Arcos do Bixiga em monumento pode, nesse sentido, ser vista como um caso de instrumentalização da política de memória por uma política de outra natureza, por meio do uso de argumentos relacionados à memória coletiva como base para justificar políticas públicas outras, voltadas para o atendimento de interesses do poder público e do setor imobiliário, interessados em afastar do local uma população indesejável, em detrimento do interesse histórico e social.

Este trabalho certamente tem limitações, de forma que o que aqui se apresenta, mais do que como conclusões, deve ser lido como indicações para aprofundamento e continuidade da discussão. Um limite da análise decorre do fato de termos ouvido por meio de entrevistas apenas dois atores envolvidos, de alguma forma, no processo estudado nesta pesquisa. Embora os atores tenham diferentes origens e experiências de vida, ambos são contrários às ações, adotadas na década de 1980, que levaram à expulsão da população encortçada e à demolição dos sobrados das ruas da Assembleia e Jandaia. Decerto existe uma variedade maior de atores sociais com vivências importantes no processo, e que, três décadas após os fatos, ainda estão disponíveis para fornecer entrevistas e podem ser prospectados. Ainda assim, a discussão aqui apresentada parece sinalizar a necessidade de novas óticas no estudo das políticas de memória e patrimônio urbano, rumo a abordagens críticas que levem em conta seu entrelaçamento com outras políticas e suas relações de subordinação a estas últimas.

### *Referências*

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Geografia)*, Porto, Portugal, v. XIV, 2001. p. 77-97.
- BAER, Alejandro. La memoria social. Breve guía para perplejos. In: SUCASAS, Alberto (ed.): *Memoria, política, justicia*. Madrid: Trotta. 2010. p. 131-148.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi. Caminhando pelo passado dos outros. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar (orgs.), Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas. São Paulo: Editora Annablume, 2017.

FELDMAN, Sarah. Patrimônio cultural e a dimensão metropolitana. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar (orgs.), Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas. Editora Annablume, 2017.

GRAZIANI, Adolpho. Projecto de um muro de revestimento na travessa da Assembléa (esquina Jaceguay). Prefeitura de São Paulo, Directoria de Obras, 1908.

HATUKA, Tali. A obsessão com a memória: o que isso faz conosco e com as nossas cidades? In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar (orgs.). Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas. Editora Annablume, 2017.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

JAYO, Martin; Köhler, André Fontan. A batalha dos Arcos do Bixiga: mais arte e mais cidade, mas menos arte na cidade! Minha Cidade, São Paulo, vol. 15 n.175.

JAYO, Martin; Vargas, Diego Vasconcellos. A memória das cidades na sociedade digital: reflexões para São Paulo e o exemplo de ‘Quando a cidade era mais gentil’. Confins, Paris, vol. 39. DOI: 10.4000/confins.18551

NORA, Pierre. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, São Paulo, v.10, 1993, p. 7-28.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIOS, Fábio. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. Revista Intratextos, Rio de Janeiro, vol 5, n. 1, 2013, p. 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>

SÃO PAULO (Município). Melhoramentos da Capital 1911-1913. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, s/d.

VARGAS, Diego Vasconcellos; JAYO, Martin. Para uma história dos Arcos do Bixiga. *Arquitextos*, São Paulo, 2020 (no prelo).

## 11. Gestão da diversidade na indústria de tecnologia engenharia de software: relato de práticas.

Michelle Borges Miranda<sup>15</sup>

### *Introdução*

Estudos sobre diversidade estão tornando-se frequente nas áreas das exatas, entre elas a área da computação, por meio de pesquisas qualitativas, exploratórias e estudos de casos, apoiando-se ou não em estudos anteriores sobre o tema, realizados por outras áreas como humanas, sociologia e biologia.

Tais pesquisas são impulsionadas em grande medida pela quarta revolução industrial, que tem a tecnologia como força motora das principais mudanças na sociedade, sendo a computação (no sentido de uma organização com pessoas e processos) não apenas influenciadora do meio em que está inserida como também é pressionada a adaptar-se às demandas e às características da sociedade, dentre essas características está a diversidade.

O estudo de diversidade, seja étnico-racial, identidade de gênero, sexualidade, idade, entre outros, contribui na ruptura do entendimento da tecnologia como um campo neutro, isento de vieses de marcadores sociais relacionados aos sujeitos que a pensam e que a constroem. Com isso, as organizações passam a identificar e a reconhecer as potencialidades da diversidade para a indústria da tecnologia, seus benefícios e desafios, além de desenvolver modelos que ajudam a gerenciar a diversidade dentro das organizações de acordo com suas necessidades.

As empresas visam buscar soluções mais inclusivas para questões de contratação, de desenvolvimento técnico de pessoas, de formações de times técnicos com diversidade, de mudanças efetivas no ambiente organizacional, de criação de produtos abrangentes, de melhora no relacionamento com usuário, de desenvolvimento de lideranças espelhando a diversidade da sociedade. Esses são alguns dos desafios que levam as empresas a adotarem ou a criarem modelos de gestão de diversidade na indústria de Engenharia de Software.

No Brasil, observa-se uma grande tendência das principais indústrias de Engenharia de Software de tentar criar modelos de gestão de diversidade, mas ainda muito concentrado à área de Recursos Humanos, ou seja,

---

<sup>15</sup> Doutoranda em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica RS. Mestre em Ciências pelo PROMUSPP. Contato: [michelle.miranda@edu.pucrs.br](mailto:michelle.miranda@edu.pucrs.br)  
[biamichelle@usp.br](mailto:biamichelle@usp.br)

iniciativas voltadas à contratação e à inclusão de perfis diversificados de pessoas. Por exemplo, políticas internas de meta de contratação de mulheres cisgênero, de pessoas travestis e transexuais, de pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas negras e PCD's. Ou, também, por meio de investimentos em cursos de capacitação técnica para esses grupos, com tecnologias específicas, para posteriormente reverter em contratações pelas empresas que patrocinam tais cursos.

Observa-se também iniciativas internas de desenvolvimento de jornada técnica para tais grupos dentro de empresas de Engenharia de Software, ou de formação de lideranças para aumentar a representatividade de diversidade nas altas posições dentro das corporações.

Todas essas iniciativas têm em comum o pensamento de minimizar a homogeneidade de perfil de colaboradores dentro dos setores da tecnologia, em especial na área de desenvolvimento de software onde observa-se um perfil padrão que é cisgênero, masculino e branco. Sendo essas iniciativas impulsionadas pelo motivo de capitalizar uma demanda da sociedade, espelhar a sociedade no seu quadro de funcionários, entendimento do ganho para negócio que a diversidade proporciona, justiça social ou, o que é mais provável, a junção de todos esses elementos.

Neste artigo iremos descrever as principais iniciativas de gestão de diversidade na indústria de Engenharia de Software encontradas no Brasil. Este artigo tem uma abordagem qualitativa e exploratória. Ele é resultado de um estudo inicial contido na pesquisa de doutorado sobre gestão de diversidade na indústria de engenharia de software. Na próxima seção é realizado uma breve discussão teórica sobre diversidade e gestão de diversidade, que ajuda a fundamentar este artigo e contribui na compreensão dos resultados e posterior discussão.

### *Discussão teórica*

Para iniciar a reflexão sobre gestão de diversidade é necessário entender o que o conceito de diversidade nos remete. Boukreris et al. (2017) observa que a ideia de diversidade transmite a ideia de variedade, diferença e oposição. Nagappan et al. (2013) acredita que para uma amostra ser diversa ela deve conter membros de todos os subgrupos da população com tamanhos aproximadamente iguais.

Steel et al. (2018) analisam os conceitos de diversidade e suas implicações ético-epistêmicas. Eles também analisam que o conceito de diversidade pode variar de acordo com a disciplina que o analisa e definem o conceito de diversidade a partir de três concepções distintas: Igualitárias, representativas e normativas.

Para Scott Page (2017) a diversidade pode ser dividida e analisada em dois grandes grupos: Cognitiva e Identitária. Sendo a diversidade identitária possuidora de outros subgrupos de categorias de identidades como gênero, etnia, cultura, território, religião, orientação sexual e outros marcadores sociais. Já para Steel et al. (2018) tais grupos de análise estão contidos dentro do conceito igualitário de diversidade.

Em outros momentos da sociedade humana, a diversidade já foi vista como algo a delimitar espaço entre pessoas, através da categorização de grupos, que tendiam a discriminação e preconceito (NAGAPPAN et al., 2013). Porém, na sociedade moderna houve uma ressignificação a respeito do entendimento dos aspectos subjetivos do indivíduo, que passou a entender o ser humano como fruto dos processos históricos e culturais para além de aspectos biológicos, movimento que levou à valorização da diversidade, ajudando a romper com o dualismo entre diversidade como reconhecimento e valorização das diferenças "diversidade valorizada" versus diversidade como reconhecimento para unificação das semelhanças, "diversidade contestada" (PAGE, 2017).

Dessa forma, o entendimento sobre diversidade em relação aos aspectos humanos e sociais, sugere o reconhecimento de pessoas como indivíduos, ou seja, dotado de aspectos únicos e digno de ser respeitado por suas diferenças individuais.

Com isso a diversidade deixa de ser entendida como algo que diferencia e exclui, para adotar um sentido positivo de valorização das diferenças como um agregador de valor com o pensamento, a cultura e novas visões de mundo para a sociedade global, para negócios e para educação. É nesse sentido que as pesquisas da área da Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM), em especial da Computação e da Engenharia de Software que frequentemente fazem discussões de diversidade de gênero, etnia e PCD's, vão conceber a diversidade, principalmente no sentido de diversidade igualitária e representativa (STEEL, et al., 2018).

Em um ambiente organizacional, a noção de gestão de diversidade está ligada à promoção de normas e políticas que visam garantir para determinados grupos sociais direitos, oportunidades, obrigações semelhantes aos demais grupos no ambiente de trabalho respeitando suas particularidades.

Entretanto, para que se promova a diversidade em organizações, seja por implicação igualitária, representativa ou normativa (STEEL et al., 2018) é necessário mais intencionalidade nas ações de promoção de inclusão e políticas afirmativas, onde a legislação é apenas uma base para coibir a discriminação, preconceito e base para evitar situações constrangedoras na implementação da ação tanto para quem propõem a política quanto para quem é alcançado diretamente pela ação.

Essa intencionalidade é necessária para executar ações de gestão de diversidade. Por gestão de diversidade O'Mara (1994) define que “são iniciativas voluntárias e pró-ativas empreendidas para valorizar diferenças das pessoas e usar essas diferenças para ganhar uma vantagem competitiva”.

Para Thomas Jr (1991), gestão de diversidade segue uma abordagem holística, buscando o envolvimento de todas as pessoas, focando nos resultados que elas produzem e beneficiando-se das diferenças. Fleury (2000) afirma que “administrar a diversidade significa adicionar valor à organização”.

Sobre gestão de diversidade Thomas Jr (1990) diz:

É necessário deixar claro aos gestores as principais razões de se fazer a gestão da diversidade. Para muitos, as principais razões são: Legalidade e Responsabilidade Social. Entretanto, é necessário olhar o tema sob a ótica de negócios. Em termos de negócios, uma força de trabalho diversa não é algo que a empresa deva ter; isso é algo que a empresa irá ter, mais cedo ou mais tarde. Aprender a gerir essa diversidade é que fará a empresa ser mais competitiva. (THOMAS JR, 1990, p. 11)

Alves e Galeão-Silva (2004) afirmam que:

um bom gerenciamento da diversidade de pessoas nas organizações conduziria à criação de vantagem competitiva, o que, em tese, elevaria o desempenho da organização no mercado, tendo em vista a influência positiva de um ambiente interno multicultural, com membros de distintas experiências e habilidades.. (ALVES; GALEÃO-SILVA, 2004, p.21)

Esses benefícios produzidos pela diversidade são refletidos também na indústria de tecnologia e engenharia de software. Eles referem-se ao uso das diferentes experiências, competências e visões de mundo para acrescentar uma ideia ou perspectiva diferente, aumentando o número de hipóteses e de possibilidades de soluções, pois, acredita-se que a diversidade tende a criar ambientes propícios à criatividade e à inovação.

O uso eficiente de talentos independente de idade, gênero, grupos étnico-raciais, deficiências, orientação sexual, crenças religiosas, e outros, pode desempenhar uma função ativa para desafios, tornando-se um ingrediente a mais na competitividade, no desempenho, no crescimento econômico e no desenvolvimento social. O que tem levado cada vez mais empresas a optarem por produzir ações ou criar programas para gestão de diversidade no ambiente organizacional.

### *Percursos metodológicos*

Para alcançar o objetivo proposto neste artigo, e por ser tratar de uma pesquisa qualitativa e exploratória, optou-se por utilizar como procedimento metodológico a análise documental. Este procedimento consiste identificar



informações ocorridas em documentos com base nas questões de interesse do trabalho (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Segundo Víctora, et al (2000) sobre a análise de documento:

a forma elaborada do conteúdo e o fato de, uma vez na nossa posse, o documento está disponível para análise. A seleção dos aspectos de interesse junto à fonte documental é mais rápida, garantindo maior controle e domínio por parte do pesquisador (VÍCTORA et al., 2000, p. 72).

Para identificar "quais práticas de gestão de diversidade são praticadas na Indústria de Engenharia de Software?", buscou-se informações nos sites institucionais das empresas pesquisadas, jornais *online* sobre a temática de gestão de diversidade e trabalhos acadêmicos sobre o tema, sendo esta busca norteada pelo critério de utilização de matérias de domínio público.

#### *Seleção de casos: sobre os institutos de pesquisas e etapas de seleção*

Para escolha dos casos que serão apresentados foram realizadas pesquisas em três etapas.

A primeira etapa consistiu em observar a existência de casos de gestão da diversidade em *ranking* divulgado sobre melhores empresas para trabalhar no Brasil na área de Tecnologia, Computação e Engenharia de Software em 2019 e previsão para 2020. Os Institutos de pesquisas escolhidos são atualmente os mais consolidados em termo de confiabilidade e são os institutos que avaliam um maior número de empresas.

Tais institutos de pesquisa são: Great Place to Work, Fundação Instituto de Administração (FIA) e Glassdoor.

O filtro utilizado para encontrar as empresas no GPTW foi: selecionando o último ano de pesquisa (2019), tipo de *ranking* "setorial", *ranking* "tecnologia", corte sobre porte das empresas "pequenas/médias/grandes".

O resultado do GPTW e da FIA indicam o ano corrente que foi realizado a pesquisa, ou seja, quais foram as melhores empresas para estar trabalhando naquele ano específico. Já a Glassdoor, com base nos dados coletados no ano corrente, elege as empresas mais indicadas para trabalhar no ano seguinte a pesquisa.

A segunda etapa para seleção de casos deu-se por meio de uma pesquisa ampla sobre casos de gestão de diversidade para mulheres, pessoas negras, pessoas travestis e transexuais. Casos que vieram a público e ganharam notoriedade nas mídias/internet.

Essa etapa foi direcionada para esses três grupos pois ainda não existe políticas públicas de estado (lei) que garanta a obrigatoriedade da inclusão desses em empresas tal como já ocorre com o grupo de pessoas PCD's (o que não significa que este grupo não sofra ainda barreiras mesmo com a lei de inclusão).

A terceira etapa consistiu em unificar os resultados das duas etapas anteriores a fim de evitar duplicidade de empresas e selecionar os casos a serem discutidos neste artigo.

Esse resultado final deu-se a partir dos seguintes critérios: Empresas com ações/práticas mais estruturadas em formas de programas (com definições de metas estabelecidas) e, que a principal atividade da empresa seja centrado na área da tecnologia. Pois, algumas empresas mapeadas pelo *ranking* possuem um setor de tecnologia forte dentro da organização, mas a principal atividade da empresa está ligada a outras áreas de serviço como vendas e telecomunicações.

#### ***Organização dos resultados: sobre o processo de seleção de casos***

A tabela 1 é o resultado parcial da seleção de empresas de acordo com a primeira etapa. Ele mostra a quantidade de empresas classificadas por Institutos de Pesquisa e o número de empresas que possuem alguma prática de gestão de diversidade. Tais práticas de gestão de diversidade podem estar relacionadas com: preocupação com diversidade no RH, eventos e apoios a iniciativas de diversidade, programas internos para funcionários de gestão de diversidade.

Importante ressaltar que, o critério utilizado para chegar ao número de empresas com práticas de gestão de diversidade mostrado na tabela 1 foi possuir documentação de domínio público. Ou seja, é possível que mais empresas possuam modelos de gestão de diversidade, mas esses sejam apenas de conhecimento interno da empresa, o que não contribui para o escopo deste artigo.

Apesar dos institutos de Pesquisa terem algumas particularidades na categorização dos seus resultados, como a GPTW, por dividirem os resultados por porte de empresa (pequena, média e grande), buscou-se confeccionar uma tabela que permitisse visualizar de maneira geral o resultado desta etapa.

Tabela 1 - Resultado parcial da seleção de empresas de acordo com a Primeira Etapa

Instituto de Pesquisa	de Empresas classificadas	Empresas com práticas de gestão de diversidade
GPTW	Pequeno Porte	20 6
	Média Porte	70 11
	Grande Porte	20 13
FIA	---	6 6
GLASSDOOR	---	10 10
		46

Uma observação, o resultado da Glassdoor refere-se ao número de empresas classificadas na pesquisa do instituto que foram no total de 50. Entretanto, desse total o número de empresas de tecnologia avaliados foram 10 que é a amostra que está sendo utilizada na tabela 1 deste capítulo.

Na segunda etapa foram encontradas 8 empresas do setor da tecnologia com práticas de gestão de diversidade com destaques nas mídias de comunicação. O resultado parcial sobre a quantidade de empresas com materiais consultados na primeira e segunda etapa que foram identificados práticas de gestão de diversidade podem ser observados na tabela 2.

Tabela 2 - Resultado parcial das etapas primeiras e segundas etapas de seleção

Quantidade de empresas pesquisadas	de	Quantidade de empresas com casos/práticas de gestão de diversidade
------------------------------------	----	--

Primeira Etapa	124	46
Segunda Etapa	8	8
	Total	54

O resultado final do processo de seleção de práticas de gestão de diversidade na indústria de engenharia de software pode ser observado na tabela 3, onde as duplicações decorrentes das primeiras etapas foram retiradas, restando apenas as empresas que obedecem os critérios da terceira etapa da metodologia.

Tabela 3 - Resultado final da seleção de empresas com casos/práticas de gestão de diversidade

	Resultado da Primeira e Segunda Etapa (Com duplicação)	Quantidade final de empresas selecionadas
Terceira Etapa	55	8

### ***Discussão: ações e práticas de gestão de diversidade em empresas de tecnologia e engenharia de software***

Nesta seção serão apresentados algumas ações/práticas que exemplificam iniciativas de gestão de diversidade na indústria de Engenharia de Software observadas durante o processo de pesquisa e seleção. Importante ressaltar que, as empresas que serão nominalmente referenciadas aqui possuem diversas ações/práticas de gestão de diversidade, mas para cumprir o escopo deste trabalho foram selecionadas de uma a duas ações para exemplificar o compromissos de tais empresas com a pauta.

Percebeu-se que as 54 empresas resultantes da primeira e segunda etapa, de acordo com a tabela 2, possuem um discurso voltado para a inclusão de diversidade em seu quadro de funcionários ressaltando o valor

da diversidade para o ambiente organizacional, e também possuem ações externas ligadas a respeito a diversidade, relacionadas com a área de responsabilidade social das empresas.

Esse discurso pode ser melhor observado nas chamadas para contratação de novos colaboradores as quais, além de fazer as exigências técnicas dos perfis de contratação, as empresas também expõem suas características e valores, entre elas frases como: "Valorizamos a diversidade".

Outra prática comum observada é a realização de encontros, seminários, rodas de debates, para discutir sobre a importância da diversidade, inclusão e desafios. Observa-se que tais encontros são geralmente mediados por algum funcionário da empresa, com a participação de especialistas sobre o tema. Percebe-se que a frequência desses eventos são mais intensas próximos a datas comemorativas tais como dia da Visibilidade Transgênera, dia das Mulheres, Mês da Consciência Negra ou de PCD's.

Além de eventos como os citados no parágrafo anterior, percebe-se em tais empresas ações de treinamentos para funcionários sobre respeito às diferenças, importância da diversidade, políticas afirmativas e mudanças no ambiente organizacional.

Por exemplo, a IBM é uma das principais empresas de tecnologia da informação e uma das mais antigas na área. Ela é também uma das pioneiras quanto ao assunto de diversidade e inclusão no setor da tecnologia na promoção de debates, apoio a grupo vulneráveis, criação de rede de apoio interna a funcionários dos grupos de diversidade, criação de programas de capacitação profissional a jovens e universitários, programas de educação digital.

Uma outra prática comum entre as empresas pesquisadas é a criação de comitês internos de funcionários. Grupos de empoderamento de funcionários e rede de apoio. É o caso de empresas como a DELL com ações como a Women in Action no Brasil.

Tais grupos têm entre suas responsabilidades promover iniciativas de debates internos e externos a comunidade de funcionários, promover campanhas de visibilidade das ações da empresa para aquele grupo em específico, apoiar a empresa em suas atividades a respeito da inclusão do grupo a qual pertencem.

Entre as 54 empresas pesquisadas observou-se um maior incentivo a criação de grupos de trabalhos de mulheres e LGBTQTS, mais especificamente. A questão da igualdade de gênero aparenta ser o eixo de maior destaque no debate de inclusão de diversidade. É também a pauta que se observa como mais avançada nas indústrias de engenharia de Software.

A produção de conteúdo sobre a importância da diversidade na tecnologia é outra prática observada. Tais conteúdos realizados por funcionários, ou equipe de marketing e recursos humanos ficam à disposição do grande público, demonstrando a preocupação das empresas em estarem minimamente debatendo sobre o assunto e produzindo material com suas reflexões acerca do tema.

Algumas empresas avançam em suas práticas na inclusão do debate sobre diversidade, respeito às diferenças e condutas a serem tomadas pela empresa, por meio do código de ética ou marco ético, o qual a empresa reafirma seus compromissos com a diversidade. É o caso de empresas como a DBServer, que propõem ações de inclusão e valorização da diversidade como pilar de valor da empresa.

Outras avançam em suas práticas na promoção de projetos sociais que visam a capacitação técnica de grupos de maior vulnerabilidade social, oferecendo a possibilidade de aprender tecnologias que sejam de interesse das empresas para posterior contratação ou, apenas, para a promoção da inclusão digital. É o caso da ThoughtWorks com os projetos de aceleradoras inclusiva e aceleradora ágil, desenvolvidos no parque tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul (PUCRS).

Outras empresas formam programas extensos de desenvolvimento técnico, para auxiliar jovens, estudantes universitários a se desenvolver no mercado de tecnologia. Em tais programas criam-se ações afirmativas para a inclusão de grupos diversos para incentivar a promoção de diversidade na área da tecnologia. É o caso de empresas como a CISCO com a iniciativa Networking Academy, que utiliza seu programa de educação e profissionalismo para capacitar diversos grupos sociais, mulheres e grupos de vulnerabilidade social.

Além desses exemplos de capacitação interna de colaboradores, educação digital para grupos externos, criação de código de ética, demonstração no marketing e propagandas dos recursos humanos de valorização da diversidade, existem ações que tem por objetivo mais explícito a contratação de novos profissionais de grupos de diversidade.

É o caso de programas como Next Step da Google e o programa Enegrecer a Tecnologia da ThoughtWorks. O programa Next Step é um programa de desenvolvimento de habilidades profissionais para estagiários contratados pela Google durante o período de 2 anos. Em 2019, como forma de reafirmar seus compromissos com a diversidade, a Google tornou a edição intencional para a contratação de jovens negros. Já a ThoughtWorks em 2018 realizou a campanha Enegrecer a Tecnologia que teve como ações recrutamento específico para profissionais negros em todos os níveis de carreira, eventos com personalidades negras brasileiras para debater a importância da ação internamente e para comunidade tecnológica.

As ações de ambas as empresas ganharam destaque em mídias e em movimentos de diversidade, por se tratar de ações com impacto direto no desenvolvimento social e econômico de pessoas dessa parcela da população. e também, por executarem em paralelo outras ações e programas para outros grupos de diversidade como, o incentivo e visibilidade de mulheres na tecnologia com programas como Women Techmakers da Google e o programa Todas na Tecnologia da ThoughtWorks.

A SAP também possui um amplo leque de iniciativas de valorização e promoção da diversidade no seu ambiente de trabalho. Iniciativas com grupos de mulheres como o Business Women's Network e Women at SAP (canal que reúne todas as iniciativas com grupos de mulheres na SAP). Além de sólidas iniciativas com grupos LGBT Pride@SAP - Grupo Global de apoio e iniciativas a pessoas LGBTs colaboradores da SAP, e o LGBTI Summit - evento criado para debater questões referente ao tema, e com PCD's em especial pessoas com autismo através do programa SAP Autism at Work.

Percebe-se que as empresas da área de tecnologia e engenharia de software estão investindo no potencial da diversidade, seja em grupos de mulheres, grupos de pessoas negras, PCDs, pessoas transgêneras e LGBTs como um todo, procurando desenvolver projetos e programas completos que visem o auxílio ao desenvolvimento profissionais de tais pessoas ou a valorização, empoderamento do dos mesmos.

### *Considerações*

Este artigo é resultado inicial da pesquisa de doutorado sobre gestão de diversidade na indústria de tecnologia e engenharia de software.

As organizações modernas de tecnologia e de engenharia de software estão diante de um cenário mundial complexo e desafiador, marcado por, entre vários fatores, uma diversidade de clientela, parcerias e fornecedores. Esse cenário também é marcado por mentalidade e comportamento mais socialmente engajados que exigem não apenas eficiência dos produtos que consomem, mais propósito de quem o produz.

Dessa forma, as empresas estão buscando incorporar ações de gestão de diversidade no escopo das suas práticas estratégicas, buscando mudanças organizacionais efetivas, posicionamento de marca, inclusão de diversidade e diminuição das diferenças entre grupos de diversidade na indústria de tecnologia e software.

Observa-se que em geral os principais foco de ações das empresas estão no posicionamento da marca em relação a valorização da diversidade nas campanhas de recurso humanos para contratação de novos funcionários; na produção de conteúdo sobre diversidade; na criação de espaços de

trabalho inclusivo para todas as diferenças; no treinamento para funcionários e organização de eventos internos e externos sobre o tema e na criação de grupos e comitês de diversidades para fomentação de ações e apoio a funcionários;

Algumas empresas além de praticar tais ações mencionadas destacam-se mais pela criação de programas estruturados com metas e propósitos definidos na tentativa de promover a inclusão de grupos de diversidade no mercado de trabalho, seja com programas de desenvolvimento técnico para estagiários, para funcionários mais sênior, para pessoas de grupos de diversidade em vulnerabilidade social, formação de lideranças diversas, criação de marco ético e recrutamento intencionais para determinados grupos.

Não há, até então, um único padrão utilizado pelas empresas na gestão de diversidade. Observa-se que cada empresa adota as ações e práticas de acordo com a realidade do negócio e maturidade da empresa.

Assim como a inclusão de práticas de gestão de diversidade é uma tendência e movimento recente na indústria de tecnologia e engenharia de software, o estudo sobre tais práticas nesse cenário também é espaço amplo de oportunidades de pesquisas e proposições de modelos de gestão voltado para esse cenário.

A partir deste artigo, fez-se necessário traçar um escopo futuro para continuidade desta pesquisas, em que será observados os modelos de gestão de diversidade existentes na literatura, analisar as práticas aqui levantadas e sugerir uma proposta de modelo de gestão de diversidade para indústria de tecnologia e engenharia de software.

### *Referências*

ALVES, Mario A.; GALEAO-SILVA, Luis G. "A Crítica da Gestão da Diversidade nas Organizações". RAE – Revista de Administração de Empresas, v. 44, n.3, São Paulo, 2004.

BOUKRERIS, Louafia; OUAHMICHE, Ghania. "Diversity: Concept and Issues. International Journal of Language and Linguistics". v. 5, n.1, 2017, p.15-24.

FLEURY, Maria T. "Gerenciando a Diversidade Cultural: Experiências de Empresas Brasileiras". RAE – Revista de Administração de Empresas, v. 40, n.3, jul./set. 2000, p.18-25.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.



MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Metodologia do trabalho científico. ed. 7, São Paulo: Atlas, 2008.

NAGAPPAN, Meiyappan; ZIMMERMANN, Thomas; BIRD, Christian. "Diversity in software engineering research". In Proceedings of the 2013 9th Joint Meeting on Foundations of Software Engineering (ESEC/FSE 2013). ACM, New York, 2013, p. 466-476.

O' MARA, J. "Managing diversity". In: TRACEY, W. R. Human Resources Management & Development Handbook. New York: AMACON, 1994

PAGE, Scott E. The Diversity Bonus: How Great Teams Pay Off in the Knowledge Economy (Our Compelling Interests). Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2017.

STEEL, Daniel; FAZELPOUR, Sina; GILLETTE, Kinley; CREW, Bianca; BURGESS, Michael. "Multiple diversity concepts and their ethical-epistemic implications". European Journal for Philosophy of Science. vol. 8, n.3, 2018, p. 761-780.

THOMAS JR, R. Roosevelt. "From affirmative action to affirming diversity". Harvard Business Review, v. 68, 1990, p. 107-118.

THOMAS JR, R. Roosevelt. "Beyond Race and Gender: Unleashing the Power of Your Total Work Force by Managing Diversity". New York: AMACOM Books, 1991.

VICTORIA, C. G., KNAUTH, D. R., HASSEN, M. N. A. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

## **EIXO 3: UTOPIAS**

### Capítulo 12

A mudança será feminista e artística... ou não será!: como uma investigação acadêmica está agindo para a mudança social

### Capítulo 13

Paradigmas da questão ambiental complexidade, dialética e totalidade

### Capítulo 14

Anarquismo e Movimentos Sociais no Brasil (1903-2013)

### Capítulo 15

Investigação baseada nas artes: por uma estética do oprimido

### Capítulo 16

Filosofia Ubuntu: Ontologia, Natureza e Cultura

## 12. A mudança será feminista e artística... ou não será!: como uma investigação acadêmica está agindo para a mudança social

Anna Carolina Longano<sup>16</sup>

### *Por que você está aqui?*

“Por que você está aqui e não em um programa de Arte?”. Essa foi a última pergunta que respondi na minha entrevista durante o processo seletivo para o mestrado no Programa de Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP), no final de 2017. A resposta que dei naquele momento não estava totalmente errada, mas eu realmente entendi por que estava ali – e, cada vez mais, como não poderia estar em outro lugar – durante o processo do mestrado.

Bacharel em Artes Cênicas pela USP, eu acreditava que no mestrado havia chegado o momento de romper a bolha disciplinar, borrar a divisão das áreas do conhecimento e desenvolver uma investigação em um lugar que não era apenas artístico. Realizo uma investigação feminista radicalmente qualitativa sobre/do/no/com corpo, arte e pedagogia, na qual aponto opressões existentes nos processos pedagógicos teatrais e como elas refletem nos corpos e nas produções artísticas. Embasada por anos em uma bibliografia teatral, minhas inquietações e experiências corporais e pedagógicas fizeram com que eu parasse de olhar só para a Arte e olhasse para a meu contexto, para minhas alunas, para a minha sociedade. A investigação necessitava de novos olhares, novas referências, novas possibilidades além das artísticas.

Apesar de convicta de que meu lugar era um programa de pós-graduação que não fosse de Arte, eu não poderia ignorar meu passado e meu presente: eu sou uma artista! E por mais que rompa com qualquer bolha, borre qualquer linha divisória e invada qualquer área, nunca deixarei de ser uma artista. Mas isso era algo que eu não sabia, ou talvez não entendesse, naquela época.

Para mim, ou eu era a mestranda pesquisadora cientista, ou eu era a artista. A artista havia interagido muito tempo com a sociedade, agora estava na hora da mestranda realizar uma investigação acadêmica. Assim, aceitei que, durante a pós-graduação, abdicaria de ser artista para ser apenas a investigadora.

---

<sup>16</sup> Mestranda em Mudança Social e Participação Política, EACH/ USP. Contato: [aolongano@gmail.com](mailto:aolongano@gmail.com)

Acho importante explicar que a exposição que faço de meu processo acadêmico não é por vaidade, mesmo porque meu ego não fica confortável com a exposição de minhas incoerências. Faço isso por reconhecer que, como definem as pesquisadoras norte-americanas Yvonna S. Lincoln e Norman K. Denzin, ao fazer uma investigação qualitativa deslocamos nossas narrações “do pessoal para o político, do local para o histórico e para o cultural” (LINCOLN; DENZIN, 2006, p. 19). Ao expor de forma crítica meu contexto, parto de minha experiência para apontar contradições que percebo em mim, em artistas e cientistas com quem convivo, em programas de Arte e de Ciência, em falas de colegas de estudos e professoras: um pensamento que nos divide, que exige que a pesquisadora se afaste de sua personalidade, reforçando assim uma separação entre Academia e sociedade.

Ao realizar uma investigação, o corpo da pesquisadora não é criado a partir da costela do corpo da artista, que, por sua vez, não foi criado da costela da cidadã. Pesquisadora, artista e cidadã são todas a mesma pessoa, convivem todas no mesmo corpo. Por isso que, ao fazer uma pesquisa qualitativa, podemos afirmar que a pesquisadora não está mais distante observando a história, mas ela “desempenha um papel nessa história” (LINCOLN; DENZIN, 2006, p. 26).

A incoerência na qual eu me encontrava fazia com que, por um lado, eu desejasse romper as divisões entre as áreas de conhecimento para realizar uma investigação. Por outro lado, eu tentava deixar a artista guardada em uma caixa, para que ela não se intrometesse na parte científica de meu projeto de pesquisa: eu escrevo dramaturgias, crio e apresento espetáculos teatrais, saberes artísticos que eu julgava inúteis e tentava desconsiderá-los para fazer ciência.

Porém, de onde vem nossas ideias, questões e/ou urgências que nos levam a realizar uma pós-graduação? A minha necessidade de investigar surgiu justamente de minhas experiências artísticas. E, fora da Academia, no “mundo real”, eu continuaria trabalhando com teatro. A arte me levou de volta para a Academia, por que então eu cismava que o caminho contrário não aconteceria? Por que eu queria separar-me, transformar-me em duas?

Durante nossas investigações, estamos vivendo e dialogando com o mundo ao nosso redor, influenciando e sendo influenciada por ele. Nossas pesquisas irão alterar o mundo em que vivemos desde que deixemos que o mundo altere nossas pesquisas. É sobre essa relação que quero contar.

Digo contar, e não narrar, pois não faço apenas um relato. Como define o antropólogo britânico Tim Ingold, apenas podemos contar algo que conhecemos bem (INGOLD, 2015). Contar não é apenas relatar um fato, mas ter “uma consciência perceptual afinada de seus arredores” (INGOLD, 2015, p. 238), ter clareza e profundidade ao relacionar o privado com o coletivo, o pessoal com o político. “Contar, em suma, não é representar o mundo, mas

traçar um caminho através dele que outros possam seguir” (INGOLD, 2015, p 238).

Ao traçar esse caminho, é necessário contar que você, pessoa que está lendo esse artigo, assuma uma postura ativa (LINCONL; DENZIN, 2006). Dialogue comigo, entrelace seu mundo com o meu, torne-se uma personagem nessa história, mesmo que você não concorde com o que eu estou apresentando.

Segundo o produtor norte-americano Oskar Eustis, o teatro é a forma artística básica da democracia: duas personagens dialogam para chegarem a uma verdade (EUSTIS, 2018). Eu não sou a detentora da verdade, eu apenas tenho uma trajetória e uma opinião, assim como você, pessoa que está lendo, tem a sua. E de nossas histórias possa surgir uma outra possibilidade, que não será de posse sua ou minha, mas de ninguém! “E se você acredita em democracia, tem que acreditar nisso. Se não acredita nisso, você é um autocrata que está só aturando a democracia” (EUSTIS, 2018).

Não ignoro, porém, que nesse diálogo, saio na frente. Como escritora do artigo, as regras (ou o rompimento delas) dessa escrita foram estabelecidas, em parte, por mim. Em uma sociedade patriarcal, as regras – inclusive as gramaticais e acadêmicas – priorizam o masculino para os “que têm importância, um lugar de fala, um status de sujeito político, de cidadania, de autoridade” (NAVARRO SWAIN, 2013, p. 51). Como aponta a pesquisadora feminista brasileira Tania Navarro Swain, em uma sociedade patriarcal, com uma história e uma escrita patriarcal, é necessário ir além de introduzir as mulheres na história (NAVARRO SWAIN, 2013).

Assim, a generalização neste texto será feita no feminino. Ao generalizar, falo de quaisquer pessoas, inclusive eu mesma, uma mulher. E não irei mais falar de nós no masculino. Com minha escrita, trago a visibilidade das mulheres e proponho uma outra forma de nos comunicarmos e refletirmos sobre o patriarcal em nosso cotidiano.

Rompendo ainda outra regra, nas referências bibliográficas que tiverem mulheres e homens como autoras, o nome das mulheres aparecerá primeiro.

Afinal, as mulheres não estão apenas introduzidas neste texto, ou em minha trajetória que me leva a escrever estas palavras. As mulheres são as protagonistas deste processo, assim como já foram e são protagonistas de muitas outras situações, mas acabam ignoradas, esquecidas e silenciadas, escondidas nas generalizações patriarcal.

É das mulheres que surge o ponto central que me levou a entender a relação entre pesquisa e sociedade, e a guiar minhas ações neste processo. Foi com as mulheres que entendi que a mudança será feminista... ou não será!

### *Precisamos falar sobre feminismo*

“O feminismo nunca foi a contraposição ao machismo, mas sim uma visão, uma perspectiva, um lugar de se posicionar e reconhecer a dominação histórica sobre as mulheres e nossos corpos” (DROGUETT, 2018, p. 28, tradução nossa). Esta explicação sobre o feminismo está no artigo da pesquisadora feminista chilena Francisca Fernández Droguett, intitulado “*NUESTRO MAYO FEMINISTA: ¡La Revolución será feminista (anticapitalista, anticolonialista) o no será!*”.

Se utilizei o título de Droguett como inspiração para o título deste artigo, Droguett, por sua vez, usou como inspiração uma frase recorrente do movimento feminista: a revolução será feminista. Difícil localizar onde nasceu esta frase (e suas variações como “o futuro será feminista”), que surge nas ruas e ecoa para nossas pesquisas acadêmicas – ou para canecas e camisetas que encontrarão no público feminista seu alvo lucrativo.

Ao falar sobre o feminismo no Chile, Droguett inicia seu texto explicando o feminismo. Explicação que parece necessária, tanto para desfazer a poderosa ficção de que o feminismo é o oposto do machismo, como para esclarecer que o feminismo não é único, não é estanque e não faz sentido se for excludente.

Como bem define a pesquisadora feminista norte-americana bell hooks<sup>17</sup>, o feminismo é um movimento contra o sexismo, contra a exploração sexista e contra a opressão (HOOKS, 2019). Assim, ainda que o movimento feminista, como afirma a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, tenha surgido do corpo historicamente excluído e oprimido das mulheres (ADICHIE, 2014), as lutas e conquistas feministas não são exclusivamente para mulheres.

Outro ponto importante do feminismo é a intersecção: sabemos que as pessoas são muitas e são diferentes, assim nossas lutas também serão. Nossa raça, nossa origem, nossa condição econômica, social, política e cultural não pode ser ignorada. Por isso, como alerta a historiadora brasileira Margareth Rago em sua palestra intitulada “**Da insubmissão feminista na atualidade**”, não existe UM feminismo, mas vários: feminismo europeu, feminismo latino-americano, feminismo anárquico, feminismo radical (RAGO, 2017).

Não existe apenas um feminismo, pois não existe apenas uma mulher. Utilizando as palavras da feminista anarquista boliviana María Galindo:

---

<sup>17</sup> A escrita do seu nome sem utilização de letras maiúsculas é uma proposta de bell hooks para que sua pesquisa ganhe mais visibilidade que seu nome.

Essa explosão da “mulher” universal, válida para qualquer mulher, tem permitido a tomada de consciência de que [...] o universo das mulheres é complexo e não existe uma unidade romântica em torno da qual as mulheres devam ou podem atuar em comum. (GALINDO, 2013, p. 52, tradução nossa)

Por isso, ao falarmos sobre feminismo, devemos ter um cuidado dobrado. Além de esclarecermos o que é feminismo, devemos também nos localizar contextualmente: quem somos, onde estamos e quais pensamentos embasam nossas reflexões e ações.

Foi através de Galindo e de outras feministas latino-americanas, que tomei conhecimento de uma proposta de ação feminista que vem se mostrando coerente com a minha história, minha sociedade e a investigação que venho realizando: a despatriarcalização. A despatriarcalização é uma proposta de ação e pensamento que entende o patriarcado como base de todas as opressões.

Segundo Julieta Paredes e Adriana Guzmán, duas feministas bolivianas companheiras de luta de Galindo, o patriarcado pode ser entendido como:

[...] a primeira estrutura de dominação e subordinação da história, que funda o sistema de todas as opressões e ainda hoje segue sendo um sistema básico de dominação, o sistema mais poderoso e duradouro de desigualdade, hierarquias, privilégios e morte. (PAREDES; GUZMÁN, 2014, p 77, tradução nossa)

Entendemos o patriarcado como a base de todas as outras opressões que vivemos. Mas, seguindo então a coerência de que não há apenas um feminismo, será possível definirmos apenas um patriarcado, uma única forma absoluta e universal de dominação? Não, não podemos!

Por isso, ao afirmar que o patriarcado é a base de todas as opressões, Galindo complementa que o patriarcado é “um conjunto complexo de hierarquias sociais expressadas em relações econômicas, culturais, religiosas, militares, simbólicas cotidianas e históricas” (GALINDO, 2013, p. 91, tradução nossa).

Ao agirmos e pensarmos de forma despatriarcalizada, após identificarmos as opressões patriarcais em nosso contexto, necessariamente, devemos pensar e agir para acabar com essas opressões. Desmantelando o patriarcado, destruindo a base de todas as opressões, faremos com que todas as outras opressões desabem também.

Quando Droguett afirma, no título de seu texto, que a revolução será feminista, e coloca as palavras anticapitalista e anticolonialista entre parênteses, ela reforça esse pensamento despatriarcalizado. A luta feminista, tendo como base o despatriarcalizar, necessariamente será anticapitalista, anticolonialista, antirracista e anti qualquer opressão que nos rodeie. “O feminismo não é, portanto, um tema entre tantos temas, mas é uma

possibilidade ideológica de questionar as discussões centrais de qualquer sociedade” (GALINDO, 2013, p. 91, tradução nossa).

É com base nessa ideia de feminismo que afirmo que a mudança será feminista... ou não será! Uma mudança despatriarcalizada, na qual teremos que quebrar nosso pensamento binário e achar possibilidades de reflexão e ação que não sejam patriarcais ou simplesmente opostas a estas. Afinal, não adianta trocar as personagens das histórias se as ações se mantiverem iguais: se continuarmos nos embasando na democracia, na Ciência, na Arte e na sociedade patriarcais em que vivemos, poderemos até criar sociedades comandadas por mulheres, mas não necessariamente sociedades feministas!

Essa construção de uma outra forma de agir e pensar vem sendo uma grande dificuldade das pesquisas e das pesquisadoras feministas quando, ao mudarmos nossa forma de olhar para nós, conseqüentemente mudamos a forma de olhar para nossas investigações e para o mundo. E, nessa mudança, não só percebemos as regras patriarcais, como somos obrigadas a pensarmos novas possibilidades de pesquisar, de viver, de agir, se quisermos ser coerentes! Segundo a pesquisadora boliviana Silvia Rivera Cusicanqui, ao pensarmos outras possibilidades de viver, pensarmos um outro mundo, nós devemos parar de nos perguntar “para quê” e temos que nos perguntar “como” (LOHMAN, 2015, p. 144).

Ao ingressar no mestrado, minha preocupação era para quê. Para que fazer uma investigação sobre corpo, arte e pedagogia? Para que levar essa investigação para a sociedade? Durante meu percurso, através da ótica feminista latino-americana, fui incorporando esse novo jeito de pensar: COMO fazer esta investigação? COMO esta investigação pode reverberar na sociedade?

Comecei então meu processo de despatriarcalização, um processo individual e coletivo, no qual tento identificar e combater o patriarcado incrustado em meu corpo e em meu contexto social, acadêmico e artístico. Acho importante ressaltar que, desde o começo deste texto, a fim de contar essa história de uma maneira clara, estou dividindo essa história em pequenos temas. Mas essa narração não segue uma linearidade cronológica de acontecimentos, assim como não obedece ao padrão linear de causa e efeito. Tudo isso aconteceu – e acontece – de forma despatriarcalizadamente desordenada e coerente. Como nossas vidas...

### *Pode uma artista fazer ciência?*

Sob as lentes do feminismo, comecei a olhar para mim e para meu processo de mestrado de uma maneira diferente. Eu não buscava mais responder porque uma artista deveria estar em um programa interdisciplinar de Ciências Sociais, mas minha grande questão era outra:



COMO uma artista poderia fazer sua investigação científica? Poderiam Ciência e Arte habitar o mesmo corpo, o mesmo mestrado, o mesmo lugar?

O primeiro passo importante no meu processo de despatriarcalização foi implodir o pensamento dicotômico patriarcal, no qual existem apenas duas possibilidades opostas, no qual uma possibilidade é tida como norma, e a outra possibilidade é a desviante, devendo ser oprimida e dominada.

A quebra desse pensamento foi auxiliada pela investigação que faço sobre/do/com corpo. Mesmo que focada no corpo na Arte, ao estudar corpo eu lido com uma variedade de materiais e experiências que vão além de quaisquer limites impostos por normas e disciplinas. Mergulhada nessa variedade, descobri que materiais muito distintos dialogavam, complementavam-se, pareciam interagir. Ou melhor, meu corpo interagiu com eles, e por isso, estávamos sempre em diálogo, criando novas possibilidades de pensamento e ação.

Emprestando um pensamento pré-socrático de corpo, posso a entender o corpo como *physis*. O corpo é entendido de forma integrativa, então corpo e ambiente afetam-se o tempo inteiro (FERREIRA; SILVA, 2011). O corpo, assim como a Natureza, implode qualquer dicotomia, pois o corpo é muitas coisas ao mesmo tempo e não é estático. Esse entendimento libertou-me de muitas divisões impostas ao meu corpo, inclusive a divisão entre a artista e a cientista. Eu me dediquei muito para me tornar as duas coisas, e finalmente poderia assumir isso.

Porém, se o corpo é entendido nessa relação com seu meio, é necessário buscar a coerência do meio com nossas propostas. Eu, artista-cientista, estava pronta para assumir um outro jeito de investigar, mas a Ciência estaria pronta para receber-me? É possível fazer Ciência pensando a partir do COMO? Afinal, em um entendimento positivista de Ciência, o COMO já nos é exigido de antemão: qual a sua metodologia?

Se corpo e ambiente estão em constante troca, o corpo que investiga modifica e é modificado pelo seu meio, como posso dizer de antemão qual a minha metodologia? Como poderei afirmar sem hesitar que determinadas ações e materiais serão suficientes e/ou necessários para algo que está no futuro, e não no presente?

Foram muitas as vezes que utilizei de respostas genéricas ou simplesmente mudei de assunto ao ser questionada sobre isso. E quando me encontrava frágil em argumentar sobre o pensamento positivista e patriarcal de metodologia, lembrava-me das palavras da pesquisadora feminista norte-americana Donna Haraway, que afirma que há, nesse tipo de ciência positivista, “uma relação muito frouxa entre o que os cientistas acreditam ou dizem acreditar e o que eles realmente fazem” (HARAWAY, 2009, p. 9).

O corpo, como *physis*, é entendido de forma integral e não pode ser dividido entre um jeito de pensar e outro de agir. Se nego o entendimento de metodologia positivista, não é coerente agir de maneira contraditória. Mas então COMO fazer uma investigação de forma íntegra, coerente, feminista e artística?

É nesse momento que começo a entender a pesquisa qualitativa como um caminho libertador e trabalhoso para a minha coerência científica (e artística e feminista). Na pesquisa qualitativa, a pesquisadora é a pessoa responsável por unir e interpretar uma variedade de materiais no tempo presente, enquanto trabalha “contra o passado, à medida que avançamos para um futuro politicamente carregado e desafiador” (DENZIN, 2018, p. 108).

A metodologia não pode ser entendida como uma fórmula a ser seguida, nem como algo criado no passado para mudar o futuro. Como define a professora da EACH e minha orientadora, profa. Dra. Marília Velardi, o método é entendido como trajetória, “como forma de pensamento, as proposições e tomadas de decisão sobre as formas de investigação” (VELARDI, 2018, p. 46). O método é tempo presente, e assim como corpo, ele afeta e é afetado por nós e por nosso meio. O método é vivo, vai sendo construído junto com a investigação.

Como defini há algumas linhas, encontrar essa coerência durante a investigação foi libertador, mas também trabalhoso! Principalmente se você decide fazer interpretações feministas em uma sociedade patriarcal! Afinal, nosso trabalho vai além de realizar a investigação, mas também de descobrir COMO fazê-la de forma despatriarcalizada.

A chilena Pamela Zapata-Sepúlveda, pesquisadora em Educação, descreve muito bem os desafios que nós, investigadoras latino-americanas, passamos ao realizar pesquisas acadêmicas. Temos que estar constantemente atentas para agir de forma coerente e equilibrada entre:

o que foi aprendido, descoberto e nossos modos de estar no mundo, reconhecendo as diferenças de gênero, origem e biografia; reconhecendo a educação que recebemos, nossas biografias e como isso está presente em nossos modos de conduzir pesquisas, nas perguntas que estamos interessados em responder e em nossos modos de participar e influenciar o mundo da academia [...]. (ZAPATA-SEPÚLVEDA, 2019, p. 168, tradução nossa)

Despatriarcalizando a figura da pesquisadora, não só rompemos com a ficção da neutralidade da pessoa que pesquisa, como assumimos que as interpretações que fazemos são consequências de quem somos. Despatriarcalizando a Ciência, novas metodologias irão gerar novas investigações. Investigações que provavelmente necessitarão de diferentes materiais e diferentes formas de serem comunicadas. E aqui caímos novamente na minha origem: a arte.

O que descobri, no processo do mestrado, é que além de mim, muitas outras artistas já estavam relacionando suas artes com suas pesquisas acadêmicas em outros campos de conhecimento que não o artístico. A Investigação Baseada nas Artes (IBA) parte da forma de pensar e agir das artistas para realizarem as suas investigações em outras áreas.

Como define o pesquisador norte-americano Shaun McNiff, tanto a IBA quanto a ciência envolvem “o uso de experimentações sistemáticas com o objetivo de gerar conhecimento sobre a vida” (MCNIFF, 2008, p. 33, tradução nossa). Desde a Grécia Antiga, seja através da filosofia ou do teatro, as pessoas buscam, cada qual do seu jeito, respostas para as inquietações humanas.

A proposta da IBA é que possamos partir da forma de pensar e agir de artistas para produzir ciência. Artistas e cientistas partem de experimentações para suas criações, mas a forma como artistas conduzem suas experimentações e agem para seu “produto final” pode ser bem diferente das possibilidades dadas por uma ciência positivista que exige método anterior à pesquisa, hipóteses e verdades. Evitando desviar do assunto principal do artigo, ressalto que o pensamento artístico pode ser diferente do pensamento científico positivista, mas não podemos afirmar que essa é uma regra do pensamento artístico. Se é pedido, em uma pós-graduação, que apresentemos nossa metodologia antes de iniciar nossas pesquisas, em editais artísticos para apoio financeiro é muito comum pedirem que você apresente também uma “metodologia” do espetáculo, apresente as etapas de ensaio antes do projeto existir, apresente os figurinos sem saber quem serão as pessoas que irão atuar, defina qual será a iluminação sem saber em qual espaço você irá apresentar. Assim, ainda que o foco do artigo seja a arte como possibilidade não positivista de ação científica, é pertinente o questionamento do quanto a arte já está também marcada por esse mesmo pensamento positivista de pesquisa.

As pesquisadoras argentinas Natalia Fischetti e Pablo Chiavazza, ao apontarem a semelhança entre Arte e Ciências Sociais como áreas que estão à margem na Academia, analisam como as características de uma pesquisa artística auxiliariam as pesquisadoras científicas, ensinando-nos a lidar com o “risco criativo do incerto, da tentativa e do impreciso, na sinuosa pluralidade de conceitos de metáforas” (FISCHETTI; CHIAVAZZA, 2017, p. 127, tradução nossa). A ideia de metodologia como trajetória é presente nos processos artísticos, quando rotas são recalculadas, ideias são abandonadas e a imaginação é exigida para transformarmos a complexidade da vida em poesia, em algo que será visto, ouvido, tocado por outras pessoas de uma forma não apenas racional. Novamente, afirmo: esse processo é libertador, mas é trabalhoso!

Levamos para a Ciência os riscos que estão presentes na Arte, tanto em sua produção quanto em sua recepção: o risco inerente a algo que é

produzido e usufruído por corpos vivos, em movimento constante com seu meio. Corpos das artistas e de seu público, que irão produzir e interpretar a arte de maneira racional, sensorial, afetiva e emocional:

A todo instante, através de seu corpo, o indivíduo interpreta seu entorno e age sobre ele em função das orientações interiorizadas pela educação e pelo hábito. A sensação é imediatamente imersa na percepção. Entre a sensação e a percepção, existe a faculdade de conhecimento lembrando que o homem não é um organismo biológico, mas uma criatura do sentido. Ver, escutar, saborear, tocar ou sentir o mundo é permanentemente pensá-lo através do prisma de um órgão sensorial e torná-lo comunicável." (LE BRETON, 2016, p. 25)

O antropólogo francês David Le Breton aponta a importância dos cinco sentidos aristotélicos (audição, visão, tato, olfato e paladar) na nossa interpretação de mundo. Interpretação essa que será racional, claro, mas também será sensorial, perceptiva, envolvendo nossa história, nossa cultura, nosso ambiente.

Rompido o pensamento dicotômico entre razão e emoção, é importante aceitarmos que nossa arte poderá mexer com a razão de nosso público, assim como nossos artigos científicos poderão mexer com a emoção de quem nos lê.

Fui entendendo que ciência e arte não apenas podem habitar o mesmo lugar, como essa convivência foi fundamental para que eu percebesse outras possibilidades artísticas e científicas. A cientista tem contribuído com a criação de uma arte feminista cada vez mais engajada, e a artista vem descobrindo diferentes possibilidades de comunicação e interpretação de sua pesquisa no mundo.

Mas, antes de prosseguirmos, é importante ressaltar que a arte não pode ser possibilidade de fazer ciência apenas para artistas. Esse entendimento, aliás, só pode fazer sentido quando, embasadas em valores patriarcais, acreditamos que arte é algo distante de nós.

Mas, se despatriarcalizarmos nossa arte, veremos que existem muitas possibilidades de pensar e agir artisticamente que estão próximas de nós, de quem somos, de nossa história e do que queremos falar.

Essa arte despatriarcalizada, feita por nossas mãos, nossos saberes, nossas experiências e nossos sentidos, está agindo há anos para a mudança. Talvez você não saiba, mas os ecos dessas mudanças estão presentes no seu dia a dia. Inclusive neste artigo.

### *A mudança feminina e artística está no meio de nós!*

Não é exagero dizer que as mulheres eram tratadas com a mesma hostilidade e com o mesmo senso de distanciamento que se concedia aos "índios selvagens" na literatura produzida depois da Conquista. O

paralelismo não é casual. Em ambos os casos, a depreciação literária e cultural estava a serviço de um projeto de expropriação. (FEDERECI, 2017, p. 203)

Há séculos, como aponta a pesquisadora feminista italiana Silvia Federici, a arte e a literatura patriarcais auxiliaram na construção social depreciativa e inferiorizada da mulher. Angela Davis, pesquisadora feminista norte-americana, aponta como no século XIX, arte e literatura foram fundamentais para a construção da feminilidade da mulher branca, quando “mulher” se tornou sinônimo de ‘religiosa’ e ‘dona de casa’, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade” (DAVIS, 2016, p. 379).

A situação ainda se mantém no século XX, pelas palavras da historiadora brasileira Norma Telles, ao afirmar que, na vida e na arte, “a mulher no século passado aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era a autora. As representações literárias não são neutras, são encarnações ‘textuais’ da cultura que as gera.” (TELLES, 2011, p. 408).

As mulheres, por anos, adequam-se a ficções patriarcais de como devem ser. Telles atenta, porém, a um aspecto muito importante, que é o da consciência que as mulheres começaram a externar de que não eram autoras da ficção, arte ou sociedade que as representavam. A representação da mulher impôs, por séculos, um padrão patriarcal artístico que deve ser seguido socialmente, e um padrão patriarcal social que é reproduzido artisticamente. As mulheres, conscientes de que não são autoras dessa ficção, passam então a executar a mudança: não buscaremos ser como a mulher que nos é imposta pela arte, mas levaremos quem somos para a arte!

A partir da década de 1960, quando o movimento feminista começou a ganhar força na América Latina, as artistas levaram as lutas de seus corpos para a forma como sabiam lutar, ou seja, fazendo arte. Ao falar desse processo nas Artes Plásticas, a pesquisadora feminista argentina Andre Giunta explica que as artistas queriam inverter “o ponto de vista a partir do qual o corpo feminino havia sido, até então, representado” (GIUNTA, 2018, p. 29).

Sem ter uma fórmula de COMO fazer suas pesquisas, o que essas artistas fizeram foi uma investigação qualitativa despatriarcalizada, na qual partiram de sua experiência pessoal para o coletivo, testaram possibilidades, criaram uma outra forma de dialogar com seu público:

Artistas também se envolveram em uma pesquisa sistemática de preocupações que ainda não haviam sido exploradas. Com materiais, substâncias e linguagens inéditos, eles solaparam os sistemas de representação existentes. O eixo de suas intervenções foi a desestruturação dos formatos sociais que regulavam o corpo, levando ao surgimento de um novo corpo e à destruição o corpo anterior, culturalmente estabelecido. (GIUNTA, 2018, p. 29)

As artistas feministas perceberam que não bastava apenas tomarem para si o papel de criadoras, mas era necessária “a dissolução das narrativas históricas masculinas, universalistas e binárias” (NAVARRO SWAIN, 2013,

p. 59). Narrativas patriarcais que tem como principal característica “a parcialidade e a exclusão” (NAVARRO SWAIN, 2013, p. 55).

Quando afirmo que a mudança será feminista e artística, não estou partindo apenas de minha experiência como artista e pesquisadora. Desde o século passado, artistas e pesquisadoras feministas vêm realizando uma mudança social através do feminismo, de suas artes e suas pesquisas, construindo “uma nova memória social, de um novo sujeito político, filosófico, artístico, que não é mais o ‘outro’, nem o ‘diferente’, que não é mais o ‘feminino’, cuja definição seria por oposição e inferioridade” (NAVARRO SWAIN, 2013, p. 59).

Há anos, nossa sociedade, nossa Arte e nossa Academia estão interagindo, modificando-se e sendo modificadas (certamente de maneira muito mais lenta do que gostaríamos). E foi pela mudança feminista e artística das mulheres que vieram antes de mim que, em 2018, mesmo ano em que entrei no mestrado do ProMuSPP, lancei um livro de dramaturgia infantil feminista, premiado pelo Programa de Ação Cultural (ProAC) do Governo do Estado de São Paulo.

Escrito pela artista, foi apenas após o lançamento que entendi como a cientista estava presente naquele livro, e como os desdobramentos de minha criação artísticas foram consequência do que eu estava realizando na Academia.

Quando pensei em escrever o livro, chamado “Dia de Mudança”, minha intenção era contar uma história na qual eu, se voltasse a ser criança, iria reconhecer-me na protagonista da história. Eu nunca fui a menina que correspondia aos padrões de feminilidade dos romances do século XIX, nunca fui a menina frágil que se assemelhava às princesas das histórias.

As mudanças feministas e artísticas que vieram acontecendo desde os anos 1960 possibilitaram que eu pudesse, em 2018, criar um outro jeito de contar uma história, possibilitando que a criança que eu fui não fosse só representada, mas se tornasse a protagonista de uma história!

A minha parte artista queria apenas ter um espaço que nunca teve na ficção infantil. Eu não sabia que, através de uma dramaturgia, agia como as pesquisadoras feministas contemporâneas, que, através de suas pesquisas, trazem “a diversidade das relações humanas que se desfaz dos estereótipos e das premissas androcêntricas e binárias, hierárquicas e heterossexuais” (NAVARRO SWAIN, 2013, p. 59). A cientista já estava agindo em minhas criações artísticas, eu só não sabia nominá-la!

A professora e feminista britânica Mary Beard fala sobre a necessidade de pensarmos com mais afinco “em como e por que pensamos como pensamos” (BEARD, 2018, p. 65), como forma de entendermos, combatermos e mudarmos os padrões culturais. Os padrões patriarcais

difundidos para as mulheres, desde criança, sempre me incomodaram, e mesmo sem saber identificar e nominar esse incômodo, eu escrevi “Dia de Mudança” como uma reação ao patriarcado. Porém, ao agregar meus estudos científicos à minha arte, consegui nomear, reconhecer opressões patriarcais que esmagam meu corpo e entender que fazer uma arte feminista não é uma possibilidade, mas sim a minha única possibilidade.

Foi durante o processo do mestrado que entendi que “Dia de Mudança” não era só uma peça de teatro, mas era uma ação artística feminista agindo para a mudança social! Era a minha forma artística de comunicar ao mundo, em especial ao público infantil, a pesquisa que venho desenvolvendo na Academia.

### *Dias de mudança*

Como expliquei anteriormente neste texto, todo esse processo que eu narro não foi linear e não está em ordem cronológica. Mas há um dia que posso definir como um marco neste processo. Como já expliquei, nunca duvidei que a pesquisa que faço sobre/do/com corpo, arte e pedagogia iria ecoar na sociedade. Mas eu achava que esse seria um processo lento e distante.

Em novembro de 2018, uma colega de mestrado, de outro programa de pós-graduação, convidou-me para a II Jornada de Gênero e Sexualidade da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP, escola de ensino fundamental e médio localizada dentro da USP, na cidade de São Paulo.

No evento, pessoas de diferentes áreas do conhecimento são convidadas para falarem sobre gênero e sexualidade com as alunas da escola. Sabendo que eu havia lançado “Dia de Mudança” e que o livro tratava sobre as diferenças entre os gêneros na infância, essa colega de mestrado convidou-me para participar. Nas semanas anteriores ao evento, as crianças do segundo ano do ensino fundamental leriam “Dia de Mudança” em sala de aula, e depois eu participaria de uma conversa com as crianças.

Quando recebi o convite, aceitei imediatamente. Mas confesso que depois fiquei muito temerosa. O que eu iria falar para as crianças? Afinal, elas já teriam lido o livro, o que mais eu poderia fazer? Por conta do mestrado, eu estava com muito mais propriedade para falar sobre feminismo e diferenças de gênero, mas eu saberia adaptar a fala da cientista acadêmica para meu público infantil?

Bem, não adiantava temer, eu já estava em cima do palco, sendo olhada por 50 pares de olhos curiosos. As professoras pediram, então, que eu começasse a falar do processo de escrita do livro.

E foi neste momento que vi a artista amalgamada com a cientista e ambas agindo em sua sociedade. Ao começar o evento, eu e as crianças iniciamos um diálogo crítico, no qual não só eu identificava e nomeava as questões patriarcais que haviam me levado a escrever o livro, como as crianças compartilharam situações semelhantes que haviam acontecido com elas. Através da arte, guiadas por um processo pedagógico, crianças discutiam as opressões em seus corpos, em um processo democrático: a minha verdade foi apresentada através do livro, as crianças compartilhavam as suas verdades, e uma outra possibilidade de viver, de refletir, de agir, surgia!

No início deste artigo, eu afirmava que a investigação que eu faria ecoaria na sociedade a partir do momento que alguma artista criasse sua obra influenciada pela pesquisa que eu havia realizado. Bem, como eu disse, eu não estava totalmente errada. Eu só não pensei na coisa mais óbvia de todas: EU mesma seria a artista que levaria a investigação para além da Academia.

Em uma hora de evento, vi e ouvi meninas e meninos reclamando das opressões, questionando as normas, exigindo e agindo para a mudança. O menino que usava tênis considerado “de menina” (e que sorriu quando eu afirmei que sempre uso tênis “de menino”), a menina que queria jogar bola mas era excluída pelos meninos, o menino que queria pintar o quarto de rosa mas tinha sido proibido pelo pai... as crianças não só compartilhavam suas personalidades, como também traziam propostas para que mudássemos a situação vigente.

Coletivamente, refletíamos e agíamos para a mudança social. Através da arte e do feminismo!

Em 2019, fui novamente convidada para a III Jornada de Gênero e Sexualidade da Escola. Novamente, as crianças do 2º ano do ensino fundamental iriam ler “Dia de Mudança” e depois conversaríamos. E, novamente, a reflexão e ação crítica feminista e artística ocorreu.

Porém, gostaria de ressaltar uma diferença entre os dois anos de evento. É evidente que os eventos seriam diferentes, afinal eu lidaria com crianças diferentes e eu mesma havia mudado muito em um ano. Mas eu não acho que essa diferença que percebi foi apenas um acaso...

Em 2018, muitas crianças exigiam mudanças! Mas a maioria das crianças que expressaram seu descontentamento com a opressão que seus corpos sentiam se identificavam com o gênero masculino, eram meninos. Fiquei muito feliz, afinal o reconhecimento do patriarcado como opressor de corpos, inclusive corpos masculinos, é um passo importante do feminismo! No entanto, fiquei pensativa do quanto o patriarcado é presente em nosso comportamento. As conquistas feministas não são exclusivas para as mulheres, mas é uma luta que surgiu de nossos corpos de mulheres. E,



mesmo assim, eu via nos corpos dos meninos um conforto maior em abordar as opressões e exigir mudanças.

Mas em 2019 o evento foi bem diferente. Se em 2018 os meninos fizeram a maioria das perguntas, em 2019 um grande coro de meninas tomou a dianteira do evento, rebatendo quando alguma criança dizia que determinada opressão era a norma. Assim, quando uma criança afirmou que era normal meninas não praticarem luta, um coro de meninas levantou-se para dizer que aquilo não estava certo.

Não quero comparar um grupo de crianças com o outro, mas não consigo deixar de desconfiar que essa diferença está além de uma diferença esperada entre grupos distintos. Essa diferença entres os grupos, para mim, mais do que um acaso, é uma representação da mudança feminista que está em curso, agindo – de maneira mais radical ou suave – em nossa sociedade.

### *Continuando a mudança*

Assim como as mulheres artistas perceberam a ficção patriarcal que regia seus corpos e agiam para mudar, é importante que nós, pesquisadoras, façamos a mesma coisa, percebendo que a distância entre Academia e sociedade, entre pesquisadora e pessoa, entre Arte e Ciência, é uma ficção. Uma ficção patriarcal muito bem arraigada, mas possível de ser modificada. Ou melhor, é fundamental que ela seja modificada.

Nossas investigações não estão apenas nos artigos acadêmicos, nas defesas de dissertações, nas conversas direcionadas ao público acadêmico e/ou especializado. Não são compostas apenas pelos livros, eventos acadêmicos e aulas do mestrado ou doutorado. Não há apenas uma forma de fazermos uma investigação e de expressarmos nosso conhecimento. E a arte pode estar presente na maneira como redigimos um texto, nas referências que usamos, na manufatura de nossos trabalhos, na forma como nos apresentamos em eventos, andando junta com uma ciência despatriarcalizada.

Sei que, ao falar de minha experiência, corro o risco de ser ridicularizada pelos autocratas patriarcais de plantão. Falo de algo que aconteceu comigo, sobre uma investigação, um livro, um evento. Afirmar que algo micro, com um alcance tão pequeno, contribui para a mudança social, não seria um exagero?

Bem, recorrendo novamente à uma pesquisadora feminista, Silvia Cusicanqui, digo que não, a mudança social não é medida por “por quilo”:

[...] fazer política tem a ver com o micro, com a coerência entre tuas ações e tuas palavra, e como é muito difícil, não é bom formular ideias muito grandiosas, porque senão tua exigência de coerência também pode se tornar imensa, terminando então

no cinismo: “como não posso fazer o que quero, não faço nada” (LOHMAN, 2015, p. 151, tradução nossa)

Não quero parecer inocente em afirmar que mudança social se dá só porque 100 crianças leram um livro artístico e feminista e refletiram sobre as opressões patriarcais em seus corpos. Ou que a mudança se dá só porque eu resolvi fazer uma investigação feminista e artística. Mas a mudança se dá TAMBÉM por causa disso.

Eu não sabia que a investigação que eu faço chegaria naquelas 100 crianças, pois simplesmente não temos como saber em quem nossas pesquisas chegarão e nem como elas irão refletir em nossa sociedade. Afirmando que a mudança será feminista e artística, pois é essa mudança que acompanho em meu processo: da minha arte fui para a Academia; na Academia uma colega conheceu minha arte; levou minha arte para sua escola; dessa ação, 100 crianças debateram as diferenças de gênero e como isso afeta seus corpos; cada criança levou isso para o seu contexto, o seu dia a dia; eu finalmente entendo a relação entre arte, Academia e sociedade, trago isso para o meu dia a dia, resultando, inclusive, neste artigo que você está lendo.

Assumindo nossa responsabilidade em nosso micro, podemos agir para localizar as opressões que nos regem, nos ferem, nos engessam. No micro, é possível destruí-las. Mas é necessária muita imaginação e força para construir outras possibilidades de sermos, pensarmos, agirmos, pesquisarmos e vivermos.

Sei que nossas propostas feministas, artísticas e despatriarcalizadas ainda podem ser ridicularizadas e consideradas pouco expressivas. Mas sigo calma! Pois sei que ainda vivemos em um presente patriarcal, mas a mudança feminista e artística está há anos acontecendo e reverberando cada vez mais, destruindo as velhas normas patriarcais e trazendo outras possibilidades de pesquisarmos, de agirmos e de vivermos. A mudança é trabalhosa, mas é libertadora!

### *Referências*

- ADICHIE, Chimamanda N. *Sejamos Todos Feministas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.
- BEARD, Mary. *Mulheres e Poder: um manifesto*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DENZIN, Norman K. “Investigação Qualitativa Crítica”. *Sociedade, contabilidade e gestão*, v. 13, n. 1, Rio de Janeiro, jan/abr 2018.
- DROGUETT, Francisca F. “Nuestro Mayo Feminista: ¡La Revolución será feminista (anticapitalista, anticolonialista) o no será!”. *Iberoamérica Social*.

20 de junho de 2018. Disponível em: <<https://iberoamericasocial.com/nuestro-mayo-feminista-la-revolucion-sera-feminista-anticapitalista-anticolonialista-o-no-sera/>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

EUSTIS, Oskar. Por que o teatro é essencial à democracia. Palestra proferida no TED Talks, abr. 2018. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/oskar\\_eustis\\_why\\_theater\\_is\\_essential\\_to\\_democracy?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/oskar_eustis_why_theater_is_essential_to_democracy?language=pt-br)>. Acesso em: 01 mar. 2020.

FEDERECI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

FERREIRA, Alexandre; SILVA, Eusébio L. “Sobre o Corpo: uma trajetória da physis ao corpo poético”. Revista O Percevejo, v. 03, n. 02, Rio de Janeiro, ago/dez-2011.

FISCHETTI, Natalia; CHIAVAZZA, Pablo. “Arte e Ciencia en los Márgenes de la Academia”. In Metodologías en contexto: Intervenciones en perspectiva feminista/ poscolonial/ latinoamericana, editado por Mariana Alvarado e Alejandro De Oto. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

GALINDO, María. No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: teoría y propuesta de la despatriarcalización. La Paz: Mujeres Creando, 2013.

GIUNTA, Andrea. “A virada iconográfica: a desnormalização dos corpos e sensibilidades na obra de artistas latino-americanas”. In Mulheres radicais: arte latino-americana, 1965-1980, coordenado por Cecília Fajardo-Hill y Andrea Giunta. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2018.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. Cadernos Pagu, n. 5, Campinas, jan 2009, p. 7-41.

HOOBS, bell. o feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 2019. Audiobook.

INGOLD, Tim. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

LE BRETON, David. Antropologia dos Sentidos. Petrópolis: Ed, Vozes, 2016.

LINCOLN, Yvonna S.; DENZIN, Norman K. O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens. São Paulo: Ed. Penso, 2006.

LOHMAN, Huáscar S. “Entrevista a Silvia Rivera Cusicanqui: sobre la comunidade de afinidade y otras reflexiones para hacernos y pensarnos en un mundo otro”. Revista de Estudios Comunitarios, n. 01, Puebla-México, out 2015, p. 145-165.

MCNIFF, Shaun. “Art Based Research”. In Handbook of the Arts in Qualitative Research: Perspectives, Methodologies, Examples, and Issues, editado por J. Gary Knowles y Ardra L. Cole. Thousand Oaks: Sage Publication, 2008, p. 29-40.

NAVARRO SWAIN, Tania. “A história é sexuada”. In Paisagens e Tramas: o gênero entre a história e a arte, editado por Margareth Rago e Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

PAREDES C., Julieta; GUZMÁN A., Adriana. El tejido de la rebeldia: qué es el feminismo comunitario?. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2014.

RAGO, Margareth. Da insubmissão feminista na atualidade. Palestra proferida no Café Filosófico, mar. 2017.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: História das Mulheres no Brasil, org. Mary Del Priore. 10ª ed., São Paulo: Contexto, 2011.

VELARDI, Marília. "Questionamentos e propostas sobre corpos de emergência: reflexões sobre investigação artística radicalmente qualitativa". Revista Moringa, v. 9, n.1, João Pessoa, jan/jun 2018, p. 43-52.

ZAPATA-SEPÚLVEDA, Pamela. "American Female Researchers in Academia". Qualitative Inquiry, v. 25, 2019, p. 166-169.

### **13. Paradigmas da questão ambiental complexidade, dialética e totalidade**

Gustavo da Costa Meyer<sup>18</sup>

#### ***Introdução***

Existem inúmeras maneiras de se adentrar na discussão a respeito das preocupantes e graves problemáticas ambientais de nosso tempo, apresentando-se suas possíveis causas e consequências; nesse sentido, neste artigo buscaremos uma entrada neste importante assunto apontando para o debate a respeito das raízes epistemológicas da questão ambiental.

Pode-se dizer que a questão ambiental emerge de maneira mais significativa e ampla a partir dos anos 70, expressando a contradição entre o modelo de desenvolvimento dominante e a realidade socioambiental. No entanto, naquele período, predominava na sociedade a ideia de que a chamada “crise ambiental” se devia, sobretudo, a exaustão de recursos naturais, poluição, degradação de ecossistemas, entre outros. Outros aspectos (políticos, sociais, econômicos, éticos), de cunho causal, ficavam em segundo plano, ou mesmo eram omitidos propositadamente. No debate ecológico dos anos 70, observa-se uma disputa de forças em busca da afirmação de uma determinada interpretação da crise ambiental, onde o discurso ecológico oficial, produzido por órgãos governamentais nacionais ou internacionais, constitui-se como um esforço para instituir uma interpretação sobre a crise ecológica que se torne consensual.

Segundo Leff (2003), as raízes da crise ambiental são, entretanto, muito mais profundas, entendendo-a como crise de civilização, crise do pensamento ocidental. Como diria tal autor “a crise ambiental nada mais é do que uma crise civilizatória, uma crise do pensamento ocidental, principalmente”. O pensamento ocidental, historicamente, conforme destaca Jonas (2006), tendeu a separar sociedade e natureza, caracterizando a natureza de forma neutra, sem valores ou fins, como objeto a ser estudado e explorado; tal tipo de pensamento subsidiou o desenvolvimento de técnicas e avanços científicos desde o período da revolução industrial até os dias atuais, sendo esse período marcado por grandes progressos tecnológicos, mas, também, por inúmeros problemas socioambientais. Assim, de maneira resumida, o cerne da questão ambiental se encontra na relação entre os indivíduos da sociedade que, organizados através de um certo modo de

---

<sup>18</sup> Mestre do Promuspp. Doutorando em Ciências. PCHS-UFABC. Contato: gustavocmeyer@gmail.com

produção baseado em uma ideologia dominante, buscam a exploração dos recursos naturais.

Portanto, a crise ambiental não é somente natural ou ecológica, ela também é social, é fruto da organização societária, das relações de classe e de poder. Uma abordagem da questão ambiental que não responda a essa complexidade do problema é totalmente ineficaz, sendo necessária uma mudança paradigmática que articule todos os pontos levantados.

Nesse sentido, buscando-se uma resposta para a problemática ambiental em toda sua complexidade, na década de 1980, a qual foi marcada pela elaboração e implantação global de um ideário econômico neoliberal, cunhou-se o termo “Desenvolvimento Sustentável” (DS), o qual foi citado pela primeira vez em 1980, na publicação denominada “World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development” (WCS). O termo ganhou expressão a partir do Relatório Brundtland, documento síntese dos trabalhos conduzidos pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD - criada pela ONU em 1983). Tal relatório serviu como texto base para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada em 1992, e nele o DS é definido da seguinte maneira:

Desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. (CMMAD, 1991, p.49)

Assim, passava-se ao entendimento comum de que os problemas ambientais não decorriam apenas da dinâmica de desenvolvimento adotada, eles também condicionariam o tipo de desenvolvimento possível numa dada conjuntura; portanto o fator ambiental seria um limitante ao desenvolvimento, não sendo “apenas” mais uma questão a ser considerada. Todavia, tal entendimento comum não foi suficiente para preencher a névoa teórica e prática do termo, o que possibilitou o conflito simbólico e material em torno do DS. É claro que, em momentos de questionamento da hegemonia interpretativa que tem se consolidado ao redor do desenvolvimento sustentável, procura-se garantir a legitimidade de tal hegemonia a partir do chamamento do elemento comum a todos os discursos e práticas (relacionado a importância da dimensão ambiental), evitando-se o conflito e a ruptura identitária. Mas como se configura, afinal, tal hegemonia interpretativa e também material?

Neste artigo iremos explorar essa questão, buscando analisar se o DS se caracterizaria como a mudança paradigmática necessária que apontamos inicialmente para o trato da complexidade ambiental. Em um segundo

momento, procuraremos apontar novos aportes teórico-metodológicos que vão além do DS.

### *A noção de paradigma e a questão ambiental*

Na dissertação mencionada, buscou-se analisar, primeiramente, as teorias e conceitos a respeito das noções de paradigma e matriz discursiva; posteriormente, em um segundo momento, se fez necessária uma análise do conceito de DS em termos geopolíticos e econômicos, com a recuperação do histórico e da discussão referente a construção institucional e política do conceito de DS, relacionando tal construção com os respectivos interesses em disputa em torno do termo, os quais permanecem até hoje.

Como noção mais ampla de paradigma, Morin (2011) aponta que este pode ser definido como os princípios supralógicos ocultos de organização do pensamento, os quais direcionam a nossa visão da realidade sem que disso tenhamos consciência; tal conceituação tem intensa relação com o que foi discutido por Kuhn (2011), em que este aponta que o avanço do conhecimento científico não se dá a partir do contínuo processo de acumulação de saberes, e sim através de determinadas lentes (os paradigmas) que selecionam aquilo que é visível e o que não o é. Kuhn afirma que os paradigmas estão presentes em qualquer comunidade científica, incluindo, portanto, as ciências sociais e humanas, apontando a existência de uma concorrência entre paradigmas nesta área científica, ao contrário das ciências exatas ou duras, que teriam um único paradigma estabelecido hegemonicamente, em dado espaço e tempo.

Esta ideia é importante, pois foge de uma noção absolutista de paradigma para as ciências sociais e humanas, colocando paradigmas em disputa, o que também significa que estes podem estar presentes em um mesmo momento histórico, não significando, por isso, que eles tenham qualquer hierarquia entre si, mesmo que possam ter elementos em diálogo. Nesse sentido, Morin denomina de paradigma da simplificação o paradigma hegemônico da atualidade, com características reducionistas e o qual não possibilita uma leitura dialética da realidade.

Em confronto ao paradigma da simplificação, segundo Morin, está o chamado paradigma da complexidade ou pensamento complexo. Morin (s/d) destaca que o “pensamento complexo não é o contrário do pensamento simplificador, mas integra este” (p. 18), operando a união entre simplicidade e complexidade. Para Morin, o pensamento complexo possui três vertentes: a primeira vertente é a de discutir sem dividir. A segunda vertente é a da imprevisibilidade ou incerteza, visto que um pensamento complexo deve ser capaz de não apenas religar, mas de também saber lidar com a incerteza; nesse sentido, Morin (s/d) aponta que o pensamento capaz de lidar com a incerteza existe, mesmo que de modo ainda insuficiente, no domínio das

ciências (com o uso da estatística, por exemplo). A terceira vertente, segundo Morin (s/d), é a da oposição da racionalização fechada à racionalidade aberta, onde a primeira pensa que é a razão que está a serviço da lógica (ou seja, pode-se ter um discurso lógico, mas vazio de razão), enquanto a segunda imagina o inverso.

O paradigma da complexidade seria, dessa forma, algo em construção, uma ruptura com o paradigma simplificador, o qual não consegue visualizar a totalidade da realidade, com suas contradições expressas no todo e em suas partes.

Sousa Santos (2010) dialoga com o paradigma da complexidade, criticando a chamada teoria crítica moderna, que só daria voz aos atores sociais da modernidade ocidental, e criticando o método da desconstrução, propondo uma teoria crítica pós-moderna auto reflexiva, mas que seja imune à ideia de desconstruir a própria resistência que ela funda. Tal teoria crítica pós-moderna, somada à crítica ao processo de colonização sociopolítica e epistemológica levada adiante pelas sociedades modernas ocidentais, funda o que Sousa Santos denomina de Epistemologia do Sul, embasada em uma teoria crítica renovada, que visa dar voz aos “outros”, colocados à margem do processo de expansão capitalista, seja em termos da urbanização ou da modernização do campo, arcando de maneira preponderante com os ônus e não com os benefícios desse processo.

Sousa Santos (2010), portanto, expande a noção de paradigma, retirando-a do campo puramente científico, e a colocando em termos políticos, sociais e econômicos. E de que forma é composta tal realidade a ser captada através de dado paradigma? Para tal análise mais profunda são interessantes as ideias trabalhadas por David Harvey. Nos interessa o pensamento que Harvey desenvolve a partir de uma nota de rodapé de “O capital”; em tal trecho, Marx (2013) aborda a relação entre as dimensões da realidade, apontando que “a tecnologia desvela a atitude ativa do homem em relação à natureza, o processo imediato de produção de sua vida e, com isso, também de suas condições sociais de vida e das concepções espirituais que dela decorrem” (p. 446, nota 89).

A partir da análise desta nota de rodapé, Harvey (2010) identifica que Marx articula seis elementos conceituais que comporiam a realidade: a tecnologia, a relação com a natureza, o processo efetivo de produção, a produção e a reprodução da vida cotidiana, as relações sociais e as concepções mentais. A relação entre esses elementos não é meramente causal, ou seja, não há uma simples relação de determinação entre eles.

Harvey, portanto, coloca os elementos como constituintes de uma totalidade, o que se relaciona com a noção de paradigma da complexidade apontada neste trabalho, visto que, para Morin, o paradigma simplificador, hegemônico, seria insuficiente para uma compreensão de tal realidade



multidimensional. Para Harvey (2010) o arcabouço composto pelos seis elementos descritos fundamentam a teoria do materialismo histórico, sendo dinâmicos internamente, apesar da inter-relação existente entre eles; assim, o processo de evolução humana poderia ser visto a partir da perspectiva de um desses elementos, que representam momentos do processo evolutivo, ou a partir do exame da relação entre eles. Harvey (2010) coloca que grandes transformações ocorrem por meio de uma dialética transversal a todos os momentos, em um processo de co-desenvolvimento.

Dessa forma, posto o entendimento da realidade como totalidade, conforme apresentado, o paradigma simplificador seria insuficiente para captar e entender tal realidade, gerando ações, com dada intencionalidade, que acarretam em inúmeros impactos socioambientais negativos.

Nesse sentido, Leff (2003) aponta que apesar de muitos problemas ambientais terem se materializado através do modo de produção dominante, foi a ciência e o método científico que subsidiaram teórica e filosoficamente tal modelo, sendo assim, apesar de ser um processo multicausal, o cerne da questão ambiental encontra-se na forma de pensamento ocidental, em suas características e maneiras de enxergar a realidade complexa. O autor, ao buscar articular tais questões referentes ao pensamento ocidental, ao modo de produção predominante e a visão de natureza hegemônica, aponta que “a problemática ambiental, mais que uma crise ecológica, é um questionamento da (...) ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental compreendeu o ser, os entes e as coisas; da ciência e da razão tecnológica com as quais a natureza foi dominada e o mundo moderno economizado. (2003, p. 19)”.

Dessa forma, para o entendimento e compreensão desta realidade vista como totalidade, onde a crise ambiental se insere também como fruto de uma crise do pensamento simplificador, o paradigma da complexidade relaciona-se a outras noções importantes, como a dialética, por exemplo. A passagem do paradigma da simplificação para o paradigma da complexidade, segundo Rodrigues (2011), implica na construção e adoção de novos métodos e teorias, os quais busquem a macro articulação disciplinar e possuam uma perspectiva de totalidade. Loureiro (2006) aponta que o pensamento complexo busca superar os paradigmas simplificadores que operam a disjunção ser humano/natureza ou que reduzem o ser humano à natureza de modo indistinto; ainda de acordo com o autor, a realização da natureza humana é aquilo que nos distingue como seres naturais das demais espécies: produzimos nossa história e os meios de produção da vida, o que pressupõe a capacidade de definir objetivos intencionalmente e o uso da cultura, da linguagem e da cooperação. Um paradigma da complexidade segundo Lowy (2006) apud Loureiro (2006, p. 147), deve se apoiar fundamentalmente na dialética marxista:

A dialética, como princípio metodológico, significa racionalmente compreender que o singular ganha sentido em suas relações (totalizações) e que o todo é mais que a soma de singularidades e ao mesmo tempo diferente do singular, que tem suas propriedades particulares, num movimento de mútua constituição envolvendo não só o objetivo, o teórico e o coletivo, mas o subjetivo, o indivíduo, o espiritual e o intuitivo. Como categoria metodológica, significa integrar teoria e prática, consciência e ser, matéria e ideia no processo histórico. No pensamento dialético, o exercício totalizador busca a complexidade na ação, que será sempre parcial e particular, e historicamente condicionada.

Dessa forma, expostas algumas considerações gerais acerca da noção de paradigma da complexidade, envolvendo as noções de totalidade e dialética, Rodrigues (2011, p. 210), ao articular tais conceitos, aponta que:

Mudança paradigmática ocorre com rupturas, com alteração de arcabouço teórico e metodológico e não apenas quando se inclui um novo tema [a questão ambiental]. Mudar um paradigma implica uma revolução científica que propiciaria entender a dinâmica da natureza, a produção e reprodução do espaço, as normas societárias, em sua totalidade, com suas contradições e conflitos, e deixaria evidente a importância do espaço e do território. (Rodrigues, 2011, p.210)

### *Mas e o Desenvolvimento Sustentável?*

Considerando-se os conceitos trabalhados anteriormente, principalmente a noção de mudança paradigmática colocada por Rodrigues (2011), pode-se dizer que o DS, conforme características hegemônicas que iremos expor brevemente neste tópico, não parece se caracterizar como um novo paradigma, se aparentando muito mais com o que se pode denominar de matriz discursiva, integrando especificamente uma matriz discursiva do meio ambiente, da maneira como também foi colocado por Rodrigues (2011). Nesse sentido, em termos gerais, Sader (1988) conceitua que:

As matrizes discursivas devem ser (...) entendidas como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significados. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como na referência a determinados valores e objetivos. Mas não são simples ideias: sua produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas. (p. 142)

As matrizes discursivas constituem-se, assim, como modos de abordagem da realidade, não sendo simples ideias e, sim, sendo construídas a partir de contextos determinados e com dadas intencionalidades, servindo aos sujeitos na hora destes elaborarem e emitirem seus discursos.

Nesse sentido, em âmbito mais específico, as matrizes discursivas relacionadas ao meio ambiente, de acordo com Rodrigues (2011), obscurecem os aspectos causais, ou seja, não se aborda a dinâmica mais profunda da desigualdade e da segregação socioespacial, desprezando-se categorias importantes de análise, como o território, o espaço, o modo de produção e a sociedade.

A noção de DS apontada como matriz discursiva também é colocada como uma forma de ocultamento da dinâmica territorial e espacial, a qual está no cerne da problemática ambiental. Pode-se dizer que o DS se encontra delimitado em um campo institucional específico, com pesquisas e políticas públicas orientadas e influenciadas pelos agentes determinantes hegemônicos de tal campo, como o Banco Mundial, por exemplo. Estes, de acordo com determinada visão de desenvolvimento (como sinônimo de crescimento econômico e se utilizando do viés ambiental da chamada economia neoclássica, que “estica” seu aporte teórico para a questão socioambiental) e da problemática ambiental (relegada a uma questão de gestão ou planejamento ambiental adequado, sem maiores entendimentos com relação a dinâmica territorial em sua totalidade) influenciam os discursos que devem permear o campo ambiental, pautando, inclusive, o conhecimento científico. Nobre e Amazonas apud Veiga (2005, p. 164) apontam que:

É o mainstream da teoria econômica, a economia neoclássica em sua vertente ambiental, a teoria hegemônica na determinação do que seja o DS [Desenvolvimento Sustentável] e, por consequência, do que seja a própria posição do meio ambiente na prática política, social e econômica.

A noção de DS, em sua forma hegemônica, pode ser descrita, portanto, por algumas características, relacionadas, principalmente, a teoria econômica de vertente neoclássica: necessidade de crescimento econômico (ou acumulação do capital) de maneira ilimitada, sendo que no caso do Brasil, tal processo é conduzido principalmente pelo setor econômico do agrobusiness; crença na ciência moderna e no desenvolvimento tecnológico para resolução da problemática ambiental, algo denominado de ecoeficiência, ou seja, a crença no uso da tecnologia, em seu constante aprimoramento, para o melhor aproveitamento da matéria e da energia utilizadas no processo produtivo, sem que se precise de maiores intervenções no processo macroeconômico; como consequência de tal crença tecnológica, a ideia de que a responsabilidade socioambiental corporativa é suficiente como resposta às questões socioambientais, sem que se precise de intervenções no processo de crescimento econômico; busca da eliminação da pobreza nos países ditos “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento” (na busca da elevação do teto de consumo destes, e não na redução do consumo dos países ditos desenvolvidos) como estratégias para a preservação ambiental.

Além disso, o DS, da forma como é expresso comumente, imerso na matriz discursiva do meio ambiente, tem como característica importante o conflito territorial, fruto do processo de expansão econômica, que expropria territórios e desestabiliza os processos de reprodução social diferenciados ou não totalmente integrados ao processo capitalista. Nesse sentido, o DS coloca-se como uma nova estratégia de controle e apropriação de territórios através de consensos diplomáticos, na busca da gestão dos recursos naturais que garanta a continuidade do modelo de reprodução urbano-industrial; evidentemente, a característica do crescimento econômico não poderia se dar sem essa expressão territorial.

Dessa forma, se tomamos como base a noção de paradigma da complexidade construída e desenvolvida por Morin, a qual dialoga com os conceitos de dialética e de totalidade, pode-se dizer que o DS está longe de se constituir como uma mudança paradigmática, visto que ele tem dificuldades em seu conteúdo discursivo e prático de captar a dinâmica complexa de produção e reprodução do espaço, mantendo como pressuposto uma racionalidade econômica neoclássica que tem dificuldades para dialogar com as problemáticas ambientais, ao ainda se centrar no crescimento econômico visto como sinônimo de desenvolvimento. Ao que parece, o DS se constitui realmente mais como uma matriz discursiva no sentido proposto por Rodrigues (2011), ocultando conceitos importantes, como os de classe social, território, entre outros, ao mesmo tempo em que legitima determinadas práticas como “sustentáveis”.

Buscando uma possível ruptura com a matriz discursiva do meio ambiente, existem algumas linhas de pensamento, conforme apresentaremos a seguir, que apontam para possíveis novos aportes teórico- metodológicos, condizentes, talvez, com um paradigma da complexidade que leve em conta, principalmente, as noções de dialética e de totalidade, de acordo com o que foi apontado por Morin, Leff e outros autores.

### *Racionalidade ambiental, Ecologia de Saberes e a Via: Ruptura com o Desenvolvimento Sustentável?*

O título deste tópico representa as ideias centrais de Enrique Leff, Edgar Morín e Boaventura de Sousa Santos, os quais compartilham de uma visão comum de que a crise socioambiental de nosso tempo é uma crise cognitiva, do pensamento ocidental moderno (sendo, portanto uma crise deste modelo de civilização também), visto que não conseguimos nem ao menos reconhecer que existe uma problemática profunda e que deve ser tratada com a complexidade que ela demanda.

Nesse sentido, Sousa Santos (2007) analisa que vivemos em um mundo que possui uma enorme diversidade epistemológica, no entanto, tal diversidade encontra-se na invisibilidade ou subjugada pela imposição de

uma monocultura epistemológica, como afirma o autor. A grande consequência dessa monocultura da forma de pensar é que tal fato corrobora com a noção de que vivemos o fim da história, como afirmara Francis Fukuyama, permanecendo um quadro de injustiças e desigualdades, sem possibilidades da reinvenção da emancipação social. Sousa Santos (2007) contesta tal argumento, afirmando que o grande problema está no fato de que a emancipação social não pode mais ser pensada em termos modernos, visto que os instrumentos e teorias sociais que regularam a discrepância entre regulação e emancipação encontram-se em crise.

Como as grandes teorias sociais foram e são desenvolvidas em poucos países do Norte, Sousa Santos (2007) afirma que uma das consequências desse fato é que os organismos multilaterais observam a realidade social no restante do mundo a partir das lentes dessas teorias, o que pode reproduzir as desigualdades entre o Norte e o Sul. Para o autor, tais teorias nos dizem, em linhas gerais, que não existem alternativas, quando na verdade estas estão invisibilizadas ou marginalizadas por teorias que não as captam; assim, Sousa Santos afirma que tais teorias sociais hegemônicas são construídas por uma razão indolente, “uma racionalidade que não se exerce muito, (...) que se considera única, exclusiva, e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 25). Tal razão indolente se manifesta, principalmente, de duas maneiras, através da razão metonímica, a qual tem um conceito de totalidade reducionista, construído por partes homogêneas, contraindo o presente e lhe retirando possibilidades, e a razão proléptica, que é a ideia de conhecer no presente a história futura, a qual apresenta-se a nós pela ideia de desenvolvimento e de progresso, onde o tempo ideal é linear e o futuro é infinito.

Dessa forma, a razão indolente seria composta por essas duas lógicas, a contração do presente e a ampliação do futuro; Sousa Santos (2007) propõe a inversão dessa lógica, ou seja, a ampliação do presente, para a inclusão neste de mais experiências a serem compreendidas, e a contração do futuro, para prepará-lo.

Assim, para se combater a razão metonímica, ampliando-se o presente, Sousa Santos propõe o uso do que ele denomina de Sociologia das Ausências, que significa que “muito do que não existe em nossa realidade é produzido ativamente como não-existente, e por isso a armadilha maior para nós é reduzir a realidade ao que existe, (...) assim, de imediato compartilhamos essa racionalidade preguiçosa, que realmente produz como ausente muita realidade que poderia estar presente” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 28).

Para Sousa Santos (2007) existem cinco modos de produção de ausências em nossa racionalidade ocidental, os quais citaremos rapidamente. O primeiro modo é a monocultura do saber e do rigor, a qual destrói outros

conhecimentos, produzindo o que o autor chama de epistemicídio, ou seja, a morte de conhecimentos alternativos juntamente com os povos e/ou os grupos sociais com práticas sociais alicerçadas em tais conhecimentos alternativos.

A segunda monocultura é a do tempo linear, a concepção de que a história tem um sentido e direção definidos, e de que os países “desenvolvidos” estão a frente nesse processo. Tal conceito monocultural inclui também os conceitos de progresso, modernização, desenvolvimento e, agora, globalização. A terceira monocultura é a da naturalização das diferenças que ocultam hierarquias, onde não se sabe pensar diferenças com igualdade, sendo as diferenças sempre desiguais, e, portanto, produz-se a ausência através da inferiorização.

A quarta monocultura de produção da ausência é a monocultura da escala dominante, associada, na tradição ocidental, ao universalismo e, agora, a globalização. Nessa perspectiva, o global e universal são hegemônicos e o particular e o local não contam, são invisíveis, marginais.

A quinta e última monocultura é a monocultura do produtivismo capitalista, aplicada tanto ao trabalho como à natureza, os quais são inseridos em uma racionalidade econômica de produção que se constitui o eixo importante do processo e a lógica motora, mais do que elementos humanos ou ecológicos, e a qual desconsidera outras formas de organizar a produtividade, visto que, por exemplo, para os indígenas e camponeses “a produtividade da terra não é definida em um ciclo de produção, mas em vários, se a terra está produtiva este ano, no ano seguinte ela não é cultivada para que descanse, e em seguida voltamos a cultivá-la; [assim] (...) há outra lógica produtiva que não conta” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 31).

Para Sousa Santos (2007), a maneira de inverter a situação apresentada é fazer com o que está ausente esteja presente, algo para o qual a sociologia não está preparada, segundo o autor, devido a heranças do positivismo. Sugere-se, então, que é necessário substituir as monoculturas por cinco ecologias.

A primeira delas é a ecologia dos saberes, que visa um uso contra hegemônico da ciência hegemônica, possibilitando-se que a ciência entre, não como monocultura, mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa dialogar com o saber laico, o saber popular, entre outras formas de saberes, o que não significa romantizar nenhuma espécie de conhecimento, e nem que tudo vale o mesmo para todas as situações pragmáticas do real. Tal proposta de Sousa Santos se articula aquilo que Leff (2003) denominou de racionalidade ambiental, que se contraporia a racionalidade econômica, visto que:

La racionalidad ambiental lleva a repensar la producción a partir de los potenciales ecológicos de la naturaleza y las significaciones y sentidos asignados a la naturaleza

por la cultura (...). La racionalidade ambiental que de allí emerge se aparta de una concepción conservacionista y productivista de la naturaleza para convertirse en una estrategia para la reapropiación social de la naturaleza, basada en la valorización cultural, económica y tecnológica de los bienes y servicios ambientales de la naturaleza. (LEFF, 2003, p. 43)

A segunda ecologia é a ecologia das temporalidades, que torna tão importante quanto o tempo linear, outros modelos temporais, baseados não na lógica da racionalidade econômica, mas na lógica da racionalidade ambiental. Isso quer dizer também, que os que estão conosco no tempo presente, independentemente de seus modos de organização social, estão conosco, e não devem ser considerados como estando para trás, em uma concepção de tempo linear. Ou seja, é preciso deixar que cada forma diversa de sociabilidade tenha seu próprio tempo, já que, ao se reduzir tudo a uma temporalidade linear, se afastam todas as outras coisas que possuem uma lógica distinta.

A terceira ecologia é a ecologia do reconhecimento, onde se propõe que nossas mentes sejam descolonizadas, para que se perceba, em uma diferença, o que é produto da hierarquia e o que não é. A quarta ecologia é a ecologia da transescala, que possibilite a articulação entre projetos locais, nacionais e globais, se contrapondo, em termos de escala, a globalização do capital.

A quinta e última ecologia é a ecologia das produtividades, que consiste “na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogestionadas, da economia solidária etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou desacreditou” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 36).

Com relação a crítica da razão proléptica, uma das maneiras da razão indolente se expressar, Sousa Santos afirma que tal crítica deve ser feita a partir da Sociologia das Emergências, onde devem ser considerados os sinais, as pistas, latências e possibilidades que existem no presente e que são sinais do futuro.

Nesse ponto, Morín parece possuir uma visão parecida com a de Sousa Santos, afirmando a existência de iniciativas locais diferenciadas, as quais, todavia, encontram-se na invisibilidade; poderíamos aqui, citar muitos exemplos, como as práticas agroecológicas, tanto em meios rurais como urbanos, ou os pontos de cultura nas periferias das grandes metrópoles no Brasil.

Para Morín, essas iniciativas, potencializadas por inúmeras reformas para o enfrentamento das diversas crises, como o próprio autor coloca, de nossa civilização (crise ecológica, urbana, rural, entre outras), poderiam se articular na formação do que Morín chama de “A Via”, em uma metamorfose

para rumos diferentes dos quais nos encontramos atualmente. Na concepção de Sousa Santos (2007), às iniciativas locais tem faltado articulação em outras escalas, processo que se iniciou com a criação do Fórum Social Mundial (FSM), visando-se internacionalizar as alternativas contra hegemônicas, em um período globalizado e neoliberal onde o capital circula em várias escalas, e, portanto, não pode sofrer resistências apenas locais.

Assim, retomando a lógica deste tópico, pode-se dizer que, no enfrentamento da razão indolente, Sousa Santos propõe a Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências, de maneira que se possa pensar em uma reinvenção do processo de emancipação social. À esse processo, Morín e Sousa Santos discutem a necessidade de reformas políticas e o aprofundamento da democracia, com o estudo de experiências democráticas de outros tipos que vêm ocorrendo ao redor do mundo, para além do modelo de democracia representativa liberal.

Dessa forma, neste tópico se procurou apresentar elementos que comporiam o chamado paradigma da complexidade, os quais seriam fundamentais na busca por uma mudança paradigmática (ruptura com o paradigma da simplificação).

### *Considerações*

Neste texto procuramos debater brevemente o aspecto epistemológico da crise ambiental de nosso tempo, apontando para o caráter cognitivo de tal crise, a qual é vista pelas lentes de um paradigma simplificador, reducionista. Nesse percurso, destacamos que uma mudança paradigmática deveria ter em consideração importantes noções, como a ideia de complexidade ambiental, de dialética e de totalidade, procurando compreender a dinâmica da natureza integrada ao modo de produção e reprodução do espaço, com suas contradições e conflitos.

Descartado o chamado Desenvolvimento Sustentável como resposta paradigmática à crise ambiental, apresentamos sucintamente algumas linhas de pensamento que podem representar possíveis novos aportes teórico-metodológicos para a abordagem da questão ambiental, os quais se aproximam muito mais a um paradigma que consiga lidar com a complexidade das problemáticas postas.

Nesse sentido, de certa forma, muitos movimentos sociais do chamado Sul global tem seguido por tais caminhos indicados nesses novos aportes, ao buscarem unir a pauta ambiental com suas lutas mais antigas por acesso à terra, desenvolvendo novas formas de produção e de reprodução de seus modos de vida. Tais exemplos trazem um ponto importante, o de que a compreensão da crise ambiental como uma crise de caráter cognitivo



não deve se dissociar da dimensão da economia política de tal questão, que deve ser vista, portanto, em sua totalidade.

### *Referências*

- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- HARVEY, D. *Para entender o capital*, São Paulo: Boitempo, 2010.
- JONAS, H. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006.
- KUHN, T. S. *A tensão essencial: estudos selecionados sobre tradição e mudança científica*, São Paulo: editora Unesp, 2011.
- LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. (Coord.). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15-63.
- LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 27. n. 94, 2006, p. 131-152.
- MARX, K. *O capital: Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MORIN, E. *La vía: para el futuro da humanidad*. Barcelona: Librerie Artheme Fayard, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Complexidade e Liberdade*.
- RODRIGUES, A. M. A Matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: Produção do Espaço Urbano – Agentes, Escalas, Conflitos.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUSA SANTOS, B. *Renovar a teoria critica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. [From the Postmodern to the Postcolonial – and Beyond Both](#), in Gutierrez E.R. et, al. (coord.). *Decolonizing European Sociology. Transdisciplinary Approaches*. Farnham: Ashgate, 2010, 225-242.
- VEIGA, J. E. *Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

## 14. Anarquismo e Movimentos Sociais no Brasil (1903-2013)

Felipe Corrêa<sup>19</sup>

Rafael Viana da Silva<sup>20</sup>

Kauan Willian dos Santos<sup>21</sup>

Desde que o anarquismo é anarquismo, não tem pregado outra coisa senão a ação direta das massas contra os burgueses, pela associação, pela colaboração dos sindicatos, pelas greves, pela sabotagem, por todos os processos imagináveis. José Oiticica, 1923

### *Introdução*

Gratifica-nos muito esta oportunidade de dar continuidade ao esforço que temos empreendido no sentido de retomar a história do anarquismo no Brasil, especialmente quando isso se faz desde um enfoque nos movimentos sociais. Ocorre no Brasil algo similar ao que se passa em outros países: apesar da relevância histórica do anarquismo e de seu papel fundamental nas lutas sociais e populares dos trabalhadores, ele continua – mesmo que haja valorosos esforços em sentido contrário – a ser ignorado, difamado e maltratado, tanto na historiografia, quanto em outros campos do conhecimento e da política. Inimigos, adversários e mesmo pessoas afins com o anarquismo têm contribuído para isso. (Corrêa e [Rafael] Silva, 2015, pp. 15-19)

Quando falamos em *anarquismo e movimentos sociais no Brasil*, entendemos, em primeiro lugar, que o anarquismo é uma ideologia, uma doutrina política, um tipo de socialismo libertário e revolucionário que surgiu na Europa na segunda metade do século XIX, e que se consolidou entre o fim dos anos 1860 e o início dos anos 1880 em distintos continentes. O cerne de seus fundamentos ideológicos e doutrinários encontra-se em três aspectos: 1.) na crítica radical do capitalismo, do Estado e de todas as formas de dominação; 2.) na defesa intransigente de um projeto autogestionário, que implica a socialização generalizada da propriedade, do poder político e do conhecimento; 3.) numa estratégia classista, em que trabalhadores e oprimidos em geral convertem sua capacidade de realização em força social e, por meio de um enfrentamento marcado pela coerência entre meios e fins,

---

<sup>19</sup> Mestre em Mudança Social E Participação Política EACH-USP. Doutorado em Educação Unicamp.

<sup>20</sup> Mestre e Doutor em História UFRRJ.

<sup>21</sup> Doutorando em História Social FFLCH-USP.

promovem uma revolução social e constroem uma sociedade de igualdade e liberdade plenas. (Corrêa, 2015, pp. 115-202)

Entendemos ainda, em segundo lugar, que termos como “movimento anarquista” (Dielo Truda, 2017; Van der Walt, 2019a, pp. 14-15) ou “movimento social anarquista” (Bookchin, 2011, p. 118) – mesmo que venham sendo utilizados por pesquisadores bastante respeitáveis, e também por militantes das fileiras anarquistas que, frequentemente, se reconhecem como parte de um movimento comum – não são os mais adequados, principalmente quando se referem a contextos amplos. Isso porque, mesmo com a grande pluralidade conceitual na literatura que aborda os movimentos populares e o sindicalismo – ou aquilo que poderíamos chamar, de modo mais generalizante, de *movimentos sociais* – quando se conceitua o tema, normalmente se levam em conta pessoas em relações constantes, articulações mais ou menos duráveis e sustentadas no tempo e no espaço, assim como ações coletivas mais ou menos organizadas de oprimidos contra opressores. (Cf., por exemplo: McAdam, Tarrow e Tilly, 1996; Antunes, 2003; Corrêa, 2011; Van der Walt, 2019a, 2019b)

E não é possível dizer que os anarquistas tenham atuado, globalmente, em seus 150 anos de existência, como um movimento. Isso nem mesmo pode ser afirmado quando se trata de uma realidade nacional, como no caso do Brasil, sobretudo quando se tomam em conta os longos períodos. É verdade que, em variados momentos, o anarquismo converteu-se em amplos e massivos movimentos sociais, em particular quando construiu o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo. No caso brasileiro, não parece haver dúvida que isso se deu, principalmente, durante as primeiras décadas do século XX, quando a maior parte dos anarquistas investiu na construção do sindicalismo revolucionário, forma hegemônica de movimento social de trabalhadores naquele então.

De qualquer forma, não consideramos apropriado nos referir ao anarquismo como movimento anarquista ou movimento social anarquista. Parece-nos mais acertado falar que o anarquismo – por meio dos anarquistas –, em distintos contextos, articulou-se e organizou-se de maneira a criar e fortalecer movimentos sociais, algumas vezes tendo protagonismo e constituindo a força política hegemônica, e outras vezes participando como força política minoritária ou oposição nesses movimentos. Portanto, pensamos ser mais adequado enfatizar que os anarquistas investiram historicamente na construção de diferentes movimentos sociais, os quais estiveram vinculados a distintas pautas e envolveram outras forças políticas.

É exatamente isso que pretendemos retratar – de maneira bem breve e concisa, é verdade, graças ao restrito espaço do qual dispomos – nas próximas páginas. Nelas, discutiremos o anarquismo e os movimentos sociais no Brasil, por meio de uma abordagem ampla, que busca apreender

os grandes aspectos que marcaram o longo período de 110 anos compreendido entre 1903 e 2013.

A escolha desse enfoque temporal justifica-se, por um lado, porque ele toma como marco inicial o ano de 1903 – quando, desde essa perspectiva dos movimentos sociais, o anarquismo passa a ter uma existência concreta no Brasil, por meio do sindicalismo revolucionário – e procede ao período mais comumente estudado, entre 1900 e 1930. Por outro lado, este texto também aborda o período posterior, bem menos estudado – em que o anarquismo, apesar de ter perdido bastante força, esteve longe de desaparecer do cenário político e social – e chega até bem recentemente, no ano de 2013, quando uma nova conjuntura se inaugura no Brasil.

Fazemos essa discussão dividindo o texto em cinco partes, ao mesmo tempo temporais e temáticas. As duas primeiras – uma sobre o sindicalismo revolucionário e outra sobre as iniciativas educativas e culturais – abordam o *período áureo do anarquismo* no país, a Primeira República, quando os anarquistas, num contexto de desenvolvimento republicano, rápida industrialização e grande imigração, foram hegemônicos no movimento sindical e no movimento educativo-cultural da classe trabalhadora. A terceira parte discute os trabalhos anarquistas na educação, na cultura e no sindicalismo durante a Era Vargas e a Redemocratização. Trata-se de um *período de crise do sindicalismo revolucionário e do anarquismo* que, num momento de desenvolvimento econômico e entre períodos de ditadura (1937-1945) e abertura política (1946-1964), os anarquistas continuaram a desenvolver, mesmo que sob refluxo, atividades mais ou menos vinculadas ao campo dos movimentos sociais.

A quarta parte aborda os tempos de ditadura militar, *período de maior crise e menor atividade (semiclandestina) dos anarquistas*, que sofreram com a repressão, o autoritarismo e o nacionalismo dos militares, mas mantiveram acesa a chama de seus ideais, retomando suas atividades na medida em que a tormenta reacionária perdia força. A quinta discute a reabertura da Nova República, um *período de ressurgimento e rearticulação nacional do anarquismo*, que se fortalece principalmente a partir dos anos 1990 num contexto marcado pelo neoliberalismo. Desde então, alguns movimentos sociais foram criados pelos anarquistas e vários deles têm contado com sua participação, majoritária ou minoritária, a depender do momento.

Nesses 110 anos, a contribuição do anarquismo ao campo dos movimentos sociais é significativa, tanto no campo da prática quanto da teoria. Os anarquistas buscaram construir aquilo que se pode chamar de um “contrapoder” e uma “contracultura revolucionária” (Van der Walt, 2019a, p. 15), por meio de movimentos sindicais, educativo-culturais e outros. E, com isso, desenvolveram, em consonância com outras localidades, um acúmulo teórico de como esses movimentos deveriam ser levados a cabo para promover uma revolução socialista e libertária.

Nesse campo, as realizações dos anarquistas no Brasil foram notáveis: envolveram-se diretamente na criação dos primeiros “sindicatos de resistência”; construíram, no início do século XX, um movimento sindical e educativo-cultural potente e revolucionário, alçando-se a sua força política hegemônica. Naqueles anos, chegaram a protagonizar insurreições e greves gerais revolucionárias. Ao longo dos anos, publicaram inúmeros jornais, livros e uma enorme quantidade de material de informação e propaganda; fundaram e envolveram-se decididamente com escolas e universidades populares, onde desenvolveram projetos de educação formal e política. Criaram e participaram, como força majoritária ou minoritária, a depender do contexto, não apenas de movimentos sindicais e educativo-culturais, mas também de movimentos estudantis, comunitários, sem-teto, sem-terra, desempregados, contraculturais entre outros. Construíram centros de cultura, ateneus e promoveram, entre os trabalhadores e jovens, iniciativas vinculadas ao teatro, às bibliotecas e ao lazer em geral. Envolveram-se com greves mais e menos amplas, protestos e manifestações de rua.

Em linhas muito gerais e sem grande homogeneidade, esse foi o ferramental tático utilizado para promover a estratégia anarquista nos movimentos sociais. Referindo-se aos princípios históricos anarquistas, os anarquistas buscaram reforçar a independência e a autonomia dos movimentos em relação às instituições do capital e do Estado, assim como combater sua burocratização; enfatizaram a necessidade de movimentos combativos, apoiados na ação direta e no protagonismo nas bases; defenderam processos de democracia direta, autogestão e federalismo para as tomadas de decisão; enfrentaram o reformismo e tentaram conciliar as lutas de resistência ou por conquistas imediatas com as posições revolucionárias.

### ***Sindicalismo Revolucionário Na Primeira República (1903-1930)***

A conformação do anarquismo no Brasil deu-se entre os fins do século XIX e início do século XX, como resultado de distintas experiências de luta e resistência dos oprimidos, que incluem greves, revoltas populares, colônias agrícolas/experimentais, produções artísticas/culturais. Sua história envolve não apenas imigrantes europeus – em especial italianos, espanhóis e portugueses, que tiveram presença marcante no Brasil (Godoy, 2018, p. 84) –, mas se entrelaça também com lutas de trabalhadores negros que ocorreram antes da abolição da escravidão, em meio à fundação de sociedades de resistência, associações de socorros mútuos e sociedades beneficentes (Mattos, 2007, pp. 1-5).

Tal processo deu-se em profundo vínculo com o surgimento do movimento sindicalista revolucionário brasileiro. De maneira geral, pode-se afirmar que, no Brasil, desde os fins do século XIX, os anarquistas

contribuíram determinadamente para promover essa forma de sindicalismo, ainda que se deva destacar que, em sua expressão concreta durante a Primeira República, a estratégia do sindicalismo revolucionário não pode ser considerada uma obra exclusiva dos anarquistas. Em termos de experiência organizativa, e no enfoque dos movimentos sociais, a referência desse momento inicial foi a fundação, em 1903, no Rio de Janeiro, da Federação das Associações de Classe, inspirada – graças aos contatos epistolares e presenciais com o estrangeiro, assim como à imigração de trabalhadores – pelo sindicalismo da Confédération Générale du Travail (CGT) francesa.

Como sequência desse processo – e conformando aquele que seria o grande marco da emergência do anarquismo e do sindicalismo revolucionário no Brasil – ocorreu, em abril de 1906, no Centro Galego, também no Rio de Janeiro, o Primeiro Congresso Operário. Esse congresso recebeu 43 delegados de 28 associações de diversas partes do país, incluindo não só o Rio de Janeiro, mas também São Paulo, Rio Grande do Sul e Alagoas. Convocado inicialmente por setores reformistas do operariado, esse congresso teve presença massiva de anarquistas, de modo que suas teses relativas ao sindicalismo revolucionário tornaram-se hegemônicas. (Samis, 2004, pp. 134-135; Oliveira, 2018, p. 215; Antunes, 2003, p. 41)

Dentre suas diversas deliberações, o congresso aconselhou “o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica [...], sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas”, e também, “pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral”; estabeleceu como princípio organizativo o “método federativo”. (COB, 1969a, pp. 117, 121)

Resolveu também articular uma Confederação Operária Brasileira (COB) – que seria fundada em 1908, e chegaria a reunir, nos anos seguintes, mais de 50 sindicatos articulados, sobretudo na “Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), na Federação Operária de São Paulo (FOSP) e na Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS)”, que conformavam as “principais bases de sustentação da confederação, mas também na Federação Socialista Baiana, na Federação de Santos, entre outras”. (Toledo, 2013, p. 14)

As influências dos anarquistas no movimento sindical podem ser comprovadas nas posições de *A Voz do Trabalhador*, jornal da COB:

O que desejamos, e havemos de conseguir, custe o que custar – é a emancipação dos trabalhadores da tirania e da exploração capitalista, transformando o atual regime econômico do salariado e do patronato num regime que permita o desenvolvimento das organizações de produtores-consumidores, cuja célula inicial está no atual sindicato de resistência ao patronato. Como meio prático, como método de luta para alcançar tal *denderatum*, adotará e usará o *sindicalismo revolucionário*. (AVT, 1908, p. 1)

Alguns dos fundamentos da concepção anarquista de sindicalismo estão resumidos nessas posições e nas resoluções do primeiro congresso que foram citadas: a oposição ao capitalismo, a defesa da luta de classes, da ação direta dos sindicatos de trabalhadores, da independência política e religiosa desses sindicatos, e das reivindicações imediatas que pudessem apontar para uma ruptura revolucionária.

Foi por meio dessa estratégia, o sindicalismo revolucionário, que ocorreu a ascensão do movimento operário no Brasil, entre 1905 e 1908, com um aumento das mobilizações e do trabalho de organização e com a irrupção de greves em Santos (1905 e 1908), dos ferroviários da Companhia Paulista (1906), dos sapateiros no Rio de Janeiro (1906) e dos trabalhadores de São Paulo pelas oito horas (1907). Entre 1909 e meados de 1912, o movimento viveu um refluxo, com pouco trabalho de organização e mobilização. De meados de 1912 a meados de 1913, houve uma retomada do movimento, com uma greve em São Paulo, em maio de 1912, e com a realização, em setembro de 1913, no Rio de Janeiro, do Segundo Congresso Operário, que confirmou novamente a hegemonia anarquista no movimento sindical e reforçou as teses do sindicalismo revolucionário. (Addor, 2002, pp. 85-86; COB, 1969b, p. 324)

Até 1916, o movimento operário brasileiro enfrentou outro refluxo, graças à conjuntura econômica e aos efeitos da Primeira Guerra, apesar de surgirem neste contexto organizações como a Federação Operária de Alagoas, em 1913, e a Federação de Resistência dos Trabalhadores Pernambucanos, em 1914. De 1917 a 1920 constitui-se a conjuntura de maior mobilização da classe trabalhadora na Primeira República, com episódios como a greve geral em São Paulo (1917) – que contou 70 mil trabalhadores paralisados –, a greve generalizada no Rio de Janeiro (1917), a greve geral de Curitiba (1917) a greve dos trabalhadores da Companhia Cantareira e Viação Fluminense (1918) e a Insurreição Anarquista (1918), que se juntam a um imenso número de greves, manifestações e protestos massivos, avanço na sindicalização, crescimento da imprensa operária e no aumento na crença de que uma transformação social radical era possível. Em 1919, merece destaque também a mobilização da União dos Operários em Construção Civil (UOCC) e a conquista das oito horas para toda a categoria; em 1920 foram relevantes o nascimento da Federação Operária Mineira e a realização do Terceiro Congresso Operário. Destacam-se, ainda, entre 1917 e 1922, numerosos protestos em Pernambuco, na Bahia e no Rio Grande do Sul. Em muitos casos, as reivindicações dos trabalhadores foram conquistadas: oito horas diárias de trabalho, equiparação de salários entre homens e mulheres, fim do trabalho infantil entre outras. (Addor, 2002, pp. 91-144; Samis, 2004; Toledo e Biondi, 2014, pp. 363-393)

As décadas de 1920 e 1930 marcarão uma crise do anarquismo e do sindicalismo revolucionário; contribuíram para ela ao menos quatro fatores.

Primeiro, a repressão, operada pela deportação, apoiada nas leis de expulsão de imigrantes, pelas prisões arbitrárias e até mesmo pelo envio de militantes a um campo de trabalho forçado em Clevelândia, no Oiapoque. Segundo, a crescente interferência estatal no sindicalismo, por meio de órgãos como a Confederação Sindicalista Cooperativista do Brasil, e também do atrelamento completo dos sindicatos ao Estado, sacramentado entre 1930 e 1932 pelo governo Vargas. Terceiro, pela criação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, com marcante presença de antigos anarquistas, e que passou a disputar mais decididamente o movimento sindical com os anarquistas, defendendo bandeiras como a vinculação partidária e estatal dos sindicatos. Por fim, a dificuldade na articulação de um campo político próprio dos anarquistas, em nível mais ou menos nacional. (Santos, 2018, pp. 89-92; Oliveira, 2018, pp. 231-239; Romani, 2003)

### ***Educação E Cultura Popular Na Primeira República (1903-1930)***

Juntamente com o sindicalismo revolucionário, e em grande medida como seu complemento, desenvolveu-se, no Brasil da Primeira República um verdadeiro movimento educativo-cultural, que encontrou lastro em periódicos, livros, universidades populares, escolas, centros de cultura, ateneus, grupos de teatro, bibliotecas, festas e festivais operários. Tais ferramentas foram comuns para a difusão do ideário anarquista e sindicalista revolucionário no país, e contribuíram tanto para alfabetizar e educar formalmente os trabalhadores, muitos analfabetos, quanto para instruí-los politicamente e criar uma cultura política libertária. (Castro, 2017, pp. 133-204)

Antes mesmo do sindicalismo de influência anarquista, houve um conjunto de medidas nesse campo educativo-cultural que merecem destaque. Por um lado, a resolução do Congresso Socialista de 1894 de comemorar, oficialmente, a partir de então, o Primeiro de Maio no Brasil. (Lopes, 2015, p. 219) Por outro, e de maneira bem mais determinante, a publicação de jornais. Os pioneiros foram: *Gli Schiavi Bianchi* (1892), *L'Asino Umano* (1893) e *L'Avvenire* (1894), publicados por imigrantes italianos. No Rio de Janeiro, os primeiros periódicos anarquistas foram *O Despertar* (1898) e *O Protesto* (1899). (Batalha, 2000, p. 23; Santos, 2018, p. 75)

De 1903 até o final dos anos 1920, um conjunto enorme de periódicos foi publicado. Dentre os mais importantes, estão: *O Amigo do Povo* (fundado em 1902 em São Paulo), *La Battaglia* (fundado em 1904 em São Paulo), *A Luta* (fundado em 1906 no Rio Grande do Sul), *A Voz do Trabalhador* (fundado em 1908 no Rio de Janeiro), *A Plebe* (fundado em 1917 em São Paulo), *A Hora Social* (fundado em 1919 em Pernambuco). Tal produção editorial envolvia uma complexa rede de editores, autores e leitores, geralmente formada por trabalhadores autodidatas, que escreviam, traduziam, produziam e



distribuíam conteúdo com o intuito de internalizar e difundir ideias, assim como propagar estratégias políticas e sociais. (Toledo e Biondi, 2014, pp. 375, 388, 441; Godoy, 2018, pp. 79-93)

Ainda no campo da produção editorial, outro aspecto relevante foi a publicação, no início do século XX, de obras marcadamente doutrinárias do anarquismo: livros traduzidos de Élisée Reclus, Errico Malatesta, Jean Grave, Saverio Merlino, Piotr Kropotkin, Carlo Cafiero e, em menor frequência, de Pierre-Joseph Proudhon e Mikhail Bakunin. Outro tipo de produção unia a literatura aos objetivos ideológicos. Um marco dessa experiência foi o livro *O Ideólogo*, de 1903, escrito pelo médico anarquista Fábio Luz, que inaugurou o gênero do romance social no país. Entre 1903 e 1925, Fábio Luz, Avelino Fóscolo, Manuel Curvello de Mendonça e Domingos Ribeiro Filho – principais referências, nesse estilo, do universo literário libertário – publicaram 25 romances, contos e novelas. (Luizetto, 1986, pp. 134-135, 142).

O Primeiro Congresso Operário, de 1906, ao mesmo tempo, contribuiu para o desenvolvimento das iniciativas educativas e culturais, encaminhando a criação de universidades populares e escolas laicas, que deveriam estar vinculadas às associações operárias. (Machado, 2017, pp. 53-56) A primeira escola operária surgida por influência anarquista foi a Escola União Operária, no Rio Grande do Sul, em 1895. Mas, a partir do congresso, o movimento de fundação de escolas espalhou-se pelo país, com: a Escola Eliseu Reclus, em Porto Alegre; a Escola Germinal, no Ceará; a Escola da União Operária, em Franca; a Escola da Liga Operária, em Sorocaba; a Escola Operária 1º de Maio, no Rio de Janeiro; a Escola Moderna, em Petrópolis; a Escola Moderna nº 1, em 1912, e a Escola Moderna nº 2, em 1913, ambas em São Paulo. Tais escolas funcionaram vinculadas ao movimento sindicalista e revolucionário até 1919, quando tiveram problemas, dentre outras coisas, com a repressão. (Castro, 2017, pp. 175-181; Moraes, 2006, pp. 17-21)

Outro aspecto a ser mencionado foi a ação pedagógica anarquista que se deu nos centros de cultura e ateneus, cujo objetivo era “complementar a educação dos trabalhadores”, “criar um vínculo com os operários” e “aumentar o número de militantes simpáticos ao pensamento libertário”. Cursos de datilografia, idiomas, contabilidade, assim como festas, conferências, corais e declamação de poesias também eram realizados nesses espaços. Algumas dessas iniciativas visavam angariar fundos para dar suporte aos sindicatos ou mesmo às iniciativas anarquistas. Houve, ainda, ações de solidariedade a militantes eventualmente enfermos ou em apoio a revistas e iniciativas internacionais. (Moraes, 2000, pp. 6-7)

Em relação ao lazer dos trabalhadores, podemos destacar duas experiências importantes: as *festas operárias* e os *festivais*. Tais atividades, que mesclavam o lúdico e os objetivos propagandísticos, eram feitas em salões operários ou ao ar livre, e contavam geralmente com a apresentação de grupos teatrais formados pelos próprios operários. O teatro operário desse

período tinha como formato, em geral, o melodrama e folhetim, e eram vinculados a sindicatos ou centros operários. As peças também eram encenadas com objetivos de angariar fundos para algum periódico ou, simplesmente, entreter os trabalhadores, difundindo a perspectiva política anarquista e sindicalista. (Hipólido, 2012) O período de maior vigor desses festivais foi a década de 1920, sobressaindo-se na participação o Grupo Arte e Instrução, o Grupo de Teatro Social, o Grupo Dramático Germinal entre outros. Tais grupos contavam com orquestras (geralmente alugadas) e corpo cênico, eram constituídos por trabalhadores e sindicalistas, muito dos quais anarquistas, e não raro encenavam peças traduzidas do exterior. (Ramos, 2009)

A mencionada crise dos anos 1920 e 1930 que afetou o sindicalismo revolucionário, e por consequência o anarquismo, também incidiram nesses instrumentos educativos e culturais.

### ***Educação, Cultura E Sindicalismo Na Era Vargas E Na Redemocratização (1930-1964)***

Essa crise terminou subsidiando a afirmação de alguns autores – como, por exemplo, Dulles (1977, pp. 159-193) – de que os anos 1930 teriam marcado o fim do sindicalismo revolucionário no Brasil e, mesmo, da influência anarquista no movimento sindical. No entanto, essa constatação não está correta. E mesmo o diagnóstico de que, “sem espaços para inserção [...] os libertários passam a se organizar em grupos de cultura e preservação da memória”, é bastante questionável. (Samis, 2004, p. 181)

Ainda que num contexto de crise e refluxo, os anos 1930 contaram com presença e influência dos anarquistas nos sindicatos, algo que se confirma pelos próprios agentes da repressão e pela atuação de organismos sindicais como a Federação Operária de São Paulo (FOSP), que, naqueles anos, tinha ainda centenas de filiados. Além disso, importantes periódicos como *A Plebe*, *O Trabalhador* e *A Lanterna* seguiram sendo publicados e, dentre outras coisas, demonstravam o vivo interesse dos anarquistas nos movimentos sociais. (Silva [Rodrigo], 2018) Enfim, as experiências das décadas posteriores ainda atestam que o sindicalismo, mesmo sob forte crise e refluxo, continuou a ser um espaço buscado pelos anarquistas, tendo ocorrido alguns casos modestos de presença e inserção. (Silva [Rafael], 2017)

Passado o crítico período da ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945 – em que os anarquistas tiveram de operar de maneira quase clandestina, graças à enorme repressão –, as atividades militantes foram sendo retomadas. Com a redemocratização, passaram a rearticular sua imprensa; em São Paulo, destacam-se os jornais *A Plebe* (1947-1960, editado por Edgar Leuenroth) e *O Libertário*, que o substituiu nos anos 1960; no Rio de Janeiro, destacam-se *Remodações* (1945-1947, editado pelo cearense

Moacir Caminha), *Ação Direta* (1946-1959, editado por José Oiticica) e *O Archote*.

Dois objetivos para aquele momento eram apontados nas páginas dos periódicos anarquistas. Primeiro, empreender esforços para a formação de uma organização política anarquista de amplitude nacional – tarefa que entendiam ter deixado de lado no passado. Naquele contexto de Guerra Fria e de alinhamento do governo Dutra aos EUA, os anarquistas buscavam apresentar uma via distinta e para além da polarização entre o “socialismo” real e capitalismo. Segundo, retomar o trabalho nas entidades sindicais; para tanto, era necessário conceber estratégias adequadas para lidar com os dois adversários que hegemonizavam o movimento sindical brasileiro: os trabalhistas e os comunistas. (Silva [Rafael], 2018a, pp. 301-303)

Aproveitando uma onda de mobilizações sindicais entre 1945 e 1946, que colocavam em crescente conflito as bases de trabalhadores e as direções trabalhistas, os anarquistas passaram a concentrar-se na formação de grupos de oposição sindical, ainda em 1946. A primeira iniciativa foi formação, em São Paulo, da União Proletária Sindicalista, que teve curta duração. Na categoria dos trabalhadores da Light, no Rio de Janeiro, os anarquistas formaram, com outros trabalhadores, um Grupo de Orientação Sindical dos Trabalhadores da Light, que editou um jornal específico para as questões da categoria, o *UNIR*. Este jornal, segundo relato dos próprios militantes nas páginas de *Ação Direta*, vinha “difundindo naquela empresa de transportes, os princípios do sindicalismo revolucionário e de ação direta, em frente aos demagogos de partidos políticos e do Ministério do Trabalho”.

Ondas sindicais massivas estouraram em meados dos anos 1950; em São Paulo, chegaram a reunir, em greve, 300 mil trabalhadores em 1953, e 400 mil em 1957. Aproveitando esse fluxo de mobilização, os anarquistas conformaram, junto com os socialistas independentes, ainda em 1953 em São Paulo, o Movimento de Orientação Sindical (MOS), que propunha “lutar pela completa autonomia e liberdade dos sindicatos de Trabalhadores” e que disputou uma chapa na categoria dos gráficos, em 1957. (Silva [Rafael], 2018a, pp. 311-314)

O período pós-1945 também permitiu o desenvolvimento de iniciativas educativas e culturais. Em São Paulo, o Centro de Cultura Social (CCS) – que havia sido fundado em 1933 e fechado pela repressão em 1937 – reabriu em meados de 1945, vinculando-se às tentativas de reorganizar a ação sindical anarquista e realizando conferências, palestras e espetáculos teatrais. Promoveu saraus literários, editou livros, organizou exposições artísticas e cursos, auxiliando “a fundação de centros com igual finalidade em subúrbios de S. Paulo e em outras cidades”. (CCS, 1945, pp. 2-3) No Rio de Janeiro, um espaço similar foi fundado em 1958 e manteve-se funcionando até 1968: o Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO),

que, do mesmo modo, organizou cursos, palestras e atividades de debate; ajudou, ainda, a fundar, em 1961, uma editora anarquista: Mundo Livre.

A redemocratização vinha se caracterizando por uma lenta retomada das atividades anarquistas. No campo sindical, algumas vezes em aliança com outros setores da esquerda, os anarquistas rompiam a inatividade do período ditatorial da Era Vargas, ainda que encontrassem dificuldades nas disputas com o corporativismo, o PCB e o PTB. No campo educativo e cultural, havia uma limitação grande de militantes e recursos financeiros, que se explicava, como que num círculo vicioso, pela dificuldade de garantir presença e influência mais massiva nos movimentos sociais. Contudo, essa retomada foi dificultada pelo golpe militar de 1964, que colocou a militância em estado incerteza e, um pouco adiante, sob forte repressão.

### ***Educação, Cultura, Movimento Estudantil E Sindicalismo Na Ditadura Militar (1964-1985)***

Se, antes de 1964, o anarquismo estava enfraquecido, procurava restituir suas bases sociais e crescer num período de polarizações e dúvidas, com o golpe e o início da ditadura militar, as coisas complicaram ainda mais. Os anarquistas decidiram então operar com cautela, priorizando seus espaços de educação e cultura, mais discretos frente aos radares da repressão. “Vivia-se uma ditadura suficientemente forte para reprimir os movimentos sociais e políticos, mas taticamente moderada para permitir que a esquerda derrotada na política parecesse triunfar na cultura”. (Napolitano, 2014, pp. 97-98) Iniciativas marcantes nesse campo foram: a editora anarquista *Germinal*, do Rio de Janeiro, e o jornal *Dealbar*, de São Paulo – o qual teve 17 números publicados, entre 1965 e 1968 e, por meio de uma linguagem inovadora, abordou questões como cultura, racismo, saúde, psicologia e guerra fria.

Antes do AI-5, mantinham-se em funcionamento o CCS, em São Paulo, e o CEPJO, no Rio de Janeiro, aproximando e formando jovens interessados no anarquismo. Depois, no fim dos anos 1960, com o grande aumento da repressão e o fechamento desses centros pela ditadura, esses jovens – como Milton Lopes, do Rio de Janeiro, à época estudante – ocorriam na residência de militantes como médico Ideal Peres e sua companheira Esther Redes. Ali eram recebidos, estudavam e eram orientados pelos anarquistas mais antigos. (Silva [Rafael], 2018b)

Muitos desses jovens eram estudantes, que usufruíam da grande ampliação do ensino superior ocorrida nas décadas anteriores. (Toledo, 2014, p. 97) Algo que tinha impacto direto no fortalecimento e nas disputas do movimento estudantil. Conjugada à ação de velhos militantes anarquistas, a publicação do jornal libertário *O Protesto* fez com que, em dezembro de 1967, fosse fundado o Movimento Estudantil Libertário (MEL), reunindo algumas

dezenas de militantes do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. O movimento foi fundado com a intenção de “fixar posição e dar combate”, assim como “ter presença ativa nas lutas de classe e ideológicas marcando rumos mais de acordo com os princípios federalistas, que devem reger a vida de toda organização de classe”. (ENEL, 1967, pp. 6-7) Também pretendia interferir na União Nacional dos Estudantes e construir outra referência política, estudantil e libertária.

Mas a repressão, que se aprofundava e se refinava com o tempo, impediu que se colhessem mais frutos dessas iniciativas. Depois do assassinato do estudante Edson Luis, no Rio de Janeiro, e da promulgação do AI-5, tanto o MEL quanto o CCS e o CEPJO foram duramente perseguidos. Membros do MEL e do CEPJO – o qual teve sua sede invadida, em outubro de 1969, por agentes da Aeronáutica, resultando em 18 detidos e processados – foram presos e torturados, dentre os quais Ideal Peres, que permaneceu um mês detido. Entre 1972 e 1977, graças a esse complicado contexto, os anarquistas conseguiam apenas reunir-se em pequenos grupos e sustentar uma existência quase clandestina; Foi, decerto, em termos organizativos, o pior momento do anarquismo no Brasil. (Dias, 2012; Rodrigues, 1993; Silva [Rafael], 2018c)

Essa situação modificou-se apenas em 1977, quando a ditadura perdia força, com a publicação do periódico anarquista *O Inimigo do Rei*, na Bahia. Participavam do grupo editor militantes estudantis e sindicais, não só da Bahia, mas também do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, da Paraíba e do Pará; contribuía, não sem conflitos internos e divergências doutrinárias, com a reorganização do anarquismo, e discutiam, dentre outros assuntos e sob forte influência da contracultura, temas como sindicalismo revolucionário, anarcossindicalismo, movimento estudantil, e também relativos a gênero, sexualidade e teoria política. O jornal funcionou até 1982 e, depois de um longo intervalo, foi retomado entre 1987 e 1988.

Nesse mesmo período ocorreram as primeiras tentativas de uma retomada do trabalho anarquista nos sindicatos. Elas ocorreram depois de uma forte onda sindical no Brasil, que envolveu mais de 40 mil trabalhadores, e questionavam a estrutura sindical burocratizada, que já marcava o chamado novo sindicalismo. Em São Paulo, foi criado o Coletivo Libertário de Oposição Sindical (COLOPS) que tinha proximidade com as ideias da Oposição Operária Metalúrgica. O COLOPS organizou-se durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), que reuniu, em setembro de 1980, em Niterói, oposições sindicais de 16 estados do país. Também funcionou em São Paulo o Coletivo Libertário do Funcionalismo, que, após realizar um balanço crítico das lutas do funcionalismo nos anos 1980, ensaiou articulações nas categorias dos bancários e da educação. (Silva [Rafael], 2018b, pp. 351-372)

*Resistência Contra O Neoliberalismo, Movimentos Populares E Sindicalismo Na Nova República (1985-2013)*

O contexto de reabertura, de estabelecimento da Nova República e da ascensão do neoliberalismo no Brasil contou com a presença de inúmeros movimentos sociais. Nesse contexto, sobretudo a partir dos anos 1990, os anarquistas não apenas impulsionaram a criação de alguns desses movimentos, mas também integraram outros, buscando promover seus princípios e suas estratégias.

Dentre os movimentos que, no Brasil, tiveram papel fundamental dos anarquistas em sua criação e desenvolvimento, está o Movimento de Resistência Global ou “Antiglobalização”, que se articulou, em grande medida, na Ação Global dos Povos (AGP), que ficou conhecida pela organização dos “dias de ação global”. Esse movimento, inicialmente articulado na Europa e nos Estados Unidos na segunda metade dos anos 1990, propunha enfrentar a ascensão do neoliberalismo no mundo, cujos efeitos negativos às pessoas e ao meio ambiente tornavam-se cada vez mais evidentes. E, para tanto, se deu por objetivo mobilizar diversos países nesses dias de ação global; foi um desses dias, conhecido por N30 – um enorme protesto contra a Organização Mundial do Comércio ocorrido em 30 de novembro de 1999, em Seattle – que tornou o movimento mundialmente conhecido. (Corrêa, 2015, pp. 289-290)

Nesse contexto, sob inspiração desse “movimento dos movimentos” global, formou-se, no Brasil, um movimento social análogo. Sua primeira iniciativa ocorreu em Santos, naquele mesmo 30 de novembro de 1999, num protesto modesto, chamado por ecologistas, libertários e anarquistas; depois, o movimento estendeu-se para São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Rio de Janeiro e outras localidades. Foi importante, nessa difusão, a formação, em São Paulo, em maio de 2000, da “coalizão de grupos e indivíduos inspirados pela AGP”. No Brasil, o movimento durou, nesses moldes, até 2003, e teve participação determinante dos anarquistas.

Ainda que estes não constituíssem a totalidade do movimento – havia localidades, como Fortaleza, por exemplo, em que correntes libertárias do marxismo tinham papel bastante significativo – não parece haver dúvida que os anarquistas, em suas expressões menos ou mais organizadas, não apenas tiveram participação decisiva no movimento, mas tiveram mesmo papel hegemônico na definição de sua trajetória. (Vinicius, 2014, p. 221-223, 233, 270; Ortellado, 2004, pp. 9-10)

Dentre as realizações mais importantes do movimento estão, primeiramente, a articulação dos próprios dias de ação global. Foram quase uma dezena de manifestações, entre 2000 e 2003, principalmente em São Paulo, com presença média de 2 mil pessoas nas ruas, e também algumas centenas de pessoas em outras localidades como Belo Horizonte, Fortaleza,

Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba. As pessoas mobilizaram-se contra os organismos que promoviam mundialmente o neoliberalismo (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, Banco Interamericano de Desenvolvimento), contra os grandes agentes do poder mundial, como o G8, e também contra as guerras imperialistas dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque. Foram nessas manifestações que apareceram, pela primeira vez no Brasil, os *black blocs*. (Ryoki e Ortellado, 2004, pp. 140-145)

Além dessas ações, foi também muito importante a rede de comunicação independente que se articulou, como fruto desse movimento, no Centro de Mídia Independente (CMI), também com presença significativa dos anarquistas. Essa iniciativa era parte da rede global Indymedia, fundada em 1999 nos Estados Unidos e que proporcionava, por meio de um site, as condições para a publicação de textos e fotos dos próprios manifestantes. No Brasil, entre 2001 e 2005, o CMI esteve presente em 14 cidades e envolveu outras 16 em suas atividades, conformando, na internet e fora dela, um marco nacional na ruptura com a exclusividade da grande imprensa ao noticiar os fatos – algo se generalizaria anos depois com as redes sociais. (Rocha et alli, 2018, p. 420) Foi também relevante a rede de contatos e o ambiente proporcionado por este movimento, que terminou por colocar em contato seus membros entre si e com outras correntes libertárias e anarquistas, possibilitando um fortalecimento de outras iniciativas do campo anarquista depois disso.

Mas houve, ainda, outros movimentos sociais que contaram, nesse período, com a participação mais ou menos determinante dos anarquistas.

Militantes de organizações vinculadas à corrente especificista do anarquismo protagonizaram parte considerável desse trabalho. Atuaram diretamente ou por meio de outros agrupamentos, como a tendência Resistência Popular, existente desde 1999, na construção de distintos movimentos sociais.

Dentre eles, encontram-se movimentos sem-teto, como aquele que ocorreu em São Paulo no início dos anos 2000, com as ocupações Anita Garibaldi (Guarulhos) e Carlos Lamarca (Osasco) que, somadas, chegaram a praticamente 7 mil famílias; e também como aquele que aconteceu no Rio de Janeiro em torno da Frente Internacionalista dos Sem-Teto, que, entre 2004 e 2008, organizava algumas centenas de famílias de 11 ocupações. (SOAG, 2013; FARJ, 2007, 2008; Rocha et alli, 2018, p. 422) Dos anos 1990 até 2013, houve participação de anarquistas dessa corrente em outros movimentos sem-teto, nesses e em outros estados, como Rio Grande do Sul, Ceará, Santa Catarina e Minas Gerais.

Encontra-se, também, o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR), no qual os anarquistas especificistas do Rio

Grande do Sul tiveram destacado papel – os impactos de sua prática política foram sentidos nacionalmente. (MNCR, 2008) Os anarquistas gaúchos contribuíram com a articulação do movimento desde meados dos anos 1990 e participaram de seu congresso de fundação, em 2001, que contou com 1700 delegados de 18 estados do Brasil; tal contribuição deu-se até 2011, encontrando seu auge em meados dos anos 2000. (FAG, 2005, p. 22; MNCR, 2011) Um ex-dirigente anarquista do movimento relata que, em 2009, ele contava com 730 cooperativas e associações, 400 grupos em processo de formalização e uma base de 39 mil catadores, sendo 70% mulheres. Anarquistas de Goiás tiveram também papel importante no movimento entre 2004 e 2009 e estados como Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo contribuíram com alguma participação.

No período pré-2013 também se destacam, por parte desses anarquistas, a participação na construção: de lutas e espaços comunitários, como os Comitês de Resistência no Rio Grande do Sul, no início dos anos 2000, e o Centro de Cultura Social do Rio de Janeiro, fundado em 2004 e ativo até o presente; de coletivos feministas como o Mulheres Resistem em Alagoas e no Mato Grosso; de movimentos estudantis universitários e secundaristas, em distintas regiões do país, incluindo norte e nordeste – que se destacaram também na construção de outros movimentos, principalmente nos estados do Pará, da Bahia, do Ceará e de Alagoas.

Ainda que como força bem minoritária na maior parte dos casos, tais anarquistas também tiveram participação em movimentos sociais mais amplos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), e também de distintos sindicatos e da INTERSINDICAL em São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Alagoas. Compuseram a articulação nacional do Encontro Latino-Americano de Organizações Populares Autônomas (ELAOPA), que se iniciou em 2003 e que em 2013 estava em sua 10ª edição. (Rocha et alli, 2018, pp. 421-424)

Outra corrente anarquista, encabeçada pela União Popular Anarquista (UNIPA), teve participação determinante, ao longo dos anos 2000, quando se separou do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), na fundação da Rede Estudantil Classista e Combativa (RECC) e na construção do Fórum de Oposições de Base (FOB) – hoje Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil. Em grande medida, essa alternativa estudantil e sindical construiu-se por meio das oposições do CONLUTE e da CONLUTAS, consolidando-se a partir de 2010. (UNIPA, 2013)

Além disso, anarquistas de diferentes correntes em todo o Brasil, com maior ou menor organização, participaram de várias outras iniciativas no campo dos movimentos sociais: integraram, em diversos estados, o Movimento Passe Livre (MPL), assim como movimentos negros, feministas,



indígenas e LGBTs; construíram movimentos e oposições sindicais e estudantis, assim como movimentos em favelas; impulsionaram iniciativas de cooperativas, ocupações, centros culturais e educação popular. (Rocha et alli, 2018)

### Referências

- ADDOR, Carlos A. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. *O que é Sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- AVT (A Voz do Trabalhador). “A Voz do Trabalhador”. In: *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 1 de julho de 1908.
- BATALHA, Claudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BOOKCHIN, Murray. “Anarquismo Social ou Anarquismo de Estilo de Vida: um abismo intransponível”. In: *Anarquismo, Crítica e Autocrítica*. São Paulo: Hedra, 2011.
- CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). “Nossa Concepção de Poder Popular”. In: *Socialismo Libertário 1*. CAB, 2012.
- CASTRO, Rogério. *Nem Prêmio, Nem Castigo! Educação, Anarquismo e Sindicalismo em São Paulo (1909-1919)*. Curitiba: Prismas, 2017.
- CCS (Centro de Cultura Social). “Centro de Cultura Social”. Estatutos de 1945, Prontuário DEOPS-SP, num. 5 – Anarquismo.
- COB (Confederação Operária Brasileira). “Resoluções do Primeiro Congresso Operário do Brasil”. In: RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969a.
- \_\_\_\_\_. “O Segundo Congresso Operário Brasileiro”. In: Edgar Rodrigues. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969b.
- CORRÊA, Felipe. “Movimentos Sociais, Burocratização e Poder Popular: da teoria à prática”. In: *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo: Faísca, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo*. Curitiba: Prismas, 2015.
- CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael V. “Anarquismo, Teoria e História”. In: CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael V.; SILVA, Alessandro S. (orgs.). *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Prismas, 2015.
- DIAS, Quezia. “O Anarquismo e a Ditadura Militar no Rio de Janeiro: memórias de Milton Lopes”. In: EMECÊ, ano 8, num. 23. Rio de Janeiro: NPMC, 2012.
- DIELO TRUDA. “A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas”. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2017.
- DULLES, John F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

- ENEL (Encontro Nacional de Estudantes Libertários). “Encontro Nacional de Estudantes Libertários”. In: *O Protesto* num. 3, Rio Grande do Sul, dezembro de 1967.
- FAG (Federação Anarquista Gaúcha). “10 Anos pelo Socialismo e pela Liberdade (1995-2005)”. FAG, 2005.
- FARJ (Federação Anarquista do Rio de Janeiro). “A Propriedade é um Roubo”. In: *Protesta!* 4. Rio de Janeiro/São Paulo: FARJ/CATL, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Entrevista com a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ): realizada por Thierry Libertad para a revista virtual *Divergences*”. In: Anarkismo.net, 2008.
- FERREIRA, Maria N. *A Imprensa Operária no Brasil: 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- GODOY, Clayton P. “‘I Senza Patria’: padrões de difusão transnacional do movimento anarquista e sua recepção em São Paulo”. In: SANTOS, Kauan W.; SILVA, Rafael V. (orgs.) *História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018.
- HIPÓLIDE, Eduardo G. *O Teatro Anarquista Como Prática Social do Movimento Libertário (São Paulo e Rio de Janeiro de 1901 a 1922)*: São Paulo: PUC (mestrado em História), 2012.
- LOPES, Milton. “Anarquismo e Primeiro de Maio no Brasil”. In: CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael V.; SILVA, Alessandro S. (orgs.). *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Prismas: 2015.
- LUIZETTO, Flávio. “O Recurso da Ficção: um capítulo da história do anarquismo no Brasil”. In: PRADO, Antonio A. (org.). *Libertários no Brasil: memórias, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MACHADO, Antonio F. *Forjas da Liberdade: Educação Operária, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário na Niterói da Primeira República*. Rio de Janeiro: UFRJ (mestrado em História), 2017.
- MATTOS, Marcelo B. “Experiências Comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: Associação Nacional de História – ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. “Para Mapear o Confronto Político”. In: *Lua Nova* 76. São Paulo: CEDEC, 1996.
- MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis). “Princípios e Objetivos do MNCR”. Site do MNCR, 2008.
- \_\_\_\_\_. “História do MNCR”. Site do MNCR, 2011.
- MORAES, José D. “A Educação Libertária no Brasil: uma trajetória”. In: Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação, Campinas/Rio de Janeiro, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Educação Anarquista na Primeira República”. In: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José C. (orgs.). *Navegando na História da Educação Brasileira*, HISTEDBR, 2006.
- NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

OASL/FARJ (Organização Anarquista Socialismo Libertário e Federação Anarquista do Rio de Janeiro). “Elementos Para uma Reconstituição Histórica de Nossa Corrente”. In: Anarkismo.net, 2012.

OLIVEIRA, Tiago B. “Anarquismo e Revolução”: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In: SANTOS, Kauan W.; SILVA, Rafael V. (orgs.) *História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018.

ORTELLADO, Pablo. “Sobre a Passagem de um Grupo de Pessoas por um Breve Período da História”. In: RYOKI, André; ORTELLADO, Pablo. *Estamos Vencendo: resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad, 2004.

POLETTI, Caroline. “Imaginação Subversiva em Circulação: imagens anarquistas como instrumento político e o transnacionalismo imagético na imprensa anarquista e anticlerical brasileira, argentina e espanhola (1897-1936)”. In: SANTOS, Kauan W.; SILVA, Rafael V. (orgs.) *História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018.

RAMOS, Renato. “Arte e Consciência: os festivais operários no Rio de Janeiro”. In: EMECE, ano 4, num. 13. Rio de Janeiro: NPMC, 2000.

ROCHA, Bruno L.; SANTOS, Kauan W.; PENNA, Mariana A.; SILVA, Rafael V. “ ‘Ou se Vota com os de Cima ou se Luta com os de Baixo’: presença e (re)organização do anarquismo em tempos neoliberais no Brasil (1980-2013)”. In: SANTOS, Kauan W.; SILVA, Rafael V. (orgs.) *História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018.

RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

\_\_\_\_\_. *O Anarquismo no Banco dos Réus (1969-1972)*. Florianópolis: VJR, 1993.

ROMANI, Carlo. “Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil!” *Trânsitos e Confinamentos na Fronteira com a Guiana Francesa (1900 -1927)*. Campinas: UNICAMP (doutorado em História), 2003.

RYOKI, André; ORTELLADO, Pablo. *Estamos Vencendo: resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad, 2004.

SAMIS, Alexandre. “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva”. In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

SANTOS, Kauan W. “A Disseminação do Anarquismo e Suas Estratégias Políticas e Sindicais entre os Trabalhadores em São Paulo – Brasil (1890-1920).” In: CAMARERO, Hernán; MANGIANTINI, Martín (orgs.). *El Movimiento Obrero y las Izquierdas en América Latina: experiencias de lucha, inserción y organización* (vol. 1). Raleigh: A Contracorriente, 2018.

SILVA, Rafael V. *Elementos Inflamáveis: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*. Curitiba: Prismas, 2017.

\_\_\_\_\_. “Sindicalismo e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964).” In: SANTOS, Kauan W.; SILVA, Rafael V. (orgs.) *História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018a.

\_\_\_\_\_. “Ideias, Crítica e Combate: o anarquismo na ditadura militar brasileira (1964-1985).” In: SANTOS, Kauan W.; SILVA, Rafael V. (orgs.) *História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018b.

\_\_\_\_\_. *Um Anarquismo Latino-Americano: estudo comparativo e transnacional das experiências na Argentina, Brasil e Uruguai (1959-1985)*. Seropédica: UFRRJ (doutorado em História), 2018c.

SILVA, Rodrigo R. “Anarquistas e Sindicalistas em São Paulo: repressão política e resistência nos anos 1930”. In: SANTOS, Kauan W.; SILVA, Rafael V. (orgs.) *História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018.

SOAG (Solidariedade a Ocupação Anita Garibaldi). “Anita Garibaldi: história da ocupação”, 2013.

TOLEDO, Edilene. “‘Para a União do Proletariado Brasileiro’: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da Primeira República”. In: *Perseu: história, memória e política*, num. 10, ano 7, 2013.

TOLEDO, Edilene; BIONDI, Luigi. “Constructing Syndicalism and Anarchism Globally: the transnational making of the syndicalist movement in São Paulo, Brazil 1895-1935.” In: HIRSH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: the praxis of national liberation, internationalism and social revolution*. Leiden: Brill, 2014.

UNIPA (União Popular Anarquista). “10 Anos de Luta Sindical e Estudantil”. In: *Causa do Povo* 67, jan.-mar. de 2013.

VAN DER WALT, Lucien. “De Volta para o Futuro: a retomada e a relevância do anarquismo, do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário para a esquerda e os movimentos de trabalhadores do século XXI”. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2019a.

\_\_\_\_\_. “Anarquismo, Sindicalismo de Intenção Revolucionária e Anti-Imperialismo”. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2019b.

VINICIUS, Leo. *Antes de Junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista*. Florianópolis: Em Debate (UFSC), 2014.

## 15. Investigação baseada nas artes: por uma estética do oprimido

Renata Frazão Matsuo<sup>22</sup>

### Introdução

Na escrita deste texto busco ser coerente com os pressupostos teóricos que sustentam o meu pensamento, para tanto, faço uso do tripé “História, Biografia e Sociedade” proposto por Mills (1972), partindo da minha história pessoal, mas alinhando com o contexto histórico, social e político no qual vivemos. Denzin (2018b) nos convida a pensar em uma autoetnografia, um projeto de construção de conhecimento que faz uso da biografia de quem escreve e expandi para o que é cultural, parte do que é particular para fundamentar o contexto histórico.

I want to turn the autoethnographic project into a critical, performative practice, a practice that begins with the biography of the writer and moves outward to culture, discourse, history and ideology. Interpretative autoethnography allows the researcher to take up each person’s life in its immediate particularity and to ground the life in its historical moment (DENZIN, 2018b p. 33).

Meu intuito não é construir uma autoetnografia, mas inspirada nesses dois autores, Denzin e Mills, tecer um texto dialógico e crítico a partir da minha história pessoal trazendo a literatura para iluminar as ideias.

Os últimos acontecimentos políticos e econômicos do nosso país abalaram de maneira profunda minhas práticas como docente, me fazendo (re) pensar muitas ações. Nos últimos dois anos passei a refletir sobre quais os meus objetivos como artista, como educadora e como pesquisadora em um país (mundo) que clama por justiça social. Trabalho com formação humana, com crianças e adultos, formando artistas e educadores, e qual meu papel? Qual o meu papel como arte-educadora nesse lugar, nesse tempo, com essas pessoas?

Um dia desses encontrei um ex-aluno no metrô de São Paulo, ele me abraçou e disse: “Muito obrigada professora, passei no concurso para professor de educação física na prefeitura de São Bernardo e sua luta e resistência me fizeram ser quem sou, e hoje quero mudar a vida das crianças com quem trabalho!” Chorei! Mas senti um calafrio em pensar nessas palavras, no poder que temos como educadoras, na responsabilidade social de transformar essas vidas.

Nessa busca reflexiva e crítica frente minhas ações encontrei o grupo de estudos ECOAR (Estudos em Corpo e Arte) inserido na Escola de Artes,

---

<sup>22</sup> Renata Frazão Matsuo. Doutoranda do Programa Mudança Social e Participação Política. Contato: renata.matsuo@usp.br

Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Esse grupo, coordenado pela professora doutora Marília Velardi, tem alicerçado suas investigações nos ideais de um fazer qualitativo, investigando as “coisas” da vida, e olhando qualitativamente para essas coisas. Como um dos objetivos do grupo, tentamos encontrar formas de investigar e de legitimar nossas investigações, rompendo com as estruturas da ciência tradicional, refletindo e discutindo sobre quais caminhos seguir para construir uma pesquisa que não atenda a uma lógica disciplinar, mas que construa percursos investigativos que possam ser multidisciplinares, interdisciplinares e, especialmente, transdisciplinares.

As discussões no grupo Ecoar me fizeram descobrir a importância de se construir e produzir uma investigação que seja coerente com nosso modo de pensar o mundo, especialmente como artista. A minha imersão nesse grupo me fez compreender que minha forma de investigar deveria ser coerente com a minha forma de perceber o mundo, e mais do que uma pesquisa SOBRE arte, minha pesquisa deveria fazer uso da ARTE como caminho. Mais do que estudar sobre a arte, o que me interessa é COMO estudar a arte, utilizando racionalidades que são do campo das artes para estudar ela mesma.

Assim como a ciência é um modo de pensar o mundo, a arte também é uma forma de enxergar o mundo, e por que não a utilizar como caminho/percurso na construção e produção de conhecimento?

Há seis meses ingressei no doutorado, e busco meu percurso investigativo. Um percurso que possibilite abarcar as questões da vida em movimento, investigar a minha prática, que é artística e pedagógica, em um momento político em que o medo domina as pessoas e as liberdades ficaram em suspensão.

Qual o papel da pesquisa qualitativa crítica em um presente histórico quando a necessidade de justiça social nunca foi tão grande? Este é um presente histórico que clama por visões emancipatórias, por visões que inspirem investigações transformadoras e por investigações que possam fornecer autoridade moral para mover as pessoas a lutar e resistir à opressão (DENZIN, 2018a p. 2).

Como professora e artista-pesquisadora procuro uma investigação que possa ser transdisciplinar, artística, transformadora e comprometida com a justiça social, especialmente quando meu principal campo de atuação são Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, com alunos e alunas que chegaram à graduação com muito esforço (repetidamente os primeiros da família a cursarem o ensino superior), que trabalham e estudam, são mães e pais de família, que enxergam nesse lugar o potencial de transformação para suas vidas. Leciono em cursos de licenciatura e bacharelado em educação

física e não assumir este papel neste tempo e neste lugar é sinal de omissão frente a minha tarefa-ofício.

A busca por uma investigação dessa natureza nos aponta alguns caminhos teóricos necessários para iluminar esse modo de pensar. Neste artigo intenciono trazer algumas pessoas autoras que dialogam com esse modo de fazer pesquisa, contextualizando e descortinando diferentes formas de se construir e produzir uma investigação qualitativa crítica, que seja pedagógica e artística. Meu objetivo é discutir e questionar o uso da Investigação Baseada nas Artes como uma forma de investigação que possibilite trazer à tona questões sociais vividas no contexto atual. Neste percurso pretendo dialogar com os escritos de Augusto Boal sobre a Estética do Oprimido, uma possibilidade de ação e resistência nas investigações que me proponho a construir.

### *Método como forma de pensamento: pensando qualitativamente*

A proposta da professora Marília Velardi é de que as investigações qualitativas podem acontecer num espectro, cujo vórtex é um *continuum* que vai daquelas investigações qualitativas realizadas sob uma perspectiva positiva de ciência, até os estudos que têm sido construídos na busca de novas epistemologias, denominadas radicalmente qualitativas ou pós qualitativas (VELARDI, 2018). Como pessoas investigadoras qualitativas o que se faz necessário talvez seja localizar em quais lugares desse espectro está o meu modo de pensar sobre a coisa pesquisada. Para tanto torna-se necessário descobrir qual o meu modo de pensar, para então delinear a escolha do método e a coerência com a construção epistêmica.

Para Denzin e Lincoln (2006) o pesquisador qualitativo é guiado por princípios que combinam crenças: - ontológicas: que tipo de ser é o ser humano e qual a natureza da realidade investigada?; - epistemológicas: qual a relação existente entre o investigador e a coisa investigada?; - e metodológica: como conhecemos o mundo, ou adquirimos conhecimentos a seu respeito? Essas crenças irão determinar o modo como o pesquisador enxerga o mundo e, portanto como ele agirá, construindo sua investigação.

O início de toda pesquisa deveria ser anterior a escolha da técnica que será operacionalizada. Método não é a estratégia que será utilizada, método é forma de pensamento, como penso SOBRE e não somente como penso PARA (instrumentos e procedimentos). De que maneira que eu estou pensando sobre a coisa investigada? De que MANEIRAS eu poderia pensar ou deveria pensar para fazer esse tipo de pesquisa?

Adotar um método deveria significar estudarmos os estudos dos métodos: metodologias (etimologicamente compreendida como os estudos sobre os caminhos para investigar). Ou seja, estudarmos os modos como os

métodos foram construídos e identificarmos se como pensamos e agimos está intrinsecamente relacionado àquele método que optamos por utilizar. Para isso seria fundamental nos indagarmos: como nós pensamos, como os nossos pensamentos sobre as coisas foi construído e se construindo ao longo da nossa biografia? Sabemos sobre isso ou somos impelidas a formular problemas, objetivos e delimitarmos objetos antes mesmo de sabermos como pensamos sobre o que vemos, vivemos e lemos? Nós sabemos como pensamos quando pensamos em escolher métodos como forma de proceder e de fazer acontecer a pesquisa que faremos? (VELARDI, 2018 P.48)

Quando iniciamos uma pesquisa, normalmente vinculadas a um grupo de pesquisa ou linha de pesquisa, partimos do pressuposto que todos pensam do mesmo jeito, e isso nos impede de descobrir nossa lógica na construção do conhecimento. A forma de pensar é determinada previamente pelos métodos tradicionais (dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo), que acabam determinando nossas ações na pesquisa.

A universidade deveria ser o lugar por excelência para construir essa estruturação de pensamento, do modo como penso, ligado a minha biografia e a coisa investigada. O grande problema é que estamos lidando com uma lógica neoliberal de produção que nos coloca como produtores de pesquisas e não como pesquisadores em formação. Somos levadas a pensar de uma maneira hegemônica, baseadas em uma racionalidade historicamente imposta nos ditames da ciência tradicional.

Quando nos propomos a construir pesquisas qualitativas, intersubjetivas, em que a experiência por si só já é a investigação, como encontrar o caminho investigativo? Qual o método de pensar? Qual método de proceder?

Construir uma investigação qualitativa coerente e ética significa adequar o modo como pensamos ao modo como iremos agir. Saldaña (2015) nos aconselha a “Pensar qualitativamente! “. No seu livro “Thinking Qualitatively: methods of mind” ele propõe diferentes epistemologias que permitem a construção de distintas estratégias de investigação qualitativa, desafiando as pessoas leitoras a modificar a visão sobre a pesquisa qualitativa. Sua intenção é que deixemos de acreditar na pesquisa como uma investigação que use métodos somente como ferramentas para a coleta de dados, e que consideremos a investigação qualitativa fazendo uso do método como forma de pensamento, *method of mind*. Cada capítulo do seu livro nos conduz à uma diferente forma de se pensar (analítica, simbólica, artística, narrativamente...) e de como construir seu projeto de pesquisa a luz desse pensamento.

Pensar qualitativamente significa refletir:

De que jeito que eu penso?



E como esse jeito de pensar pode alicerçar meu fazer investigativo?

### *Investigação baseada nas artes: pensando artisticamente*

Como professora, artista e pesquisadora, estou inserida nos processos que me instigam à investigação, estou mergulhada na experiência e é nesse contexto em movimento que busco formas de construir um conhecimento que é sensível, experiencial e estético. Buscando coerência para construir a pesquisa a partir de como penso, descubro que penso artisticamente e por meio do corpo. Nesta perspectiva tenho me mobilizado a encontrar processos investigativos artísticos e artesanais, para que além de me inspirar, possam articular conhecimentos teóricos e experienciais (sensoriais e subjetivos).

Uma das tarefas artesanais das pesquisas radicalmente qualitativas envolve trazer à tona o que é sensível e experiencial, dando vida ao processo, seja na escrita ou na materialização da experiência sensível. Isto seria, para Mills (1972), um artesanato intelectual, uma vez que o contexto -histórico e social - daquilo que se está investigando, e as pessoas COM quem estamos construindo compõem a coisa a ser investigada.

Penso artisticamente como educadora e como pesquisadora... Minhas tomadas de decisão, a escolha da preparação corporal das minhas alunas e alunos, a escolha das técnicas envolvidas e a construção e produção do conhecimento são inspiradas em processos próprios de criação artística (FERNANDEZ, MATSUO e VELARDI, 2017).

Quando Saldaña (2015) nos convida a pensar como artistas, sua intenção é nos instigar à abandonar as tradicionais formas de se construir a pesquisa acadêmica. Para o autor, pensar artisticamente significa perceber que os eventos da vida não acontecem aleatoriamente, mas organizados esteticamente, relacionados aos sentidos e evocando respostas emocionais. Trazendo isso para o campo das investigações, pensar artisticamente significa encontrar o artista em si e a partir dele explorar o mundo (ou campo ou vida) que se pretende conhecer.

As chamadas Investigações Baseadas nas Artes (IBA) passam a ser uma possibilidade de inspiração, de provocação, de ilustração, de apresentação dos dados, mas também, e principalmente uma maneira de se pensar e agir no mundo, transgredindo o modo de se fazer pesquisa na academia. A IBA é definida por Leavy (2018) como uma abordagem transdisciplinar que faz uso dos princípios criativos da arte para a construção de conhecimento no contexto da pesquisa acadêmica. Trata-se do uso das artes na investigação, possibilitando dar vida ao processo, trazendo a experiência como cerne da pesquisa.

Historicamente a IBA tem possibilitado três abordagens interessantes para o seu uso (LEAVY, 2018; FERNANDEZ, MATSUO e VELARDI, 2017).

Relaciona-se a propriedade terapêutica a arte tem, possibilitando o seu uso no campo da psicologia para instigar e compreender questões voltadas à "arte terapia".

Uma outra prática da IBA é sua utilidade para estudar um problema (geralmente de ordem social ou escolar). A arte é usada neste caso, na captação de dados, para analisar e apresentar os resultados. Durante as investigações ela pode ser usada em um processo, ou em todos.

A terceira e última proposta do uso da IBA no campo das investigações é a disponibilidade de se estudar a arte em si, compreendendo e descrevendo os processos de uma determinada construção artística. Nesse percurso é importante ressaltar que a pessoa pesquisadora deve estar consciente de que trata-se de um processo investigativo incontrolável e impermanente e, nos cabe narrar os acontecimentos, dando vida aos processos. Além disso, fica claro que a obra de arte em si às vezes não dá conta de trazer à tona a experiência e a construção do conhecimento, portanto a pessoa artista-investigadora necessita criar formas (materialidades, textos performáticos, performances) para trazer à tona o processo.

Nessa última proposta a pesquisa deveria ser sempre sobre método, contando sobre como pensamos, como organizamos, narrar as decisões tomadas, as linhas tecidas e as falhas do percurso. Para tanto, é preciso se assumir como metodologista e reconhecer os riscos e as responsabilidades que esta tarefa nos cabe (VELARDI, 2018).

Como investigadora qualitativa (e radical) entender a IBA como um caminho (método) para incorporar o fazer artístico como lócus de problematização de conceitos, elucidação de questões e viabilização de modos de apresentação dos resultados/achados, da e na experiência me permite abrir horizontes. Mais do que fazer uso da arte ou pesquisar sobre arte, podemos discutir e questionar a IBA como uma forma de investigação que possibilita trazer à tona questões sociais vividas no contexto atual.

### *Performance como investigação: a estética do oprimido*

“Enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer não  
Eu canto” (BELCHIOR, 1978)

Nas nossas investigações por vezes o “objeto de estudo” não é um objeto, mas uma coisa (INGOLD, 2012). As vezes nossos “dados”, não são dados (DENZIN, 2016). Não temos hipóteses e os resultados não podem ser

descritos, nem representados, e muito menos analisados. Há diferentes conhecimentos e há maneiras diferentes de olhar para esses conhecimentos, “pensamento simbólico e pensamento sensível” nos diria Augusto Boal (2009). O pensamento sensível é uma forma de pensar não verbal que orienta e estrutura o conhecimento sensível, e a arte amplia e aprofunda essa capacidade. Para Boal, na percepção de mundo coexistem as duas formas de pensar e de compreender os conhecimentos. Não pensamos só com palavras, mas com sons e imagens (e movimento).

Repito: Assim como a ciência é um modo de pensar o mundo, a arte também é uma forma de enxergar o mundo, e por que não utilizá-la como caminho/percurso na construção e produção de conhecimento?

Eisner (2006) representa a ideia de pesquisa como um grande “guarda-chuva”, em que se abarcam os processos que intencionam compreender o mundo. Neste guarda-chuva estaria, para ele, a Ciência e a Arte, que, apesar de visarem atingir um objetivo comum - construir conhecimento por meio de caminhos investigativos - se diferenciam exatamente pela forma de olhar e construir esse conhecimento. Para o autor a arte possibilita entender o mundo de forma mais imaginativa e emocionalmente, e como artistas, desenvolvemos condutas de pesquisa que são direcionadas por escolhas estéticas, a fim de revelar aspectos da vida.

Talvez essa seja a vocação da arte na academia, justamente romper radicalmente com preceitos hegemônicos que separam, por exemplo, o sujeito pesquisado do sujeito pesquisador (ambos envolvidos e mergulhados no processo), romper com a ideia de afastamento do campo (uma vez que a artista é por vezes o campo), romper com a racionalidade desenfreada sobre questões humanas, expondo os caminhos que só a arte consegue e pode fazer para “des-cobrir” e enxergar o sensível (VELARDI, 2015).

Norman Denzin propõe o uso da performance como investigação, propondo novas maneiras de tornar o mundo visível sem privilegiar a palavra, mas sim intervenções performativas que podem aumentar a consciência crítico-reflexiva. Para ele é necessário buscar novas práticas interpretativas para fazer o mundo visível.

Nuestras prácticas de investigación serão performativas, pedagógicas y políticas. A través de nuestra escritura y nuestra charla, promulgamos el mundo que estudiamos. Estas actuaciones son desordenadas y pedagógicas. Ellas enseñan a nuestros lectores acerca de este mundo y cómo nos ven. Lo pedagógico es siempre moral y político; promulgando una forma de ver y de ser, cuestiona, concursa, o hace suyas las formas hegemónicas oficiales de ver y representar el outro. (DENZIN, 2013, p. 212)

Denzin nos instiga a pensar o mundo como uma performance, partindo da premissa que somos todos performers e o mundo é uma performance. Não somos um texto. Neste sentido, para o autor precisamos

de um modelo de investigação que abarque esse modo de pensar, que seja ao mesmo tempo político, reflexivo, retórico e performativo.

Sua ideia de performance está embasada nas teorias de Paulo Freire (Pedagogia do Oprimido), de Augusto Boal (Teatro do Oprimido) e das bases epistemológicas sobre performance propostas por Conquergood, Goffman, Turner, Schechner, Madison e Saldaña.

Performance seria então uma subjetivação, uma proposta de leitura do mundo, dando ênfase a experiência atuada como uma forma de conhecer e compreender o mundo. Para Denzin (2016) se trata de uma investigação crítica visto que as experiências atuadas permitem trazer à tona emoção, memória, desejo e compreensão. Interpretações performativas que são ao mesmo tempo dramáticas, poéticas e imaginativas, mas também críticas. “Sou sujeito, mas sou performer da minha história”.

La pedagogia crítica entende la performance como una forma de investigación. Considera la performance como una forma de activismo, como crítica, como ciudadanía crítica. Se busca una forma de praxis performativa que inspira y empodera a las personas a actuar desde sus impulsos utópicos (Denzin, 2016 p. 62)

Além de dar vida a um conhecimento que é sensorial e sensível, a proposta dessa forma de investigação é que ela seja pedagógica, uma possibilidade de construção de conhecimento que permita o diálogo entre pessoas (pesquisadora e pesquisada) e o intercâmbio entre o que é político, biográfico e histórico. Nesse lugar é possível performar suas experiências, ensinar uns aos outros (pedagogia do oprimido), e possibilitar falar de assuntos sociais, mas que são pessoais, assistindo, vivenciando e compreendendo a dor do outro, mas que também é minha (teatro do oprimido). Histórias, teatro, etnodrama, as artes de maneira geral como caminho para tornar visível as estruturas opressivas da cultura, e mais do que isso, fazer essas pessoas refletirem sobre suas realidades e poderem atuar e modificar. As performances se tornam uma ação, um ato de resistência, uma forma de conectar o biográfico, o pedagógico e o político.

No livro a Estética do Oprimido de 2009, Augusto Boal alerta e denuncia sobre o “analfabetismo estético”, apontando os problemas de uma sociedade que foi castrada esteticamente. Este resultado catastrófico surge a partir de uma sociedade neoliberal que obedientemente, e sem pensar, atende as mensagens imperativas da mídia, da cátedra e do palanque, favorecendo a dominação dos oprimidos por meio da “Invasão Cerebral”. Como cidadãos (e artistas) temos que agir por meio da “contracomunicação, da contracultura-de-massas e do contradogmatismo”.

Boal defende a educação estética, por meio do que chamou de “Estética do Oprimido” para que se possa desenvolver o pensamento sensível, produzir arte. Para ele é absurdo pensar em uma só estética,

defendendo a existência de muitas, uma vez que vivemos em sociedades divididas em classes, castas, etnias, nações religiões e outras confrontações divergentes que nos formam. Estética não seria única e também não se pode defini-la como a ciência do Belo, mas sim como a ciência da comunicação sensorial e da sensibilidade. Com a Estética do Oprimido ele prevê a busca por uma verdade individual, inserida em uma realidade política e social por meio da arte pedagógica.

“Arte e Estética são instrumentos de libertação.” Mas para Boal não basta consumir, é necessário sermos artistas, e para tanto ele propõe o teatro, que denominou: Teatro do Oprimido. Uma ação artística que não atua no modo indicativo – “Eu faço!”, nem no gerúndio – “Estou fazendo” e muito menos no modo imperativo – “Faça!”. Sua proposta com o Teatro do Oprimido é desenvolver no modo subjuntivo em dois tempos:

pretérito imperfeito: “... e se eu fizesse?”

no futuro: “... e se eu fizer?”

Em seu pensamento o método subjuntivo é a instauração da dúvida e a experimentação da ação futura, antidogmatismo, para que pedagogicamente se possa favorecer a descoberta (de algo que muitas vezes já se sabe) e trazer à consciência o seu próprio conhecimento. Como disse um camponês do MST: “O Teatro do Oprimido é bom porque permite que a gente aprenda tudo que já sabia” (BOAL, 2009 p. 57). Colocando as pessoas no centro da ação artística, a estética do oprimido pode auxiliar as pessoas a descobrirem a arte, a sua própria arte, descobrindo a si, ao mundo e a sua relação nele e com ele.

A Estética do Oprimido é uma forma essencial de combater a Invasão dos Cérebros porque coloca o oprimido como protagonista do processo estético, não simples fruidor de arte. Não leva a cultura ao povo, mas oferece meios estéticos necessários para o desenvolvimento da sua própria cultura, com seus próprios meios e metas. Não apenas educa nos elementos essenciais do como se pode fazer, mas, pedagogicamente, estimula os participantes a buscarem seus caminhos (BOAL, 2009, p. 166).

Os pensamentos de Charles Wright Mills trouxeram a biografia das pessoas para o centro das investigações sociais, nos possibilitando entender que um problema privado pode vir a se tornar questões públicas quando conectamos biografia ao contexto histórico, e o contexto histórico ao que é biográfico, e às injustiças sociais (DENZIN, 2018b).

Nas ações de Augusto Boal, simultaneamente à dramaturgia, os participantes descrevem o problema real. Em seu teatro, espectadores e artistas constroem juntos o espetáculo a partir da construção de um “Modelo”, que pode ser uma cena ou uma peça. Esse Modelo é escrito (e depois aprovado) coletivamente e deve expressar o pensamento e a

necessidade do grupo. A equipe criadora desse Modelo deve “mergulhar dentro de si e lançar pontes aos coartistas” (BOAL, 2009, p.163). A partir do processo estético de criação, provocada pela intervenção dos “espect-atores” em busca de alternativas de ação, inicia-se a produção artística, que reflete a percepção do grupo e seu desejo de mudança.

Para Augusto Boal essa percepção do grupo deve ocorrer em três níveis: (1) informação, (2) conhecimento e tomadas de decisão, (3) consciência ética. O primeiro e o segundo nível permite uma avaliação subjetiva sobre os acontecimentos, mas é o terceiro nível que nos permite sentido e valor às decisões que tomamos. Quando questionamos e ponderamos nossas ações e escolhas e as consequências disso, estamos praticando o terceiro nível de percepção. Na sua obra, Boal propõe que o teatro e a estética do oprimido desenvolvam ações para favorecer e ampliar todos os níveis de percepção, especialmente este terceiro, para que as escolhas sejam conscientes.

O processo estético da criação deve conduzir a um produto artístico bem acabado – o Modelo – que deve refletir a percepção do grupo e seu desejo de mudança. No espetáculo, o Modelo será submetido a um original processo de criação coletiva através do combate teatral e não da pura palavra, criação esta provocada pela intervenção dos espect-atores em busca de alternativas de ação. As intervenções de cada espect-ator valem não só pelo que dizem, mas pela voz com que o dizem; não só pelo fazer, mas pela forma de fazê-lo. Não só pelo feito, mas pelo que se deixou de lado (BOAL, 2009, p.163-164).

Boal inspira uma ação ativista, usando a arte (teatro do oprimido) em uma construção coletiva (espect.-atores), usando a experiência de opressão para mudar a história. Em suas práticas, a formação da equipe criadora prescinde que todas as pessoas devam pertencer à mesma categoria social, vivendo semelhantes condições e tendo os mesmos objetivos de mudar a realidade em que se vive. Se buscamos uma investigação comprometida com a mudança social, especialmente no momento acadêmico em que temos nos importado com o lugar de fala das pessoas envolvidas na construção investigativa, advogar pela estética do oprimido em uma investigação baseada nas artes é fundamental.

### *Investigação baseada nas artes: que caminho percorrer?*

A escolha do tipo de pesquisa que iremos adotar em nosso processo de construção e produção de conhecimento deveria ocorrer por um exaustivo processo de elucubração sobre a natureza da questão a ser investigada. Quando nos debruçamos sobre questões sociais e a experiência, sensorial e sensível, fazem parte da nossa problemática, adequar os

caminhos investigativos significa buscar formas que possibilitem trazer à tona um conhecimento que por vezes é processual e impermanente.

No Ecoar temos aprendido e apreendido esse modo de pensar e de construir investigação. Como pessoas artistas e pesquisadoras, temos produzido performances, investigações performáticas e performances investigativas:

“Impermanente Movimento” - 2016: (paisagem sonora Isabel Nogueira e Luciano Zanatta) <https://archive.org/details/PLATARECS168>. Obra artística, performance artística, mas também um projeto de investigação, composto por artistas/pesquisadores, que contou com a ideia de pesquisa colaborativa proposta por Denzin (2018b), unindo universidades públicas do Brasil.

“(TRA) vestidas” - 2017: uma concepção coreográfica onde discutimos sobre os vários papéis que como mulher assumimos cotidianamente. Performance composta de quatro atuações/coreografias, cada qual encenada/dançada por uma integrante.

“If I were me” - 2018: ampliação da obra (TRA) vestidas a partir do texto de Clarice Lispector “Se eu fosse eu”. Performance que também ocorreu por meio de ações colaborativas, contou com estudos de Isabel Nogueira e Linda O’Keeffe na criação de uma paisagem sonora a partir de áudios coletados entre todas as pessoas envolvidas respondendo a seguinte questão: Se você fosse você, quem você seria? A paisagem sonora e a concepção cênica viraram uma performance, que em todo seu processo foi investigativa.

Todas essas construções artísticas, em que o próprio processo de criação da performance nos trouxe a necessidade de investigar, criando um ciclo investigativo de performance-investigação-performance, possibilitou uma práxis investigativa proposta por Denzin (2016). Criamos práxis investigativas, que comunicaram e mediaram diálogos entre homens e mulheres sobre diversos temas que são biográficos, mas sociais e históricos: religião, preconceito, violência de gênero, feminicídio.

Como pesquisadora brasileira, preocupada com a experiência, com a vida, situada dentro e contra um mundo que está aparentemente no limite, volto a questão que deu início a esse texto: qual meu papel como educadora, artista e pesquisadora?

Este é o chamado que o professor Denzin faz em seu artigo “Investigação Qualitativa Crítica” de 2018, e que todos os anos tem reafirmado nas conferências de abertura de um dos maiores eventos de pesquisa qualitativa de todo o mundo: International Congress of Qualitative Inquiry. É um chamado e a assunção de um compromisso. Para o professor Denzin, a Investigação Qualitativa não busca mais somente interpretar o mundo, (foco e compromisso da pesquisa qualitativa tradicional), mas transformá-lo. Uma pesquisa ativista eticamente responsável, performativa, dialógica e pedagógica.

Nem todas as pessoas pesquisadoras se interessarão por esse modo de se investigar. Mas para mim, não é somente necessário, mas inevitável.

Como pessoas preocupadas com a humanidade nas ciências, é preciso que nossas investigações assumam um lugar ético, político e estético. Uma investigação comprometida com a construção de conhecimento crítico, conscientizador e transformador, constituindo um tipo de investigação ativista, dialógica e performática, que pedagogicamente possa favorecer a consciência crítica e a emancipação.

### *Referências*

- BELCHIOR, Antonio, Carlos. *Divina Comédia Humana. Todos os sentidos*, 1978.
- BOAL, Augusto. *A estética do oprimido*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- DENZIN, Norman Kent. "Autoetnografia analítica ou novo déjà vu". *Astrolabe*, n. 11, 2013, p. 207-220..
- \_\_\_\_\_. "Re-leyendo performance, praxis y política". *Investigación Cualitativa*, v. 1, n. 1, 2016, p. 57-78.
- \_\_\_\_\_. "Investigação Qualitativa Crítica". *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 13, n. 1, 2018a.
- \_\_\_\_\_. *Performance autoethnography: Critical pedagogy and the politics of culture*. 2ed. Nova Iorque: Routledge, 2018b.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2ed. São Paulo: Artmed, 2006.
- EISNER, Elliot. Does arts-based research have a future? Inaugural lecture for the first European conference on arts-based research Belfast, Northern Ireland, June 2005. *Studies in art education*, v. 48, n. 1, 2006, p. 9-18.
- FERNANDEZ, Wesley; MATSUO, Renata Frazão; VELARDI, Marília. A investigação baseada nas artes ou o arts based research como estratégia de investigação. In.: PEREIRA, Diamantino (org) *Mudança Social e Participação Política: estudos e ações transdisciplinares*. São Paulo: Annablume, 2017.
- INGOLD, Tim. "Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais". *Horizontes antropológicos*, v. 18, n. 37, 2012, p. 25-44.
- LEAVY, Patricia (Ed.). *Handbook of arts-based research*. Guilford Publications, 2018.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- SALDAÑA Johny. *Thinking Qualitatively: methods of mind*. Washington DC: SAGE, 2015.
- VELARDI, Marília. Questionamentos e propostas sobre corpos de emergência: reflexões sobre investigação artística radicalmente qualitativa. *MORINGA-Artes do Espetáculo*, v. 9, n. 1, 2018.
- \_\_\_\_\_. Pensando sobre pesquisa em artes da cena. In: *50 Seminário de Pesquisas em Andamento PPGAC/USP*, 2015, São Paulo. *Resumos do...* São Paulo: PPGAC-ECA/USP, 2015. p. 97-102.





## 16. Filosofia Ubuntu: Ontologia, Natureza E Cultura

Marcelo José Derzi Moraes<sup>23</sup>

Mariane Biteti<sup>24</sup>

### *Introdução*

Os cientistas Crutsem e Stormer compreendem que o holoceno, que consiste na época geológica mais recente e coincidente com a presença humana na Terra, adquire um novo sentido desde a revolução industrial na Europa e seu reflexo colonial, o suposto desenvolvimento, a expansão econômica, o consumo desenfreado dos recursos naturais, dos combustíveis fósseis, dos fertilizantes e da emissão de gases de efeito estufa, que se intensificaram sobretudo na segunda metade do século XX, colocando os homens num papel de centralidade desse processo. Diante disso que se pensou substituir Holoceno por Antropoceno, dando o devido destaque às transformações geológicas e ecológicas provocadas pela humanidade. De acordo com Rockstrom et al.:

Although Earth has undergone many periods of significant environmental change, the planet's environment has been unusually stable for the past 10,000. This period of stability — known to geologists as the Holocene — has seen human civilizations arise, develop and thrive. Such stability may now be under threat. Since the Industrial Revolution, a new era has arisen, the Anthropocene, in which human actions have become the main driver of global environmental change... (2009, p. 472).

Assim, compreendemos como um desafio problematizar as bases epistemológicas que o Antropoceno está fundamentado, uma vez que, considerando sua referência moderna, tal noção parte de uma centralidade do homem enquanto aquele que investiga e interfere na natureza, numa relação de exterioridade subjugada. Além disso, é preciso estar atento a uma certa narrativa política na qual o antropoceno está inserido, visto que a dimensão ética e ontológica, que envolve a relação entre os distintos modos do estar do homem com a natureza, conduz a narrativa do antropoceno ao nível de uma crítica mais relevante e fundamental nesse trabalho.

O paradigma da ciência moderna, na medida em que parte da relação homem-natureza enquanto um sentido universal de natureza e de homem, estritamente abstrato, constitui a produção científica a partir de um sistema de representação que exclui outras formas de ser, viver, relacionar e de conhecer. A narrativa política concentrada no conceito de antropoceno, é um discurso que se repete, invocando países e nações a se posicionarem globalmente, em defesa da natureza e com a preocupação com o lugar da humanidade no planeta. João Ferrão explica que: “a escala, complexidade e

---

<sup>23</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro marcelojdmoraes@gmail.com

<sup>24</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro bitetimariane@gmail.com

imprevisibilidade que caracterizam o Antropoceno colocam igualmente no centro do debate a necessidade de criar novas formas de governança global, em termos geopolíticos e cívicos” (2017, p. 218). É preciso, no entanto, considerar que essa governança é também a reprodução de uma aliança com uma certa governança corporativa, na qual muitas empresas que representam riscos ambientais, a maioria delas vindas de países ditos desenvolvidos, e que se concentram, nos países subdesenvolvidos a fim de explorar matéria prima e mão de obra barata. Além disso, elas não demonstram o que corre realmente em relação às suas práticas e suas políticas, visto que, muitas dessas grandes empresas, estão envolvidas em crimes ambientais de proporções imensuráveis, haja vista, o que ocorreu nas cidades de Brumadinho e Mariana, em Minas gerais, nos anos de 2015 e 2019.

Nesse cenário que autores como Acosta e Brand nos conduzem a pensar os conceitos de pós-extrativismo e decrescimento (2018). Noções que agenciam uma incapacidade da natureza se regenerar diante do impacto crescente que as atividades econômicas e anseios de lucro capitalista exercem. Os autores defendem a ideia de uma reversão do desenvolvimento nos países centrais e da superação de uma economia pautada em práticas extrativistas predatórias nos países da América do Sul, mais que uma interrupção ou freio.

O conceito de antropoceno opera à luz da relação dicotômica homem-natureza, na qual, as ações humanas afetariam nos processos naturais. Ora, a questão é que essa forma de olhar e pensar, pressuporia que fosse possível falar de uma natureza pura, originária, que nunca tocada, se transformou a partir do encontro entre homem ou cultura, com essa natureza virgem, primeira, que seria, diante disso, apta para a socialização entre cultura e natureza, na qual o homem pudesse se relacionar. Ora, desconsiderando todas as sociedades que nunca se relacionaram com a natureza a partir da lógica da exploração e da destruição, essa perspectiva, que é etnocêntrica e comete um epistemicídio, parte da posição que é preciso entender modos possíveis de relação no qual o homem a entende enquanto um outro a ser descoberto e dominado. O discurso da “consciência ambiental” é uma forma de reforçar esse pensamento e essa prática que entende a natureza como um outro menor e inferior, como uma necessidade de sugerir que há uma alienação da produção social da natureza e que isso difere em temporalidade, espacialidade e modo de vida. (Lima, 2015). A questão, portanto, a centralidade do homem, categoria universal, que a partir de uma perspectiva eurocêntrica objetificada, não considera realidades diferentes e múltiplas em termos geográficos, econômicos e culturais, sobretudo realidades de classe, raça e gênero que, reunidos ou mesmo particularizados, já implicariam em relações distintas de interferências no ambiente. Além disso, se retornarmos a discussão das grandes corporações, o movimento operado a partir de Sociedades Anônimas, S/A, torna-se ainda mais difícil generalizar o homem (genérico/abstrato) como agente de uma nova era

geológica, uma vez que o capital dividido em ações, apaga o rastro do humano.

Diante dessa realidade na qual chegamos, supomos que seja fundamental deslocar a dicotomia hierarquizada de homem-natureza a partir de uma outra ética e um outro modo de ser e existir referenciados na filosofia africana do Ubuntu, desse modo emprestamos visibilidade aos imaginários nativos alternativos como partes importantes da definição de futuro (Ramos, 2013).

### *O Antropoceno é uma categoria colonial: Por uma outra ética ambiental*

A partir das categorias de cultura e de natureza, o pensamento científico-filosófico olhou, além-mar, para o outro, o diferente dele, e definindo-o, delimitou-o segundo essas e outras categorias, compreendendo o africano e o indígena enquanto um não-humano ou menos do que um humano, que podemos chamar de racismo epistemológico. Seguido das invasões coloniais, a produção epistemicida, foi umas das tantas violências epistêmicas promovidas pelo europeu invasor. Toda essa produção epistemológica racista, consiste em ver os africanos e indígenas como carentes de cultura, e que possuindo uma vida natural, sem cultura, estariam mais próximos dos animais (Nogueira, 2014). Esse pensamento e suas práticas etnocêntricas racistas, renegou, apagou, destruiu todas as possibilidades de encontramos nessas sociedades, outras possibilidades para pensarmos a relação do homem com a natureza, da sociedade com a natureza que não passe pela via predatória da cultura ocidental.

O etnocídio promovido pela violência colonial-epistêmica, promoveu uma destruição de dimensões incalculáveis, que afetou o passado e o futuro das sociedades colonizadas. Esse “fascismo epistemológico existe sob a forma de epistemicídio cuja versão mais violenta foi a conversão forçada e a supressão dos conhecimentos não ocidentais levadas a cabo pelo colonialismo europeu” (Santos; Meneses, 2010, p. 544). O fascismo epistemicida, que reproduz um racismo epistêmico, revela a cena mundial que se repete ainda hoje em termos de manutenção de um pensamento eurocentrado, uma vez que quando falamos de um antropoceno, é o homem branco universal na centralidade do problema e da solução. O epistemicídio, portanto, se repete ainda hoje, uma vez que não considera outros saberes e outras práticas enquanto possibilidades para evitar a destruição da Terra.

Os conquistadores da África durante as injustas guerras de colonização se arrogaram a autoridade de definir filosofia. Eles fizeram isto cometendo epistemicídio, ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados. O epistemicídio não nivelou e nem eliminou totalmente as maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados, mas introduziu, entretanto, - e numa dimensão muito

sustentada através de meios ilícitos e “justos” - a tensão subsequente na relação entre as filosofias africana e ocidental na África (Ramos, 2011, p. 9).

É preciso pensar o debate do antropoceno a partir de uma perspectiva mais democrática e descentralizadora, no intuito de incluir outras narrativas e interpretações, outros povos e outras culturas, outras regiões e outros modos de se e existir. Nesse sentido, é permitir que outras vozes, vítimas do racismo e da violência epistêmica-colonial, para que se possa fazer justiça aos milhares de povos assassinados e eliminados pela colonização europeia, sobretudo, porque o ocidente não é dono do planeta e nem vive sozinho nele. Pensar em termos de abertura, de deslocamento da centralidade do modo ocidental de ser e existir, é uma prática de descolonização.

Em primeira instância, a descolonização epistemológica para dar lugar a uma nova comunicação intercultural, a um intercâmbio de experiências e de significações, como a base de outra racionalidade que possa pretender, com legitimidade, alguma universalidade. Afinal, nada é menos racional que a pretensão de que a cosmovisão específica de uma etnia particular seja imposta como a racionalidade universal, embora essa etnia se chame Europa Ocidental (Quijano, 2006, p. 426).

Ao considerarmos que a razão não é exclusivamente europeia, ocidental e que o planeta não pertence a uma única nação ou um grupo único de países, muito menos de empresas, pensar a questão do antropoceno é considerar outras epistemologias como possibilidade para a sobrevivência da vida na terra. Diante disso, a filosofia ubuntu do povo banto da África, é uma possibilidade neste momento em que a vida no planeta se encontra no limite do esgotamento global, uma vez que a filosofia ubuntu, descentraliza o homem do cenário global, entendendo que o homem não está sozinho no planeta, muito menos alguns homens e sociedades privilegiadas com as ressonâncias coloniais e a globalização. Portanto, é por meio dos saberes não-ocidentais que é possível encontrar uma potência técnica que se difere da técnica moderna europeia, que serviu para o desenvolvimento da Europa, mas, também, para seu esgotamento, e que possibilitou, sobretudo, a expansão colonial e hoje a globalização.

Produzir um conhecimento que extrapola o seu grupo étnico-racial específico, problematiza e traz novas questões para diferentes áreas de conhecimento, culturas e sujeitos sociais. Uma produção que pode constituir novos sujeitos, subjetividades e sociabilidade e superar o epistemicídio ou o assassinio do conhecimento próprio da cultura subordinada e, portanto, dos grupos sociais seus titulares (Gomes, 2010, p. 504).

A chegada do colonizador, do homem branco, os *abelung*, é a chegada da morte, do fim, que promovendo a destruição e a desunião dos povos, deixa sua marca da violência nos corpos e nas epistemes africanas. Nelson Mandela nos coloca diante da chave de virada desse texto, que ao dizer o que o invasor matou o ubuntu dos povos africanos, pontuando a diferença

entre as práticas e os pensamentos desde a África em relação à Europa, a partir da ética do povo banto : “O branco era ganancioso e ansiava por terra e o negro dividiu a terra com ele do mesmo modo que dividia o ar e a água; a terra não era para ser possuída, mas o branco se apossou da terra como alguém se apossa do cavalo de uma outra pessoa” (Mandela, 1995, p. 29).

Para o filósofo da África do Sul, Mogobe Ramose, o ubuntu representa o espírito africano, que sendo a raiz da filosofia africana, é uma ética que possui a alteridade como condição de existência de si, que descentraliza o eu, o homem e coloca o outro como condição da minha existência, esse outro, não apenas o humano, mas o que não seria humano, a saber, a natureza, os animais, os espíritos, os ancestrais, os orixás e, sobretudo, o que ainda estão por nascer. Desta maneira, o ubuntu não é uma ética humanista que o homem ocupa o lugar central, mas um modo de *ser/com* o outro, com a natureza, com a vida. O ubuntu, segundo Bas'llele Malomalo, é “o elemento central da filosofia africana, que concebe o mundo como uma teia de relações entre o divino (Oludumaré/Nzambi/Deus, Ancestrais/Orixás), a comunidade (mundo dos seres humanos) e a natureza (composta de seres animados e inanimados)” (Malomalo, 2010).

Ubuntu é a raiz da filosofia africana. A existência do africano no universo é inseparavelmente ancorada sobre ubuntu. Semelhantemente, a árvore de conhecimento africano deriva do ubuntu com o qual é conectado indivisivelmente. Ubuntu é, então, como uma fonte fluindo ontologia e epistemologia africana. Se estas últimas forem as bases da filosofia, então a filosofia africana pode ser estabelecida em e através do ubuntu. Nosso ponto de partida é que ubuntu pode visto como base da filosofia africana. (Ramosse, 1999, p. 49-66).

O ubuntu é um conceito filosófico que possui uma enorme complexidade originalidade, rompendo a com o princípio de identidade e com a ontologia clássica, não possui uma essência no sentido originário, de ser estagnado, imóvel e imodificável. O ubuntu é um ser-sendo, um vir-a-ser-sendo, que promove uma transformação na realidade a partir de seu agenciamento com outrem, seja o outro humano ou o não-humano. Essa sua estrutura permite que ao promover manutenções e transformações na realidade, *faz-fazendo*, agido em constante continuidade no seu estar no mundo, na qual sua ação contínua reorganiza o real, a vida, a natureza, mantendo toda a vida em harmonia (Ramosse, 2011). O ubuntu é a junção de dois termos que se diferem: o *ubu*, a força vital, um ser ser-sendo, anterior a um existente, se abre ao que está por vir, o via-a-ser; o *ntu* é o fenômeno particular de existências distintas, de existências particulares (Ramosse, 2002; Noguera, 2012).

*Ubuntu* é atualmente duas palavras em uma. Consiste no prefixo *ubu-* e na raiz *ntu*. *Ubu* evoca a ideia da existência, em geral. Abrindo-se à existência antes de manifestar a si mesmo na forma concreta ou no modo de existência de uma entidade particular. *Ubu* aberto à existência é sempre orientado para um desdobramento, que é uma manifestação concreta, incessantemente contínua, através de formas particulares e modos de ser (...) *ntu* é um ponto no qual a existência assume uma forma concreta

ou um modo de ser no processo contínuo de desdobramento que pode ser epistemologicamente distinto (Ramose, 1999, p. 49-66).

No entanto, o *ubu* só se realiza enquanto força e potência em conexão com o *umuntu*, ou seja, o homem, organismo vivo, dotado de consciência e racionalidade, que, em sua estrutura, passa a ser um ser-sendo, que se afirma na sua existência na relação com outrem. E é nessa relação, nessa experiência que podemos apreender o ubuntu do *umuntu*, em suas práticas e modos de ser e de existir em comunidade, uma vez que, quando *umu*, *ubu* e *ntu*, se reorganizam, lança o homem enquanto um vir a ser, proporcionando mudanças e transformações no seu estar no mundo (Ramose, 1999). Nesse sentido, considerando que o *umuntu* é o ser do mundo, da política, portanto, da ética, é na sua relação com *ubu*, ser-sendo, que ele pode modificar, transformar qualquer estrutura, lei, práticas ou existências que corroborem para o impedimento de uma existência finita e fechada.

Considerando que sempre há força para a vida, é lógico falar da força vital. Como havia mencionado anteriormente, a força vital tem como objetivo fortalecer a vida, de modo que o ponto nevrálgico da articulação da existência do *muntu* é essa mesma força. O *muntu* passa toda a sua existência buscando estar junto dessa força (Kashindi, 2017, p. 10).

A melhor maneira de traduzir ubuntu é a partir da concepção: “o que é comum a todas as pessoas”, que seria explicada pela máxima zulu e xhosa, *umuntu ngumuntu ngabantu* (uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas). Sendo uma *tshiamalenga* (a filosofia do nós), a ética ubuntu compreende que o nós vem antes do eu. Segundo Ramose, os princípios da partilha, da preocupação e do cuidado mútuo, base ética do povo bantu, encontra na solidariedade um modo de existir (Ramose, 2010). Essa postura ética compreende a alteridade como o maior valor da vida, e que a desumanização seria uma das maiores violências atribuídas ao outro. Para Renato Noguera, “a desumanização de outros seres humanos é um impedimento para o autoconhecimento e a capacidade de desfrutar de todas as nossas potencialidades humanas”, uma vez que um ser humano só é se reconhece a humanidade do outro (Noguera, 2012).

Estar com o Outro é perceber a interdependência que nos constitui como seres humanos. É estar consciente da força vital que possibilita a nossa permanência na vida. Como vimos, esse “Outro” não é apenas os seres humanos, mas também outros seres animados e inanimados. Tanto os seres humanos quanto os outros seres não humanos têm a força ou estão com ela. A interação entre seres humanos e outros seres ou entidades cósmicas é primordialmente para gerar, cuidar e transmitir a vida (Kashindi, 2017, p. 19).

Na filosofia ubuntu, portanto, além do aspecto espacial, a temporalidade é fundamental para compreender a filosofia ubuntu e o

quanto ela interfere na realidade no intuito de viver melhor na sua relação com outrem. Ao pensar na sua relação com o espaço, com o lugar, com a natureza, o ubuntu convoca três realidades dimensionais, o ubuntu não desassocia o presente (*sasa*, em swahili), o passado (*zamani*, em swahili) e o futuro (*lobi*, em lingala), que são traduções: do tempo da ancestralidade; o tempo dos vivos; o tempo dos que ainda estão por vir (Noguera, 2012; Malomalo, 2010). Assim, para entendermos a dimensão ética do ubuntu, é preciso compreender que o reconhecimento e a comunicação com os ancestrais e dos que ainda vão nascer, compõe essa temporalidade de três tempos. Pois, passado e futuro precisam fazer parte do presente. Nesse sentido, é preciso cuidar do lugar que se vive em reconhecimento dos que se foram e para preparar para os que ainda estão por vir.

Essa complexidade do conceito de ubuntu permite que ele se aponte para o futuro e ultrapassa uma realidade territorial, podendo, desta maneira, se territorializar em outros espaços. É importante considerar essa característica devido à violência da diáspora forçada pelo rapto de negros e negras africanos das mais diversas sociedades e grupos africanos. O rapto e a escravização dos povos africanos para esse território que hoje se chama Brasil, não apagou a ancestralidade africana do ubuntu nas pessoas sequestradas da África. Pelo contrário, o ubuntu foi condição de possibilidade para a sobrevivência e a manutenção do povo africano nessas terras. A melhor maneira de compreender é por meio dessa territorialização que se deu nos espaços políticos dos quilombos. Tanto o ubuntu quanto os quilombos são heranças africanas que se repetem na realidade do Império-Colonial promovendo um modo de vida de solidariedade e de resistência do povo negro que combatia à escravidão. Assim, partindo do princípio do acolhimento, os quilombos, explica a filósofa negra Lélia Gonzales:

Palmares foi a primeira tentativa brasileira no sentido de criação de uma sociedade democrática e igualitária, em termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço. Sob a liderança da figura genial de Zumbi, ali existiu uma efetiva harmonia racial já que sua população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios reverteriam para todos, sem exceção (Gonzales, 2018, p. 37).

É possível compreender a manifestação do ubuntu nos quilombos quando percebemos que a realidade nos quilombos era baseada num princípio democrático e solidário de manutenção da vida humana e da natureza. Ainda hoje os quilombos são exemplos de resistências contra o racismo e o modelo capitalista-individualista promovido pelo Estado e o capital. Como é o caso do Quilombo Saco-Curtume no Piauí, explicado pelo pensador quilombola Nego Bispo, em que o modo de viver, baseado no conceito de biointeração. É possível perceber o princípio de ubuntu nas palavras de Nego Bispo, uma vez que a prática de existência atende uma



demanda ética e epistemológica, de sobrevivência e de manutenção da vida humana como um todo, seja na sua relação com a natureza, sem compreender a natureza como algo a ser explorado ou destruída, e com a comunidade como um grupo, uma vez que *o que seria minha roça, é roça de todo mundo* (Santos, 2015).

a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto de energia orgânica, esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia (Santos, 2015, p. 85).

O ubuntu, portanto, é uma crítica ao modelo egocêntrico do sistema capitalista que só sobrevive com a destruição do outro, que promove a atual crise que passa a humanidade. O descaso, sobretudo, com o outro, seja aquele que viveu, que vive ou que ainda viverá, é originário, segundo Mogobe Ramose (2013), do fundamentalismo econômico do Ocidente, que prega os valores capitalistas, em que a exploração desgovernada da natureza em nome do capital, do progresso e do viver bem a todo custo. O ubuntu é uma filosofia política e da natureza, que escolhe pelo amor à vida, uma vez que todos dependem da natureza para viver. Assim, é preciso:

rever suas práticas filosóficas e científicas dentro dos parâmetros éticos. Uma vez feito isso, poderiam ter condições de cuidar do meio em que vivem. Insisto nisso, porque há um certo pensamento ambientalista ligado à razão indolente. Muitos falam do meio ambiente para lucrar. Essa opção leva esses ativistas e cientistas a ocultar as misérias humanas. O ubuntu é uma crítica à visão simplista e interesseira (Malomalo, 2010).

Diante do exposto, propomos que uma interpretação da realidade por parte do antropoceno precisa considerar outras perspectivas, como a proposta pela ética ubuntu, que é, sobretudo, uma epistemologia, que descentraliza o homem e não se sobrepõe à natureza do modo que ela tenha que ser controlada, pode ser cuidada. O risco de manter a natureza como um outro diferente de mim, no qual mantenho uma distância de observador, na qual o homem seria um “fator” da natureza e não uma relação de co-constituição, implicaria na mesma relação de manter a natureza sob o jugo do *antrophos*. Assim, considerar o Antropoceno uma categoria colonial não é negar o fato, mas alertar para um modo eurocêntrico de ver a relação ambiental. Por esse motivo, acreditamos por meio da filosofia ética africana ubuntu em que a natureza não é um outro fora de mim, mas um *outro-com*, poderemos reestabelecer os nexos ontológicos natureza-homem-cultura.

### Referências

- ACOSTA, Alberto. BRAND, Ulrich. (2018). Pós-extratativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Editora Elefante.
- ARTAXO, Paulo. (2014). Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? Revista USP. São Paulo n 103: 13-24.

- ASANTE, Molefi Kete.(2009). Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In. NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). *Afrocentricidade*. São Paulo: Selo Negro.
- CORNELL, Drucilla. (2010). As relações entre o “eu” e o “outro”. In. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Trad. Luís Marcos Sander. Vol. 340.
- CRUTZEN, P. J. (2002). Geology of Mankind. in *Nature*, 415, 23.
- FERRÃO, João. (2017). O Antropoceno como narrativa: uma lente útil para entender o presente e imaginar o futuro? *Revista Biblos*, 3: 205-221.
- GOMES, Nilma. Intelectuais negros e produção do conhecimento. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. (2010). *Epistemologias do Sul*. Trad. Margarida Gomes. São Paulo: Cortez.
- GONZALES, Lélia. (2018). *Primavera para as rosas negras*. Editora Filhos da África.
- HAWS, Charles. (2010). O ubuntu e a “liberdade indivisível”. In. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Trad. Luís Marcos Sander. Vol. 340.
- KASHINDI, Jean-Bosco. (2017). *Ubuntu como ética africana humanista e inclusiva*. Trad. Henrique Denis Lucas. Cadernos IHUS Ideias, ano: 15 – Nº 254 – Vol. 15.
- \_\_\_\_\_. (2013). *Ubuntu como vivencia del humanismo africano bantú*. Devenires.Vol. 27.
- \_\_\_\_\_. (2011). “Ubuntu” como modelo de justiça restaurativa: um aporte africano al debate sobre la igualdad y la dignidad humana. ALADAA. La ética del sur. Bogota: Disponível em: [http://ceaa.colmex.mx/aladaa/memoria\\_xiii\\_congreso\\_internacional/images/kakozi.pdf](http://ceaa.colmex.mx/aladaa/memoria_xiii_congreso_internacional/images/kakozi.pdf). Acesso em 03/04/2017.
- LIMA, Elias Lopes de. (2015). O mito do “fator antrópico” no discurso ambiental geográfico. In. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*. 14 (3), 2015.
- MALOMALO, Bas’llele. Eu só existo porque nós existimos. In. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Trad. Luís Marcos Sander. Vol. 340.
- MANDELA, Nelson. (1995). *Longo caminha para a liberdade: uma autobiografia*. Tradução: J. E. Smith Caldas. São Paulo; Siciliano, 1995.
- MORAES, Marcelo. (2017). Desobediência epistemológica: Ubuntu e Teko Porã: outros possíveis a partir da desconstrução. In. *Filosofia Francesa Contemporânea*. Org. CORREIA, Adriano; MARQUES, Silene; SILVA, Cíntia; SOLIS, Dirce. São Paulo: ANPOF.
- NOGUERA, Renato. (2014). *O ensino de filosofia e a lei 10639*. Rio de Janeiro: Editora Pallas.
- \_\_\_\_\_. (2012). Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista. In. *Revista da ABPN*. V. 3, n. 6, p. 147-150. Nov. 2011.
- QUIJANO, Aníbal. (2006). Colonialidade e Modernidade-Racionalidade. In. *Os conquistados: 1492, e a população indígena das Américas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Hucitec.
- RAMOSE, Mogobe. (2011). Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. In *Revista Ensaios Filosóficos*. Trad. Dirce Solis. Vol. 04.

- \_\_\_\_\_. (2013). Globalização e ubuntu. In: SANTOS, Boaventura; Meneses, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Trad. Margarida Gomes. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_. (2010). A importância vital do “Nós”. Trad. Luís Marcos Sander. In. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Vol. 340.
- \_\_\_\_\_. (2002). *The ethics of ubuntu*. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge.
- \_\_\_\_\_. (1999). *African Philosophy through Ubuntu*. Harare: Mond Books, 1999.
- ROCKSTROM, Johan et al. (2009). A safe operating space for humanity. *Nature*, 461:472-475.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. (2015). *Colonização, quilombos*. Brasília.
- STEFFEN, Will et al. (2015). Planetary boundaries: guiding human development on a changing planet. *Science*, 347: 1-16.

